



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 824

Quarta-feira - 14 de Setembro de 2011

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2
Alto Bela Vista.....	3
Antônio Carlos	5
Ascurra.....	7
Biguaçu	7
Braço do Trombudo	9
Caçador.....	10
Campo Alegre	46
Campos Novos.....	48
Capinzal	59
Catanduvas.....	60
Chapadão do Lageado	60
Concórdia	71
Cordilheira Alta	82
Coronel Martins.....	84
Corupá	84
Ermo	85
Fraiburgo.....	85
Garopaba.....	86
Gaspar	88
Herval do Oeste	89
Imbituba	91
Iomerê	94
Itaiópolis	94
Joaçaba	94
Lages	96
Lindóia do Sul	96
Luzerna	96
Macieira.....	102
Maracajá	102
Massaranduba.....	103
Meleiro	106
Nova Trento	106
Novo Horizonte	107
Paial.....	107
Palhoça	110
Paulo Lopes	112
Pinheiro Preto	113
Porto Belo.....	114
Rio do Sul.....	114
Salto Veloso	116
Santa Terezinha do Progresso	116
São Lourenço do Oeste.....	118
São Pedro de Alcântara.....	119
Schroeder	120
Timbó	129
Três Barras	131
Tunápolis.....	132
Turvo	134

Vargeão.....	135
Videira.....	135
Vitor Meireles.....	138

Consórcios

CIGA	139
CINCO.....	139
CIS/AMREC.....	141

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme e Guilherme Noronha - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, n° 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

Resumo da Execução Orçamentária Prefeitura - 4º Bimestre

Betha Sistemas

Exercício de 2011

4º bimestre

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

Resumo da Execução Orçamentária (Artigo 165 da Constituição Federal)

Administração Direta

Especificação	Previsto/Fixado	Acumulado até 06/2011	Bimestre Jul/Ago/2011	Total até Ago/2011
RECEITAS				
RECEITA TRIBUTARIA	678.880,00	1.632.322,46	437.949,07	2.070.271,53
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	180.000,00	93.220,00	30.747,04	123.967,04
RECEITA PATRIMONIAL	56.970,00	115.479,13	49.396,68	164.875,81
RECEITA AGROPECUARIA	5.000,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.786.295,00	6.840.645,75	2.314.350,05	9.154.995,80
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	17.900,00	41.945,30	5.161,78	47.107,08
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	98.500,00	45.000,00	0,00	45.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.403.500,00	64.745,04	9.196,09	73.941,13
TOTAL DA RECEITA :	16.227.045,00	8.833.357,68	2.846.800,71	11.680.158,39
DESPESAS				
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE				
GABINETE DO PREFEITO E VICE	518.380,00	277.524,52	77.225,79	354.750,31
DEPTO.DE SERVIÇOS GERAIS	2.336.628,00	1.343.821,27	385.102,99	1.728.924,26
DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	751.170,00	640.143,23	82.774,83	722.918,06
DEPARTAMENTO DE ENSINO	4.590.676,00	1.867.614,66	843.676,25	2.711.290,91
DEPARTAMENTO DE URBANISMO	1.846.400,00	779.150,03	233.198,59	1.012.348,62
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES	2.449.681,00	1.334.408,41	220.774,28	1.555.182,69
DEPARTAMENTO DE CONTROLE SANITÁRIO	35.000,00	22.993,59	541,02	23.534,61
DEPARTAMENTO DE CULTURA	321.510,00	118.829,28	46.212,78	165.042,06
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL	165.290,00	99.657,13	29.946,39	129.603,52
DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇO	215.500,00	35.753,35	0,00	35.753,35
DEPARTAMENTO DE TURISMO	20.500,00	31.121,39	1.977,29	33.098,68
DEPARTAMENTO DE ESPORTES	370.310,00	250.876,66	52.692,89	303.569,55
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	0,00	0,00	0,00
Total da Entidade:	13.671.045,00	6.801.893,52	1.974.123,10	8.776.016,62
TOTAL DA DESPESA :	13.671.045,00	6.801.893,52	1.974.123,10	8.776.016,62

AGUA DOCE , 09/09/2011

NELCI F. TRENTO BORTOLINI
Prefeita MunicipalJOSELI A. S. M. R. TRENTO
Contador CRC 022069/0-8

Portaria 211/2011

PORTARIA Nº 211/2011 - DE 29 DE JULHO DE 2011

"CEDE PARA USO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, OS VEÍCULOS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce, Estado de Santa Catarina; no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e demais normas legais aplicáveis à matéria,

RESOLVE:

ART. 1º: Determinar que os veículos, microônibus - placa MEP 9312, microônibus - placa MBS 4285, Kombi placa MGI 0041 e Kombi - placa MEQ 6795, usados no transporte escolar, ficarão a disposição do Fundo Municipal de Assistência Social, no dia 30 de julho de 2011 para transporte da 3ª Idade das comunidades do interior para Encontro no Sertanejo Esporte Clube no Município de Água Doce - SC.

ART. 2º: As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria serão por conta de dotações próprias do orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social.

ART. 3º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 29 de julho de 2011

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI

Prefeita Municipal

Portaria 212/2011

PORTARIA Nº212/2011 de 29 de Julho de 2011.

"CONCEDE ADICIONAL DE ESPECIALIZAÇÃO A FUNCIONARIO QUE MENCIONA."

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita Municipal de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto artigo 72 incisos VIII da lei orgânica do Município e demais normas legais,

RESOLVE:

Art 1º Conceder a funcionária Andrea Macagnan o segundo adicional de escolaridade em nível de especialização conforme lei complementar n 58/2009 artigo 112 e 113, conforme requerimento e certificado anexo.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Água Doce, 29 de Julho de 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI

Prefeita Municipal

EDNA F.L.V BISSANI

Diretor Rec. Humanos

Alto Bela Vista**PREFEITURA****Contrato Administrativo N.º 93/2011**

Extrato de Contrato 93/2011

Partes	Município de Alto Bela Vista e os Sr. Martin Koller E Lourdes Rover Koller
Objeto	O presente Contrato tem por objeto a aquisição, pelo MUNICÍPIO, junto aos CONTRATADOS/VENDEDORES, do imóvel denominado como: Parte lote rural nº 274, da colônia do Rio Uruguai, individuando com lote urbano n.º 12 da quadra "D", com área de 551,00 m² (quinhentos e cinquenta e um metros quadrados), sem benfeitoria, sito á Rua David Nilo Bordin, centro, Alto Bela Vista – SC, Comarca de Concórdia, confrontando: ao Norte com a Rua David Nilo Bordin, medindo 16,69 metros: ao Sul com lote n.º 02 da quadra "D", medindo 4,38 e 13,76 de propriedade de Rogério Biasio: ao Leste com o lote n.º 11 da quadra "D", medindo 31,95 metros de propriedade do Município de Alto Bela Vista – SC: e ao Oeste com o lote n.º 13 da quadra "D", medindo 31,35 metros de propriedade de Francisco Vanderlei Guilherme, conforme consta da matrícula nº 5.638, do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Concórdia/SC
Valor Total	R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)
Vigência	O presente contrato tem a vigência a partir de 05 de setembro de 2011, e expirará em 31 de dezembro de 2011.
Base Legal	CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 93/2011
	Alto Bela Vista (SC), em 05 de setembro de 2011.
	Sérgio Luiz Schmitz
	Prefeito Municipal
	Martin Koller E Lourdes Rover Koller
	Contratado

Contrato Administrativo N° 048/2011 - FMS

Extrato de Contrato – FMS 2011.	048/2011
Partes	Município de Alto Bela Vista e Empresa Reunidas S.A. – Transportes Coletivos
Objeto	O objeto do presente contrato é a aquisição de passagens para transporte coletivo regular intermunicipal e interestadual de passageiros, através de linhas regulares e autorizadas pelo poder concedente competente, para atender a necessidade de pacientes que necessitam de tratamento médico-hospitalar fora do município de Alto Bela Vista.
Valor Total	R\$ 1.102,14 (Um mil cento e dois reais e catorze centavos)
Vigência	O presente instrumento terá a vigência a partir de 02 de setembro e inspirará em 31 de dezembro de 2011.
Base Legal	Contrato Administrativo N° 048/2011 - FMS
	Alto Bela Vista (SC), em 02 de setembro de 2011.
	Sérgio Luiz Schmitz



Prefeito Municipal
 Empresa Reunidas S.A. – Transportes Coletivos
 Contratado

Decreto Nº 1.407, de 8 de setembro de 2011

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sergio Luiz Schmitz, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, nos termos da Lei Municipal nº 566, de 8 de setembro de 2011;

DECRETA:

Art. 1º Fica, nos termos da Lei Municipal nº 566, de 8 de setembro de 2011, aberto crédito adicional especial no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, no valor de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), para inclusão de nova vinculação na seguinte ação orçamentária:

07.00	GER. DE URBANISMO, HAB. IND. E COM.
07.04	Sistema Municipal de Saneamento Básico
17	SANEAMENTO
17.512	Saneamento Básico Urbano
17.512.0032	Serviços de Saneamento Básico Urbano
17.512.0032.1.023	Ampliação do Sistema de Abast. de Água
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.0.1.0357	Aplicações Diretas
	R\$ 350.000,00

Art. 2º A abertura do crédito adicional especial aberto nos termos do artigo anterior é suportada com a utilização de recursos proveniente da expectativa de excesso de arrecadação, decorrente de convênio celebrado com a Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, na vinculação "0.1.0357 - Recursos Vinculados - Convênio FUNASA".

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 8 de setembro de 2011.

SERGIO LUIZ SCHMITZ
 Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

ALICE SCHWAMBACH LEMKE.
 Responsável Pelas Publicações

Lei Municipal Nº 564, de 8 de setembro de 2011

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DE AÇÃO CONTEMPLADA NO PLANO PLURIANUAL – PPA PARA O PERÍODO DE 2010 A 2013, APROVADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 475, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sérgio Luiz Schmitz, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a seguinte ação contemplada no Plano Plurianual – PPA, do período de 2010 a 2013, aprovado pela Lei Municipal nº 475, de 11 de novembro de 2009:

Órgão	07.00	GERÊNCIA DE URBANISMO, HAB. IND. E COM.
Unidade	07.04	Sistema Municipal de Saneamento Básico
Função	17	SANEAMENTO
Subfunção	512	Saneamento Básico Urbano
Programa	0032	Serviços de Saneamento Básico Urbano
Ação	1.023	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água
Descrição da Ação: Os recursos alocados nesta ação destinam-se aos investimentos necessários à ampliação do sistema de abastecimento de água, compreendendo obras de melhorias e de expansão, captação, tratamento e distribuição de água à população urbana.		
Ano	Meta Física	Meta Financeira
2010	01	4.784,77
2011		572.894,27
2012		5.029,28
2013		5.186,70

Detalhamento da Ação

Conta e Descrição da Despesa	Recursos	Ano	Valor
4.4.90.00.00.00 Aplicações Diretas	0.1.0000 – Recursos Ordinários – Orçamento Municipal	2010	-
		2011	35.000,00
		2012	-
		2013	-
	0.1.0325 – Recursos Vinculados – Saneamento Municipal	2010	4.784,77
		2011	4.894,27
		2012	5.029,28
		2013	5.186,70
	0.1.0357 – recursos Vinculados – Convênio FUNASA	2010	-
		2011	350.000,00
		2012	-
		2013	-
	0.3.0000 – Recursos Ordinários – Exercícios Anteriores	2010	-
		2011	183.000,00
		2012	-
		2013	-

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 8 de setembro de 2011.

SERGIO LUIZ SCHMITZ
 Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ALICE SCHWAMBACH LEMKE.
 Responsável Pelas Publicações

Lei Municipal Nº 565, de 08 de setembro de 2011

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DE AÇÃO CONTEMPLADA NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO DO EXERCÍCIO DE 2011, APROVADA PELA LEI MUNICIPAL Nº 527, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2010, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sergio Luiz Schmitz, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara

Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a seguinte ação contemplada na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO do exercício de 2011, aprovada pela Lei Municipal nº 527, de 09 de dezembro de 2010:

Órgão	07.00	GER. DE URBANISMO, HAB. IND. E COM.
Unidade	07.04	Sistema Municipal de Saneamento Básico
Função	17	SANEAMENTO
Subfunção	512	Saneamento Básico Urbano
Programa	0032	Serviços de Saneamento Básico Urbano
Ação	1.023	Ampliação do Sistema de Abast. de Água

Descrição da Ação: Os recursos alocados nesta ação destinam-se aos investimentos necessários à ampliação do sistema de abastecimento de água, compreendendo obras de melhorias e de expansão, captação, tratamento e distribuição de água à população urbana.

Detalhamento da Ação			
Conta e Descrição da Despesa	Recursos	Ano	Valor
4.4.90.00.00.00 Aplicações Diretas	0.1.0000 – Recursos Ordinários – Orçamento Municipal	2011	35.000,00
	0.1.0325 – Recursos Vinculados – Saneamento Municipal		4.894,27
	0.1.0357 – recursos Vinculados – Convênio FUNASA		350.000,00
	0.3.0000 – Recursos Ordinários – Exercícios Anteriores		183.000,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 8 de setembro de 2011.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ALICE SCHWAMBACH LEMKE.
Responsável Pelas Publicações

Lei Municipal Nº 566, de 8 de setembro de 2011

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sergio Luiz Schmitz, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional especial no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, no valor de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), para inclusão de nova vinculação na seguinte ação orçamentária:

07.00	GER. DE URBANISMO, HAB. IND. E COM.
07.04	Sistema Municipal de Saneamento Básico
17	SANEAMENTO
17.512	Saneamento Básico Urbano
17.512.0032	Serviços de Saneamento Básico Urbano

17.512.0032.1.023	Ampliação do Sistema de Abast. de Água
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.0.1.0357	Aplicações Diretas
	R\$ 350.000,00

Art. 2º A abertura do crédito adicional especial aberto nos termos do artigo anterior é suportada com a utilização de recursos proveniente da expectativa de excesso de arrecadação, decorrente de convênio celebrado com a Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, na vinculação “0.1.0357 – Recursos Vinculados – Convênio FUNASA”.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 8 de setembro de 2011.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ALICE SCHWAMBACH LEMKE.
Responsável Pelas Publicações

Antônio Carlos

PREFEITURA

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 209/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 209/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 119/2011 - Pregão Presencial nº. 070/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Escritório Com. de Materiais de Escrit. E Informática Ltda ME; Objeto: aquisição parcelada de equipamentos de informática (impressoras), para a Secretária de Saúde e Assistência Social do Município de Antônio Carlos; Valor: R\$ 5.172,62 (cinco mil cento e setenta e dois reais e sessenta e dois centavos); Prazo: 08/09/2011 - 07/09/2012.

Antônio Carlos, 08 de Setembro de 2011.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

1º Extrato de Termo Aditivo ao Contrato Nº 103/2011

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato: nº. 103/2011; Origem: Carta Convite nº. 006/2011 - Processo Licitatório nº. 063/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: AF Informações Ltda; Objeto: Contratação de empresa especializada para efetuar serviços de Elaboração dos Planos de Cargos e Salários da Prefeitura e Fundo da Saúde (excetuada a Secretária de Educação), da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Prorrogação de Prazo do Contrato: 60 (sessenta) dias, de 14/09/2011 a 12/11/2011.

Antônio Carlos, 13 de Setembro de 2011.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Extrato de Inexigibilidade de Licitação Nº. 004/2011
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 004/2011

Nº. Processo: 117/2011. Objeto: Credenciamento de empresas especializadas para prestação de serviços na realização de exames clínicos e laboratoriais e clínicas médicas ou profissionais médicos para realização de consultas especializadas, conforme previsto no Edital de Chamamento Público nº. 002/2011; Fundamento Legal: Artigo 25, da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores; Vera Lúcia Conrat Silveira: Ordenador de Despesas; Ratificação em 08/09/2011; Rudinei Goedert: Presidente da Comissão de Licitação; Prazo: 12 (doze) meses; Contratada: DMI - Diagnóstico Médico Por Imagem Ltda.

Antônio Carlos, 08 de Setembro de 2011.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato de Inexigibilidade de Licitação Nº. 005/2011
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 005/2011

Nº. Processo: 124/2011. Objeto: Credenciamento de empresas especializadas para prestação de serviços na realização de exames clínicos e laboratoriais e clínicas médicas ou profissionais médicos para realização de consultas especializadas, conforme previsto no Edital de Chamamento Público nº. 002/2011; Fundamento Legal: Artigo 25, da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores; Vera Lúcia Conrat Silveira: Ordenador de Despesas; Ratificação em 08/09/2011; Rudinei Goedert: Presidente da Comissão de Licitação; Prazo: 12 (doze) meses; Contratada: Diagnósticos da América S/A.

Antônio Carlos, 08 de Setembro de 2011.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato de Inexigibilidade de Licitação Nº. 006/2011
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 006/2011

Nº. Processo: 125/2011. Objeto: Credenciamento de empresas especializadas para prestação de serviços na realização de exames clínicos e laboratoriais e clínicas médicas ou profissionais médicos para realização de consultas especializadas, conforme previsto no Edital de Chamamento Público nº. 002/2011; Fundamento Legal: Artigo 25, da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores; Vera Lúcia Conrat Silveira: Ordenador de Despesas; Ratificação em 08/09/2011; Rudinei Goedert: Presidente da Comissão de Licitação; Prazo: 12 (doze) meses; Contratada: Diagnósticos da América S/A.

Antônio Carlos, 08 de Setembro de 2011.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 371/2011

PORTARIA Nº 371/2011.

Concede Licença Premio.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 621/93,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA PREMIO, convertida em pecunia, a servidora efetiva MONICA SCHMITZ ZIMERMANN, ocupante do cargo de PROFESSOR I - 40H, relativo ao período aquisitivo de

Agosto/2004 a Agosto/2009.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 12 de Setembro de 2011.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 12 de Setembro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 373/2011

PORTARIA Nº 373/2011.

Cessa Portaria.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Cessar, Portaria nº 401/2010, exonerando PEDRO AL-CANTARA DA SILVEIRA da Função Gratificada de CHEFE DO SETOR DE TRANSPORTES, a contar de 01 de Setembro de 2021.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 13 de Setembro de 2011.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 13 de Setembro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 374/2011

PORTARIA Nº 374/2011.

Designa Função Gratificada.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Designar, JOSE RUBENS MACHADO, para responder pela FUNÇÃO GRATIFICADA de CHEFE DO SETOR DE TRANSPORTES, com acréscimo de 50% do Salário Base, a contar de 01 de Setembro de 2011.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 13 de Setembro de 2011.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 13 de Setembro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Ascurra

PREFEITURA

Decreto Nº 2281 , de 12 de Setembro de 2011.

DECRETO Nº 2281 , DE 12 DE SETEMBRO DE 2011.

Declara em situação anormal, caracterizada como Situação de Emergência a área do Município afetada por ENXURRADA.

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso das atribuições legais conferidas pelo inciso IV, do artigo 72, da Lei Orgânica do Município, pelo Art. 7 do Decreto Federal no 7.257, de 4 de agosto de 2010, pela Lei Estadual nº. 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº. 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução no 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil.

CONSIDERANDO QUE:

- a ocorrência de enxurrada, acompanhado de chuva intensa e concentrada, nos dias 04 a 08 de setembro de 2011, atingindo todo o município, conforme mapa das áreas afetadas, anexo ao presente Decreto;

- como conseqüências deste desastre, resultaram os danos e prejuízos, constantes do Formulário de Avaliação de Danos, anexo a este Decreto;

- a recomendação da Comissão Municipal de Defesa Civil, que avaliou e quantificou o desastre em acordo com a Resolução nº. 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC;

- concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário, da população e o despreparo da defesa Civil local, frente ao Desastre;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a existência de situação anormal provocada por desastre e caracterizada como Situação de Emergência.

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui da Área Afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre. Parágrafo único. Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente:

I - penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo

sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;

II - usar da propriedade, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos à mesma.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º De acordo com o estabelecido no artigo 5º do Decreto-lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se que se dê início a processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastres.

§ 1º - No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º - Sempre que possível, essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem das edificações e de reconstrução das mesmas, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo único. O prazo de vigência deste Decreto pode ser prorrogado até completar um máximo de 180 dias.

Ascurra - SC, 12 de setembro de 2011.

MOACIR POLIDORO.

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar, Município de Ascurra em, 12 de setembro de 2011.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS

Fiscal de Tributos

Biguaçu

PREFEITURA

Processo Seletivo Público - Edital 001/SEMED/2011.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPALIDADE DE BIGUAÇU

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO - EDITAL 001/SEMED/2011.

A Prefeitura Municipal de Biguaçu, através da Secretaria Municipal de Educação, comunica aos interessados que a partir do dia 12 de setembro de 2011 estarão abertas as inscrições para o Processo Seletivo Público - Edital 001/SEMED/2011, para contratação de membros do Magistério, em caráter temporário, para o ano de 2012.

Período de Inscrição: 12 de setembro a 14 de outubro de 2011.

Taxa de Inscrição: R\$ 35,00 (trinta e cinco reais).

Maiores informações: site www.educ.bigua.ieses.org

Biguaçu (SC), 09 de setembro de 2011.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito de Biguaçu

MARIA DE FÁVERI

Secretária Municipal de Educação

Aviso de Pregão Eletrônico Nº 118/2011-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2011- FMS

OBJETO: Aquisição de leites Alfaré, Sustagem e Supra Soy para atendimento dos processos: Processo administrativo nº 4086/2011 em que é autora srª Jusemare de Medeiros Soares, mãe do menor Higor Soares Teixeira e Processo Judicial nº 5010219-83.2011.404.7200/SC em que é autora a srª Sirleia Luiz mãe do menor Daniel Pheula Cestari, ambos residentes no município de Biguaçu.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 14:30 do dia 27/09/2011, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília- DF.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 14:00h do dia 15/09/2011 às 14:29 do dia 27/09/2011.

LOCAL PARA OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico do provedor do pregão eletrônico- Cidade Compras- www.cidadecompras.com.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48-3243-1040.

Biguaçu, 13 de setembro de 2011.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO

Secretário Municipal de Saúde.

Aviso de Pregão Presencial Nº 117/2011-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 117/2011- FMS

OBJETO: Aquisição de adesivos, serviço de plotagem e carimbos para uso da Secretaria Municipal de Saúde de Biguaçu.

DATA DE ABERTURA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS: 26/09/2011 às 14:30 horas, horário de Brasília- DF.

LOCAL PARA OBTENÇÃO DO EDITAL: Setor de Licitação da Secretaria Municipal de Saúde, mediante a apresentação de um CD ou Pen-drive, ou no endereço eletrônico: www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48-3243-1040.

Biguaçu, 13 de setembro de 2011.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO

Secretário Municipal de Saúde.

Revogação do Pregão Presencial Nº 103/2011-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PP 103/2011- FMS

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Senhor José Castelo Deschamps, torna público para conhecimentos de todos os interessados, a Revogação do Processo Licitatório nº 103/2011, Pregão Presencial, cujo objeto era a Contratação de empresa especializada em serviços de Coffee-break para cursos e eventos da Secretaria Municipal de Saúde de Biguaçu, em virtude da licitação ter sido deserta.

Biguaçu, 13 de setembro de 2011.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO

Secretário Municipal de Saúde.

Termo Aditivo**SEGUNDO ADITIVO AO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA**

Segundo Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação Técnica e Financeira, S/Nº, que entre si celebram a ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA FAMÍLIA por meio de seu Comitê Brasileiro - União Nacional das Associações de Proteção à Maternidade, à Infância, à Família e Entidades Sociais Afins - UNAPMIF e o MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, Estado de Santa Catarina, para implantação de um Sistema de Saúde Hospitalar para a Comarca de Biguaçu incluindo a construção de um Hospital de baixa e média complexidade para atender a rede de saúde da Comarca.

Aos nove dias do mês de setembro de dois mil e onze, nesta cidade de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, o Município de Biguaçu, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Excelentíssimo Senhor José Castelo Deschamps, portador do RG/SESP/SC 4.950.534, inscrito no CPF/MF sob n. 290.378.839-15 por meio da Secretaria Municipal de Saúde, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde, Senhor Leandro Adriano de Barros, portador do RG/SESP/SC 4.415.527, inscrito no CPF/MF sob n. 048.348.759-70 e a Organização Mundial da Família (World Family Organization), neste ato representado por sua Presidente Mundial, Excelentíssima Senhora, Dra. Deisi Noeli Weber Kusztra, portadora do RG/SESP/PR 776025, por meio de seu Comitê Brasileiro - União Nacional das Associações de Proteção à Maternidade, à Infância, à Família e Entidades Sociais Afins - UNAPMIF pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, inscrita no CNPJ/MF sob N. 00.481.752/0001-11, tendo em vista as razões dispostas em requerimento formulado e aceitas pela autoridade competente do Município, resolvem assinar o presente termo aditivo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

A Cláusula Sétima do Convênio de Cooperação Técnica e Financeira, acima referido, passa a vigorar com a seguinte redação:

“O prazo de vigência do presente Convênio passará de 11/09/2011 para 11/10/2011 podendo ser prorrogado mediante termo aditivo, desde que haja comum acordo entre as partes e que a solicitação seja feita no prazo mínimo de dois dias antes do término de sua vigência”.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

As demais cláusulas do Convênio de Cooperação Técnica e



Financeira firmado com a Organização Mundial da Família por meio de seu Comitê Nacional - União Nacional das Associações de Proteção à Maternidade, à Infância, à Família e Entidades Sociais Afins - UNAPMIF ficam inalteradas.

E, por estarem de acordo, firmam o presente Termo Aditivo em três vias de igual teor e forma para que possa surtir seus efeitos.

Biguaçu, 09 de setembro de 2011.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

DRA. DEISI NOELI WEBER KUSZTRA
Presidente - OMF/UNAPMIF

LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário da Saúde

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Decreto 038/2011

DECRETO Nº 038/2011 12.09.2011.

Declara em situação anormal, caracterizada como Situação de Emergência a área do Município afetada por Enxurradas ou Inundações Bruscas.

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, no uso das atribuições legais conferidas pelo Art 52, da Lei Orgânica do Município, pelo Art. 7 do Decreto Federal no 7.257, de 04 de agosto de 2010, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução no 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil.

CONSIDERANDO QUE:

- a Enxurrada ocorrida nos dias 07 e 08 de setembro de 2011, atingindo parte do Município, conforme Mapa das Áreas Afetadas, anexos ao presente Decreto;

- como consequência deste desastre, resultaram os danos e prejuízos, constantes do Formulário de Avaliação de Danos, anexo a este Decreto;

- a recomendação da Comissão Municipal de Defesa Civil, que avaliou e quantificou o desastre em acordo com a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC;

- concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário atingido pelo desastre, a tendência para o agravamento da situação, o despreparo da Defesa Civil, entre outros.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a existência de situação anormal provocada por desastre e caracterizada como Situação de Emergência.

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui da Área Afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa

Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo único. Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente:

I - penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;

II - usar da propriedade, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos à mesma.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º De acordo com o estabelecido no artigo 5º do Decreto-lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se que se dê início a processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastres.

§ 1º - No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º - Sempre que possível, essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem das edificações e de reconstrução das mesmas, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo único. O prazo de vigência deste Decreto pode ser prorrogado até completar um máximo de 180 dias.

Braço do Trombudo - SC, 12 de setembro de 2011.
VILBERTO MULLER SCHOVINDER
Prefeito Municipal

Pregão Presencial 6/2011 - SRP

PROCESSO ADMINISTRATIVO 7/2011

EDITAL DE LIC. PREGAO PRESENCIAL 6/2011 - REGISTRO DE PREÇO.

O Município de Braço do Trombudo SC, torna público para conhecimento dos interessados que as 14:00 horas do dia 28.09.2011, estará selecionando a melhor proposta para Aquisição de equipamentos médicos e fisioterapêuticos. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo departamento de licitações da Prefeitura Municipal pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 12 de setembro de 2011.
VILBERTO MULLER SCHOVINDER
Prefeito Municipal

Caçador

PREFEITURA

Contrato 22-2011 SAÚDE

Contrato 22/2011 FMS - reajuste no preço de bilhetes de passagens, referente ao contrato nº 14/11 - FMS, processo licitatório nº 15/2011, PR 10/2011. Contratado: REUNIDAS TURISMO SA. Valores:

DESCRIÇÃO	R\$ unitário
Bilhetes de passagens Caçador x Florianópolis - Florianópolis x Caçador	97,48
Bilhetes de passagens Caçador x Joinville - Joinville x Caçador	73,61
Bilhetes de passagens Caçador x Xanxerê - Xanxerê x Caçador	49,93
Bilhetes de passagens Caçador x Concórdia - Concórdia x Caçador	43,97
Bilhetes de passagens Caçador x Curitiba - Curitiba x Caçador	46,91

Contrato 23-2011 SAÚDE

Contrato 23/2011 FMS - acréscimo em 25% nas quantidades do contrato nº 107/10 para prestação de serviços e sessões de fisioterapia, referente ao processo licitatório nº 15/2010, IL 05/2010. Contratado: CLÍNICA AMER & GOUVEIA SS LTDA. Valor: R\$ 5.700,00.

Contrato 24-2011 SAÚDE

Contrato 24/2011 FMS - acréscimo em 25% nas quantidades do contrato nº 108/10 para prestação de serviços e sessões de fisioterapia, referente ao processo licitatório nº 15/2010, IL 05/2010. Contratado: CLÍNICA DE FISIOTERAPIA FISIODONTO LTDA. Valor: R\$ 5.700,00.

Decreto Nº 4.981

DECRETO Nº 4.981, de 12 de setembro de 2011.
Estabelece preços públicos para utilização das dependências do Parque das Araucárias.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 57D do Código Tributário de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º A utilização das instalações do Parque das Araucárias em eventos de qualquer natureza, realizados por particulares, associações, clubes de serviços, órgãos de classes, poderá ser autorizada, mediante pagamento de preço público, recolhido ao Fundo Especial de Manutenção do Parque das Araucárias, na seguinte conformidade:

I - salão I e II:

a) Festas de aniversários e casamentos: R\$ 1.500,00 (um mil e

quinhentos reais), incluso estacionamento;

b) Festas de formaturas escolares e universitárias: R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) incluso estacionamento;

c) Eventos realizados por órgãos de classe e clubes de serviços, desde que relacionados às suas atividades estatutárias: R\$ 500,00 (quinhentos reais), incluso estacionamento.

II - área destinada para estacionamento, desde que não haja eventos nos salões, no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

III - área total do Parque das Araucárias no valor de R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais).

§ 1º O período mínimo considerado para efeito de cálculo do preço é o de um dia.

§ 2º Os preços fixados terão validade para qualquer dia da semana.

§ 3º A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, após ouvida a Comissão de Gestão do Parque das Araucárias, poderá, em função do tipo do evento e dos custos de manutenção incidentes, suprimir ou majorar os valores estipulados.

Art. 2º A gestão administrativa e financeira do Parque das Araucárias será realizada por comissão designada pelo Prefeito Municipal, a qual deverá conter em sua composição 2/3 de servidores efetivos do Município.

Art. 3º Será firmado termo de permissão de uso a título precário e oneroso entre o Município de Caçador e o permissionário.

Art. 4º O pagamento a que se refere o artigo 1º deste decreto poderá ser substituído por benfeitorias, em valor equivalente ou superior ao preço público devido, a serem realizadas pelo proponente, no próprio Parque, devendo o interessado, propor a Comissão de Gestão do Parque das Araucárias, e uma vez autorizado, firmar compromisso com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos a contar desta data.

Art. 6º Fica revogado o Decreto nº 4654, de 19 de outubro de 2010.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 12 de setembro de 2011.

IMAR ROCHA,
Prefeito Municipal.

Aviso Credenciamento 05-2011 SAÚDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS MÉDICOS Nº 05/2011 - FMS

OBJETO: CREDENCIAR PROFISSIONAIS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DESTINADOS AO PRONTO ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

INSCRIÇÕES: Junto ao Setor de Licitações e Contratos do Fundo Municipal de Saúde de Caçador, localizado na Rua Brasília, nº 1111, Bairro São Cristóvão, Caçador, SC.

DATA: no máximo até às 18:00 Horas do Dia 28/09/2011.

Documentação: conforme descrito na Cláusula III do Edital de Credenciamento.



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Coord. de Licitações e Contratos do Fundo Municipal de Saúde, Sítio Rua Brasília, 1.111, e-mail:licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, das 13:00 às 19:00 horas ou pelo site www.cacador.sc.gov.br

Caçador, 12 de setembro de 2011.

DINAMAR APARECIDA GOMES
Secretária Municipal de Saúde

Aviso de Licitação PR 42-2011 PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PROCON/ POLÍCIA MILITAR
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2011

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MÓVEIS DESTINADOS AO PROCON E A PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO E 01 NOTEBOOK PARA A POLÍCIA MILITAR.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 29/09/2011.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 29/09/2011.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, e-mail:licitacoes@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 09 de Setembro de 2011.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação PR 43-2011 PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2011

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SEGURO CONTRA SINISTROS PARA O EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 16h00min do dia 29/09/2011.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 16h10min do dia 29/09/2011.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, e-mail:licitacoes@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 09 de Setembro de 2011.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação PR 44-2011 PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2011

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEDRA CORRIDA DESTINADA A CONSERVAÇÃO DE RUAS NÃO PAVIMENTADAS DO PERÍMETRO URBANO E RURAL DO MUNICÍPIO.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 30/09/2011.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 30/09/2011.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, e-mail:licitacoes@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 09 de Setembro de 2011.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal

Aviso Prorrogação CRED. 04-2011 SAÚDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PRORROGAÇÃO DE PRAZO NO CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM OFTALMOLOGIA E ORTOPEDIA Nº 04/2011 - FMS

OBJETO: CREDENCIAR PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM OFTALMOLOGIA E ORTOPEDIA PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS.

INSCRIÇÕES: Junto ao Setor de Licitações e Contratos do Fundo Municipal de Saúde de Caçador, localizado na Rua Brasília, nº 1111, Bairro São Cristóvão, Caçador, SC.

DATA: no máximo até às 18:00 Horas do Dia 26/09/2011.

Documentação: conforme descrito na Cláusula III do Edital de Credenciamento.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Coord. de Licitações e Contratos do Fundo Municipal de Saúde, Sítio Rua Brasília, 1.111, e-mail:licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, das 13:00 às 19:00 horas ou pelo site www.cacador.sc.gov.br

Caçador, 12 de setembro de 2011.

DINAMAR APARECIDA GOMES
Secretária Municipal de Saúde

Editais Multas de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 053 1273/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
APW1400	55481710C	IVANIR APARECIDA GONCALVES	5010/0	162 * I
CCB4656	55108345C	DIEGO ROSSONI	5274/1	175
JFH0154	55481186C	SIMONE DIAS JAQUES	6920/0	233
JKV1829	55108225C	CLEITON LUIZ GARDA	6599/2	230 * V
JKV1829	55108226C	CLEITON LUIZ GARDA	5010/0	162 * I
JKV1829	55108227C	CLEITON LUIZ GARDA	6637/1	230 * IX
JKV1829	55108228C	CLEITON LUIZ GARDA	5118/0	164 c/c 162 * I
JKV1829	55108229C	CLEITON LUIZ GARDA	6726/1	230 * XVIII
LNG4422	55482276C	VALDECIR JOAO FRIES	5169/1	165
LNG4422	55482277C	VALDECIR JOAO FRIES	6610/2	230 * VII
LXE3876	55105816C	RENATO ROBERTO COSTA	6610/2	230 * VII
LZC5780	55481908C	CARLOS ALBERTO CASSIANO	5169/1	165
LZQ7560	54788905C	ELOI LOPES PEREIRA	6599/2	230 * V
MAI2658	55107791C	JOSE OSNI GONSALVES	5169/1	165
MAU3968	55481196C	PATRICIA APARECIDA DE MELO	6920/0	233
MCV9296	54144721D	RENAN LUIZ BALBINOTTO	6971/0	238
MDA4754	55479196C	JONATHAN MARTINI	6912/0	232
MDT2360	55105815C	ZENILDO BATISTA DA ROSA	6610/2	230 * VII
MFG5438	55481195C	MAICON ALVES LOURENCO	6920/0	233
MFH2394	55481715C	JOSE BECCHI	6599/2	230 * V
MHE8556	55481673C	LUCAS CESAR BIKI	5010/0	162 * I
MHM2756	55108219C	EDIVALDO CAVALHEIRO DA SILVA	5010/0	162 * I
MIR5752	54144941D	ADRIANO ADELMIR PROENCA DA SILVA	5274/2	175
MIV3292	55108348C	DEIVISON DE SOUZA ANTUNES	5045/0	162 * V
MJF0027	55481191C	DIEGO OLIMPIO CARNEIRO BASEGGIO	6920/0	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 12 DE SETEMBRO DE 2011

LUIZ ANTONIO PIAZZON

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 053 1274/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AJJ1880	54145169D	VOLMIR DUARTES FAGUNDES	6068/1	209
AMZ1374	54144944D	FELIPE AUGUSTO MINEIRO CAMPAGNIN	5185/1	167
AMZ1374	54144945D	FELIPE AUGUSTO MINEIRO CAMPAGNIN	5835/0	195
ANJ1026	54145190D	ESTANISLAU CZYZ	5541/5	181 * XVII
BXT4884	54145139D	IVONETE BUENO MORAES	6068/1	209
CCB4656	55108346C	DIEGO ROSSONI	5215/2	170
GSH4946	55481680C	MARINO ALVES DE OLIVEIRA	5800/0	192
HFP4592	54145144D	GELSON CARDOSO FREITAS	5410/0	181 * IV
LXH4820	54145871D	EMERSON SPERBER	5967/0	203 * V
LYI5822	54144674D	ROSANGELA APARECIDA RODRIGUES DOS SANTOS	5967/0	203 * V
LZT2779	54145143D	MARCOS DE OLIVEIRA	6491/0	227 * II
MAY8576	55107812C	VICTOR AMADEU MEIRA	5541/1	181 * XVII
MBG5679	54145154D	LEONARDO TERCENIO DE SOUZA	7366/2	252 * VI
MCF2479	54145185D	SANDRO SIEBRE	6068/1	209
MCO0606	54145164D	SHIRLEI ELENA ZANCHI MACHADO FERREIRA	5541/5	181 * XVII
MCV9296	54144720D	RENAN LUIZ BALBINOTTO	5185/1	167
MDA4754	55479195C	JONATHAN MARTINI	5720/0	186 * I
MEJ7121	54144959D	WILLY KEPP	5410/0	181 * IV
MFL2730	54145165D	KARINA MAFFIOLETTI BOGONI	5568/0	181 * XIX
MFP3079	54145192D	NILSO SCHEIDT	5541/3	181 * XVII
MHT8890	55481681C	ANA PAULA VOGUES	6050/1	208
MIC8189	54145200D	PEDRO JUAREZ DELLAI	5576/0	182 * I
MIH5019	54145029D	SOLANGE DAS GRACAS DE OLIVEIRA	7366/2	252 * VI
MIP0814	54145028D	JOSE ARLINDO DE SOUZA	7366/2	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 12 DE SETEMBRO DE 2011

OSMAR PEREIRA DIAS

AUTORIDADE MUNIC DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 053 1275/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
ADJ4181	55481257C	LIDIO SOUZA FILHO	6599/2	230 * V
ADJ4181	55481258C	LIDIO SOUZA FILHO	5010/0	162 * I
ADJ4181	55481259C	LIDIO SOUZA FILHO	6726/1	230 * XVIII
ADJ4181	55481260C	LIDIO SOUZA FILHO	6769/1	230 * XXII
AFD3060	55951959B	JUCI ALVES DOS SANTOS	6599/2	230 * V
AFF4704	55479167C	TELIDIO WIECHORIK	5169/1	165
AIQ4790	55479469C	ARLINDO ZACARIAS PINHEIRO	6599/2	230 * V
AIQ4790	55479470C	ARLINDO ZACARIAS PINHEIRO	5010/0	162 * I
AKA7570	55478911C	ANTONIO RONALDO BALBINOTTO	6610/2	230 * VII
ALD2582	55476119C	MAURICIO PEREIRA DOS SANTOS	6599/2	230 * V
ALD2582	55480391C	MAURICIO PEREIRA DOS SANTOS	6610/2	230 * VII
ALD2582	55480392C	MAURICIO PEREIRA DOS SANTOS	5045/0	162 * V
ALD2582	55480393C	MAURICIO PEREIRA DOS SANTOS	5142/0	164 c/c 162 * V
BSS1057	55479543C	LUIZ GOMES	5010/0	162 * I
HRR7828	55480384C	NELSON CARDOSO DOS SANTOS	5061/0	163 c/c 162 * I
JFQ7414	55107171C	MAICON LUIZ DREHER	6670/0	230 * XIII
LYO5781	55481360C	CLEITON KRATZ	6599/2	230 * V
LYO5781	55951953B	CLEITON KRATZ	5010/0	162 * I
LYS6178	55479171C	VALMOR TASCA	6599/2	230 * V
LYS6178	55479172C	VALMOR TASCA	6912/0	232
LYW0420	55478315C	AILTON DE SOUZA	5010/0	162 * I
LYW0420	55478316C	AILTON DE SOUZA	5061/0	163 c/c 162 * I
LZK4903	55951962B	DAVI RIBEIRO	5169/1	165
LZK4903	55951963B	DAVI RIBEIRO	5274/1	175
LZT0383	55482225C	GUILHERMINA DOS SANTOS	5274/1	175
LZY1029	55481667C	EDSON CARLOS NUNES	5320/0	176 * V

MAD4694	55479271C	CELSO JOSE VOLOSCHEN	5010/0	162 * I
MAF3073	55476219C	OSNIR DA SILVA	5045/0	162 * V
MAF3073	55476220C	OSNIR DA SILVA	6599/2	230 * V
MAF3073	55476221C	OSNIR DA SILVA	6556/4	230 * I
MAF3073	55476222C	OSNIR DA SILVA	6912/0	232
MAQ9928	55480367C	ELIAKIN DE SOUZA BUENO	6610/2	230 * VII
MDA5272	55108516C	LUCIANO DIAS DOS SANTOS	5010/0	162 * I
MDA5272	55108517C	LUCIANO DIAS DOS SANTOS	6912/0	232
MEV9279	55951958B	ROBERTO CARLOS DOS SANTOS	5010/0	162 * I
MHB5568	55478505C	VIVIANO BATISTA	5010/0	162 * I
MHI4106	55478347C	JOMAEZ ZIMMERMANN	6637/2	230 * IX
MIN6924	55482320C	ADRIANE BENEDETTO	5010/0	162 * I
MIO7282	55106777C	ROBSON DE SOUZA	6912/0	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 12 DE SETEMBRO DE 2011

LUIZ ANTONIO PIAZZON

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 053 1276/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª e 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AFF4704	55479166C	TELIDIO WIECHORIK	5207/0	169
AFW4292	55481534C	EVANDRO DANILO ROCHA	6041/2	207
BJN5760	54144798D	ILARIO DE JESUS ANTUNES	5967/0	203 * V
BJN5760	54144799D	ILARIO DE JESUS ANTUNES	5215/2	170
HRR7828	55480385C	NELSON CARDOSO DOS SANTOS	5967/0	203 * V
HRR7828	55480386C	NELSON CARDOSO DOS SANTOS	5835/0	195
JTR1765	55110343C	DIEGO FERREIRA DA SILVA	5452/1	181 * VIII
JYE9992	54144827D	FORTUNATO BIANCHI	5207/0	169
LYQ0578	54145404D	IRACEMA PALOSCHI BRUSCO	5509/0	181 * XIII
LZI2220	54145832D	GABRIELLE IBRAHIM LOPES	6050/1	208
LZK6453	55482653C	ROMEU PEGORARO	7366/2	252 * VI
MBO0739	55475902C	LUCIANO SEVERINO PEREIRA	5541/5	181 * XVII
MFP1010	55481264C	BERNARDETE MASQUIO	7366/2	252 * VI
MFV0882	55478086C	PAULO ROBERTO LAZARIS	7366/2	252 * VI
MGE8864	54144704D	LOURDES SETTI LOCATELLI	7366/2	252 * VI
MHI4106	55107121C	JOMAEEL ZIMMERMANN	7048/2	244 * II
MHI4106	55109739C	JOMAEEL ZIMMERMANN	7056/1	244 * III
MIO7282	55106776C	ROBSON DE SOUZA	5720/0	186 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 12 DE SETEMBRO DE 2011

OSMAR PEREIRA DIAS

AUTORIDADE MUNIC DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 053 1277/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
IFS7408	55481463C	VALDEVINO ALVES DE SOUZA	5010/0	162 * I
LZU4976	55108344C	HEMERSON LEONILDO OLENKA - ME	5169/1	165
MCM8101	55481200C	VANESSA DA SILVA DE OLIVEIRA	6920/0	233
MCV9296	55475384C	RENAN LUIZ BALBINOTTO	6912/0	232
MDR5329	55482549C	JANE APARECIDA GRANEMANN	5274/2	175
MIE7396	55106526C	KARINE APARECIDA DOS SANTOS	5010/0	162 * I
MIE7396	55106528C	KARINE APARECIDA DOS SANTOS	6599/2	230 * V
MIT1713	54146259D	LEONARDO ANDRE SPANHOLO SAVI	6971/0	238

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 12 DE SETEMBRO DE 2011

LUIZ ANTONIO PIAZZON

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 053 1278/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
ALI9317	55482547C	JOSE RIBEIRO DA SILVA	6122/0	214 * I
ANI2574	55481281C	SALESIO FERNANDES ALEXANDRE	5185/1	167
CRE9363	55482543C	LUCIANE FORNARI	6181/0	215 * II
DFV4049	55482548C	MARCOS AURELIO RAMOS	5231/1	172
MIL0392	55482542C	ELIZANDRA MARTINS GONCALVES	6050/2	208
MIT1713	54146258D	LEONARDO ANDRE SPANHOLO SAVI	5452/1	181 * VIII
MIT1713	54146260D	LEONARDO ANDRE SPANHOLO SAVI	5185/1	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 12 DE SETEMBRO DE 2011

OSMAR PEREIRA DIAS

AUTORIDADE MUNIC DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 053 1279/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AOY9543	55476015C	JOAO MARCOS LABA	6920/0	233
LXW5321	55480381C	ANDREI WILLIAN NUNES	5169/1	165
LYF1946	55478961C	ANTONIO ANGELICO CARLESSO	6610/1	230 * VII
MAH5013	55481751C	RAUL ROBERTO DE MORAES	6599/2	230 * V
MAH5013	55481752C	RAUL ROBERTO DE MORAES	5010/0	162 * I
MAH5013	55481753C	RAUL ROBERTO DE MORAES	6637/2	230 * IX
MAO2557	55480507C	JOSE WILSON CORREIA	5010/0	162 * I
MAO2557	55480508C	JOSE WILSON CORREIA	5169/1	165
MBN2312	55481542C	FELIPE ALVES DA LUZ	6610/2	230 * VII
MEE8563	55106399C	EVERALDO NUNES	6599/2	230 * V
MEE8563	55106400C	EVERALDO NUNES	5045/0	162 * V
MFN1916	54145377D	A S BEBIDAS LTDA	5274/1	175
MHW4498	55482256C	CHARLES PATRONY	6637/2	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 12 DE SETEMBRO DE 2011

LUIZ ANTONIO PIAZZON

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 053 1280/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
CCB4656	54145103D	DIEGO ROSSONI	6530/0	228
CCB4656	54145104D	DIEGO ROSSONI	5215/2	170
CCB4656	54145105D	DIEGO ROSSONI	5835/0	195
CMP6997	54145391D	LUIZ CARLOS LEMONI	6122/0	214 * I
IIW9081	54144937D	JOAO AMILTON ALVES DE ASSUNCAO	5185/1	167
IIW9081	54144938D	JOAO AMILTON ALVES DE ASSUNCAO	5835/0	195
LXA8078	55475890C	LUCIMAR PISKE	5800/0	192
LXX4925	55481564C	DEGRAUS APLICACOES DE PISOS INDUSTRIAIS LTDA	5185/1	167
LYF1946	55478962C	ANTONIO ANGELICO CARLESSO	5835/0	195
MBB9257	55481546C	ANDERSON LUIS BARCELOS	5452/1	181 * VIII
MDX9134	55482215C	SERGIO FARIAS	5967/0	203 * V
MDX9134	55482218C	SERGIO FARIAS	5185/1	167
MIL0392	55481543C	ELIZANDRA MARTINS GONCALVES	5452/1	181 * VIII
MIL0392	55481544C	ELIZANDRA MARTINS GONCALVES	5371/0	180

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 12 DE SETEMBRO DE 2011

OSMAR PEREIRA DIAS

AUTORIDADE MUNIC DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 5

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 584 496/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AAA7566	8584039078	MARCIO PITHER DOS SANTOS	7455/0	218 * I
ACO2047	8584039262	NELSO COMERLATO E EVA ALVES PADILHA DE SOUZA	7455/0	218 * I
ACO6925	8584038576	ALBERTO TEODORO BENDLIN	7455/0	218 * I
ACO6925	8584038584	ALBERTO TEODORO BENDLIN	7455/0	218 * I
AFT2880	8584038457	ERVIDE ANTONIO BORSOI	7471/0	218 * III
AGR4548	8584038951	PEDRO SEBASTIAO DA SILVA CAMPOS	7455/0	218 * I
AKY2190	8584038972	NEORI JOAO GALELLI	7455/0	218 * I
ALO5084	8584038948	RENATO PETERS	7471/0	218 * III
AMF5174	8584038944	VALDIR DE LEMOS	7455/0	218 * I
APT1410	8584040141	ERLY CARDOSO DE ANDRADE	7463/0	218 * II
AQK3466	8584038628	CELIO JOSE ZUFFO	7463/0	218 * II
AQS0368	8584038211	NEUCELI ECKEL	7463/0	218 * II
ARC4320	8584039232	MARCELO PERAZZOLI	7463/0	218 * II
BYG5838	8584038271	LAURA FARIAS	7463/0	218 * II
CGF6470	8584039161	IVANIR SALETE DOS SANTOS	7455/0	218 * I
CHX3591	8584039661	PAULA CRISTINA BANDIERA	7455/0	218 * I
CIE1143	8584039534	FERNANDO CONRAD	7455/0	218 * I
CTI3257	8584038922	VALDECIR RAMOS DA SILVA	7455/0	218 * I
DAE5560	8584039199	ARION WAGNER MOREIRA DOS SANTOS	7455/0	218 * I
DCC5906	8584038410	VALTUIR DE LIMA	7471/0	218 * III
DCM5115	8584038510	DALTRO JOSE PEREIRA	7463/0	218 * II
DFO4858	8584039306	LAURO BATISTA FERREIRA ANTUNES	7455/0	218 * I
EBP7915	8584035963	DARCI TIBURSKI	7455/0	218 * I
EFB5693	8584038698	ADEMIR RASSWEILER	7455/0	218 * I
HJE1533	8584039667	EUNICE MACHADO	7455/0	218 * I
HJG2196	8584038597	JOEL DOS SANTOS	7463/0	218 * II

HJN9272	8584039019	SEBASTIAO GOMES PEREIRA	7463/0	218 * II
HQA3958	8584039583	JOSE VALMIR LEITE	7455/0	218 * I
HQF5187	8584039424	ANA PAULA ANTUNES DA COSTA FEIX	7455/0	218 * I
HSA1713	8584039077	MARILUCI FERREIRA ALVES DE OLIVEIRA	7463/0	218 * II
IFN8052	8584039524	DIRCEU SUZIN	7455/0	218 * I
IGP9149	8584038265	LINDOMAR TEXEIRA	7463/0	218 * II
IGW8842	8584039079	JOEL PEREIRA	7471/0	218 * III
IIG8431	8584039771	SIRLENE DOMINGUES	7463/0	218 * II
JOG6177	8584039455	CELIS REGINA DANIELI	7463/0	218 * II
KCV1202	8584038219	NILSON DOS SANTOS	7455/0	218 * I
KCV1202	8584038606	NILSON DOS SANTOS	7463/0	218 * II
KJB3247	8584038373	NEIVA FATIMA SALVADOR	7455/0	218 * I
KNE5096	8584039291	MARIA ANGELA WIGGERS	7463/0	218 * II
KNJ7768	8584038289	DAURA CONSTANTINA VARELA	7455/0	218 * I
LCK8665	8584038441	SILVIO CESAR GOMES	7463/0	218 * II
LCK8665	8584038491	SILVIO CESAR GOMES	7455/0	218 * I
LNI9357	8584038074	ANSELMO ALVES DE LIMA	7455/0	218 * I
LXS9120	8584038931	ARI CARLOS SOARES	7455/0	218 * I
LXT0434	8584038497	LUIZ ROZENTALSKI	7455/0	218 * I
LXV0283	8584039641	JOSE DA SILVA ANTUNES	7455/0	218 * I
LXX1969	8584038261	REMI JOSE REFATTI	7455/0	218 * I
LXX1969	8584038341	REMI JOSE REFATTI	7463/0	218 * II
LXX6358	8584039476	GILMAR GENITO DEBOVI	7455/0	218 * I
LXX7282	8584039237	ANTONIO PEDRO THOMAZI	7455/0	218 * I
LXX8181	8584039245	ODAIR PEDRO DA SILVA	7455/0	218 * I
LXZ3694	8584038967	JAIR GUIMARAES DOS SANTOS	7455/0	218 * I
LYI3265	8584039221	VALTEMIR DA SILVA	7455/0	218 * I
LYT6038	8584039520	ANTONIO BERTOCHO	7471/0	218 * III
LZF7431	8584038929	PAULO JOSE FIUZA	7463/0	218 * II
LZN9475	8584038330	MARCIO JOSE INACIO	7455/0	218 * I
LZQ4221	8584038955	JAIR JOSE PEREIRA	7471/0	218 * III
MAD3565	8584038932	THAILA GEISY KUBOSKI	7455/0	218 * I
MAK6841	8584038589	ADRIANO CARLOS CASSOL	7455/0	218 * I
MAM2322	8584039301	JOSE CARLOS VIEIRA	7455/0	218 * I
MAM4426	8584039513	ORLANDO ZANON	7455/0	218 * I
MAO5479	8584039457	SERGIO LUIZ TOMAZINI	7455/0	218 * I
MBC5710	8584039345	JAIR JAKUES DE OLIVEIRA	7455/0	218 * I

MBQ9009	8584040092	JUCEMI ROQUE NARCISO	7455/0	218 * I
MBU4159	8584039348	LEOCARDI CAVALET	7455/0	218 * I
MBV2941	8584039402	LAUDELINO ALANO DE SOUZA	7455/0	218 * I
MBZ8542	8584039354	JAIME SOUZA	7455/0	218 * I
MCA1617	8584039329	MOISES VANATT	7455/0	218 * I
MCA1617	8584039439	MOISES VANATT	7455/0	218 * I
MCC6957	8584038506	ALIRIO CASTANHETTI	7455/0	218 * I
MCG0477	8584039338	REGINALDO DA SILVA	7455/0	218 * I
MCH8812	8584039346	ITACIR LOCATELLI	7455/0	218 * I
MCH9980	8584038666	MARLI ROSA DE ALMEIDA	7455/0	218 * I
MCH9980	8584038725	MARLI ROSA DE ALMEIDA	7455/0	218 * I
MCJ6018	8584038436	CLEITON MENSOR	7455/0	218 * I
MCL5616	8584039220	CHAIANE RIBEIRO DIAS	7463/0	218 * II
MCL5616	8584039228	CHAIANE RIBEIRO DIAS	7463/0	218 * II
MCP7031	8584038030	PEDRO LEMES	7463/0	218 * II
MCQ1532	8584038503	MARIA LUCHINI DA SILVA	7455/0	218 * I
MCQ1532	8584038681	MARIA LUCHINI DA SILVA	7455/0	218 * I
MCW6867	8584039211	JOAO ADAO MENEGUEL	7455/0	218 * I
MCX1294	8584038231	VALMIR JOSE MAUERWERK	7455/0	218 * I
MDE3644	8584040121	BRUNO TRAPP	7455/0	218 * I
MDJ5474	8584038212	OUZMAIS MODA E ACESSORIOS LTDA ME	7455/0	218 * I
MDM4018	8584038509	ELIANI FAQUETTI CASAGRANDE	7463/0	218 * II
MDS6023	8584038692	PAULINO ACACIO DOS SANTOS	7471/0	218 * III
MDS8755	8584038917	CLAUDIO CAPISTRANO	7455/0	218 * I
MDS8755	8584038920	CLAUDIO CAPISTRANO	7463/0	218 * II
MDX1963	8584038477	FERNANDA DANIELE LUZ	7455/0	218 * I
MEB2882	8584039486	VILMAR JUNGLOS	7455/0	218 * I
MED2827	8584038098	CLAUDIO MARQUESINI	7463/0	218 * II
MEG3118	8584040208	VIVIANE DE FATIMA FURTADO	7455/0	218 * I
MEH1399	8584039154	ESTHER MIRIAN INACIO	7463/0	218 * II
MEJ6429	8584038270	IVANIO DE GOES	7463/0	218 * II
MEL6643	8584038455	ELZA BAUERMEISTER HAS DE SOUZA	7455/0	218 * I
MEU2099	8584038588	EDSON LUIZ PIVA	7455/0	218 * I
MEV3237	8584038565	JOAO CARLOS SEGAT	7471/0	218 * III
MEW0095	8584038665	ELIANE SCHULZ BERTOLDI	7463/0	218 * II
MEW8719	8584038997	IVETE MARIA WATTE	7455/0	218 * I
MEX6998	8584039233	ANA PAULA GOES	7471/0	218 * III

MEY0364	8584038224	JAIR TABOLKA	7455/0	218 * I
MEY9442	8584039200	MARIA PERPETUA NAZARIO	7463/0	218 * II
MFD8754	8584039196	MAURI JOSE SERAFIM	7463/0	218 * II
MFD8754	8584039569	MAURI JOSE SERAFIM	7455/0	218 * I
MFE2694	8584038891	LARI JOSE BARON	7455/0	218 * I
MFE7835	8584039005	NADIR RIBEIRO LENTS	7463/0	218 * II
MFG9703	8584039448	REPLAST INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA	7455/0	218 * I
MFG9703	8584039460	REPLAST INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA	7455/0	218 * I
MFQ4516	8584039517	RUBENS PRADO DOS SANTOS	7463/0	218 * II
MFQ6582	8584038537	MILTON PERICO	7463/0	218 * II
MFS3902	8584038890	FLAVIO ALVES DOS SANTOS	7455/0	218 * I
MFT3962	8584039558	MIGUEL RICARDO PETRI RAMBO	7455/0	218 * I
MFT4697	8584039615	ALFREDO LIPKA	7463/0	218 * II
MFY7167	8584039498	VALDOCIR CARDOSO	7463/0	218 * II
MGB4475	8584038610	JANECI TERESINHA CHEMIN FLORENCIO	7463/0	218 * II
MGC1607	8584039277	IVANISE MARIA MARIN ALBERTI	7463/0	218 * II
MGG6668	8584038996	JOSE SELIVIO DE MELLO	7463/0	218 * II
MGG9544	8584038307	TANIA MARA SALLES	7463/0	218 * II
MGK0589	8584040098	ARNO WERLE	7455/0	218 * I
MGL6649	8584038945	MARGARETE MARIE SOLLE	7455/0	218 * I
MGM3844	8584038735	JAMPIER ANTONIO FERLIN	7463/0	218 * II
MGU6269	8584039866	VALDORI ELISEO PETRY	7471/0	218 * III
MGU6728	8584039060	AIRTON KNISS	7455/0	218 * I
MGU7276	8584038662	EVALDO FRANCISCO XAVIER	7455/0	218 * I
MGU7276	8584039281	EVALDO FRANCISCO XAVIER	7455/0	218 * I
MGW7927	8584039529	CLOVIS KNEBEL DE SIQUEIRA	7455/0	218 * I
MGW8914	8584038906	JOZIELLY DE SOUZA RIZZO	7463/0	218 * II
MHA9090	8584039097	LEDIR GREIM	7455/0	218 * I
MHK6228	8584039604	FATIMA HELENA LUDWIG ORTIZ	7463/0	218 * II
MHL3718	8584038970	CLEIDE MAKCEMIUK	7463/0	218 * II
MHR1064	8584038896	OSNI GOMES	7463/0	218 * II
MHX1078	8584039557	DANILO VEZARO	7455/0	218 * I
MIA7442	8584039398	CLAUDIO LUIZ ESTROWISPY	7455/0	218 * I
MIE4523	8584038608	ELISETE FERNANDES CIDADE DE OLIVEIRA	7463/0	218 * II
MII8589	8584038726	BEONICIO SCHLICKMANN	7455/0	218 * I
MIK5973	8584039203	ILSON JAIR DA SILVA	7471/0	218 * III
MIN3864	8584039697	OSVALDO JOSE SCOLARO	7455/0	218 * I

MIP4134	8584039695	NILZA APARECIDA COLACO	7463/0	218 * II
MIQ0674	8584039681	IVETE JALIREZ DAL MAGRO	7455/0	218 * I
MIS1544	8584038787	OLANDA VEBER DAS CHAGAS	7463/0	218 * II
MIS5842	8584039067	VALDIR SGARBOSSA	7463/0	218 * II
MIZ9134	8584039672	DOUGLAS PAULO PRUSCH	7455/0	218 * I
MJA0081	8584039088	CELIA CRISTINA DOS SANTOS	7455/0	218 * I
MJF2542	8584040135	MARIVANDES FATIMA MAGRO VISOLI	7463/0	218 * II
MJF9642	8584039042	JUSEMAR MEURER	7463/0	218 * II
MJF9642	8584039044	JUSEMAR MEURER	7455/0	218 * I
MJZ7510	8584039100	LUIZ NIVALDO DESTRO	7455/0	218 * I
MMK4710	8584038850	EDILENE KUTCHER DA SILVA	7455/0	218 * I
MUL5789	8584038585	TELMO ALTAIR COELHO	7471/0	218 * III
MUW7736	8584039407	MARIA IRES CARDOZO DE BRITTO	7463/0	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 12 DE SETEMBRO DE 2011

OSMAR PEREIRA DIAS

AUTORIDADE MUNIC DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 8

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 584 497/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AAV5761	8584035261	MARLENE CARON DA SILVA ROSA	7455/0	218 * I
AAV5761	8584035363	MARLENE CARON DA SILVA ROSA	7455/0	218 * I
ABS2909	8584029402	CLAUDIOMIR DOMINGOS SAGIORATTO	7455/0	218 * I
ACC5862	8584028920	JOAO FERREIRA DOS SANTOS	7455/0	218 * I
ACC5862	8584028928	JOAO FERREIRA DOS SANTOS	7455/0	218 * I
ADK9606	8584032789	MARCIO JOSE RODRIGUES	7455/0	218 * I
ADL0624	8584033427	PROVINO LUIZ LIMA DOS SANTOS	7455/0	218 * I
ADN1016	8584009345	ANTONIO VALMIR MARTINS	7463/0	218 * II
AEF2424	8584028697	HIPOLITO ANCIUTI	7455/0	218 * I
AFE4569	8584007820	ALUIR DOS SANTOS RODRIGUES	7455/0	218 * I
AFS5387	8584033063	SEBASTIAO RODRIGUES DE SOUZA	7463/0	218 * II
AFS5387	8584033065	SEBASTIAO RODRIGUES DE SOUZA	7471/0	218 * III
AFS5387	8584033421	SEBASTIAO RODRIGUES DE SOUZA	7455/0	218 * I
AFY0100	8584034712	GENI CONSTANTINO DE GOES	7463/0	218 * II
AGD1715	8584031639	PATRICIA APARECIDA DOS SANTOS VALENDORFF	7455/0	218 * I
AGM0537	8584029785	MARIO DE MATTOS	7455/0	218 * I
AGM2888	8584015271	ARGEMIRO GOMES DE OLIVEIRA	7455/0	218 * I
AGV0427	8584032922	ROSANGELA APARECIDA RIBAS	7455/0	218 * I
AHP7476	8584029694	JOSE VALMIR TOLDO	7455/0	218 * I
AIV4893	8584032553	RAFAEL RIBEIRO LESSA	7463/0	218 * II
AJF3702	8584036336	GERSON SCHRAN	7463/0	218 * II
AJI3498	8584032302	DECLAIR RIBEIRO	7455/0	218 * I
AJJ1514	8584034326	ILDO JOSE BAUMHARDT	7455/0	218 * I
AJV6565	8584029357	ROSANE YAREMA MOREIRA DE ANDRADE	7455/0	218 * I
AKL6954	8584034694	DIONES ANDRE DE OLIVEIRA	7463/0	218 * II
AKL6954	8584034701	DIONES ANDRE DE OLIVEIRA	7463/0	218 * II

ALA2004	8584029000	MARCIA DE LIMA	7463/0	218 * II
ALD2195	8584032877	ELITA CRISTINA QUERINO DE LIMA	7463/0	218 * II
ALD2195	8584034313	ELITA CRISTINA QUERINO DE LIMA	7455/0	218 * I
ALI0779	8584032854	MARICI SIMOES DA CRUZ	7455/0	218 * I
ALI0779	8584032929	MARICI SIMOES DA CRUZ	7455/0	218 * I
AOY6557	8584034781	VALDECIR DOS SANTOS	7455/0	218 * I
ARB2798	8584034824	SIMONE FERREIRA LOPES	7455/0	218 * I
ATW1998	8584037474	RINALDO PORTALUPPI	7455/0	218 * I
BAC8008	8584035601	VANDERLEI ARIOTTI DALZOTTO	7455/0	218 * I
BAJ0300	8584034058	EDESIO HEINZ	7463/0	218 * II
BEC0031	8584034510	ADAO EDOELSON CALDAS	7463/0	218 * II
BYF2065	8584032059	JUCILEIA GEVIESKI BINDER	7455/0	218 * I
CCJ9748	8584034798	ZANETE APARECIDA DA SILVA RIBEIRO JASPER	7455/0	218 * I
CFB6444	8584032776	ANA LUCIA DA SILVA	7463/0	218 * II
CFW8687	8584030832	CARLINHO RODRIGUES BITENCORT	7455/0	218 * I
CGS2854	8584034720	JOVENTINO RODRIGUES DOS PASSOS	7471/0	218 * III
CGS5047	8584031632	PEDRO JOSE VIEIRA	7455/0	218 * I
CGV9991	8584015176	LEO CANDIDO	7455/0	218 * I
CHX3591	8584028872	PAULA CRISTINA BANDIERA	7455/0	218 * I
CIU3357	8584028975	AMADEU BUENO FERREIRA	7455/0	218 * I
CIU3357	8584029721	AMADEU BUENO FERREIRA	7455/0	218 * I
CNN7009	8584030670	EZEQUIEL DE OLIVEIRA	7455/0	218 * I
CNV3794	8584032703	CRISTIANO FRANCES GOMES	7455/0	218 * I
CSX3961	8584007125	JOSE AUGUSTINHO DOS SANTOS	7455/0	218 * I
CXA1416	8584037225	ILARIO LEVANDOVSKI BUIARSKI	7463/0	218 * II
DDU7589	8584033288	JOSE ALVINO DIAS	7463/0	218 * II
DIK4377	8584034239	SALETE ORTIZ FERREIRA	7455/0	218 * I
DIZ0667	8584034880	NARCISO PAGNO	7463/0	218 * II
DKX7520	8584028882	ALESANDRO LEANDRO NEU	7455/0	218 * I
FAA2008	8584036176	ROCHA EMPREENDIMENTOS LTDA	7471/0	218 * III
FDS6699	8584031077	VANESSA PESSATTI	7455/0	218 * I
GDA9996	8584036473	ROBSON SANDER	7455/0	218 * I
HBV0513	8584015203	SEZER CASTAMAM BRONORO	7463/0	218 * II
HIK3896	8584029476	GILMAR FRANCISCO VIEIRA	7455/0	218 * I
HYB3968	8584034760	ELIANE APARECIDA DOS SANTOS NOVASKI	7455/0	218 * I
IBG8385	8584034130	ANTONIO DIJALMA NUNES	7455/0	218 * I
IBP4434	8584029351	FRANCISCA DOS SANTOS ARAUJO	7455/0	218 * I

IEX9650	8584036675	JULIANO RICARDO DE JESUS	7455/0	218 * I
IFU7949	8584034743	MOACIR DE FREITAS VARGAS	7455/0	218 * I
IIW1609	8584015276	ADENIR DE LIMA	7455/0	218 * I
ILB5529	8584032283	ALCINDO PEDRO GEHLEN	7463/0	218 * II
ILW5749	8584033952	SUELI MARIA DE MEDEIROS	7455/0	218 * I
IQI3811	8584035861	SEBASTIAO CANDIDO SOUZA	7455/0	218 * I
JGG1339	8584034707	JOSE ODILIO FERNANDES	7463/0	218 * II
JNZ1669	8584028858	GERALDO DOS SANTOS MARTINS	7455/0	218 * I
JQX8605	8584037388	LIANI DETKE	7463/0	218 * II
JWX2309	8584034192	IDANIR XAVIER	7455/0	218 * I
KCV1202	8584034677	NILSON DOS SANTOS	7455/0	218 * I
KIM8602	8584031242	NADIR DA SILVA	7455/0	218 * I
KIV5044	8584012933	JOSE DOS SANTOS RIBEIRO	7455/0	218 * I
KMX4545	8584034507	SEBASTIAO FARIAS DA SILVA	7463/0	218 * II
KZZ9378	8584035851	EUROPE VEICULOS LTDA	7455/0	218 * I
LWA2478	8584034833	ANTONIO LIZEU RAYSEL VALTER	7463/0	218 * II
LWR2994	8584028851	LUZIMEIA BUENO BITTENCOURT	7455/0	218 * I
LWT3300	8584034254	MARCOLINO GRIBOSKI	7455/0	218 * I
LWV1514	8584036671	JOAO DORALINO MILDEMBERGER	7455/0	218 * I
LWW7596	8584037299	ALCEU DOS SANTOS	7463/0	218 * II
LWZ1627	8584034464	LOURENCO ZANON	7463/0	218 * II
LXC5610	8584027879	PEDRO HOLDIZS	7455/0	218 * I
LXC5610	8584028926	PEDRO HOLDIZS	7455/0	218 * I
LXD4654	8584034292	GETULIO WALTRICH	7463/0	218 * II
LXF1868	8584031422	RUDINEI MARTINS DE SOUZA	7455/0	218 * I
LXJ9100	8584032451	ANDREY SOUZA FARIAS	7463/0	218 * II
LXM0620	8584034676	ALCINDO DE LIMA BITENCOURT	7455/0	218 * I
LXT0278	8584036652	PAULO RICARDO ALBIERO	7455/0	218 * I
LXW1198	8584031251	ANTONIO JAIR MEDEIROS	7455/0	218 * I
LYF9159	8584031978	FACEAL TERRAPLANAGEM TRANSPORTE E CONSTRUcoes	7455/0	218 * I
LYJ6452	8584034844	ELISANDRO PRADO	7455/0	218 * I
LYJ9662	8584034195	VALDIR PIMENTA	7455/0	218 * I
LYM0426	8584029391	EDSON RIBEIRO DE SA	7455/0	218 * I
LYM5637	8584012194	ROSALINA CHISTE	7455/0	218 * I
LYP4784	8584031979	CENI SALETE AMARO ANKLER	7455/0	218 * I
LYZ6935	8584030645	GEMA APARECIDA POZZAN PEREIRA	7455/0	218 * I
LZE1681	8584010366	ELANA PAGEL	7463/0	218 * II

LZI7646	8584034261	ISRAEL PEREZ DA SILVA	7463/0	218 * II
LZJ5133	8584014883	VALMOR VEIGA ALVES	7455/0	218 * I
LZK7940	8584015206	NORBERTO GARCIA FAN	7455/0	218 * I
LZP3178	8584027908	WILSON ANTUNES	7455/0	218 * I
LZT2731	8584034308	ELVINO BULOW	7455/0	218 * I
LZT2731	8584034485	ELVINO BULOW	7455/0	218 * I
MAA7767	8584033268	ALVINO ALVES CARDOSO	7455/0	218 * I
MAD7367	8584033077	JEREMIAS CARVALHO DOS SANTOS	7455/0	218 * I
MAD7367	8584033149	JEREMIAS CARVALHO DOS SANTOS	7455/0	218 * I
MAO8087	8584034795	JUCELIO DE OLIVEIRA	7455/0	218 * I
MAR6415	8584034285	ROSANGELA MARIA DOS SANTOS DUARTE	7463/0	218 * II
MAR7617	8584032691	ORLANDO GIRELLI	7463/0	218 * II
MAT3356	8584013492	VALDO VILME DA LUZ	7455/0	218 * I
MAU6746	8584033192	RIVALDO GARDACHO	7455/0	218 * I
MAU8105	8584034551	DISTRIBUIDORA MULLER COMERCIO E REPRESENTACOES I	7455/0	218 * I
MAV0333	8584034570	KARIN JAQUELINE WAGNER	7463/0	218 * II
MAW8829	8584032993	JOAO ELIEZER DA SILVA	7455/0	218 * I
MAZ0672	8584032306	JOAO PEREIRA	7455/0	218 * I
MBA9885	8584014462	CRISTIANE MINEIRO	7455/0	218 * I
MBB3813	8584034854	ROGER KNOBLAUCH	7463/0	218 * II
MBB9624	8584035626	JOAO GOETTEN PEREIRA	7463/0	218 * II
MBC8622	8584033035	JOSE ADAIR DA SILVA	7455/0	218 * I
MBF3551	8584032657	JAIR VOTTRI	7455/0	218 * I
MBF3551	8584032658	JAIR VOTTRI	7463/0	218 * II
MBF3551	8584032888	JAIR VOTTRI	7463/0	218 * II
MBJ4089	8584032969	VAGNER ROQUE TEIXEIRA	7463/0	218 * II
MBJ5538	8584032834	VALDIR FERREIRA DO AMARAL	7455/0	218 * I
MBM1676	8584037279	LUIZ FERNANDO BRESSIANI	7455/0	218 * I
MBN2727	8584035508	ELETRO REFRIGERACAO BOHRER LTDA ME	7463/0	218 * II
MBN2727	8584035590	ELETRO REFRIGERACAO BOHRER LTDA ME	7463/0	218 * II
MBN3280	8584035604	ARI JOSE BATISTA	7471/0	218 * III
MBQ2285	8584036335	LUIZ CARLOS DE SOUSA	7455/0	218 * I
MBQ7526	8584033216	EVERTON LUIZ OLIVEIRA	7455/0	218 * I
MBQ9009	8584035114	JUCEMI ROQUE NARCISO	7463/0	218 * II
MBU4013	8584034624	ANDREIA XAVIER	7455/0	218 * I
MBU4279	8584028802	ADAO JUAREZ ROSA DE OLIVEIRA	7455/0	218 * I
MBV6512	8584034909	ELEGARIO MARTINS VIEIRA	7455/0	218 * I

MBV7604	8584033404	MARIO CORREA DE OLIVEIRA	7455/0	218 * I
MBV9822	8584032752	JOSE ELEANDRO DOS SANTOS	7455/0	218 * I
MBV9822	8584032753	JOSE ELEANDRO DOS SANTOS	7455/0	218 * I
MBW8349	8584034266	VITOR MIGUEL KUNZLER	7455/0	218 * I
MBZ4457	8584037552	NEI PEREIRA DE CARVALHO	7455/0	218 * I
MCC7298	8584032217	CLAUDINEI BARBIERO	7455/0	218 * I
MCC7298	8584032436	CLAUDINEI BARBIERO	7463/0	218 * II
MCC7298	8584032438	CLAUDINEI BARBIERO	7463/0	218 * II
MCE6510	8584029427	NILTON CITADIN	7455/0	218 * I
MCF8950	8584029521	SANDRA MARA ANZOATEGUI CARVALHO	7455/0	218 * I
MCG2394	8584034152	MAURICIO VIERO	7463/0	218 * II
MCI4956	8584034471	OSVALDO SOETHE DA SILVA	7463/0	218 * II
MCI4956	8584034787	OSVALDO SOETHE DA SILVA	7463/0	218 * II
MCP0155	8584034574	FELIPE GABRIEL DOS SANTOS SILVEIRA	7455/0	218 * I
MCP4321	8584034221	GILMAR LUIZ SOARES DE PAULA	7455/0	218 * I
MCQ7407	8584034646	SERGIO COLTRO	7455/0	218 * I
MCV2619	8584035282	ANTONIO MOREIRA DOS SANTOS	7455/0	218 * I
MCV2619	8584036090	ANTONIO MOREIRA DOS SANTOS	7463/0	218 * II
MCW5687	8584007902	FRANCISCA GOMES FERREIRA DE LIMA	7463/0	218 * II
MCY4505	8584034611	ORANDI ANDRE PIRES DOS SANTOS	7471/0	218 * III
MDC3859	8584034641	ALZIMAR CATARINA DANESE	7455/0	218 * I
MDC3859	8584034735	ALZIMAR CATARINA DANESE	7455/0	218 * I
MDI0777	8584034247	ALIDO JORDAO	7463/0	218 * II
MDK3409	8584028922	CLAUDIO DE SOUZA RIBEIRO	7455/0	218 * I
MDK7607	8584032843	CLAUDINEI FRANCISCO DE SOUZA FILHO	7455/0	218 * I
MDO6934	8584036056	ADEMIR SOPPELSA	7455/0	218 * I
MDR7132	8584033026	EDITE MARIA DOS REIS	7455/0	218 * I
MDT9913	8584014579	MARCIO VINICIUS BUSATO	7455/0	218 * I
MDU3703	8584033238	ALTEMIRO TEXEIRA	7455/0	218 * I
MDW0433	8584034219	RONALDO PAULO MULLER	7455/0	218 * I
MDX6727	8584014384	JULIANA MARIELA RAMOS NEVES	7463/0	218 * II
MDX7463	8584034016	PAULO CESAR LEMOS	7455/0	218 * I
MEB2723	8584010341	RODRIGO SANDRINI	7463/0	218 * II
MEB8689	8584037586	DEISE CRISTINA CARDOSO DE CARVALHO	7455/0	218 * I
MED1726	8584034582	LEINOR PRESTES DE MACEDA	7455/0	218 * I
MED1726	8584034691	LEINOR PRESTES DE MACEDA	7455/0	218 * I
MED5465	8584032297	LAUDELINO JOAQUIM	7463/0	218 * II

MEG0835	8584033399	JUCIANE BUSE	7463/0	218 * II
MEM1679	8584037280	JAKSON ADADA	7455/0	218 * I
MEM3161	8584037179	KIM CARGA E DESCARGA LTDA ME	7455/0	218 * I
MEM7393	8584015011	RENATO MENDES	7455/0	218 * I
MEP4145	8584009114	MATILDE PETERSEN HASSE	7455/0	218 * I
MEP7913	8584034700	LUCIA KOERICH	7455/0	218 * I
MEV5496	8584014931	CHRISTIANNE PEREIRA FEIGL	7463/0	218 * II
MEX2433	8584034739	IVAIR CLAUDIO FERRARI	7455/0	218 * I
MEX8160	8584012893	MARCELO DA SILVA	7463/0	218 * II
MEY7607	8584028703	ORESTES CRISTOVAO	7455/0	218 * I
MEZ3506	8584032945	ANTONIO ISMAEL SILVANO	7455/0	218 * I
MEZ3506	8584033391	ANTONIO ISMAEL SILVANO	7463/0	218 * II
MEZ3506	8584034514	ANTONIO ISMAEL SILVANO	7455/0	218 * I
MEZ9686	8584014784	MARIA LOURDES DA SILVA	7455/0	218 * I
MFH6697	8584034564	PAULO KOCK	7455/0	218 * I
MFH6697	8584034829	PAULO KOCK	7463/0	218 * II
MFI1698	8584034488	NEILOR ASSIS MACHADO	7463/0	218 * II
MFI4608	8584036106	NATIVA LOGISTICA FLORESTAL LTDA	7455/0	218 * I
MFI7123	8584034182	VALMIR FABRICIO PERON	7463/0	218 * II
MFM4943	8584011521	MARLENE DE CARVALHO CABRAL	7455/0	218 * I
MFM5516	8584034899	CASA DO CHAVEIRO COMERCIO E FERRAMENTAS LTDA ME	7463/0	218 * II
MFN8859	8584031213	IRINEU DAVID HERMES	7463/0	218 * II
MFP5775	8584036528	VILMAR APARECIDO TELLES	7455/0	218 * I
MFR0690	8584034544	GENTIL RAMOS	7455/0	218 * I
MFR5056	8584034571	CRISTINA ELY DITTRICH	7455/0	218 * I
MFS2193	8584028916	ORIDES ALVES DOS SANTOS	7463/0	218 * II
MFT3962	8584029852	MIGUEL RICARDO PETRI RAMBO	7455/0	218 * I
MFT4697	8584029430	ALFREDO LIPKA	7463/0	218 * II
MFT5994	8584033148	HELENA FARIAS DA SILVA	7455/0	218 * I
MFT5994	8584033151	HELENA FARIAS DA SILVA	7455/0	218 * I
MFT5994	8584033281	HELENA FARIAS DA SILVA	7455/0	218 * I
MFY6997	8584034610	CARLOS MARQUES	7463/0	218 * II
MGC0065	8584029415	LEOCIR JOSE BERNART	7455/0	218 * I
MGE8951	8584015197	MARIA DE LOURDES ANDRIGHETTI RECH	7455/0	218 * I
MGJ6775	8584032598	MARCOS JOSE FERREIRA	7455/0	218 * I
MGL3760	8584034136	EZEQUIEL ALVES DOS SANTOS	7455/0	218 * I
MGW0413	8584030093	JULCEIA CARMEN KROTH GHELLER	7463/0	218 * II

MGW9488	8584029699	GILBERTO BORGES DOS SANTOS	7463/0	218 * II
MGY3155	8584032019	CLAUDEMIR FRANCA DA SILVA	7463/0	218 * II
MHA0425	8584034328	CANOINHAS ASSESSORIA E PLANEJAMENTO AGROFLORES	7455/0	218 * I
MHB0961	8584034445	TRANSPORTES B. P. LTDA ME	7463/0	218 * II
MHC5231	8584010121	OSMAR FERREIRA BRANDAO	7463/0	218 * II
MHC5231	8584010369	OSMAR FERREIRA BRANDAO	7455/0	218 * I
MHE0256	8584032616	NEWTON VENSKE ME	7463/0	218 * II
MHF1139	8584034090	FRANCIANY MAYARA SAGAS	7455/0	218 * I
MHG1486	8584032079	CLAIR ROQUE	7455/0	218 * I
MHI3861	8584014432	AILTON RIBAS SILVERIO	7455/0	218 * I
MHL0604	8584034879	ANTONIO ROSIVAL DE PINHO	7463/0	218 * II
MHL4529	8584034186	CARLOS HOLOVATY	7471/0	218 * III
MHO6859	8584033422	NARDELI DE OLIVEIRA ROCHA	7455/0	218 * I
MHQ0623	8584028930	AMAURI JOVANI SPADER	7455/0	218 * I
MHV7407	8584036117	LIDIANE CARLIN	7455/0	218 * I
MHW9192	8584037623	ROSELI DIAS DA SILVA	7455/0	218 * I
MHW9605	8584036083	JONAS BARBOSA	7455/0	218 * I
MHX1082	8584034617	PEDRO PEREIRA	7455/0	218 * I
MHX9152	8584034178	CLAUDIO ANTONIO VIGNATTI	7455/0	218 * I
MHZ1848	8584029502	MARIA GORETE DA SILVA RUTHES	7463/0	218 * II
MIB3638	8584032748	PEDRO HENRIQUE PINO GARCIA	7455/0	218 * I
MIB4137	8584029576	GILBERTO DE MATTOS	7455/0	218 * I
MIB6392	8584033214	NILTO SCHLOSSER	7455/0	218 * I
MIC8144	8584027201	WILSON ROBERTO POSSENTI	7455/0	218 * I
MIC8144	8584027202	WILSON ROBERTO POSSENTI	7471/0	218 * III
MIE3713	8584034263	MARIZETE VIDAL	7463/0	218 * II
MIF6215	8584032666	JORGE NUNES	7455/0	218 * I
MIH0994	8584032866	PEDRO PAULO SUSKI	7471/0	218 * III
MII1464	8584035732	GILMAR BALBINOT E CIA LTDA EPP	7455/0	218 * I
MIJ6881	8584034738	NELSON CLERIS	7455/0	218 * I
MIP7859	8584034012	MARCIA DOS SANTOS MARTINS	7455/0	218 * I
MJB5390	8584028867	TIAGO DO ROSARIO MACIEL	7463/0	218 * II
MJF1469	8584033036	LUCIANA RAUBER	7455/0	218 * I
MJF1469	8584033333	LUCIANA RAUBER	7455/0	218 * I
MJK4119	8584029676	ERALDO LUIZ PEREIRA DA ROSA	7455/0	218 * I
MMI6310	8584034539	ALCIONE MELO RAMOS	7455/0	218 * I
NBQ8999	8584035325	MARIA APARECIDA GONCALVES	7455/0	218 * I

NBQ8999

8584035328

MARIA APARECIDA GONCALVES

7455/0

218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 12 DE SETEMBRO DE 2011

OSMAR PEREIRA DIAS

AUTORIDADE MUNIC DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 584 498/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AML0021	8584039177	EMILIO ALVES TRINDADE	7455/0	218 * I
AML0021	8584039179	EMILIO ALVES TRINDADE	7463/0	218 * II
BRG1918	8584039533	DONIZETI CARDOSO	7463/0	218 * II
CGV9097	8584037932	EVANDRO DALANHOL	7463/0	218 * II
COG1447	8584039299	IVONETE DA LUZ CORREIA	7455/0	218 * I
DXB9168	8584039089	M.P.V. PROPAGANDAS LTDA	7463/0	218 * II
IJO7041	8584039462	NERI PESSOA	7455/0	218 * I
IJO7041	8584039491	NERI PESSOA	7455/0	218 * I
LZF7041	8584039456	IRACEMA SALLES DE MOURA LORENZINI	7455/0	218 * I
MAD3565	8584039485	THAILA GEISY KUBOSKI	7455/0	218 * I
MAJ4620	8584039851	PATRICIA APARECIDA SOARES DE OLIVEIRA	7463/0	218 * II
MBC1180	8584039589	JOSE ADAIR FERREIRA	7455/0	218 * I
MBT1664	8584039856	VERGINIO SCAPINELLI	7455/0	218 * I
MBV3793	8584039405	CLENILSON JOSE STURMER	7455/0	218 * I
MBV6127	8584039471	ALCIONE SCHMIDT	7455/0	218 * I
MBZ6860	8584004787	LEANDRO MARTINS MONTEIRO	7455/0	218 * I
MCF5565	8584039567	ORLINDO MOREIRA BRANCO	7455/0	218 * I
MCP0095	8584040074	DIRCEU DA CRUZ	7455/0	218 * I
MCW3857	8584039478	JOAO RIBOLI	7463/0	218 * II
MDD5607	8584039482	ILOIR DE MATTOS	7463/0	218 * II
MDM0270	8584039481	JOSE LINO BECKER	7463/0	218 * II
MEB2882	8584039870	VILMAR JUNGLOS	7455/0	218 * I
MEB8577	8584039382	SUELEN VERGINIA KOOL	7463/0	218 * II
MEH1399	8584039515	ESTHER MIRIAN INACIO	7471/0	218 * III
MEW7086	8584039538	GELSON JOSE DE SOUZA	7463/0	218 * II
MEW7086	8584039829	GELSON JOSE DE SOUZA	7463/0	218 * II

MFG5738	8584002751	MARCOS ROBERTO RODRIGUES	7455/0	218 * I
MFT4697	8584039828	ALFREDO LIPKA	7455/0	218 * I
MGA7666	8584039616	ANDREA PRADO MACHIAVELLI	7455/0	218 * I
MGR5938	8584039573	INES COITINHO	7463/0	218 * II
MGR5938	8584039578	INES COITINHO	7463/0	218 * II
MGR5938	8584039640	INES COITINHO	7471/0	218 * III
MGU4805	8584039514	ADEMIR DE SOUZA	7455/0	218 * I
MHG9371	8584039817	MARCOS RIBEIRO DOS SANTOS	7455/0	218 * I
MIB9739	8584039470	JEFERSON ANDRE FERREIRA E ALBERTO LOSI	7455/0	218 * I
MIK2274	8584039765	VALDEMIR RIQUERME	7455/0	218 * I
MLB0317	8584039627	LILIAN BREMER VOGELBACHER	7455/0	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 12 DE SETEMBRO DE 2011

OSMAR PEREIRA DIAS

AUTORIDADE MUNIC DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 584 499/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
ACV4945	8584034913	VALTENIR JOSE FERREIRA	7463/0	218 * II
AEA1521	8584031651	CRISTIAN JOSE FERREIRA PIRES	7463/0	218 * II
AFS3281	8584031631	GILMAR JOSÉ ZANONI	7455/0	218 * I
AHX7256	8584031258	REVAIR VARGAS ESPINDOLA	7455/0	218 * I
AOT2610	8584029363	RAPHAEL ALVES CARNEIRO	7455/0	218 * I
BYG7275	8584031291	ITACIR JOSE PETRY	7463/0	218 * II
CLB3400	8584031705	EWERTON MENEGARO MATEUS	7455/0	218 * I
CMH3406	8584030216	DOMINGOS CARDOSO	7455/0	218 * I
CMH3406	8584030221	DOMINGOS CARDOSO	7455/0	218 * I
CMH3406	8584030516	DOMINGOS CARDOSO	7463/0	218 * II
DMM8583	8584034861	ADRIANA TEREZINHA DA SILVA DA SILVEIRA	7455/0	218 * I
DMM8583	8584034866	ADRIANA TEREZINHA DA SILVA DA SILVEIRA	7455/0	218 * I
DMM8583	8584034874	ADRIANA TEREZINHA DA SILVA DA SILVEIRA	7463/0	218 * II
IOU5968	8584031496	MOACIR ALBINO	7463/0	218 * II
LWU3698	8584035117	DORIVAL LIMA DOS SANTOS	7455/0	218 * I
LWX4572	8584012456	PAULO RODRIGUES	7455/0	218 * I
LWX5945	8584031086	DEOCLIDES QUEIROZ	7463/0	218 * II
LXA2435	8584033940	MANOEL DE SOUZA	7455/0	218 * I
LXE4376	8584031160	CALIX NERY DA SILVA DOS SANTOS	7455/0	218 * I
LXH3163	8584030018	MISAUQUE SOARES	7455/0	218 * I
LXM0620	8584035157	ALCINDO DE LIMA BITENCOURT	7455/0	218 * I
LXM0620	8584035160	ALCINDO DE LIMA BITENCOURT	7455/0	218 * I
LXS3399	8584035104	DILVANE FATIMA DE OLIVEIRA	7455/0	218 * I
LXW0857	8584035097	DORVILIO BUFON	7455/0	218 * I
LYA3397	8584035175	VALMOR DE LIZ	7455/0	218 * I
LYD8129	8584035197	ANTONIO ALVES DA CONCEICAO	7455/0	218 * I

LYI4803	8584030919	HONORIO ORTIZ XAVIER	7463/0	218 * II
LYO5849	8584032386	ENILTON TRINDADE MACHADO	7455/0	218 * I
LZA3827	8584034978	LUCIANE PEREIRA DA ROSA	7455/0	218 * I
LZP8898	8584030969	MAURO MACIEL DE SOUZA	7455/0	218 * I
LZP8898	8584030972	MAURO MACIEL DE SOUZA	7455/0	218 * I
LZW1686	8584035130	RANIELTON DA SILVA BALTAZAR	7455/0	218 * I
MAB7749	8584035027	LAERCIO FLECK	7455/0	218 * I
MAC7219	8584030757	ANTONIO MANOEL DE MELLO	7455/0	218 * I
MAE0008	8584032201	VALDETE MARIA DA SILVA	7455/0	218 * I
MAE0008	8584032203	VALDETE MARIA DA SILVA	7471/0	218 * III
MAF0830	8584035170	PAULO CESAR CAETANO DA SILVA	7463/0	218 * II
MAL5914	8584031383	ADEMIR DE JESUS	7455/0	218 * I
MAR7617	8584032690	ORLANDO GIRELLI	7455/0	218 * I
MAX3602	8584034961	JDB TRANSPORTES E COMERCIO LTDA	7455/0	218 * I
MBE2957	8584029547	JOCELINO CORDOVA VARGAS	7463/0	218 * II
MBE4613	8584031042	ENILSON JOSE DE LIMA	7455/0	218 * I
MBQ3759	8584031454	MARIA APARECIDA MOREIRA	7455/0	218 * I
MBQ9714	8584032066	CLAUDIO VALDOMIRO BENING	7455/0	218 * I
MBV4435	8584034851	LUIZ CARLOS ALMEIDA	7455/0	218 * I
MBV5700	8584035189	FRANCISCO ODELIR PICOLOTO	7455/0	218 * I
MCG3474	8584037342	ISMAEL CHAGAS	7455/0	218 * I
MCG3689	8584034000	MARGARETE ANA BENNEMANN	7463/0	218 * II
MCG8435	8584035199	CLAUDIO LUIZ KMITA	7463/0	218 * II
MCK8279	8584031158	MARIDALVA DI DOMENICO CONSONI	7455/0	218 * I
MCN1421	8584031598	MARCIA TEREZINHA KONIG	7463/0	218 * II
MCN5057	8584035041	LUIS FERNANDO FORLIM	7471/0	218 * III
MCT1789	8584032391	LUANA ISABELLE FERREIRA FEITOSA	7463/0	218 * II
MCV3758	8584035172	BERNARDETE BERNARSKI	7455/0	218 * I
MCW7683	8584037232	ROSEMIR FREITAG	7455/0	218 * I
MDI8179	8584031492	MARCIA IVONETE DE VALOES MACIERO	7455/0	218 * I
MDJ5595	8584028983	GUIDI ADMINISTRAÇÃO DE IMOVEIS LTDA	7463/0	218 * II
MDK3409	8584031017	CLAUDIO DE SOUZA RIBEIRO	7463/0	218 * II
MDX2892	8584034926	MAURO SERGIO RODRIGUES	7455/0	218 * I
MDX3574	8584035203	VILMA GARBARI TAUFENBACH	7455/0	218 * I
MEF4875	8584006746	ESLI TEREZINHA BRUST	7455/0	218 * I
MES5361	8584035898	FRANCISCO NUNES	7455/0	218 * I
MEV5509	8584032400	NEIVA URBANSKI	7463/0	218 * II

MEY5911	8584032711	MILTON ROBERTO BROCK	7463/0	218 * II
MFF2491	8584035068	ALAN DALTON LOHN	7455/0	218 * I
MFF2491	8584035070	ALAN DALTON LOHN	7455/0	218 * I
MFF2491	8584035162	ALAN DALTON LOHN	7463/0	218 * II
MFO7793	8584032612	AMANCIO SPOLADORE	7463/0	218 * II
MFV9660	8584037574	VANESSA CHARLINE BINDER	7455/0	218 * I
MGB6146	8584034846	ANTONIO ALCEU RODRIGUES	7455/0	218 * I
MGK9838	8584034908	EZILDA FREIBERGER DE AQUINO	7463/0	218 * II
MHK9246	8584035192	TRANSPORTES SCOMAPI LTDA	7455/0	218 * I
MHO0856	8584034905	JOHNNY DA SILVA	7471/0	218 * III
MHO2773	8584005241	NERILDE CORREA DA LUZ	7455/0	218 * I
MHU3531	8584034007	RENATA CRISTINA MACHADO MENDONCA	7455/0	218 * I
MHU3567	8584034943	AMARILDO TIBES	7455/0	218 * I
MHW2719	8584029918	VALDECI RIBEIRO DA SILVA	7455/0	218 * I
MHW3289	8584030977	SEBASTIAO ORILDO CORDEIRO	7463/0	218 * II
MHX3271	8584031552	JOSE LUIZ DALAMARIA	7455/0	218 * I
MHX3271	8584031557	JOSE LUIZ DALAMARIA	7455/0	218 * I
MHY9781	8584029764	MARIA MENEGATTI	7463/0	218 * II
MHZ9449	8584030500	ROGÉRIO MORAES DE SOUZA	7455/0	218 * I
MIF8662	8584037611	FERNANDO DAGOSTIN	7455/0	218 * I
MIF8886	8584033147	MIGUEL JAKINZO JUNIOR	7463/0	218 * II
MII8589	8584034842	BEONICIO SCHLICKMANN	7455/0	218 * I
MIT9440	8584030669	CECILIA LINO FERREIRA CONTI	7455/0	218 * I
MIZ0591	8584029382	ALZINO MOREIRA	7455/0	218 * I
MJA1761	8584029465	TIAGO ZANELATO PASETO	7455/0	218 * I
MJJ5169	8584032538	ROSALINO JARDIM DE MELO	7455/0	218 * I
MJP8750	8584030461	JOSE FIEIRA	7455/0	218 * I
MJR6989	8584030818	ADRIANO SEBASTIAO VEIGA	7455/0	218 * I
MKF1984	8584029560	AUREA BORGES DA ROSA BITTENCOURT DE CAMARGO	7455/0	218 * I
MMM5108	8584031362	ROSA MARIANO TEIXEIRA	7463/0	218 * II
MWZ4242	8584030115	APARECIDA DE FATIMA ALMEIDA	7463/0	218 * II
MZD8880	8584028039	ACELIA TEREZINHA SCHERER	7471/0	218 * III
MZD8880	8584028425	ACELIA TEREZINHA SCHERER	7463/0	218 * II
MZD8880	8584029437	ACELIA TEREZINHA SCHERER	7463/0	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 12 DE SETEMBRO DE 2011

OSMAR PEREIRA DIAS

AUTORIDADE MUNIC DE TRANSITO

Resolução Nº 011-CMAS

Resolução 011/2011 de 11/07/2011

O Conselho Municipal de Assistência Social de Caçador – SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1.068, de 12 de novembro de 1996, nos arts. 1º e 2º, e em consonância com a Lei Federal nº 8742/93;

Considerando os documentos apresentados pela Contadoria Geral da Prefeitura Municipal de Caçador e Secretaria Municipal de Assistência Social, denominado "Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico Financeiro 2010".

Considerando os trabalhos de análise da referida documentação por parte dos membros da Comissão de Finanças do colegiado do Conselho Municipal de Assistência Social e esclarecimentos fornecidos pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Assistência Social e Gestora do Programa Bolsa Família, em Reunião Plenária. Considerando a ata nº 175 de 28 de junho de 2011 a qual aprova por unanimidade de votos os documentos apresentados pela Contadoria Geral da Prefeitura Municipal de Caçador e Secretaria Municipal de Assistência Social, denominado "Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico Financeiro 2010" contemplando os itens:

Execução Financeira 2010; Execução dos Saldos Reprogramados 2005 a 2009;

Índice de Gestão Descentralizada – IGD –Físico Financeiro 2010

1. Recursos do co-financiamento federal - FNAS

1.1. Recursos financeiros transferidos pelo FNA – 480.757,63

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA – 285.842,51

BPC NA ESCOLA - QUESTIONÁRIO A SER APLICADO – 3.275,00

PISO BÁSICO DE TRANSIÇÃO – 17.593,26

PISO BÁSICO FIXO – 207.000,00

PISO BÁSICO VARIÁVEL II – 26.568,00

PROJOVEM ADOLESCENTE-PBV I – 31.406,25

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – 194.915,12

PISO DE TRANSIÇÃO DE MÉDIA COMPLEXIDADE – 20.463,12

PISO FIXO DE MÉDIA COMPLEXIDADE – 77.100,00

PISO FIXO DE MEDIA COMPLEXIDADE - III MSE – 55.352,00

PISO VARIÁVEL DE MÉDIA COMPLEXIDADE – PETI – 42.000,00

1.2. Rendimento de aplicações financeiras dos recursos transferidos pelo FNAS às contas do SUAS – 1.440,51

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA – 1.440,51

BPC NA ESCOLA - QUESTIONÁRIO A SER APLICADO – 565,58

PISO BÁSICO DE TRANSIÇÃO – 0,00

PISO BÁSICO FIXO – 133,03

PISO BÁSICO VARIÁVEL II – 717,77

PROJOVEM ADOLESCENTE-PBV I – 24,03

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – 0,00

PISO DE TRANSIÇÃO DE MÉDIA COMPLEXIDADE – 0,00

PISO FIXO DE MÉDIA COMPLEXIDADE – 0,00

PISO FIXO DE MEDIA COMPLEXIDADE - III MSE – 0,00

PISO VARIÁVEL DE MÉDIA COMPLEXIDADE – PETI – 0,00

1.3. Recursos financeiros gastos no âmbito do SUAS (Referente ao co-financiamento federal) – 383.139,53

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA – 195.059,93

BPC NA ESCOLA - QUESTIONÁRIO A SER APLICADO – 3.593,17

PISO BÁSICO DE TRANSIÇÃO – 17.593,26

PISO BÁSICO FIXO – 144.714,09

PISO BÁSICO VARIÁVEL II – 22.166,16

PROJOVEM ADOLESCENTE-PBV I – 6.993,25

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – 188.079,60

PISO DE TRANSIÇÃO DE MÉDIA COMPLEXIDADE – 18.634,68

PISO FIXO DE MÉDIA COMPLEXIDADE – 77.089,41

PISO FIXO DE MEDIA COMPLEXIDADE - III MSE – 50.775,42

PISO VARIÁVEL DE MÉDIA COMPLEXIDADE – PETI – 41.580,09

1.4. Saldo financeiro apurado no exercício 2010 (1.1 mais 1.2 menos 1.3) – 99.058,61

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA – 92.223,09

BPC NA ESCOLA - QUESTIONÁRIO A SER APLICADO – 247,41

PISO BÁSICO DE TRANSIÇÃO – 0,00

PISO BÁSICO FIXO – 62.418,94

PISO BÁSICO VARIÁVEL II – 5.119,71

PROJOVEM ADOLESCENTE-PBV I – 24.437,03

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – 6.835,52

PISO DE TRANSIÇÃO DE MÉDIA COMPLEXIDADE – 1.828,44

PISO FIXO DE MÉDIA COMPLEXIDADE – 10,59

PISO FIXO DE MEDIA COMPLEXIDADE - III MSE – 4.576,58

PISO VARIÁVEL DE MÉDIA COMPLEXIDADE – PETI – 419,91

2. Recursos de co-financiamento estadual e municipal

2.1. Recursos próprios alocados – 2.618.576,20

2.2. Recursos transferidos do FEAS – 184.404,88

RESTOS A PAGAR – 0,00

1. Saldo Financeiro de exercício de 2010 – 99.058,61

1.1. Recursos inscritos em Restos a Pagar para 2011 – 0,00

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA – 0,00

BPC NA ESCOLA - QUESTIONÁRIO A SER APLICADO – 0,00

PISO BÁSICO DE TRANSIÇÃO – 0,00

PISO BÁSICO – 0,00

PISO BÁSICO VARIÁVEL II – 0,00

PROJOVEM ADOLESCENTE-PBV I – 0,00

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – 0,00

PISO DE TRANSIÇÃO DE MÉDIA COMPLEXIDADE – 0,00

PISO FIXO DE MÉDIA COMPLEXIDADE – 0,00

PISO FIXO DE MEDIA COMPLEXIDADE - III MSE – 0,00

PISO VARIÁVEL DE MÉDIA COMPLEXIDADE – PETI – 0,00

1.2. Saldos Disponíveis para Reprogramação em 2011, referente aos recursos repassados em 2010 – 99.058,61

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA – 92.223,09

BPC NA ESCOLA - QUESTIONÁRIO A SER APLICADO – 247,41

PISO BÁSICO DE TRANSIÇÃO – 0,00

PISO BÁSICO FIXO – 62.418,94

PISO BÁSICO VARIÁVEL II – 5.119,71

PROJOVEM ADOLESCENTE-PBV I – 24.437,03

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – 6.835,52

PISO DE TRANSIÇÃO DE MÉDIA COMPLEXIDADE – 1.828,44

PISO FIXO DE MÉDIA COMPLEXIDADE – 10,59

PISO FIXO DE MEDIA COMPLEXIDADE - III MSE – 4.576,58

PISO VARIÁVEL DE MÉDIA COMPLEXIDADE – PETI – 419,91

REPROGRAMAÇÃO 2005 -2009

1. Saldos Financeiro referentes aos recursos repassados nos exercícios de 2005 a 2009

1.1. Saldos referentes aos exercícios de 2005 a 2009 (Demonstrativos 2005 até 2009 Finalizados no SUASWEB) - 396.423,82

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA – 121.292,49

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – 275.131,33

1.2. Rendimentos de Aplicação Financeira dos Saldos, referentes aos exercícios de 2005 a 2009 - 8.978,16

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA – 7.032,75

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – 1.945,41

1.3. Saldos Financeiros gastos por nível de proteção (reprogramação), referentes aos exercícios de 2005 a 2009 – 405.401,98

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA – 128.325,24

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – 277.076,74

1.4. Saldos Financeiros apurados após a execução da reprogramação, referentes aos exercícios de 2005 a 2009 – 0,00

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA – 0,00

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – 0,00

2. Saldos Disponíveis referente aos recursos repassados em 2010, para reprogramação em 2011 (1.2 da aba "Restos a Pagar") – 99.058,61

3. Saldo total a ser reprogramado para o exercício de 2011 – 99.058,61

Execução Física 2010

AÇÃO ORÇAMEN- TÁRIA		PÚBLICO		REF. DE PACTU- AÇÃO		QTD. EXECU- TADA	
PRO- TEÇÃO SOCIAL BÁSICA							
Avaliação e Operacionalização do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social e Manutenção da Renda Mensal							
BPC NA ESCOLA- QUESTIONÁRIO A SER PALICADO		QUEST. A SEREM PG		131		131	
PROGRAMA DE PROTEÇÃO INTE- GRAL À FAMÍLIA - PAIF							
PISO BÁSICO FIXO		FAMÍLIA REFE- RENCIADA		10.000		1.726	
SERVIÇOS ESPECÍFICOS DE PROTE- ÇÃO SOCIAL BÁSICA							
PISO BÁSICO VARIÁ- VEL II		FAMÍLIA CAD NO CADÚNICO		1.476		565	
SERVIÇOS SÓCIOEDUCATIVOS PARA JOVENS DE 15 A 17 ANOS							
PRO- JOVEM ADOLE- CENTE- PBV I		COLETIVO DE JOVENS		5		5	
PROTEÇÃO SO- CIAL ESPECIAL							
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL – PETI							
PISO VARIÁVEL DE MÉDIA COMPLEXI- DADE - PETI		CRIANÇA/ADOLESCENTE RETIRA- DOS	140			160	
SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL À CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTI- MAS DE VIOLÊNCIA, ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL E SUAS							
PISO FIXO DE MÉDIA COMPLE- XIDADE		ADOLESCENTE EM CUMPRIMENTO DE 80				73	
PISO FIXO DE MÉDIA COMPLE- XIDADE		CRIANÇA/ADOLESCENTE 0				441	
PISO FIXO DE MÉDIA COMPLE- XIDADE		FAMÍLIA E INDIVÍDUOS 0				873	
SERVIÇOS ESPECÍFICOS DE PROTE- ÇÃO SOCIAL ESPECIAL							
PISO DE TRAN- SIÇÃO DE MÉDIA COMPLEXIDADE		IDOSOS		0		45	
PISO DE TRAN- SIÇÃO DE MÉDIA COMPLEXIDADE		PESSOA COM DEFICIÊNCIA		0		262	

IGD – Físico Financeiro 2010

Ação Orçamen- tária / Taxas	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
FATOR 1 DO IGD - ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALI- ZADA PBF	0,7	0,57	0,58	0,56	0,56	0,56	0,56	0,58	0,59	0,6		
TAXA - FREQU- ÊNCIA ESCOLAR	0,85	0,85	0,85	0,85	0,85	0,83	0,83	0,85	0,85	0,9		
TAXA - AGEN- DA SAÚDE	0,88	0,35	0,35	0,35	0,35	0,35	0,35	0,43	0,43	0,43		
TAXA - QUALI- DADE CADASTRAL	0,39	0,39	0,39	0,39	0,4	0,4	0,4	0,4	0,41	0,41		
TAXA - ATUALI- ZAÇÃO CADASTRAL	0,69	0,68	0,74	0,64	0,64	0,64	0,65	0,65	0,66	0,66		
FINANCEIRO	3.518,00	3.464,15	0,00	5.269,08	2.237,35	2.156,00	2.158,80	0,00	2.158,80	2.158,80	4.317,60	0,00

1. Recursos de incentivo à gestão descentralizada do Programa Bolsa Família - IGD

1.1 Recursos reprogramados de exercícios anteriores (incluindo rendimentos) – 39.935,01

1.2 Valor recebido no exercício – 27.438,58

1.3 Rendimentos de aplicações no mercado financeiro – 2.233,70

1.4 Valores executados – 44.541,07

1.5 Saldo a reprogramar para o exercício seguinte ($1.5 = 1.1 + 1.2 + 1.3 - 1.4$) – 25.066,22

Resolve:

Art. 1º Aprovar o documento denominado "Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico Financeiro 2010, execução dos saldos reprogramados 2005 a 2009, IGD Físico Financeiro 2010 e a Reprogramação dos saldos financeiros apurados em 2010, visto o colegiado ter concluído ser o mesmo a expressão da verdade.

Art. 2º Faz parte integrante da presente resolução, como anexo, cópia do "Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico Financeiro 2010", execução dos saldos reprogramados 2005 a 2009 e Índice de Gestão Descentralizada – IGD – Físico Financeiro 2010

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 11 de julho de 2011.

LUIZ ANTONIO FURTADO

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Resolução Nº 13 - CMAS

RESOLUÇÃO Nº 13/2011, de 16 de agosto de 2011.

Dispõe sobre proposta de convênio entre o Estado de Santa Catarina e a Prefeitura Municipal de Caçador, através da sistemática Fundo a Fundo.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1.068, de 12 de novembro de 1996, em seus artigos 1º e 2º, e em consonância com a Lei nº 8.742/93,

Considerando o decreto nº 2.677 de 08 de outubro de 2009 do

Governo do Estado de Santa Catarina que dispõe sobre o Sistema de Transferência de Recursos Financeiros do Fundo Estadual de Assistência Social aos Fundos Municipais de Assistência Social.

Considerando a Reunião Ordinária realizada no dia 16 de Agosto de 2011, na qual se apresentou o Projeto de Convênio com o Estado.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o convênio entre o Estado de Santa Catarina e a Prefeitura Municipal de Caçador, através da sistemática Fundo a Fundo - Fundo Estadual de Assistência Social e Fundo Municipal de Assistência Social, aos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade oferecido nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS e dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, prevista no decreto nº 2.677 de 08/10/2009.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 16 de agosto de 2011.

TERESINHA AP. WAMES COELHO DE SOUZA

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

CÂMARA MUNICIPAL

Processo Licitatório Nº 18/2011 Pregão Presencial Nº 04/2011

Câmara Municipal de Caçador/SC

Publicação Resumida:

Processo Licitatório nº 18/2011 Pregão Presencial nº 04/2011-

Objeto:

Contratação de empresa que detém autorização para prestar o serviço de telefonia móvel pessoal (STMP), no estado de Santa Catarina, conforme descrito no processo licitatório nº 18/2011 - Pregão Presencial nº 04/2011. Data da abertura: 26/09/2011 às 15:00 hrs e entrega dos envelopes até as 14:30 do mesmo dia. Maiores Informações por email: licitacao@camaracacador.sc.gov.br

Caçador (SC), 12 de setembro de 2011.

SIRLEY DE FÁTIMA TIBES CECCATTO

Presidente



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Publicação Resumida: Art. 61 § único da Lei 8.666/92 e alterações subsequentes

Câmara Municipal de Caçador/SC

Publicação Resumida: Art. 61 § único da Lei 8.666/92 e alterações subsequentes

Contrato Administrativo nº 040/2011 referente ao processo licitatório nº 15/2011 Pregão Presencial nº 03/2011. Objeto: Serviços de Buffet, para cerimônias realizadas pela Câmara Municipal de Caçador, no exercício de 2011. Contratada: DALLA ROSA & SPESSATTO LTDA - ME - CNPJ nº 04.322.131/0001-46. Valor R\$ 17.500,00. Prazo: 31.12.2011.

Contrato Administrativo nº 042/2011 referente ao processo licitatório nº 16/2011 Convite nº 07/2011. Objeto: Aquisição de Equipamentos de Informática para a Câmara Municipal de Caçador. Contratada: LÍDER SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA - CNPJ nº 82.129.024/0002-90. Valor R\$ 6.802,10. Prazo: 31.12.2011.

Contrato Administrativo nº 043/2011 referente ao processo licitatório nº 16/2011 Convite nº 07/2011. Objeto: Aquisição de Equipamentos de Informática para a Câmara Municipal de Caçador. Contratada: SYSMATEC COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA - ME - CNPJ nº 02.696.182/0001-02. Valor R\$ 28.794,00. Prazo: 31.12.2011.

Contrato Administrativo nº 044/2011 referente ao processo licitatório nº 16/2011 Convite nº 07/2011. Objeto: Aquisição de Equipamentos de Informática para a Câmara Municipal de Caçador. Contratada: KALURI AUTOMAÇÃO COMERCIAL LTDA - ME - CNPJ nº 04.300.047/0001-21. Valor R\$ 198,00. Prazo: 31.12.2011.

Campo Alegre

PREFEITURA

Portaria Nº 8.432 de 09 de Setembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.432 DE 09 DE SETEMBRO DE 2011
PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE
SAÚDE DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Prorrogar a Licença para Tratamento de Saúde da Servidora - Agente Operacional I - ROBERTA SOFIA CORDEIRO DA CRUZ, Matrícula Funcional nº 000553, Registro no Sistema sob nº 954667, por motivo de doença, pelo período de 11 de setembro de 2011 à 16 de outubro de 2011.

Parágrafo único: A Prorrogação de que trata o Art. 1º desta Portaria, será custeada pelo IPRECAL - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos a partir de 11 de setembro de 2011.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 09 de setembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 09/09/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.433 de 09 de Setembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.433 DE 09 DE SETEMBRO DE 2011
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE
SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Licença para Tratamento de Saúde a Servidora - Médico IV - ALESSANDRA QUEIROZ CERQUEIRA, Matrícula Funcional nº 000546, Registro no Sistema sob nº 954652, por motivo de doença, pelo período de 27 de agosto de 2011 à 09 de outubro de 2011.

Parágrafo único: A Licença concedida de que trata o Art. 1º desta Portaria, será custeada pelos cofres públicos do Tesouro Municipal - Poder Executivo a partir de 27 de agosto de 2011 à 10 de setembro de 2011, já o período de 11 de setembro de 2011 à 09 de outubro de 2011, será custeado pelo IPRECAL - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos à 27 de agosto de 2011.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 09 de setembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 09/09/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.434 de 12 de Setembro de 2011

GABINETE DA PREFEITA

PORTARIA Nº 8.434 DE 12 DE SETEMBRO DE 2011
HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DA
CAPE REFERENTE À ESTÁGIO PROBATÓRIO.

A Prefeita Municipal em Exercício de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e no Artigo 37 da Lei Complementar Municipal nº 014/2003; RESOLVE:

Art.1º) Fica homologado o resultado da avaliação realizada pela CAPE em data de 12 de setembro de 2011, parte integrante desta Portaria, considerando-se aprovado no estágio probatório à Servidora Pública do Município de Campo Alegre/SC. Srª. ANA MARIA



KOBUS AUGUSTIN, Matrícula Funcional nº 000526, Registro no Sistema sob nº 954626, lotada na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de Professor I.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal em Exercício de Campo Alegre/SC, 12 de setembro de 2011.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal em Exercício

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 12/09/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.435 de 12 de Setembro de 2011

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 8.435 DE 12 DE SETEMBRO DE 2011
HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DA
CAPE REFERENTE À ESTÁGIO PROBATÓRIO.

A Prefeita Municipal em Exercício de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e no Artigo 37 da Lei Complementar Municipal nº 014/2003; RESOLVE:

Art.1º) Fica homologado o resultado da avaliação realizada pela CAPE em data de 12 de setembro de 2011, parte integrante desta Portaria, considerando-se aprovado no estágio probatório à Servidora Pública do Município de Campo Alegre/SC. Srª. LUCIANA FUECKNER WALTSMANN, Matrícula Funcional nº 000516, Registro no Sistema sob nº 954614, lotada na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de Professor Auxiliar "em extinção".

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal em Exercício de Campo Alegre/SC, 12 de setembro de 2011.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal em Exercício

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 12/09/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.436 de 12 de Setembro de 2011

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 8.436 DE 12 DE SETEMBRO DE 2011
HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DA
CAPE REFERENTE À ESTÁGIO PROBATÓRIO.

A Prefeita Municipal em Exercício de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e no Artigo 37 da Lei Complementar Municipal nº

014/2003; RESOLVE:

Art.1º) Fica homologado o resultado da avaliação realizada pela CAPE em data de 12 de setembro de 2011, parte integrante desta Portaria, considerando-se aprovado no estágio probatório à Servidora Pública do Município de Campo Alegre/SC. Srª. SANDRA SCHWARZ, Matrícula Funcional nº 000522, Registro no Sistema sob nº 954620, lotada na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de Professor Auxiliar "em extinção".

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal em Exercício de Campo Alegre/SC, 12 de setembro de 2011.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal em Exercício

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 12/09/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.437 de 12 de Setembro de 2011

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 8.437 DE 12 DE SETEMBRO DE 2011
HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DA
CAPE REFERENTE À ESTÁGIO PROBATÓRIO.

A Prefeita Municipal em Exercício de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e no Artigo 37 da Lei Complementar Municipal nº 014/2003; RESOLVE:

Art.1º) Fica homologado o resultado da avaliação realizada pela CAPE em data de 12 de setembro de 2011, parte integrante desta Portaria, considerando-se aprovado no estágio probatório à Servidora Pública do Município de Campo Alegre/SC. Srª. VERA LUCIA CARVALHO DE LIMA, Matrícula Funcional nº 000535, Registro no Sistema sob nº 954638, lotada na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de Professor Auxiliar "em extinção".

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal em Exercício de Campo Alegre/SC, 12 de setembro de 2011.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal em Exercício

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 12/09/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL**Extrato Contrato 01/2011**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/2011

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
Contratado: SBS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA

Objeto: Pelo presente contrato, a contratada irá prestar serviços de suporte, hospedagem e manutenção de um site na internet website, sem limite de tráfego e tamanho para a Câmara Municipal de Campo Alegre, onde serão divulgadas: informações institucionais sobre a contratante estrutura e funcionamento; informações sobre os vereadores - nome, dados pessoais e contato; informações sobre as reuniões da câmara, atas, projetos aprovados, decisões, etc; atos, resoluções, portarias, instruções normativas, publicações legais, relatórios, etc; contato, busca e links.

Valor R\$ 900,00

Vigência: 02/05/2011 a 31/12/2011

Dotação orçamentária: 01.01.001.031.1101.33903900.

Campos Novos**PREFEITURA****Extrato de Contrato 109/2011 Processo 35/2011**

EXTRATO DE CONTRATO 109/2011 PROCESSO 35/2011

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 35/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOVEIS, ELETRODOMESTICOS E MOVEIS PARA ESCRITORIO PARA USO NA UNIDADE BASICA DE SAUDE E ESTRATEGIAS SAUDE DA FAMILIA.

VALOR: R\$ 330,00 (trezentos e trinta reais).

DATA: 08/09/2011

VIGÊNCIA: 31/12/2011

Contrato nº 109/2011

Extrato de Contrato 110/2011 Processo 35/2011

EXTRATO DE CONTRATO 110/2011 PROCESSO 35/2011

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 35/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: COMAPE MAQ PARA ESC LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOVEIS, ELETRODOMESTICOS E MOVEIS PARA ESCRITORIO PARA USO NA UNIDADE BASICA DE SAUDE E ESTRATEGIAS SAUDE DA FAMILIA.

VALOR: R\$ 1.281,50 (hum mil duzentos e oitenta e um reais e cinquenta centavos).

DATA: 08/09/2011

VIGÊNCIA: 31/12/2011

Contrato nº 110/2011

Extrato de Contrato 111/2011 Processo 35/2011

EXTRATO DE CONTRATO 111/2011 PROCESSO 35/2011

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 35/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: EXECUTIVE MOVEIS LTDA - ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOVEIS, ELETRODOMESTICOS E MOVEIS PARA ESCRITORIO PARA USO NA UNIDADE BASICA DE SAUDE E ESTRATEGIAS SAUDE DA FAMILIA.

VALOR: R\$ 1.470,00 (hum mil quatrocentos e setenta reais).

DATA: 08/09/2011

VIGÊNCIA: 31/12/2011

Contrato nº 111/2011

Extrato de Contrato 112/2011 Processo 35/2011

EXTRATO DE CONTRATO 112/2011 PROCESSO 35/2011

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 35/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: NATALICIO DE JESUS GERALDO EPP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOVEIS, ELETRODOMESTICOS E MOVEIS PARA ESCRITORIO PARA USO NA UNIDADE BASICA DE SAUDE E ESTRATEGIAS SAUDE DA FAMILIA.

VALOR: R\$ 975,00 (novecentos e setenta e cinco reais).

DATA: 08/09/2011

VIGÊNCIA: 31/12/2011

Contrato nº 112/2011

Extrato de Contrato 113/2011 Processo 35/2011

EXTRATO DE CONTRATO 113/2011 PROCESSO 35/2011

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 35/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: NEW POINT INFORMATICA LTDA ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOVEIS, ELETRODOMESTICOS E MOVEIS PARA ESCRITORIO PARA USO NA UNIDADE BASICA DE SAUDE E ESTRATEGIAS SAUDE DA FAMILIA.

VALOR: R\$ 2.609,00 (dois mil seiscentos e nove reais).

DATA: 08/09/2011

VIGÊNCIA: 31/12/2011

Contrato nº 113/2011

Extrato de Contrato 114/2011 Processo 35/2011

EXTRATO DE CONTRATO 114/2011 PROCESSO 35/2011

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 35/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA-ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOVEIS, ELETRODOMESTICOS E MOVEIS PARA ESCRITORIO PARA USO NA UNIDADE BASICA DE SAUDE E ESTRATEGIAS SAUDE DA FAMILIA.

VALOR: R\$ 2.259,50 (dois mil duzentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos)

DATA: 08/09/2011

VIGÊNCIA: 31/12/2011

Contrato nº 114/2011

Extrato de Contrato 115/2011 Processo 35/2011

EXTRATO DE CONTRATO 115/2011 PROCESSO 35/2011

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 35/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: ORLEANS INFORMATICA LTDA - EPP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOVEIS, ELETRODOMESTICOS E MOVEIS PARA ESCRITORIO PARA USO NA UNIDADE BASICA DE SAUDE E ESTRATEGIAS SAUDE DA FAMILIA.

VALOR: R\$ 5.531,52 (cinco mil quinhentos e trinta e um reais e cinquenta e dois centavos)

DATA: 08/09/2011

VIGÊNCIA: 31/12/2011

Contrato nº 115/2011

Extrato de Contrato 116/2011 Processo 35/2011

EXTRATO DE CONTRATO 116/2011 PROCESSO 35/2011

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 35/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: VP INFORMATICA LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOVEIS, ELETRODOMESTICOS E MOVEIS PARA ESCRITORIO PARA USO NA UNIDADE BASICA DE SAUDE E ESTRATEGIAS SAUDE DA FAMILIA.

VALOR: R\$ 1.340,00 (hum mil trezentos e quarenta reais).

DATA: 08/09/2011

VIGÊNCIA: 31/12/2011

Contrato nº 116/2011

Aviso de Licitação Pregão 39/2011

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2011

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 28/09/2011 às 15:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial visando o REGISTRO DE PREÇOS do Tipo Menor Preço por Item, tendo como objeto a AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE CARTUCHOS ORIGINAIS, TONERS E FITAS DE IMPRESSORAS PARA USO NA ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE CAMPOS NOVOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO .O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br, ou na sede da Prefeitura, localizada temporariamente no Salão Paroquial, à Rua São João Batista, Praça Lauro Muller, no horário das 13:00 min às 17:30 horas diariamente.

Campos Novos, 14 de Setembro de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Balancete

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
 Balancete de Verificação - 2011

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Agosto

Página: 1/9

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1		ATIVO	4.484.731,77D	672.093,67	410.400,54	4.746.424,90D
1.1		ATIVO CIRCULANTE	378.348,89D	198.422,87	137.465,41	439.306,35D
1.1.1		DISPONIVEL	378.348,89D	198.422,87	137.465,41	439.306,35D
1.1.1.1		DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL	378.348,89D	198.422,87	137.465,41	439.306,35D
1.1.1.1.2		BANCOS CONTA MOVIMENTO	378.348,89D	198.422,87	137.465,41	439.306,35D
1.1.1.1.2.99		OUTRAS CONTAS	378.348,89D	198.422,87	137.465,41	439.306,35D
1.1.1.1.2.99.04		CAIXA ECONOMICA FEDERAL	378.348,89D	198.422,87	137.465,41	439.306,35D
1.1.1.1.2.99.04.01		CAIXA ECONOMICA FEDERAL - MOVIMENTO	378.348,89D	198.422,87	137.465,41	439.306,35D
1.1.1.1.2.99.04.01.00.0001 (10792)	F	CAIXA ECONCOMICA FEDERAL	378.348,89D	198.422,87	137.465,41	439.306,35D
1.4		ATIVO PERMANENTE	435.961,58D	2.142,80	0,00	438.104,38D
1.4.2		IMOBILIZADO	435.961,58D	2.142,80	0,00	438.104,38D
1.4.2.1		BENS MOVEIS E IMOVEIS	435.961,58D	2.142,80	0,00	438.104,38D
1.4.2.1.1		BENS IMOVEIS	209.172,60D	0,00	0,00	209.172,60D
1.4.2.1.1.92 (9917)	P	INSTALAÇÕES	209.172,60D	0,00	0,00	209.172,60D
1.4.2.1.2		BENS MOVEIS	226.788,98D	2.142,80	0,00	228.931,78D
1.4.2.1.2.06 (9927)	P	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	9.240,20D	0,00	0,00	9.240,20D
1.4.2.1.2.12 (9930)	P	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	379,00D	0,00	0,00	379,00D
1.4.2.1.2.18 (9934)	P	COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	882,00D	0,00	0,00	882,00D
1.4.2.1.2.33 (9943)	P	EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	16.506,80D	0,00	0,00	16.506,80D
1.4.2.1.2.34 (9944)	P	MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	44.544,26D	0,00	0,00	44.544,26D
1.4.2.1.2.35 (9945)	P	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTOS DE DADOS	35.488,01D	942,90	0,00	36.430,91D
1.4.2.1.2.36 (9946)	P	MAQUINAS, INSTALACOES E UTENS. DE ESCRITORIO	36.572,52D	1.199,90	0,00	37.772,42D
1.4.2.1.2.42 (9950)	P	MOBILIARIO EM GERAL	80.197,19D	0,00	0,00	80.197,19D
1.4.2.1.2.87 (9967)	P	MATERIAL DE USO DURADOURO	1.029,00D	0,00	0,00	1.029,00D
1.4.2.1.2.99 (9979)	P	OUTROS BENS MOVEIS	1.950,00D	0,00	0,00	1.950,00D
1.9		ATIVO COMPENSADO	3.670.421,30D	471.528,00	272.935,13	3.869.014,17D
1.9.2		FIXACAO ORCAMENTARIA DA DESPESA	2.348.275,00D	0,00	0,00	2.348.275,00D
1.9.2.1		DOTACAO ORCAMENTARIA	2.348.275,00D	0,00	0,00	2.348.275,00D
1.9.2.1.1		DOTACAO INICIAL	2.348.275,00D	0,00	0,00	2.348.275,00D
1.9.2.1.1.01		CREDITO INICIAL	2.348.275,00D	0,00	0,00	2.348.275,00D
1.9.2.1.1.01.01 (10308)	O	ORIGINARIO DO ORCAMENTO	2.348.275,00D	0,00	0,00	2.348.275,00D
1.9.3		EXECUCAO DA PROGRAMACAO FINANCEIRA	1.318.342,30D	470.868,00	272.445,13	1.516.765,17D
1.9.3.2		DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	1.318.342,30D	470.868,00	272.445,13	1.516.765,17D
1.9.3.2.9		OUTRAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	1.318.342,30D	470.868,00	272.445,13	1.516.765,17D
1.9.3.2.9.02		DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS	1.318.342,30D	470.868,00	272.445,13	1.516.765,17D
1.9.3.2.9.02.01 (18397)	C	DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS-A UTILIZAR	366.058,15D	198.422,87	134.979,72	429.501,30D
1.9.3.2.9.02.02 (18398)	C	DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS-COMPROMETID	12.332,20D	134.979,72	137.465,41	9.846,51D
1.9.3.2.9.02.03 (18399)	C	DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS-UTILIZADA	939.951,95D	137.465,41	0,00	1.077.417,36D
1.9.9		COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	3.804,00D	660,00	490,00	3.974,00D
1.9.9.1		RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E BENS	3.804,00D	660,00	490,00	3.974,00D
1.9.9.1.1		RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS	3.804,00D	660,00	490,00	3.974,00D
1.9.9.1.1.99		OUTRAS RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS	3.804,00D	660,00	490,00	3.974,00D
1.9.9.1.1.99.00.01		RESPONSAVEIS POR ADIANTAMENTOS	3.804,00D	660,00	490,00	3.974,00D

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2011

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Agosto

Página: 2/9

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1.9.9.1.1.99.00.01.00.0003 (10801)	C	IDERNEI ANTONIO TITON	3.804,00D	0,00	0,00	3.804,00D
1.9.9.1.1.99.00.01.00.0005 (15061)	C	MAURILIO CASTRO CAMPAGNONI	0,00	170,00	0,00	170,00D
1.9.9.1.1.99.00.01.00.0009 (15373)	C	JOSÉ TADEU GUZATTI	0,00	100,00	100,00	0,00
1.9.9.1.1.99.00.01.00.0010 (18352)	C	ADAVILSON TELLES	0,00	120,00	120,00	0,00
1.9.9.1.1.99.00.01.00.0011 (18353)	C	JOSÉ ADELAR CARPES	0,00	270,00	270,00	0,00

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Balancete de Verificação - 2011

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Agosto

Página: 3/9

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2		PASSIVO	4.064.459,61C	539.472,96	737.970,14	4.262.956,79C
2.1		PASSIVO CIRCULANTE	340,74C	156.017,58	155.921,89	245,05C
2.1.1		DEPOSITOS	340,74C	21.381,73	21.286,04	245,05C
2.1.1.1		CONSIGNACOES	340,74C	18.647,86	18.552,17	245,05C
2.1.1.1.1		PREVIDENCIA SOCIAL	0,00	5.458,09	5.458,09	0,00
2.1.1.1.1.02 (10048)	F	INSS	0,00	5.458,09	5.458,09	0,00
2.1.1.1.4		TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	354,29C	7.439,54	7.501,27	416,02C
2.1.1.1.4.02 (10055)	F	ISS	354,29C	0,00	61,73	416,02C
2.1.1.1.4.04 (10056)	F	IRRF A RECOLHER PARA OS COFRES PUBLICOS DO EXECUTI	0,00	7.439,54	7.439,54	0,00
2.1.1.1.9		OUTROS CONSIGNATARIOS	13,55D	5.750,23	5.592,81	170,97D
2.1.1.1.9.99		OUTROS CONSIGNATARIOS	13,55D	5.750,23	5.592,81	170,97D
2.1.1.1.9.99.00.00.00.0002 (10808)	F	EMPRESTIMO CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	0,00	5.579,26	5.579,26	0,00
2.1.1.1.9.99.00.00.00.0006 (15255)	F	TIM - CELULARES	13,55D	170,97	13,55	170,97D
2.1.1.4		DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,00	2.733,87	2.733,87	0,00
2.1.1.4.9		DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	0,00	2.733,87	2.733,87	0,00
2.1.1.4.9.01 (10062)	F	DEPOSITOS DE TERCEIROS	0,00	2.733,87	2.733,87	0,00
2.1.2		OBRIGACOES EM CIRCULACAO	0,00	134.635,85	134.635,85	0,00
2.1.2.1		OBRIGACOES A PAGAR	0,00	134.635,85	134.635,85	0,00
2.1.2.1.1		FORNECEDORES	0,00	30.500,15	30.500,15	0,00
2.1.2.1.1.01		DO EXERCICIO	0,00	30.500,15	30.500,15	0,00
2.1.2.1.1.01.00.01		FORNECEDORES DO EXERCICIO	0,00	30.500,15	30.500,15	0,00
2.1.2.1.2		PESSOAL A PAGAR	0,00	104.135,70	104.135,70	0,00
2.1.2.1.2.01		PESSOAL A PAGAR DO EXERCICIO	0,00	104.135,70	104.135,70	0,00
2.4		PATRIMONIO LIQUIDO	393.697,57C	0,00	0,00	393.697,57C
2.4.1		PATRIMONIO/CAPITAL	393.697,57C	0,00	0,00	393.697,57C
2.4.1.1 (9524)	P	PATRIMONIO	393.697,57C	0,00	0,00	393.697,57C
2.9		PASSIVO COMPENSADO	3.670.421,30C	383.455,38	582.048,25	3.869.014,17C
2.9.2		EXECUCAO ORCAMENTARIA DA DESPESA	2.348.275,00C	382.965,38	382.965,38	2.348.275,00C
2.9.2.1		DISPONIBILIDADES DE CREDITO	1.536.339,57C	382.965,38	266.881,70	1.420.255,89C
2.9.2.1.1 (9744)	O	CREDITO DISPONIVEL	1.400.199,15C	132.245,85	0,00	1.267.953,30C
2.9.2.1.3		CREDITO UTILIZADO	136.140,42C	250.719,53	266.881,70	152.302,59C
2.9.2.1.3.01 (10141)	O	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	11.950,00C	134.635,85	132.245,85	9.560,00C
2.9.2.1.3.02		CREDITO LIQUIDADO	124.190,42C	116.083,68	134.635,85	142.742,59C
2.9.2.1.3.02.01 (10457)	O	CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO	124.190,42C	116.083,68	134.635,85	142.742,59C
2.9.2.4		EXECUCAO DA DESPESA	811.935,43C	0,00	116.083,68	928.019,11C
2.9.2.4.1		EMISSAO DE EMPENHO	811.935,43C	0,00	116.083,68	928.019,11C
2.9.2.4.1.04		EMPENHOS POR CREDOR	811.935,43C	0,00	116.083,68	928.019,11C
2.9.2.4.1.04.03 (10484)	O	VALORES PAGOS	811.935,43C	0,00	116.083,68	928.019,11C
2.9.3		EXECUCAO DA PROGRAMACAO FINANCEIRA	1.318.342,30C	0,00	198.422,87	1.516.765,17C
2.9.3.2		DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	1.318.342,30C	0,00	198.422,87	1.516.765,17C
2.9.3.2.9 (18401)	C	Controle das disponibilidades de recursos	1.318.342,30C	0,00	198.422,87	1.516.765,17C
2.9.9		COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	3.804,00C	490,00	660,00	3.974,00C
2.9.9.1 (9543)	C	VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDADE	3.804,00C	490,00	660,00	3.974,00C

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Balancete de Verificação - 2011

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Agosto

Página: 4/9

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3		DESPESA	936.125,85D	134.635,85	0,00	1.070.761,70D
3.3		DESPESAS CORRENTES	893.861,84D	132.493,05	0,00	1.026.354,89D
3.3.1		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	680.615,23D	102.185,70	0,00	782.800,93D
3.3.1.9		Aplicacoes Diretas	680.615,23D	102.185,70	0,00	782.800,93D
3.3.1.9.0.01		Aposentadorias e Reformas	155.027,99D	22.872,98	0,00	177.900,97D
3.3.1.9.0.01.01 (22107)	F	Proventos - Pessoal Civil	155.027,99D	22.872,98	0,00	177.900,97D
3.3.1.9.0.11 (20095)	F	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	424.762,15D	64.610,26	0,00	489.372,41D
3.3.1.9.0.13		Obrigacoes Patronais	91.314,90D	14.069,73	0,00	105.384,63D
3.3.1.9.0.13.02 (22144)	F	Contribuições Previdenciárias - INSS	91.314,90D	14.069,73	0,00	105.384,63D
3.3.1.9.0.16		Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil	9.510,19D	632,73	0,00	10.142,92D
3.3.1.9.0.16.44 (22154)	F	Serviços Extraordinários	9.510,19D	632,73	0,00	10.142,92D
3.3.3		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	213.246,61D	30.307,35	0,00	243.553,96D
3.3.3.9		Aplicacoes Diretas	213.246,61D	30.307,35	0,00	243.553,96D
3.3.3.9.0.14		Diarias - Civil	53.860,00D	11.620,00	0,00	65.480,00D
3.3.3.9.0.14.14 (23300)	F	Diárias no País - Civil	53.860,00D	11.620,00	0,00	65.480,00D
3.3.3.9.0.30		Material de Consumo	42.923,88D	4.379,93	0,00	47.303,81D
3.3.3.9.0.30.01 (23317)	F	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	5.932,10D	991,39	0,00	6.923,49D
3.3.3.9.0.30.08 (23324)	F	Animais para Pesquisa e Abate	0,00	520,00	0,00	520,00D
3.3.3.9.0.30.16 (23332)	F	Material de Expediente	6.212,80D	128,00	0,00	6.340,80D
3.3.3.9.0.30.21 (23337)	F	Material de Copa e Cozinha	1.308,18D	407,35	0,00	1.715,53D
3.3.3.9.0.30.22 (23338)	F	Material de Limpeza e Produção de Higienização	1.760,42D	0,00	0,00	1.760,42D
3.3.3.9.0.30.24 (23340)	F	Material para Manutenção de Bens Imóveis	1.757,60D	748,22	0,00	2.505,82D
3.3.3.9.0.30.26 (23342)	F	Material Elétrico e Eletrônico	18.385,19D	0,00	0,00	18.385,19D
3.3.3.9.0.30.39 (23355)	F	Material para Manutenção de Veículos	1.209,00D	817,87	0,00	2.026,87D
3.3.3.9.0.30.49 (23365)	F	Bilhetes de Passagens	3.482,23D	767,10	0,00	4.249,33D
3.3.3.9.0.30.99 (23369)	F	Outros Materiais de Consumo	2.876,36D	0,00	0,00	2.876,36D
3.3.3.9.0.36		Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	7.950,29D	560,00	0,00	8.510,29D
3.3.3.9.0.36.96 (23434)	F	Outros Serviços de Terc-Pessoa Fisica-Pagto Antec	2.450,29D	560,00	0,00	3.010,29D
3.3.3.9.0.36.99 (23435)	F	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	5.500,00D	0,00	0,00	5.500,00D
3.3.3.9.0.39		Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	97.302,44D	11.797,42	0,00	109.099,86D
3.3.3.9.0.39.01 (23450)	F	Assinatura de Periódicos e Anuidades	890,00D	0,00	0,00	890,00D
3.3.3.9.0.39.08 (23457)	F	Manutenção de Software	7.332,40D	533,40	0,00	7.865,80D
3.3.3.9.0.39.11 (23460)	F	Locação de Softwares	3.225,40D	593,96	0,00	3.819,36D
3.3.3.9.0.39.16 (23464)	F	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	8.822,80D	0,00	0,00	8.822,80D
3.3.3.9.0.39.17 (23465)	F	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	1.505,00D	0,00	0,00	1.505,00D
3.3.3.9.0.39.19 (23466)	F	Manutenção e Conservação de Veículos	0,00	1.030,00	0,00	1.030,00D
3.3.3.9.0.39.43 (23484)	F	Serviços de Energia Elétrica	4.946,98D	984,40	0,00	5.931,38D
3.3.3.9.0.39.44 (23485)	F	Serviços de Água e Esgoto	520,37D	74,94	0,00	595,31D
3.3.3.9.0.39.47 (23488)	F	Serviços de Comunicação em Geral	11.360,00D	2.840,00	0,00	14.200,00D
3.3.3.9.0.39.48 (23489)	F	Serviços de Seleção e Treinamento	7.366,00D	1.100,00	0,00	8.466,00D
3.3.3.9.0.39.50 (23491)	F	Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor	448,00D	84,00	0,00	532,00D
3.3.3.9.0.39.58 (23498)	F	Serviços de Telecomunicações	30.664,97D	2.529,03	0,00	33.194,00D
3.3.3.9.0.39.63 (23503)	F	Serviços Gráficos e Editoriais	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00D

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Balancete de Verificação - 2011

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Agosto

Página: 5/9

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3.3.3.9.0.39.66 (23506)	F	Serviços Judiciários	134,89D	0,00	0,00	134,89D
3.3.3.9.0.39.77 (23517)	F	Vigilância Ostensiva/Monitorada	683,44D	100,36	0,00	783,80D
3.3.3.9.0.39.90 (23527)	F	Serviços de Publicidade Legal	1.596,00D	70,00	0,00	1.666,00D
3.3.3.9.0.39.99 (23534)	F	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	17.806,19D	857,33	0,00	18.663,52D
3.3.3.9.0.46		Auxílio-Alimentacao	11.210,00D	1.950,00	0,00	13.160,00D
3.3.3.9.0.46.01 (23538)	F	Auxílio-Alimentação em Pecúnia	11.210,00D	1.950,00	0,00	13.160,00D
3.4		DESPESAS DE CAPITAL	42.264,01D	2.142,80	0,00	44.406,81D
3.4.4		INVESTIMENTOS	42.264,01D	2.142,80	0,00	44.406,81D
3.4.4.9		Aplicacoes Diretas	42.264,01D	2.142,80	0,00	44.406,81D
3.4.4.9.0.52		Equipamentos e Material Permanente	42.264,01D	2.142,80	0,00	44.406,81D
3.4.4.9.0.52.06 (24452)	F	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	2.940,00D	0,00	0,00	2.940,00D
3.4.4.9.0.52.33 (24466)	F	Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto	7.065,00D	0,00	0,00	7.065,00D
3.4.4.9.0.52.34 (24467)	F	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	5.129,00D	1.199,90	0,00	6.328,90D
3.4.4.9.0.52.35 (24468)	F	Equipamentos de Processamento de Dados	18.399,01D	942,90	0,00	19.341,91D
3.4.4.9.0.52.36 (24469)	F	Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	4.370,00D	0,00	0,00	4.370,00D
3.4.4.9.0.52.42 (24474)	F	Mobiliário em Geral	3.691,00D	0,00	0,00	3.691,00D
3.4.4.9.0.52.99 (24489)	F	Outros Equipamentos e Material Permanente	670,00D	0,00	0,00	670,00D

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2011

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Agosto

Página: 6/9

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
4		RECEITAS	0,00	0,00	0,00	0,00

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2011

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Agosto

Página: 7/9

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
5		RESULTADO DIMINUTIVO DO EXERCICIO	393.697,57D	0,00	0,00	393.697,57D
5.2		RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	393.697,57D	0,00	0,00	393.697,57D
5.2.2		INTERFERENCIAS PASSIVAS	393.697,57D	0,00	0,00	393.697,57D
5.2.2.3		MOVIMENTOS DE FUNDOS A CREDITO	393.697,57D	0,00	0,00	393.697,57D
5.2.2.3.3		MOVIMENTOS DE FUNDOS PROPRIOS	393.697,57D	0,00	0,00	393.697,57D
5.2.2.3.3.07		AJUSTE DE SISTEMAS CONTABEIS	393.697,57D	0,00	0,00	393.697,57D
5.2.2.3.3.07.03 (10545)	P	AJUSTE DE SISTEMAS CONTABEIS - NAO FINANCEIRO	393.697,57D	0,00	0,00	393.697,57D

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2011

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Agosto

Página: 8/9

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
6		RESULTADO AUMENTATIVO DO EXERCICIO	1.750.095,58C	0,00	197.831,80	1.947.927,38C
6.1		RESULTADO ORCAMENTARIO	1.356.398,01C	0,00	197.831,80	1.554.229,81C
6.1.2		INTERFERENCIAS ATIVAS	1.314.134,00C	0,00	195.689,00	1.509.823,00C
6.1.2.1		TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	1.314.134,00C	0,00	195.689,00	1.509.823,00C
6.1.2.1.2		REPASSE RECEBIDO	1.314.134,00C	0,00	195.689,00	1.509.823,00C
6.1.2.1.2.00.00.01		TRANSFERENCIA DE FINANCEIRA RECEBIDA	1.314.134,00C	0,00	195.689,00	1.509.823,00C
6.1.2.1.2.00.00.01.00.0100 (10867)	F	Transferência recebida (duodécimo)	1.314.134,00C	0,00	195.689,00	1.509.823,00C
6.1.3		MUTACOES ATIVAS	42.264,01C	0,00	2.142,80	44.406,81C
6.1.3.1		INCORPORACAO DE ATIVOS	42.264,01C	0,00	2.142,80	44.406,81C
6.1.3.1.1		AQUISICOES DE BENS	42.264,01C	0,00	2.142,80	44.406,81C
6.1.3.1.1.02		BENS MOVEIS	42.264,01C	0,00	2.142,80	44.406,81C
6.1.3.1.1.02.01 (10585)	P	BENS MOVEIS DE USO PERMANENTE	42.264,01C	0,00	2.142,80	44.406,81C
6.2		RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	393.697,57C	0,00	0,00	393.697,57C
6.2.2		INTERFERENCIAS ATIVAS	393.697,57C	0,00	0,00	393.697,57C
6.2.2.3		MOVIMENTOS DE FUNDOS A DEBITO	393.697,57C	0,00	0,00	393.697,57C
6.2.2.3.3		MOVIMENTOS DE FUNDOS PROPRIOS	393.697,57C	0,00	0,00	393.697,57C
6.2.2.3.3.07		AJUSTES DE SISTEMAS CONTABEIS	393.697,57C	0,00	0,00	393.697,57C
6.2.2.3.3.07.03 (10587)	P	AJUSTES DE SISTEMAS CONTABEIS - NAO FINANCEIROS	393.697,57C	0,00	0,00	393.697,57C

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2011

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Agosto

Página: 9/9

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
9		DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL:				1.346.202,48	1.346.202,48	

CAMPOS NOVOS, 12/09/2011

JOSE ADELAR CARPES
PRESIDENTE CAMARA

JOELMA F. FAÉ
CONTADORA CRC/SC 26419/O-6

Extrato Contrato Nº 13/2011
 EXTRATO DE CONTRATO Nº 13/2011

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS
 CONTRATADA: LANCER SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA.

OBJETO: SISTEMA LEGISLADOR WEB
 VALOR MENSAL: R\$ 136,60
 DATA: 10/09/2011
 VIGÊNCIA: 09/09/2012

Capinzal

PREFEITURA

Contrato 0189/2011

EXTRATO DE CONTRATO
 CONTRATO 0189/2011
 Pregão Presencial 0110/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL
 CONTRATADA: AUTO MECÂNICA CAPINZAL LTDA EPP

OBJETO: Contratação de 540 (quinhentos e quarenta) horas de serviços de manutenção em equipamentos agrícolas da Patrulha Agrícola Mecanizada, frota de veículos - Caminhões e máquinas da Secretaria de Infraestrutura, ônibus do Transporte Coletivo Urbano e Secretaria de Educação e veículos da Secretaria de saúde Municipal, com o fornecimento de peças pelo contratado, sem exclusividade, com prévia aprovação do órgão/entidade contratante do orçamento das peças a serem substituídas, nos termos do Prejulgado Nº 0803, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, recursos próprios.
 VALOR R\$: 9.150,00

Contrato 0190/2011

EXTRATO DE CONTRATO
 CONTRATO 0190/2011
 Pregão Presencial 0110/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL
 CONTRATADA: DALMASS COMERCIO DE PEÇAS LTDA.

OBJETO: Contratação de 540 (quinhentos e quarenta) horas de serviços de manutenção em equipamentos agrícolas da Patrulha Agrícola Mecanizada, frota de veículos - Caminhões e máquinas da Secretaria de Infraestrutura, ônibus do Transporte Coletivo Urbano e Secretaria de Educação e veículos da Secretaria de saúde Municipal, com o fornecimento de peças pelo contratado, sem exclusividade, com prévia aprovação do órgão/entidade contratante do orçamento das peças a serem substituídas, nos termos do Prejulgado Nº 0803, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, recursos próprios.
 VALOR R\$: 8.000,00
 VIGÊNCIA: 13/09/2011 A 31/12/2011

Contrato 0191/2011

EXTRATO DE CONTRATO
 CONTRATO 0191/2011
 Pregão Presencial 0110/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: EDIMAR FRIZZO ME

OBJETO: Contratação de 540 (quinhentos e quarenta) horas de serviços de manutenção em equipamentos agrícolas da Patrulha Agrícola Mecanizada, frota de veículos - Caminhões e máquinas da Secretaria de Infraestrutura, ônibus do Transporte Coletivo Urbano e Secretaria de Educação e veículos da Secretaria de saúde Municipal, com o fornecimento de peças pelo contratado, sem exclusividade, com prévia aprovação do órgão/entidade contratante do orçamento das peças a serem substituídas, nos termos do Prejulgado Nº 0803, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, recursos próprios.
 VALOR R\$: 3.400,00
 VIGÊNCIA: 13/09/2011 A 31/12/2011

Contrato 0192/2011

EXTRATO DE CONTRATO
 CONTRATO 0192/2011
 Pregão Presencial 0110/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL
 CONTRATADA: MECANICA DALEOSIR LTDA ME

OBJETO: Contratação de 540 (quinhentos e quarenta) horas de serviços de manutenção em equipamentos agrícolas da Patrulha Agrícola Mecanizada, frota de veículos - Caminhões e máquinas da Secretaria de Infraestrutura, ônibus do Transporte Coletivo Urbano e Secretaria de Educação e veículos da Secretaria de saúde Municipal, com o fornecimento de peças pelo contratado, sem exclusividade, com prévia aprovação do órgão/entidade contratante do orçamento das peças a serem substituídas, nos termos do Prejulgado Nº 0803, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, recursos próprios.
 VALOR R\$: 4.650,00
 VIGÊNCIA: 13/09/2011 A 31/12/2011

Decreto Nº 062-2011

DECRETO Nº 062, DE 01 DE SETEMBRO DE 2011.
 Abre crédito adicional suplementar na forma que especifica.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15, III, da Lei Municipal nº 2.941, de 08 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 531.121,39 (quinhentos e trinta e um mil, cento e vinte e um reais e trinta e nove centavos), para reforço das dotações orçamentárias, a seguir especificadas:

0302.28.122.0000.2193	CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	FTE	DR	R\$	0,00
33904700-051	Obrigações tributárias e contributivas	00	00	R\$	40.000,00
0601.15.452.0120.1092	PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DE VIAS PÚBL	FTE	DR	R\$	0,00
44905100-180	Obras e instalações	00	00	R\$	461.475,31
0701.17.512.0165.1144	AMPL. SISTEMA DE CAPTAÇÃO ÁGUA BRUTA	FTE	DR	R\$	0,00

44905100-234	Obras e instalações	00	00	R\$	29.646,08
	Total			R\$	531.121,39

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1º do presente ato é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no art. 43, § 1º, I, da Lei Federal nº 4.320/64, o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2010, da Prefeitura Municipal de Capinzal, no valor de R\$ 531.121,39 (quinhentos e trinta e um mil, cento e vinte e um reais e trinta e nove centavos), recursos vinculados à fonte (00) ordinária, conforme quadro a seguir.

Superávit Financeiro

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES	FTE	R\$	0,00
Superávit Financeiro	00	R\$	531.121,39
Total	00	R\$	531.121,39

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 01 de setembro de 2011.
LEONIR BOARETTO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO
Secretário da Administração e Finanças

Catanduvás

PREFEITURA

Termo de Ratificação de Dispensa de Licitação - Processo N 0085/2011 - Licitação N 0001/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato do(a) Senhor(a), que dispensou a licitação, com fundamento do art. 24, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93, face ao disposto no art. 26 do mesmo diploma legal, nestes termos:

- a) Processo Nr.: 0085/2011
b) Licitação Nr.: 0001/2011 - Dispensa de Licitação
c) Modalidade : Dispensa de Licitação
d) Objeto : Aquisição de gêneros alimentícios visando o desenvolvimento das atividades do Hospital Municipal Nossa Senhora do Perpetuo Socorro de Catanduvás. alimentos hospital alimentos hospital
e) Fornecedores.:
135- PANIFICADORA ART PÃO LTDA, no(s) item(ns) 01, com um valor total de R\$ 747,50 (setecentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos).

682- TRADICIONAL MERCADO LTDA, no(s) item(ns) 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, com um valor total de R\$ 941,55 (novecentos e quarenta e um reais e cinquenta e cinco centavos).

1277- W. ASCOLLI & CIA LTDA, no(s) item(ns) 02, 03, com um valor total de R\$ 481,19 (quatrocentos e oitenta e um reais e

dezenove centavos).

2134- SUPERMERCADO QUATRO IRMÃOS LTDA., no(s) item(ns) 04, 05, 06, 07, com um valor total de R\$ 2.525,37 (dois mil e quinhentos e vinte e cinco reais e trinta e sete centavos).

3864- AP SUPERMERCADO LTDA, no(s) item(ns) 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, com um valor total de R\$ 2.400,27 (dois mil e quatrocentos reais e vinte e sete centavos).

90715- LORENZATO & LORENZATO LTDA, no(s) item(ns) 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, com um valor total de R\$ 649,46 (seiscentos e quarenta e nove reais e quarenta e seis centavos).

f) Valor Total.: R\$ 7.745,34

Publique-se.

Catanduvás, 06 de setembro de 2011.
CLAUDINEI SELLA
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Termo de Ratificação de Processo de Inexigibilidade de Licitação - Processo Nr.: 0084/2011 - Licitação Nr.: 0008/2011 - IL

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato do(a) Senhor(a), que declarou inexigível a licitação, com fundamento do art. 25, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93, face ao disposto no art. 26 do mesmo diploma legal, nestes termos:

- a) Processo Nr.: 0084/2011
b) Licitação Nr.: 0008/2011 - IL
c) Modalidade : Inexigibilidade de Licitação
d) Objeto : Contratação da Banda Pulso - show para a 7ª Festa do Chimarrão que realizar-se - a nos dias 10,11,12 e 13 de Novembro de 2011 no município de Catanduvás - SC.
e) Fornecedores.:
3562- SIMÃO ELIAS WOLF ME, no(s) item(ns) 01, com um valor total de R\$ 6.000,00 (seis mil reais).
f) Valor Total.: R\$ 6.000,00

Publique-se.

Catanduvás, 12 de setembro de 2011.
CLAUDINEI SELLA
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Decreto Nº 51/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
DECRETO Nº 51/2011
"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com as disposições da Lei Municipal nº 0495 de 22 de dezembro de 2010 e da Lei Municipal nº 0519 de 08.09.2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado a importância de R\$ 254.140,00 (duzentos e cinquenta e quatro mil, cento e quarenta reais) das seguintes dotações do orçamento vigente:

02 - Gabinete do Prefeito e Vice
02 - Gabinete do Prefeito e Vice
04 - Administração
03 - Gestão Administrativa Superior
122 - Administração Geral
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice R\$ 2.500,00

03 - Secretaria de Administração e Planejamento
03 - Secretaria de Administração e Planejamento
04 - Administração
05 - Administração Geral
122 - Administração Geral
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
1005 - Reforma e Ampliação R\$ 20.000,00

03 - Secretaria de Administração e Planejamento
03 - Secretaria de Administração e Planejamento
04 - Administração
05 - Administração Geral
122 - Administração Geral
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
1005 - Reforma e Ampliação R\$ 10.000,00
03 - Secretaria de Administração e Planejamento
03 - Secretaria de Administração e Planejamento
04 - Administração
05 - Administração Geral
122 - Administração Geral
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
1006 - Aquisição de Moveis e Equipamentos R\$ 10.000,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
01 - Divisão de Ensino
12 - Educação
11 - Educação para todos
361 - Ensino Fundamental
110- Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - Educação
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
1016 - Implantação de Hortas Escolares R\$ 2.500,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
01 - Divisão de Ensino
12 - Educação
11 - Educação para todos
361 - Ensino Fundamental
110- Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - Educação
44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
1016 - Implantação de Hortas Escolares R\$ 2.500,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
01 - Divisão de Ensino
12 - Educação
11 - Educação para todos
361 - Ensino Fundamental
110- Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - Educação

33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
2010 - Distribuição de Material Didático R\$ 10.000,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
01 - Divisão de Ensino
12 - Educação
11 - Educação para todos
361 - Ensino Fundamental
116- Transferência de Convênios - Outros
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
2010 - Distribuição de Material Didático R\$ 300,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
01 - Divisão de Ensino
12 - Educação
11 - Educação para todos
361 - Ensino Fundamental
110- Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - Educação
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
2012- Cursos de Informática R\$ 3.000,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
01 - Divisão de Ensino
12 - Educação
11 - Educação para todos
361 - Ensino Fundamental
116- Transferência de Convênios - Outros
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
2012- Cursos de Informática R\$ 1.500,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
01 - Divisão de Ensino
12 - Educação
11 - Educação para todos
361 - Ensino Fundamental
110- Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - Educação
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
2013- Distribuição de Material Escolar R\$ 18.000,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
01 - Divisão de Ensino
12 - Educação
11 - Educação para todos
365 - Educação Infantil
110- Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - Educação
31.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
2017- Manutenção/ Pessoal do Ensino Infantil R\$ 7.500,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
01 - Divisão de Ensino
13 - Cultura
13 - Resgate da Cultura
392 - Difusão Cultural
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
1020- Incentivo a Criação de Grupos Culturais R\$ 2.000,00

07 - Secretaria da Agricultura
01 - Divisão de Agricultura
20 - Agricultura
43 - Apoio e Fomento a Apicultura
602 - Promoção da Produção Animal
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
1080 - Implantação de Unidade de Beneficiamento de Mel R\$ 10.000,00

07 - Secretaria da Agricultura
01 - Divisão de Agricultura

20 - Agricultura
 43 - Apoio e Fomento a Apicultura
 602 - Promoção da Produção Animal
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 1081 - Aquisição de Equip para Benef de Mel e Subprodutos R\$ 4.000,00

07 - Secretaria da Agricultura
 01 - Divisão de Agricultura
 20 - Agricultura
 45 - Apoio e Fomento a Fruticultura
 606 - Extensão Rural
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 1086 - Implantação de Un Demonst de Produção Fruticultura R\$ 4.000,00

07 - Secretaria da Agricultura
 01 - Divisão de Agricultura
 20 - Agricultura
 47 - Hortas Familiares, Comunitárias e Escolares
 606 - Extensão Rural
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 1088 - Aquisição de Mat, Ferramentas Equip P/ Inst de Viveiros R\$ 3.000,00

07 - Secretaria da Agricultura
 01 - Divisão de Agricultura
 20 - Agricultura
 49 - Pamec
 606 - Extensão Rural
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 1091 - Aquisição de Maquinas, Equipamentos, Implementos Agrícolas e Veículos de Transporte de Carga - Pamec R\$ 25.000,00

07 - Secretaria da Agricultura
 01 - Divisão de Agricultura
 20 - Agricultura
 49 - Pamec
 606 - Extensão Rural
 116 - Transferência de Convênios - Outros
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 1091 - Aquisição de Maquinas, Equipamentos, Implementos Agrícolas e Veículos de Transporte de Carga - Pamec R\$ 4.000,00

07 - Secretaria da Agricultura
 01 - Divisão de Agricultura
 20 - Agricultura
 49 - Pamec
 606 - Extensão Rural
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 2074 - Manutenção de Máquinas, Equipamentos, Implementos Agrícolas e Veículos de Transporte de Carga - Pamec R\$ 10.000,00

07 - Secretaria da Agricultura
 01 - Divisão de Agricultura
 20 - Agricultura
 37 - Apoio e Fomento a Atividade Leiteira e Bovinocultura
 606 - Extensão Rural
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 2085 - Aquisição de Materiais e Equip. para Implantação de Sistema Rotativo de Pastagem - Ativ. Leiteira R\$ 3.000,00

07 - Secretaria da Agricultura

01 - Divisão de Agricultura
 20 - Agricultura
 37 - Apoio e Fomento a Atividade Leiteira e Bovinocultura
 606 - Extensão Rural
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 2085 - Aquisição de Materiais e Equip. Para Implantação de Sistema Rotativo de Pastagem - Ativ. Leiteira R\$ 2.000,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços
 01 - Divisão de Serviços Urbanos
 15 - Urbanismo
 31 - Urbanismo
 451 - Infra-estrutura Urbana
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
 1044 - Aquisição e Desapropriação de Imóveis R\$ 10.000,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços
 01 - Divisão de Serviços Urbanos
 15 - Urbanismo
 31 - Urbanismo
 451 - Infra-estrutura Urbana
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
 1054 - Construção de Calçadas na Avenida 29 de Novembro R\$ 7.000,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços
 01 - Divisão de Serviços Urbanos
 15 - Urbanismo
 31 - Urbanismo
 451 - Infra-estrutura Urbana
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
 1054 - Construção de Calçadas na Avenida 29 de Novembro R\$ 3.000,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços
 02 - Divisão do D.M.E.R.
 15 - Urbanismo
 29 - Estradas Vicinais
 452 - Serviços Urbanos
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
 1055 - Sinalização Viária R\$ 5.000,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
 01 - Divisão de Ensino
 12 - Educação
 11 - Educação para todos
 361 - Ensino Fundamental
 110 - Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - Educação
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 1010 - Aquisição e Manutenção de Moveis e Equipamentos R\$ 20.000,00

09 - Secretaria do Desenvolvimento Social
 01 - Divisão do Fundo de Assistência Social
 08 - Assistência Social
 19 - Desenvolvimento Social
 244 - Assistência Comunitária
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 2053 - Implantação de Projetos Sociais R\$ 5.000,00

09 - Secretaria do Desenvolvimento Social
 03 - Divisão do Fundo da Infância e Adolescência
 08 - Assistência Social

21 - Atenção a Criança
 243 - Assistência a Criança e ao Adolescente
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 2055 - Implantar e Implementar Políticas que Assegurem o Funcionamento do Eca R\$ 5.000,00

10 - Secretaria do Meio Ambiente e Turismo
 01 - Divisão do Meio Ambiente
 18 - Gestão Ambiental
 23 - Chapadão do Lageado Turístico
 542 - Controle Ambiental
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 1031 - Incentivo a Empreendimentos Turísticos R\$ 3.000,00

10 - Secretaria do Meio Ambiente e Turismo
 01 - Divisão do Meio Ambiente
 18 - Gestão Ambiental
 23 - Chapadão do Lageado Turístico
 542 - Controle Ambiental
 116- Transferência de Convênios - Outros
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 1031 - Incentivo a Empreendimentos Turísticos R\$ 1.500,00

10 - Secretaria do Meio Ambiente e Turismo
 01 - Divisão do Meio Ambiente
 18 - Gestão Ambiental
 25 - Proteção Ambiental
 511 - Saneamento Básico Rural
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 2032 - Fiscalização Sanitária nas Residências R\$ 3.000,00

10 - Secretaria do Meio Ambiente e Turismo
 01 - Divisão do Meio Ambiente
 18 - Gestão Ambiental
 23 - Chapadão do Lageado Turístico
 541 - Preservação e Conservação Ambiental
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 2056 - Implantação de Saneamento Básico nas Residências R\$ 3.750,00

10 - Secretaria do Meio Ambiente e Turismo
 01 - Divisão do Meio Ambiente
 18 - Gestão Ambiental
 23 - Chapadão do Lageado Turístico
 541 - Preservação e Conservação Ambiental
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 2056 - Implantação de Saneamento Básico nas Residências R\$ 1.750,00

04 - Secretaria da Fazenda
 04 - Secretaria da Fazenda
 04 - Administração
 09 - Administração Financeira
 123 - Administração Financeira
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 1097 - Aquisição de Móveis e Equipamentos R\$ 2.500,00

09- Secretaria do Desenvolvimento Social
 02 - Divisão do Fundo Habitação e Interesse Social
 08 - Assistência Social
 19 - Desenvolvimento Social
 244 - Assistência Comunitária
 116- Transferência de Convênios - Outros

33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 1026 - Construção de Casas Populares R\$ 1.500,00

09- Secretaria do Desenvolvimento Social
 02 - Divisão do Fundo Habitação e Interesse Social
 08 - Assistência Social
 19 - Desenvolvimento Social
 244 - Assistência Comunitária
 116- Transferência de Convênios - Outros
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 1026 - Construção de Casas Populares R\$ 6.500,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços
 02 - Divisão do D.M.E.R.
 15 - Urbanismo
 29 - Estradas Vicinais
 452 - Serviços Urbanos
 116- Transferência de Convênios - Outros
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações direitas
 2093 - Manutenção das Estradas Vicinais - Urbanismo R\$ 20.840,00

Art.2º Por conta dos recursos constantes do Artigo 1º, no valor de R\$ 254.140,00 (duzentos e cinquenta e quatro mil cento e quarenta reais) fica aberto um crédito suplementar nas seguintes dotações do Orçamento Vigente:

03 - Secretaria de Administração e Planejamento
 03 - Secretaria de Administração e Planejamento
 04 - Administração
 05 - Administração Geral
 122 - Administração Geral
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 31.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 2003 - Manut. da Sec. de Administração e Planejamento R\$ 37.300,00

03 - Secretaria de Administração e Planejamento
 03 - Secretaria de Administração e Planejamento
 04 - Administração
 05 - Administração Geral
 122 - Administração Geral
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 2003 - Manut. da Sec. de Administração e Planejamento R\$ 50.000,00

04 - Secretaria da Fazenda
 04 - Secretaria da Fazenda
 04 - Administração
 09 - Administração Financeira
 123 - Administração Financeira
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 33.50.00.00.00.00.00 - Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
 2007 - Contribuição a Entidades Municipalistas R\$ 8.000,00

04 - Secretaria da Fazenda
 04 - Secretaria da Fazenda
 04 - Administração
 09 - Administração Financeira
 123 - Administração Financeira
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 2008 - Contribuição ao Pasesp R\$ 15.000,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
 01 - Divisão de Ensino
 12 - Educação

11 - Educação para todos
 361 - Ensino Fundamental
 110- Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - Educação
 31.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 2016 - Manutenção/ Pessoal do Ensino Fundamental R\$ 30.000,00

07 - Secretaria da Agricultura
 01 - Divisão de Agricultura
 20 - Agricultura
 27 - Assistência aos Produtores Rurais
 606 - Extensão Rural
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 31.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 2063 - Manutenção/Pessoal da Secretaria, com Veículos para Assistência Técnica R\$ 30.000,00

07 - Secretaria da Agricultura
 01 - Divisão de Agricultura
 20 - Agricultura
 27 - Assistência aos Produtores Rurais
 606 - Extensão Rural
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 2063 - Manutenção/Pessoal da Secretaria, com Veículos para Assistência Técnica R\$ 20.000,00

09- Secretaria do Desenvolvimento Social
 01 - Divisão do Fundo de Assistência Social
 08 - Assistência Social
 19 - Desenvolvimento Social
 244 - Assistência Comunitária
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 31.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 2028 - Manutenção/Pessoal da Secretaria de Desen Social R\$ 25.000,00

10 - Secretaria do Meio Ambiente e Turismo
 01 - Divisão do Meio Ambiente
 18 - Gestão Ambiental
 23 - Chapadão do Lageado Turístico
 695 - Turismo
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 31.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 2031 - Manutenção/Pessoal R\$ 18.000,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços
 01 - Divisão de Serviços Urbanos
 15 - Urbanismo
 31 - Urbanismo
 451 - Infra-estrutura Urbana
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações direitas
 1043 - Construção de Praças e Jardins R\$ 20.840,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 12 de setembro de 2011.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
 Prefeito Municipal

Lei Nº 0520 de 08.09.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

LEI Nº 0520 de 08.09.2011

"REVOGA PARAGRAFO ÚNICO DO ART.9º, DA LEI Nº 0085 DE 30.06.99, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogado o parágrafo único do art. 9º da Lei nº 0085 de 30.06.99, que Disciplina a admissão de pessoal em caráter temporário sob regime administrativo especial, no âmbito do Magistério Público Municipal.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de agosto de 2011.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Chapadão do Lageado, 08 de setembro de 2011.
 JOSÉ BRAULIO INÁCIO
 Prefeito Municipal

Lei N.º 0519 de 08.09.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
 LEI N.º 0519 de 08.09.2011
 "ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a anular a importância de R\$ 254.140,00 (duzentos e cinquenta e quatro mil, cento e quarenta reais) das seguintes dotações do orçamento vigente:

02 - Gabinete do Prefeito e Vice
 02 - Gabinete do Prefeito e Vice
 04 - Administração
 03 - Gestão Administrativa Superior
 122 - Administração Geral
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
 2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice R\$ 2.500,00

03 - Secretaria de Administração e Planejamento
 03 - Secretaria de Administração e Planejamento
 04 - Administração
 05 - Administração Geral
 122 - Administração Geral
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 1005 - Reforma e Ampliação R\$ 20.000,00

03 - Secretaria de Administração e Planejamento
 03 - Secretaria de Administração e Planejamento
 04 - Administração
 05 - Administração Geral
 122 - Administração Geral
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 1005 - Reforma e Ampliação R\$ 10.000,00
 03 - Secretaria de Administração e Planejamento
 03 - Secretaria de Administração e Planejamento
 04 - Administração
 05 - Administração Geral

122 - Administração Geral
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 44.90.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 1006 - Aquisição de Moveis e Equipamentos R\$ 10.000,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
 01 - Divisão de Ensino
 12 - Educação
 11 - Educação para todos
 361 - Ensino Fundamental
 110- Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - Educação
 33.90.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 1016 - Implantação de Hortas Escolares R\$ 2.500,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
 01 - Divisão de Ensino
 12 - Educação
 11 - Educação para todos
 361 - Ensino Fundamental
 110- Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - Educação
 44.90.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 1016 - Implantação de Hortas Escolares R\$ 2.500,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
 01 - Divisão de Ensino
 12 - Educação
 11 - Educação para todos
 361 - Ensino Fundamental
 110- Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - Educação
 33.90.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 2010 - Distribuição de Material Didático R\$ 10.000,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
 01 - Divisão de Ensino
 12 - Educação
 11 - Educação para todos
 361 - Ensino Fundamental
 116- Transferência de Convênios - Outros
 33.90.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 2010 - Distribuição de Material Didático R\$ 300,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
 01 - Divisão de Ensino
 12 - Educação
 11 - Educação para todos
 361 - Ensino Fundamental
 110- Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - Educação
 33.90.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 2012- Cursos de Informática R\$ 3.000,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
 01 - Divisão de Ensino
 12 - Educação
 11 - Educação para todos
 361 - Ensino Fundamental
 116- Transferência de Convênios - Outros
 33.90.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 2012- Cursos de Informática R\$ 1.500,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
 01 - Divisão de Ensino
 12 - Educação
 11 - Educação para todos
 361 - Ensino Fundamental
 110- Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - Educação
 33.90.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 2013- Distribuição de Material Escolar R\$ 18.000,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

01 - Divisão de Ensino
 12 - Educação
 11 - Educação para todos
 365 - Educação Infantil
 110- Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - Educação
 31.90.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 2017- Manutenção/ Pessoal do Ensino Infantil R\$ 7.500,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
 01 - Divisão de Ensino
 13 - Cultura
 13 - Resgate da Cultura
 392 - Difusão Cultural
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 33.90.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 1020- Incentivo a Criação de Grupos Culturais R\$ 2.000,00

07 - Secretaria da Agricultura
 01 - Divisão de Agricultura
 20 - Agricultura
 43 - Apoio e Fomento a Apicultura
 602 - Promoção da Produção Animal
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 44.90.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 1080 - Implantação de Unidade de Beneficiamento de Mel R\$ 10.000,00

07 - Secretaria da Agricultura
 01 - Divisão de Agricultura
 20 - Agricultura
 43 - Apoio e Fomento a Apicultura
 602 - Promoção da Produção Animal
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 44.90.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 1081 - Aquisição de Equip para Benef de Mel e Subprodutos R\$ 4.000,00

07 - Secretaria da Agricultura
 01 - Divisão de Agricultura
 20 - Agricultura
 45 - Apoio e Fomento a Fruticultura
 606 - Extensão Rural
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 44.90.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 1086 - Implantação de Un Demonst de Produção Fruticultura R\$ 4.000,00

07 - Secretaria da Agricultura
 01 - Divisão de Agricultura
 20 - Agricultura
 47 - Hortas Familiares,Comunitárias e Escolares
 606 - Extensão Rural
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 44.90.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 1088 - Aquisição de Mat, Ferramentas Equip P/ Inst de Viveiros R\$ 3.000,00

07 - Secretaria da Agricultura
 01 - Divisão de Agricultura
 20 - Agricultura
 49 - Pamec
 606 - Extensão Rural
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 44.90.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 1091 - Aquisição de Maquinas, Equipamentos, Implementos Agrícolas e Veículos de Transporte de Carga - Pamec R\$ 25.000,00

07 - Secretaria da Agricultura
 01 - Divisão de Agricultura

20 - Agricultura
 49 - Pamec
 606 - Extensão Rural
 116- Transferência de Convênios - Outros
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 1091 - Aquisição de Maquinas, Equipamentos, Implementos Agrícolas e Veículos de Transporte de Carga - Pamec R\$ 4.000,00

07 - Secretaria da Agricultura
 01 - Divisão de Agricultura
 20 - Agricultura
 49 - Pamec
 606 - Extensão Rural
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 2074 - Manutenção de Máquinas, Equipamentos, Implementos Agrícolas e Veículos de Transporte de Carga -Pamec R\$ 10.000,00

07 - Secretaria da Agricultura
 01 - Divisão de Agricultura
 20 - Agricultura
 37 - Apoio e Fomento a Atividade Leiteira e Bovinocultura
 606 - Extensão Rural
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 2085 - Aquisição de Materiais e Equip. para Implantação de Sistema Rotativo de Pastagem - Ativ. Leiteira R\$ 3.000,00

07 - Secretaria da Agricultura
 01 - Divisão de Agricultura
 20 - Agricultura
 37 - Apoio e Fomento a Atividade Leiteira e Bovinocultura
 606 - Extensão Rural
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 2085 - Aquisição de Materiais e Equip. Para Implantação de Sistema Rotativo de Pastagem - Ativ. Leiteira R\$ 2.000,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços
 01 - Divisão de Serviços Urbanos
 15 - Urbanismo
 31 - Urbanismo
 451 - Infra-estrutura Urbana
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações direitas
 1044 - Aquisição e Desapropriação de Imóveis R\$ 10.000,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços
 01 - Divisão de Serviços Urbanos
 15 - Urbanismo
 31 - Urbanismo
 451 - Infra-estrutura Urbana
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações direitas
 1054 - Construção de Calçadas na Avenida 29 de Novembro R\$ 7.000,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços
 01 - Divisão de Serviços Urbanos
 15 - Urbanismo
 31 - Urbanismo
 451 - Infra-estrutura Urbana
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações direitas
 1054 - Construção de Calçadas na Avenida 29 de Novembro R\$ 3.000,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços
 02 - Divisão do D.M.E.R.

15 - Urbanismo
 29 - Estradas Vicinais
 452 - Serviços Urbanos
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações direitas
 1055 - Sinalização Viária R\$ 5.000,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
 01 - Divisão de Ensino
 12 - Educação
 11 - Educação para todos
 361 - Ensino Fundamental
 110- Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - Educação
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 1010 - Aquisição e Manutenção de Moveis e Equipamentos R\$ 20.000,00

09- Secretaria do Desenvolvimento Social
 01 - Divisão do Fundo de Assistência Social
 08 - Assistência Social
 19 - Desenvolvimento Social
 244 - Assistência Comunitária
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 2053 - Implantação de Projetos Sociais R\$ 5.000,00

09- Secretaria do Desenvolvimento Social
 03 - Divisão do Fundo da Infância e Adolescência
 08 - Assistência Social
 21 - Atenção a Criança
 243 - Assistência a Criança e ao Adolescente
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 2055 - Implantar e Implementar Políticas que Assegurem o Funcionamento do Eca R\$ 5.000,00

10 - Secretaria do Meio Ambiente e Turismo
 01 - Divisão do Meio Ambiente
 18 - Gestão Ambiental
 23 - Chapadão do Lageado Turístico
 542 - Controle Ambiental
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 1031 - Incentivo a Empreendimentos Turísticos R\$ 3.000,00

10 - Secretaria do Meio Ambiente e Turismo
 01 - Divisão do Meio Ambiente
 18 - Gestão Ambiental
 23 - Chapadão do Lageado Turístico
 542 - Controle Ambiental
 116- Transferência de Convênios - Outros
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 1031 - Incentivo a Empreendimentos Turísticos R\$ 1.500,00

10 - Secretaria do Meio Ambiente e Turismo
 01 - Divisão do Meio Ambiente
 18 - Gestão Ambiental
 25 - Proteção Ambiental
 511 - Saneamento Básico Rural
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 2032 - Fiscalização Sanitária nas Residências R\$ 3.000,00

10 - Secretaria do Meio Ambiente e Turismo
 01 - Divisão do Meio Ambiente
 18 - Gestão Ambiental
 23 - Chapadão do Lageado Turístico
 541 - Preservação e Conservação Ambiental
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais

33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
2056 - Implantação de Saneamento Básico nas Residências R\$ 3.750,00

10 - Secretaria do Meio Ambiente e Turismo
01 - Divisão do Meio Ambiente
18 - Gestão Ambiental
23 - Chapadão do Lageado Turístico
541 - Preservação e Conservação Ambiental
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
2056 - Implantação de Saneamento Básico nas Residências R\$ 1.750,00

04 - Secretaria da Fazenda
04 - Secretaria da Fazenda
04 - Administração
09 - Administração Financeira
123 - Administração Financeira
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
1097 - Aquisição de Móveis e Equipamentos R\$ 2.500,00

09- Secretaria do Desenvolvimento Social
02 - Divisão do Fundo Habitação e Interesse Social
08 - Assistência Social
19 - Desenvolvimento Social
244 - Assistência Comunitária
116- Transferência de Convênios - Outros
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
1026 - Construção de Casas Populares R\$ 1.500,00

09- Secretaria do Desenvolvimento Social
02 - Divisão do Fundo Habitação e Interesse Social
08 - Assistência Social
19 - Desenvolvimento Social
244 - Assistência Comunitária
116- Transferência de Convênios - Outros
44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
1026 - Construção de Casas Populares R\$ 6.500,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços
02 - Divisão do D.M.E.R.
15 - Urbanismo
29 - Estradas Vicinais
452 - Serviços Urbanos
116- Transferência de Convênios - Outros
44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
2093 - Manutenção das Estradas Vicinais - Urbanismo R\$ 20.840,00

Art.2º Por conta dos recursos constantes do Artigo 1º, no valor de R\$ 254.140,00 (duzentos e cinquenta e quatro mil cento e quarenta reais) fica aberto um crédito suplementar nas seguintes dotações do Orçamento Vigente:

03 - Secretaria de Administração e Planejamento
03 - Secretaria de Administração e Planejamento
04 - Administração
05 - Administração Geral
122 - Administração Geral
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
31.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
2003 - Manut. da Sec. de Administração e Planejamento R\$ 37.300,00

03 - Secretaria de Administração e Planejamento
03 - Secretaria de Administração e Planejamento
04 - Administração

05 - Administração Geral
122 - Administração Geral
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
2003 - Manut. da Sec. de Administração e Planejamento R\$ 50.000,00

04 - Secretaria da Fazenda
04 - Secretaria da Fazenda
04 - Administração
09 - Administração Financeira
123 - Administração Financeira
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
33.50.00.00.00.00.00 - Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
2007 - Contribuição a Entidades Municipalistas R\$ 8.000,00

04 - Secretaria da Fazenda
04 - Secretaria da Fazenda
04 - Administração
09 - Administração Financeira
123 - Administração Financeira
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
2008 - Contribuição ao Pasep R\$ 15.000,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
01 - Divisão de Ensino
12 - Educação
11 - Educação para todos
361 - Ensino Fundamental
110- Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - Educação
31.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
2016 - Manutenção/ Pessoal do Ensino Fundamental R\$ 30.000,00

07 - Secretaria da Agricultura
01 - Divisão de Agricultura
20 - Agricultura
27 - Assistência aos Produtores Rurais
606 - Extensão Rural
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
31.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
2063 - Manutenção/Pessoal da Secretaria, com Veículos para Assistência Técnica R\$ 30.000,00

09- Secretaria do Desenvolvimento Social
01 - Divisão do Fundo de Assistência Social
08 - Assistência Social
19 - Desenvolvimento Social
244 - Assistência Comunitária
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
31.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
2028 - Manutenção/Pessoal da Secretaria de Desen Social R\$ 25.000,00

10 - Secretaria do Meio Ambiente e Turismo
01 - Divisão do Meio Ambiente
18 - Gestão Ambiental
23 - Chapadão do Lageado Turístico

695 - Turismo
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 31.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 2031 - Manutenção/Pessoal R\$ 18.000,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços
 01 - Divisão de Serviços Urbanos
 15 - Urbanismo
 31 - Urbanismo
 451 - Infra-estrutura Urbana
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
 1043 - Construção de Praças e Jardins R\$ 20.840,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 08 de setembro de 2011.
 JOSÉ BRAULIO INÁCIO
 Prefeito Municipal

Lei Nº 0521 de 08.09.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
 LEI Nº 0521 de 08.09.2011
 "ALTERA O ART. 5º DA LEI 0421 DE 08.04.2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 5º da Lei nº 0421 de 08.04.2009, passa a vigorar acrescido os seguintes §§ 2º e 3º, numerando-se o atual parágrafo único como § 1º:

"Art.5º
 "

"§ 1º (parágrafo único original) "

"§ 2º O limite de horas fixado nos incisos deste artigo, poderá ser ampliado, mediante aprovação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR, quando o serviço for destinado a implantação, expansão ou melhoramento de empreendimentos rurais.

§ 3º As disposições do § 2º serão regulamentadas por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal."

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrario.

Prefeitura do Municipio de Chapadao do Lageado, 08 de setembro de 2011.
 JOSÉ BRAULIO INÁCIO
 Prefeito Municipal

Errata de Extrato de Edital do Processo Licitatório nº 053/2011 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
 ERRATA DO EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO nº 53/2011 - PM

PUBLICADO NO DIA 12 DE SETEMBRO DE 2011

Onde lia-se: [] estará reunida no dia 27 de Setembro de 2011, às 10:00 [] AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA PARA REFORMA DA PRAÇA PÚBLICA (1ª ETAPA), COM 1.205,03M2 E PALCO COM 115,96M2, LOCALIZADA NO CENTRO DESTA MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO-SC, conforme projetos, memorial descritivo, quadro de quantidades e cronograma físico-financeiros em Anexos.

Passa a ler-se: [] estará reunida no dia 28 de Setembro de 2011, às 11:00 [] AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA PARA REFORMA DA PRAÇA PÚBLICA (1ª ETAPA), COM 1.205,03M2 E PALCO COM 115,96M2, LOCALIZADA NO CENTRO DESTA MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO-SC, conforme projetos, memorial descritivo, quadro de quantidades e cronograma físico-financeiros em Anexos.

Chapadão do Lageado, 14 de setembro de 2011.
 JOSÉ BRAULIO INÁCIO
 Prefeito Municipal

Portaria Nº 369/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
 P O R T A R I A Nº 369/2011

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Complementar nº 047 de 01.12.2010,

RESOLVE:

Art.1º. Nomear CHARLIANE MICHELS, advogada, inscrita nos quadros da OAB/SC sob o nº 31517, para ocupar o cargo em Comissão de Assessor Jurídico, no Gabinete do Prefeito - Nível DAS-8, Anexo Único, da LC nº. 047 de 01.12.2010, a partir desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Do Municipio De Chapadao Do Lageado, 09 de setembro de 2011.
 JOSÉ BRAULIO INÁCIO
 Prefeito Municipal

Portaria Nº 364/2011 de 08.09.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
 P O R T A R I A Nº 364/2011

- CONSIDERANDO que a servidora designada, é lotada na Administração Central, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais - 40 horas aprovada no Concurso Público nº. 001/2005;

- CONSIDERANDO a necessidade e o interesse público na manutenção dos procedimentos de rotina da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes;

- CONSIDERANDO o que dispõe o art. 9º da Lei Complementar nº. 007/99 e o art.131 da Lei Complementar nº. 008/99.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, VII e pelo art. 70, II, da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o local de trabalho da servidora ANGELITA MARIA DA SILVA WESTPHAL, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais - 40 horas, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, junto ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, passando a exercer suas funções na Unidade de Educação Infantil Professor Verny Passig.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 12.02.2010.

Prefeitura do Município de Chapadao do Lageado, 08 de setembro de 2011.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 365/2011 de 08.09.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
P O R T A R I A Nº 365/2011

- CONSIDERANDO que a servidora designada, é lotada na Administração Central, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais- 40 horas aprovada no Concurso Público nº. 001/2005;

- CONSIDERANDO a necessidade e o interesse público na manutenção dos procedimentos de rotina da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes;

- CONSIDERANDO o que dispõe o art. 9º da Lei Complementar nº. 007/99 e o art.131 da Lei Complementar nº. 008/99.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, VII e pelo art. 70, II, da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o local de trabalho da servidora CLAUDIA ADRIANA AMORIM, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais - 40 horas, da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, na Biblioteca Publica Municipal Ulisses Guimarães, passando a exercer suas funções junto a Unidade de Educação Infantil Professor Verny Passig.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 07.02.2011.

Prefeitura do Município de Chapadao do Lageado, 08 de setembro de 2011.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 366/2011 de 08.09.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
P O R T A R I A Nº 366/2011

- CONSIDERANDO a apresentação de certificado de conclusão do Ensino Fundamental e Médio.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais conferidas pelo art.50, VII, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o art. 18 inciso III, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10,

RESOLVE:

Art.1º Conceder progressão funcional do Nível III para o Nível VI, por nova habilitação ou titulação, ao Servidor ALCIDES KLETTENBERG, matricula nº 1293/01 (Código 3.3.05), ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamento - 40 horas, em exercício na Secretaria Municipal d a Saúde.

Art. 2º A progressão corresponderá a um (1) nível por habilitação no ensino fundamental e dois (2) níveis por habilitação no ensino médio, com fundamento no art. 22, incisos I e II, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10.

Art. 3º O servidor passará a receber o vencimento correspondente ao Nível VI, código 3.3.05, do anexo IV da Lei Complementar 007 de 23.12.99, a partir deste mês.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadao do Lageado, 08 de setembro de 2011.

JOSE BRAULIO INACIO

Portaria Nº 367/2011 de 08.09.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 367/2011

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº. 008/99,

RESOLVE:

Art.1º Conceder e autorizar a servidora SINARA REGINA PRIM DE MELO, ocupante do cargo efetivo de Fiscal Sanitário - 40 horas, em exercício na Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Turismo, gozar as férias regulamentares, conforme art.78 da LC nº 008, de 23.12.99, relativas ao período aquisitivo de 2009/2010, para serem gozadas de 10.09.2011 à 09.10.2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 08 de setembro de 2011.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 368/2011 de 08.09.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
P O R T A R I A Nº 368/2011

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 50, inciso VII, da Lei Orgânica do município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº 008/99,

RESOLVE:

Art.1º Conceder e autorizar a servidora ALINE DA SILVEIRA, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, em exercício na Secretaria Municipal da Fazenda, gozar as férias regulamentares, Acrescidas de 1/3 do abono constitucional e conversão de 1/3 em abono pecuniário, conforme art.78, § 3º da LC nº 008, de 23/12/99, relativas ao período aquisitivo de 2010/2011, para serem gozadas de 12.09.2011 à 03.10.2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Municipio de Chapadao do Lageado, 08 de setembro de 2011.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA

Balanço Financeiro Fundo Mun. de Assist. do
Servidor de Concórdia Agosto /2011

FUNDO MUN. DE ASSIST. DO SERVIDOR DE CONCORDIA
Balanço Financeiro
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Agosto /2011

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	VALOR	TÍTULOS	VALOR
ORÇAMENTÁRIA	276.049,69	ORÇAMENTÁRIA	244.355,22
Receitas Orçamentárias	276.049,69	Despesas Correntes	244.355,22
Receitas Correntes	172.519,30	Outras Despesas Correntes	244.355,22
Receitas de Contribuições	120.072,36	Despesas Intra-Orçamentárias	0,00
Receitas Patrimoniais	3.961,47	Despesa de Capital Intra-Orçamentária	0,00
Receitas de Serviços	180,00		
Outras Receitas Correntes	48.305,47		
Receita Intra-Orçamentária Correntes	103.530,39		
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	247.570,31	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	247.570,31
Depósitos	3.215,09	Depósitos	3.215,09
Depósitos em Diversas Origens	3.215,09	Depósitos em Diversas Origens	3.215,09
Obrigações em Circulação	244.355,22	Obrigações em Circulação	244.355,22
Obrigações a Pagar	244.355,22	Obrigações a Pagar	244.355,22
Fornecedores	244.355,22	Fornecedores	244.355,22
Interferências Ativas	0,00	Interferências Passivas	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	534.677,55	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	566.372,02
Caixa	0,00	Caixa	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	Bancos Conta Movimento	0,00
Bancos Conta Vinculada	255.677,55	Bancos Conta Vinculada	3.872,02
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	279.000,00	Aplicação Financ. de Recursos Próprios	562.500,00
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	Investimentos do RPPS	0,00
TOTAL	1.058.297,55	TOTAL	1.058.297,55

Fonte: FUND. MUN. DE ASSISTENCIAAO SERVIDOR

BEATRIZ F. C. DASILVAROSA
Ordenadora de Despesa

SINEIDATEREZINHASCHMIDT
Contador Adj.
CRC/SC 15097/O-2

Balanço Financeiro Fundação Mun de Defesa do Meio Ambiente Agosto /2011

FUNDAÇÃO MUN DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE
Balanço Financeiro
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Agosto /2011

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	VALOR	TÍTULOS	VALOR
ORÇAMENTÁRIA	3.512,55	ORÇAMENTÁRIA	47.642,48
Receitas Orçamentárias	3.512,55	Despesas Correntes	45.260,19
Receitas Correntes	3.512,55	Pessoal e Encargos Sociais	25.911,31
Receitas Patrimoniais	1.313,30	Outras Despesas Correntes	19.348,88
Receitas de Serviços	1.854,40	Despesas de Capital	108,99
Outras Receitas Correntes	344,85	Investimentos	108,99
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00	Despesas Intra-Orçamentárias	2.273,30
		Despesa Corrente Intra-Orçamentária	2.273,30
		Despesa de Capital Intra-Orçamentária	0,00
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	104.851,26	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	54.455,42
Depósitos	6.027,50	Depósitos	6.027,50
Depósitos em Diversas Origens	6.027,50	Depósitos em Diversas Origens	6.027,50
Obrigações em Circulação	48.823,76	Obrigações em Circulação	48.427,92
Obrigações a Pagar	48.823,76	Obrigações a Pagar	48.427,92
Fornecedores	20.403,57	Fornecedores	20.007,73
Pessoal a Pagar	26.239,78	Pessoal a Pagar	26.239,78
Encargos Sociais a Recolher	1.944,83	Encargos Sociais a Recolher	1.944,83
Obrigações Tributárias	235,58	Obrigações Tributárias	235,58
Interferências Ativas	50.000,00	Interferências Passivas	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	50.000,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	185.100,08	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	191.365,99
Caixa	0,00	Caixa	0,00
Bancos Conta Movimento	185.100,08	Bancos Conta Movimento	191.365,99
Bancos Conta Vinculada	0,00	Bancos Conta Vinculada	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	Investimentos do RPPS	0,00
TOTAL	293.463,89	TOTAL	293.463,89

Fonte: Fund. de Defesa Meio Ambiente

EDSON LUIS GONCALVES
Ordenador de Despesa

ARGEU ALBIERO
Contador
CRC/SC 027453/O-2

**Balanço Financeiro Fundação Municipal de Cultura
de Concordia Agosto /2011**

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE CONCORDIA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE CONCORDIA

Balanço Financeiro

PERÍODO DE REFERÊNCIA: Agosto /2011

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	VALOR	TÍTULOS	VALOR
ORÇAMENTÁRIA	3.104,04	ORÇAMENTÁRIA	106.022,86
Receitas Orçamentárias	3.104,04	Despesas Correntes	81.453,58
Receitas Correntes	3.104,04	Pessoal e Encargos Sociais	42.350,20
Receitas Patrimoniais	2.081,75	Outras Despesas Correntes	39.103,38
Receitas de Serviços	49,30	Despesas de Capital	19.434,90
Outras Receitas Correntes	972,99	Investimentos	19.434,90
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00	Despesas Intra-Orçamentárias	5.134,38
		Despesa Corrente Intra-Orçamentária	5.134,38
		Despesa de Capital Intra-Orçamentária	0,00
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	186.672,69	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	116.672,69
Depósitos	10.649,83	Depósitos	10.649,83
Depósitos em Diversas Origens	10.649,83	Depósitos em Diversas Origens	10.649,83
Obrigações em Circulação	106.022,86	Obrigações em Circulação	106.022,86
Obrigações a Pagar	106.022,86	Obrigações a Pagar	106.022,86
Fornecedores	58.118,97	Fornecedores	58.118,97
Pessoal a Pagar	44.203,84	Pessoal a Pagar	44.203,84
Encargos Sociais a Recolher	3.280,74	Encargos Sociais a Recolher	3.280,74
Obrigações Tributárias	419,31	Obrigações Tributárias	419,31
Interferências Ativas	70.000,00	Interferências Passivas	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	70.000,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	135.897,17	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	102.978,35
Caixa	0,00	Caixa	0,00
Bancos Conta Movimento	6.364,73	Bancos Conta Movimento	7.812,91
Bancos Conta Vinculada	129.532,44	Bancos Conta Vinculada	95.165,44
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	Investimentos do RPPS	0,00
TOTAL	325.673,90	TOTAL	325.673,90

Fonte: Fundação Municipal de Cultura

SANDRAMARA ROMAN
Ordenador de despesa

ELIZATEBALDI BORSATTI
Contador
CRC/SC 028226/O-9

**Balanço Financeiro Fundação Municipal de Esportes
de Concordia Agosto /2011**

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCORDIA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCORDIA
Balanço Financeiro
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Agosto /2011

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	VALOR	TÍTULOS	VALOR
ORÇAMENTÁRIA	6.287,76	ORÇAMENTÁRIA	264.859,90
Receitas Orçamentárias	6.287,76	Despesas Correntes	260.554,92
Receitas Correntes	6.287,76	Pessoal e Encargos Sociais	48.820,96
Receitas Patrimoniais	1.646,05	Outras Despesas Correntes	211.733,96
Receitas de Serviços	4.477,87	Despesas Intra-Orçamentárias	4.304,98
Outras Receitas Correntes	163,84	Despesa Corrente Intra-Orçamentária	4.304,98
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00	Despesa de Capital Intra-Orçamentária	0,00
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	583.013,38	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	277.243,38
Depósitos	12.383,48	Depósitos	12.383,48
Consignações	94,77	Consignações	94,77
Depósitos em Diversas Origens	12.288,71	Depósitos em Diversas Origens	12.288,71
Obrigações em Circulação	264.859,90	Obrigações em Circulação	264.859,90
Obrigações a Pagar	264.859,90	Obrigações a Pagar	264.859,90
Fornecedores	211.330,90	Fornecedores	211.330,90
Pessoal a Pagar	48.725,79	Pessoal a Pagar	48.725,79
Encargos Sociais a Recolher	4.400,15	Encargos Sociais a Recolher	4.400,15
Obrigações Tributárias	403,06	Obrigações Tributárias	403,06
Interferências Ativas	305.770,00	Interferências Passivas	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	305.770,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	346.186,29	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	393.384,15
Caixa	0,00	Caixa	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	Bancos Conta Movimento	0,00
Bancos Conta Vinculada	346.186,29	Bancos Conta Vinculada	393.384,15
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	Investimentos do RPPS	0,00
TOTAL	935.487,43	TOTAL	935.487,43

Fonte: Fund. Municipal de Esportes

 GIL ARTIFON
 Ordenador de Despesa

 SINEIDATEREZINHASCHMIDT
 Contador Adj.
 CRC/SC 15097/O-2

**Balanço Financeiro Fundo Mun. de Habitação de
Inter. Soc. de Concordia Agosto /2011**

FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO DE INTER. SOC. DE CONCORDIA

**FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO DE INTER. SOC. DE CONCORDIA
Balanço Financeiro
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Agosto /2011**

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	VALOR	TÍTULOS	VALOR
ORÇAMENTÁRIA	634,71	ORÇAMENTÁRIA	3.770,98
Receitas Orçamentárias	634,71	Despesas Correntes	3.770,98
Receitas Correntes	634,71	Outras Despesas Correntes	3.770,98
Receitas Patrimoniais	634,71	Despesas Intra-Orçamentárias	0,00
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00	Despesa de Capital Intra-Orçamentária	0,00
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	3.776,52	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	3.776,52
Depósitos	5,54	Depósitos	5,54
Depósitos em Diversas Origens	5,54	Depósitos em Diversas Origens	5,54
Obrigações em Circulação	3.770,98	Obrigações em Circulação	3.770,98
Obrigações a Pagar	3.770,98	Obrigações a Pagar	3.770,98
Fornecedores	3.770,98	Fornecedores	3.770,98
Interferências Ativas	0,00	Interferências Passivas	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	87.433,50	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	84.297,23
Caixa	0,00	Caixa	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	Bancos Conta Movimento	0,00
Bancos Conta Vinculada	87.433,50	Bancos Conta Vinculada	84.297,23
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	Investimentos do RPPS	0,00
TOTAL	91.844,73	TOTAL	91.844,73

Fonte: Fundo Mun. de Habitação

SOLANGE BEATRIZ KLOCK VICARI
Contadora
CRC/SC 024478/O-8

MAURO KICHEL
Ordenador de Despesa

Balanço Financeiro Fundo Mun. de Infancia e Adolescencia de Concordia Agosto /2011

FUNDO MUN. DE INFANCIA E ADOLESCENCIA DE CONCORDIA

FUNDO MUN. DE INFANCIA E ADOLESCENCIA DE CONCORDIA
Balanço Financeiro
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Agosto /2011

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	VALOR	TÍTULOS	VALOR
ORÇAMENTÁRIA	422,31	ORÇAMENTÁRIA	25.967,94
Receitas Orçamentárias	422,31	Despesas Correntes	25.788,04
Receitas Correntes	422,31	Outras Despesas Correntes	25.788,04
Receitas Patrimoniais	172,31	Despesas de Capital	179,90
Outras Receitas Correntes	250,00	Investimentos	179,90
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00	Despesas Intra-Orçamentárias	0,00
		Despesa de Capital Intra-Orçamentária	0,00
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	51.660,51	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	26.660,51
Depósitos	692,57	Depósitos	692,57
Depósitos em Diversas Origens	692,57	Depósitos em Diversas Origens	692,57
Obrigações em Circulação	25.967,94	Obrigações em Circulação	25.967,94
Obrigações a Pagar	25.967,94	Obrigações a Pagar	25.967,94
Fornecedores	25.967,94	Fornecedores	25.967,94
Interferências Ativas	25.000,00	Interferências Passivas	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	25.000,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	13.218,44	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	12.672,81
Caixa	0,00	Caixa	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	Bancos Conta Movimento	0,00
Bancos Conta Vinculada	13.218,44	Bancos Conta Vinculada	12.672,81
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	Investimentos do RPPS	0,00
TOTAL	65.301,26	TOTAL	65.301,26

Fonte: Fundo Mun. de Infância e Adolescência

ELIZATEBALDI BORSATTI
 Contador
 CRC/SC 028226/O-9

MAURO KICHEL
 Ordenador de Despesa

**Balanço Financeiro Fundo Municipal de Assist. Social
de Concordia Agosto /2011**

FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CONCORDIA

**FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CONCORDIA
Balanço Financeiro
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Agosto /2011**

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	VALOR	TÍTULOS	VALOR
ORÇAMENTÁRIA	35.330,01	ORÇAMENTÁRIA	104.375,26
Receitas Orçamentárias	35.330,01	Despesas Correntes	104.375,26
Receitas Correntes	35.330,01	Outras Despesas Correntes	104.375,26
Receitas Patrimoniais	788,73	Despesas Intra-Orçamentárias	0,00
Transferências Correntes	34.541,28	Despesa de Capital Intra-Orçamentária	0,00
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	186.446,21	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	106.446,21
Depósitos	2.070,95	Depósitos	2.070,95
Depósitos em Diversas Origens	2.070,95	Depósitos em Diversas Origens	2.070,95
Obrigações em Circulação	104.375,26	Obrigações em Circulação	104.375,26
Obrigações a Pagar	104.375,26	Obrigações a Pagar	104.375,26
Fornecedores	104.183,26	Fornecedores	104.183,26
Encargos Sociais a Recolher	192,00	Encargos Sociais a Recolher	192,00
Interferências Ativas	80.000,00	Interferências Passivas	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	80.000,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	148.209,83	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	159.164,58
Caixa	0,00	Caixa	0,00
Bancos Conta Movimento	53.735,28	Bancos Conta Movimento	75.578,55
Bancos Conta Vinculada	94.474,55	Bancos Conta Vinculada	83.586,03
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	Investimentos do RPPS	0,00
TOTAL	369.986,05	TOTAL	369.986,05

Fonte: Fundo Mun. de Assistência Social

MAURO KICHEL
Ordenador de Despesa

SOLANGE BEATRIZ KLOCK VICARI
Contadora
CRC/SC 024478/O-8

Balanço Financeiro Fundo Municipal de Desenv.**Agrop. de Concordia Agosto /2011**

FUNDO MUNICIPAL DE DESENV. AGROP. DE CONCORDIA

FUNDO MUNICIPAL DE DESENV. AGROP. DE CONCORDIA**Balanço Financeiro****PERÍODO DE REFERÊNCIA: Agosto /2011**

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	VALOR	TÍTULOS	VALOR
ORÇAMENTÁRIA	10.371,32	ORÇAMENTÁRIA	18.001,80
Receitas Orçamentárias	10.371,32	Despesas Correntes	18.001,80
Receitas Correntes	10.371,32	Outras Despesas Correntes	18.001,80
Receitas Patrimoniais	414,64	Despesas Intra-Orçamentárias	0,00
Receitas Agropecuárias	1.009,00	Despesa de Capital Intra-Orçamentária	0,00
Receitas de Serviços	6.535,36		
Outras Receitas Correntes	2.412,32		
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	18.267,34	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	25.267,34
Depósitos	265,54	Depósitos	265,54
Depósitos em Diversas Origens	265,54	Depósitos em Diversas Origens	265,54
Obrigações em Circulação	18.001,80	Obrigações em Circulação	25.001,80
Obrigações a Pagar	18.001,80	Obrigações a Pagar	25.001,80
Fornecedores	18.001,80	Fornecedores	25.001,80
Interferências Ativas	0,00	Interferências Passivas	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	76.245,30	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	61.614,82
Caixa	0,00	Caixa	0,00
Bancos Conta Movimento	76.245,30	Bancos Conta Movimento	61.614,82
Bancos Conta Vinculada	0,00	Bancos Conta Vinculada	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	Investimentos do RPPS	0,00
TOTAL	104.883,96	TOTAL	104.883,96

Fonte: Fundo Mun. de Desenvolvimento Agropecuário

ANTONIO COLUSSI
Ordenador de Despesa

ARGEU ALBIERO
Contador
CRC/SC 027453/O-2

**Balanço Financeiro Fundo Municipal de Saúde de
Concordia Agosto /2011**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA
Balanço Financeiro
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Agosto /2011**

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	VALOR	TÍTULOS	VALOR
ORÇAMENTÁRIA	1.474.661,06	ORÇAMENTÁRIA	2.515.290,74
Receitas Orçamentárias	1.474.661,06	Despesas Correntes	2.347.294,83
Receitas Correntes	1.474.661,06	Pessoal e Encargos Sociais	819.357,12
Receita Tributária	16.154,05	Outras Despesas Correntes	1.527.937,71
Receitas Patrimoniais	16.547,46	Despesas de Capital	60.555,72
Transferências Correntes	1.441.959,55	Investimentos	60.555,72
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00	Despesas Intra-Orçamentárias	107.440,19
		Despesa Corrente Intra-Orçamentária	107.440,19
		Despesa de Capital Intra-Orçamentária	0,00
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	3.605.999,53	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	2.705.999,53
Realizável	5.952,46	Realizável	5.952,46
Créditos em Circulação	5.952,46	Créditos em Circulação	5.952,46
Depósitos	182.739,97	Depósitos	182.739,97
Depósitos em Diversas Origens	182.739,97	Depósitos em Diversas Origens	182.739,97
Obrigações em Circulação	2.517.307,10	Obrigações em Circulação	2.517.307,10
Obrigações a Pagar	2.517.307,10	Obrigações a Pagar	2.517.307,10
Fornecedores	1.574.766,49	Fornecedores	1.574.766,49
Pessoal a Pagar	848.247,40	Pessoal a Pagar	848.247,40
Encargos Sociais a Recolher	83.142,44	Encargos Sociais a Recolher	83.142,44
Obrigações Tributárias	11.150,77	Obrigações Tributárias	11.150,77
Interferências Ativas	900.000,00	Interferências Passivas	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	900.000,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	1.558.404,85	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	1.417.775,17
Caixa	0,00	Caixa	0,00
Bancos Conta Movimento	371.467,82	Bancos Conta Movimento	118.044,54
Bancos Conta Vinculada	1.186.937,03	Bancos Conta Vinculada	1.299.730,63
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	Investimentos do RPPS	0,00
TOTAL	6.639.065,44	TOTAL	6.639.065,44

Fonte: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

GENAIR LOURDES BOGONI
Ordenador da Despesa

ROSA MARIA SELA SGARABOTTO
Responsável Setor Contabil FMS
CRC/SC 17.218

Balanço Financeiro Prefeitura Municipal de Concórdia**Agosto /2011**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA**Balanço Financeiro****PERÍODO DE REFERÊNCIA: Agosto /2011**

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	VALOR	TÍTULOS	VALOR
ORÇAMENTÁRIA	9.334.202,08	ORÇAMENTÁRIA	6.551.041,30
Receitas Orçamentárias	9.334.202,08	Despesas Correntes	5.165.944,50
Receitas Correntes	8.942.873,25	Pessoal e Encargos Sociais	2.537.188,27
Receita Tributária	1.253.090,52	Juros e Encargos da Dívida	45.313,85
Receitas de Contribuições	173.396,62	Outras Despesas Correntes	2.583.442,38
Receitas Patrimoniais	179.097,39	Despesas de Capital	980.059,30
Receitas de Serviços	136.387,80	Investimentos	894.126,64
Transferências Correntes	7.903.936,01	Amortização	85.932,66
Outras Receitas Correntes	310.096,31	Despesas Intra-Orçamentárias	405.037,50
(-)Deduções da Receita Corrente	1.013.131,40	Despesa Corrente Intra-Orçamentária	405.037,50
Receitas de Capital	391.328,83	Despesa de Capital Intra-Orçamentária	0,00
Alienação de Bens	12.188,45		
Transferências de Capital	379.140,38		
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	7.415.654,71	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	8.990.104,43
Realizável	5.115,62	Realizável	5.115,62
Créditos em Circulação	5.115,62	Créditos em Circulação	5.115,62
Depósitos	848.091,61	Depósitos	853.236,65
Consignações	42.172,44	Consignações	42.172,44
Depósitos em Diversas Origens	805.919,17	Depósitos em Diversas Origens	811.064,21
Obrigações em Circulação	6.562.447,48	Obrigações em Circulação	6.535.182,16
Obrigações a Pagar	6.562.447,48	Obrigações a Pagar	6.535.182,16
Fornecedores	3.503.355,18	Fornecedores	3.458.296,23
Pessoal a Pagar	2.762.966,61	Pessoal a Pagar	2.762.966,61
Encargos Sociais a Recolher	180.452,16	Encargos Sociais a Recolher	180.452,16
Obrigações Tributárias	97.879,90	Obrigações Tributárias	97.879,90
Recursos Especiais a Liberar	17.793,63	Recursos Especiais a Liberar	35.587,26
Interferências Ativas	0,00	Interferências Passivas	1.596.570,00
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	1.596.570,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	17.016.168,18	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	18.224.879,24
Caixa	4.870,53	Caixa	15.910,86
Bancos Conta Movimento	8.712.283,70	Bancos Conta Movimento	9.671.474,25
Bancos Conta Vinculada	860.635,06	Bancos Conta Vinculada	1.021.164,76
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	7.166.247,92	Aplicação Financ. de Recursos Próprios	7.241.941,69
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	272.130,97	Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	274.387,68
Investimentos do RPPS	0,00	Investimentos do RPPS	0,00
TOTAL	33.766.024,97	TOTAL	33.766.024,97

Fonte: Pref. Mun. de Concórdia

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

JOAQUIM P. B. BICCAN. SEGUNDO
Ordenador da Despesa

ELIZATEBALDI BORSATTI
Contador
CRC/SC 028226/O-9

Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação Nº 4/2011 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 4/2011

A Secretária Municipal de Saúde torna público que ratificou o ato do Senhor Vilson Anivo Haeffiger, Diretor Administrativo, que dispensou a licitação, nos termos do Inciso X do Artigo 24, da Lei nº. 8.666/93 e posteriores alterações, para a locação de imóvel para a instalação do Posto de Saúde do Bairro Vista Alegre, a favor do Sr. ADEMIR ZANELLA, no valor total de R\$ 9.360,00 (Nove mil, trezentos e sessenta reais).

Concórdia, SC, 13 de setembro de 2011.
GENAIR LOURDES BOGONI
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Extrato do Resultado do Julgamento e Classificação das Propostas - Convite Nº 10/2011 PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA
CONVITE Nº 10/2011 - PMC

Objeto: aquisição de peças novas e prestação de serviço para conserto do motor Perkins P. 4000 da Retro Escavadeira JCB PMC-474, conforme especificações constantes no Anexo "C", do edital.

EXTRATO DO RESULTADO DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1.º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase classificatória da licitação em epígrafe, na seguinte conformidade: SONECA MOTORES LTDA - ME sagrou-se vencedora do objeto da licitação em epígrafe, com o menor preço global R\$ 9.107,50 (nove mil cento e sete reais e cinquenta centavos), em segundo lugar ficou a licitante M.W.W. COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA com o menor preço global R\$ 9.123,74 (nove mil cento e vinte e três reais e setenta e quatro centavos). Ressalta-se que o valor da licitante MECÂNICA MARCIAL LTDA, ficou acima do valor orçado do Edital, conforme item 9 subitem 9.1, portanto a proposta da licitante fica desclassificada. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório a qualquer das proponentes que se sinta prejudicada, para interposição de recurso.

Concórdia, SC, 12 de setembro de 2011
ELIANE CORREA BASSO
Presidente em exercício

Extrato do Resultado do Julgamento e Classificação das Propostas - Convite Nº 11/2011 PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA
CONVITE Nº 11/2011 - PMC

Objeto: aquisição de peças novas, para conserto do motor do caminhão PMC 34, Modelo OM 352 Mercedes Bens pertencente à Frota Municipal, conforme especificações constantes no Anexo "C", do edital.

EXTRATO DO RESULTADO DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1.º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, torna-se público o resultado

do julgamento da fase classificatória da licitação em epígrafe, na seguinte conformidade: SONECA MOTORES LTDA - ME sagrou-se vencedora do objeto da licitação em epígrafe, com o menor preço global R\$ 8.150,20 (oito mil cento e cinquenta reais e vinte centavos), em segundo lugar ficou a licitante MECÂNICA MARCIAL LTDA - ME com o menor preço global R\$ 8.153,50 (oito mil cento e cinquenta e três reais e cinquenta centavos) e terceiro lugar ficou a licitante VIDEAR CONCÓRDIA CAMINHÕES LTDA com o menor preço global R\$ 8.183,50 (oito mil cento e oitenta e três reais e cinquenta centavos). Ressalta-se que a licitante RAMPAZZO AUTO PEÇAS LTDA não apresentou o documento exigido na alínea "d" do subitem 5.1, ou seja "Certidão Negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de Débitos Municipais, relativas ao Município da sede do licitante", desta forma a licitante foi declarada INABILITADA, com fulcro no subitem nº 7.4 do Edital. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório a qualquer das proponentes que se sinta prejudicada, para interposição de recurso.

Concórdia, SC, 12 de setembro de 2011
ELIANE CORREA BASSO
Presidente em exercício

Edital de Notificação

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio - PCONCÓRDIAFMAS-PVMC, no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Concórdia SC, 12 de setembro de 2011.
MAURO KICHEL
Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

Portaria Nº 31/2011, de 05 de Setembro de 2011.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA
PORTARIA Nº 31/2011, DE 05 DE SETEMBRO DE 2011.

A Superintendente da Fundação Municipal de Cultura.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.288, de 20 de janeiro de 1989, e pelo Decreto nº 2.383 de 4 de abril de 1989, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a servidora, LEANDRA DARGAS SLONGO, para exercer o cargo de ENCARREGADO DE SEÇÃO, do Quadro de Pessoal da Fundação Municipal de Cultura - Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 4, acrescidos da gratificação de 40%, a partir de 05 de setembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Cultura.

SANDRA MARA ROMAN
Superintendente da Fundação Municipal de Cultura

Resolução Nº 022/2011 de 08 de setembro de 2011.
RESOLUÇÃO nº 022/2011 de 08 de setembro de 2011.

Dispõe sobre a formação de comissão para o reordenamento e normatização acerca do processo de alteração e adequação da Lei Municipal que cria o Conselho e o Fundo Municipal de Assistência Social.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CONCÓRDIA/SC - CMAS, em reunião ordinária realizada no dia 08 de setembro de 2011, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social LOAS, a Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social,

RESOLVE:

Art. 1º. Instituir comissão para o reordenamento e normatização acerca do processo de alteração e adequação da Lei Municipal que cria o Conselho e o Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. A comissão ficou assim composta: pelo Presidente do CMAS, Conselheira TÂNIA APARECIDA PEREIRA DA CUNHA, os conselheiros não governamentais ISABEL CRISTINA GUEDES PICCOLI, BRUNO ALEXANDRE MARQUES BILHA, LUIZ CARLOS SEGALLA, DIONE CODEBELLA e ROSANE APARECIDA SULENTA TOCHETTO e os conselheiros governamentais: NEUSA PRESOTTO COLOMBO e a Diretora de Ação Social NEUSA APARECIDA DAHMER.

Art. 3º. A comissão será coordenada pelo Presidente e terá como competência:

- I. elaborar a Lei que irá adequar a Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social - SUAS no município de Concórdia;
- II. Convidar alguém da assessoria Jurídica do Município para assessorar na elaboração e adequação da Lei Municipal que institui o Conselho e o Fundo Municipal de Assistência Social;
- III. Fazer os encaminhamentos necessários;
- IV. Elaborar o Regimento Interno do Conselho após aprovação da Lei com suas alterações;
- V. manter o CMAS informado sobre o andamento das providências operacionais, programáticas e de sistematização.

Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROSANE APARECIDA SULENTA TOCHETTO
Presidente do CMAS, em exercício

CÂMARA MUNICIPAL

Decreto Legislativo Nº 2.381

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.381, DE 12 DE SETEMBRO DE 2011.
Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, ao servidor Marco Antônio Tagliari.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 24, IV da Lei Orgânica do Município de Concórdia e de conformidade com o art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder, no mês de setembro de 2011, ao servidor Marco Antônio Tagliari, ocupante do cargo de Agente de Apoio Administrativo e Legislativo, do Quadro Permanente de Cargos do Poder

Legislativo, 01 (um) mês de licença-prêmio, a título de prêmio por assiduidade, convertida em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 01.09.2006 a 31.08.2011.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 12 de setembro de 2011.

LEOCIR DOMINGO ZANELLA

Presidente

Decreto Legislativo Nº 2.382

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.382, DE 12 DE SETEMBRO DE 2011.
Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora Ele-nice Zitta.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 24, IV da Lei Orgânica do Município de Concórdia e de conformidade com o art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder, no mês de setembro de 2011, à servidora Ele-nice Zitta, ocupante do cargo de Agente Legislativo, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Legislativo, 01 (um) mês de licença-prêmio, a título de prêmio por assiduidade, convertida em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 01.09.2006 a 31.08.2011.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 12 de setembro de 2011.

LEOCIR DOMINGO ZANELLA

Presidente

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Decreto 074/2011

DECRETO No 074, DE 12 DE SETEMBRO DE 2011.

"REGULAMENTA A ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS DE PROPRIEDADE DO EXECUTIVO MUNICIPAL, DECLARADOS INSEVÍVEIS, DE QUE TRATAMA LEI N. 960/2011, DE 29 DE AGOSTO DE 2011, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70, IV da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1.º. A alienação de bens móveis de propriedade do Município, considerados inservíveis, dar-se-á de acordo com os critérios dispostos na Lei n. 960/2011 e este Decreto, aplicáveis aos órgãos da Administração Municipal Direta e Indireta, autárquica e fundacional.

Art. 2.º. Considerar-se-ão como bens móveis inservíveis aqueles que não atendam mais as necessidades de nenhum órgão da Administração Pública Municipal, inclusive os materiais de consumo, perecíveis ou não, assim declarados por meio de laudo emitido pela Comissão de Avaliação de Bens e Materiais.

Art. 3.º. Os bens patrimoniais identificados como inservíveis serão relacionados e encaminhados pelas Secretarias Municipais à Comissão de Avaliação de Bens e Materiais.

Art. 4.º. A Comissão de Exame e Avaliação de Bens e Materiais incumbir-se-á de:

I - receber os bens considerados inservíveis encaminhados pelas Secretarias Municipais, classificando-os com vistas a verificar sua prestabilidade e utilidade aos serviços da Administração.

II - avaliar todos os bens considerados inservíveis pelo ente da Administração Pública Municipal ao qual for subordinado, visando precipuamente a realização de leilão, nos termos da Lei nº 8.666/93, Lei de Licitações e Contratos Públicos;

III - publicar Edital contendo a relação de todos os bens públicos declarados inservíveis nos termos desta Lei, com os respectivos valores;

IV - receber e analisar os requerimentos de entidades interessadas em receber a doação dos bens, face às relações publicadas, nos termos desta Lei.

§ 1.º. Entendendo como inservíveis ou irre recuperáveis bens sob sua guarda, cabe a Comissão de Avaliação de Bens e Materiais preparar relação dos mesmos, fazendo dela constar o valor patrimonial histórico dos respectivos bens e avaliação patrimonial que expresse o seu valor econômico atual.

§ 2.º. Para fins do parágrafo primeiro são considerados como inservíveis ou irre recuperáveis os bens que definitivamente não possam ser reaproveitados ou recuperados, ou aqueles cujo custo de recuperação seja antieconômico, ou, ainda, quando os bens não apresentem mais utilidade ao Município, cabendo, neste caso, sua declaração de inutilidade por meio de laudo.

§ 3.º. Cada ente da Administração Municipal Direta e Indireta, autárquica e fundacional disporá de sua própria Comissão de Exame e Avaliação de Bens e Materiais, a ser composta por 6 (seis) servidores públicos municipais, sendo 3 (três) titulares e 3 (três) suplentes.

§ 4.º. Os servidores que comporão a Comissão de Exame e Avaliação de Bens e Materiais serão designados por meio de Decreto do Chefe do Executivo Municipal e Portaria dos Presidentes.

Art. 5.º. A indicação dos bens inservíveis a serem doados dar-se-á por meio de edital a ser publicado pelo Presidente da Comissão de Exame e Avaliação de Bens e Materiais do respectivo ente da Administração Municipal.

§ 1.º. A partir da publicação do Edital as entidades interessadas nos materiais e bens, preenchidos os requisitos dispostos no parágrafo único do art. 6º da Lei n. 960/2011, disporão de prazo de 10 (dez) dias para manifestar seu interesse com relação aos itens nele elencados.

§ 2.º. Após a avaliação de oportunidade e conveniência sócio-econômica, bem como do preenchimento dos requisitos legais pelas entidades interessadas, a Comissão de Exame e Avaliação de Bens e Materiais decidirá pela forma de alienação.

§ 3.º. Na hipótese de 2 (duas) ou mais entidades manifestarem interesse pelos mesmos bens, a Comissão de Avaliação de Bens e Materiais, decidindo pela doação, observará a seguinte ordem de preferência:

- a) entidades que atuem na área da assistência social;
- b) entidades que atuem na área da saúde;
- c) entidades que atuem na área da educação;
- d) entidades que atuem na área de reciclagem de materiais;
- e) outras entidades, sem fins lucrativos.

§ 4.º. Na hipótese de manifesto interesse por 2 (duas) ou mais entidades da mesma categoria de preferência, a Comissão de Avaliação de Bens e Materiais efetuará a divisão equitativa dos bens, sendo que em caso de impossibilidade optará pela entidade que demonstrar maior necessidade na utilização do bem.

Art. 6.º. A doação a entidades de utilidade pública, nos termos do artigo anterior, deverá ser feita àquelas que manifestarem desejo

no recebimento dos bens e arcarem com os custos de sua remoção, observado um rodízio entre as mesmas, a fim de evitar favorecimento de umas em detrimento de outras.

§ Único. A doação às entidades a que se refere este artigo será sempre precedida de processo administrativo, onde constará a justificativa, laudo de avaliação e a decisão da Comissão.

Art. 7.º. A alienação dos bens móveis de propriedade do Município, considerados inservíveis, dar-se-á preferencialmente por meio de leilão, dispensado apenas na hipótese de doação para fins e uso de interesse social, após a prévia avaliação de oportunidade e conveniência sócio-econômica.

§ Único. O leilão de bens públicos municipais seguirá as disposições constantes na Lei nº 8.666/93, Lei de Licitações e Contratos Públicos.

Art. 8.º. Sempre que, após avaliação de oportunidade e conveniência sócio-econômica, optar a Comissão de Avaliação de Bens pela realização de leilão e este for negativo, atender-se-á as solicitações de doações, nos termos do artigo 5º deste Decreto.

§ Único. Quando o leilão for negativo e não houver interessados na doação dos bens, a Administração Municipal poderá doá-los, preferencialmente a qualquer forma de destruição, a entidades que atuem no ramo de reciclagem de materiais, independente de serem ou não conveniadas com o Município.

Art. 9.º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 12 de setembro de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito

CLOVIS FIFELIS GRANDO

Secretária Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

Lei Nº962/2011

LEI N.º 962/2011

"APROVA O DESMEMBRAMENTO EM DUAS UNIDADES DE IMÓVEL URBANO, SITUADO NA FAZENDA CAMPINA DO GREGÓRIO, NESTE MUNICÍPIO, COM ÁREA TOTAL DE 14.328,45M², NA FORMA QUE INDICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Cordilheira Alta, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aprovado o Desmembramento do imóvel urbano, área n.º 01-B, situado na Fazenda Campina do Gregório, atual Município de Cordilheira Alta, com área de 14.328,45m² (quatorze mil, trezentos e vinte e oito metros e quarenta e cinco centímetros quadrados), em duas novas áreas, conforme indica o Art.2º.

§ 1º O imóvel referido no caput deste artigo, encontra-se matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó/SC, sob nº 80.493, possuindo os seguintes limites e confrontações: Norte, com a Faixa de Domínio da BR-282, na extensão de 104,96 metros; ao Sudoeste, com terras de Antonio Boff e Libero Boff, na extensão de 182,10 metros; ao Leste, com terras de Terra Oeste Urbanizadora Ltda (Mat. Nº80.490), na extensão de 209,48 metros e ao Oeste, com terras de José Boff, na extensão de 51,09 metros. Que referida área de terras pertence ao perímetro urbano da Cidade de Cordilheira Alta, conforme Lei Municipal nº 177/96 de 01/04/1996.

§ 2º A propriedade do imóvel indicado no parágrafo anterior é

titularizada pelo Sr. HERMINIO BAGGIO (50%), Sra. ELAINE TEREZINHA CELLA (25%), Sra. ANA BAGGIO PERUCHINI e seu marido Sr. DARCI PERUCHINI (25%).

Art. 2º - As áreas desmembradas passam a ter as seguintes características:

§ 1º ÁREA Nº 01-B - Norte, medindo 104,96m, com a Faixa de Domínio da BR-282; Sudoeste, medindo 105,68m, com a Área 01-C; Sudeste, medindo 73,75m, com Área 01-C; Leste, medindo 85,21m, com terras da Terra Oeste Urbanizadora Ltda (Mat. Nº80.490) e a Oeste, medindo 44,37m, com terras de José Boff, perfazendo um total de 10.746,34m² (dez mil, setecentos e quarenta e seis metros e trinta e quatro centímetros quadrados);

§ 2º ÁREA Nº 01-C - Noroeste, medindo 73,75m, com a Área 01-B; Nordeste, medindo 105,68m, com a Área 01-B; Sudoeste, medindo 182,10m, com terras de Antonio Boff e Libero Boff; Leste, medindo 124,27m, com terras de Terra Oeste Urbanizadora Ltda (Mat. Nº80.490) e a Oeste, medindo 6,72m, com terras de José Boff, perfazendo um total de 3.582,11m² (três mil, quinhentos e oitenta e dois metros e onze centímetros quadrados);

Art. 3º - O proprietário do Imóvel apresentará à Prefeitura Municipal, a certidão de inteiro teor da matrícula relativa ao desmembramento ora aprovado.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 12 de setembro de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento

Coronel Martins

PREFEITURA

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto de Contrato 100

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 100

MÊS/ANO: AGOSTO/2011 NÚMERO CONTRATO: 100/2011

VALOR TOTAL CONTRATO: 19.020,00 (dezenove mil e vinte).

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 12/08/2011

DESCRIÇÃO: O objeto da presente licitação consiste na contratação de pessoa física ou jurídica para prestação de serviços de arbitragem, sendo:

2.1. 180 (cento e oitenta) jogos de futebol de salão;

2.2. 75 (setenta e cinco) jogos de futebol suíço; e

2.3. 60 (sessenta) jogos de voleibol misto.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CNPJ nº. 75.433.854/0001-60

CONTRATADO: LIGA CORONELFREITENSE DE FUTEBOL

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2011.

CÓDIGO MOEDA CONTRATADA: R\$

Corupá

PREFEITURA

Derceto 380/11

DECRETO Nº 380/11

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO E EXCLUSÃO DE LOTES DO LEILÃO 001/2011 DE VEÍCULOS, PEÇAS E EQUIPAMENTOS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO PARA FINS DE ALIENAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que, o Município através do decreto nº 376/11 de 25 de agosto de 2011, declarou 17 (dezessete) lotes inservíveis de bens e veículos da municipalidade;

CONSIDERANDO que, encontra-se em andamento através do processo de leilão nº 001/2011 com realização em 13 de setembro de 2011 a venda no estado em que se encontra os 40 lotes;

CONSIDERANDO que, em nova análise, verificou-se que os lotes 24 e 26 ainda tem serventia à municipalidade e, em assim sendo, devem ser alterados o Decreto e Edital supra mencionados.

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado anexo do Decreto 376/11 e, por consequência, o anexo ao edital de leilão nº 001/2011 a ser realizado no dia 13 de setembro de 2011, especialmente no que se refere aos lotes 24 e 26, passando a ter a seguinte redação:

Nº Ordem	EQUIPAMENTOS	VALOR
24	01 caixa de F-11000 - Marca CLARK Modelo 280 V	1.500,00
26	01 caixa de F-11000 - Marca CLARK Modelo 282 VH	1.500,00

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 31 de Agosto de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ

SECRETÁRIO MUN. ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Ermo

PREFEITURA

Contrato nº 21/2011

CONTRATO nº 21/2011

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo
CONTRATADO: Atração Comércio e Serviços Ltda Me

OBJETO: Contratação de empresa especializada em gerenciamento de evento p/ controlar as ações da 1ª Ermo Fiorifest, 7ª Festa de Emancipação Político Administrativa, 5ª Festa do Agricultor e a 1ª FAFER - Feira da Agricultura Familiar e Artesanato, sendo p/ atuar junto a montagem e desmontagem do palco principal, pirâmides p/ montagem de estandes, acompanhamento de sonorização e iluminação dos shows nacionais e regionais.
PRAZO: 02/09/2011 até o final da festa programada.
VALOR ESTIMADO: R\$ 61.750,00
Data da assinatura: 02/09/2011.

Contrato nº 22/2011

CONTRATO nº 22/2011

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo
CONTRATADO: Atração Comércio e Serviços Ltda Me

OBJETO: Contratação de empresa que detém representação e exclusividade p/ as apresentações de shows artísticos na 1ª Ermo Fiorifest, 7ª Festa de Emancipação Político Administrativa, 5ª Festa do Agricultor e a 1ª FAFER - Feira da Agricultura Familiar e Artesanato.
PRAZO: 09/09/2011 até o final da festa programada.
VALOR ESTIMADO: R\$ 63.250,00
Data da assinatura: 09/09/2011.

Decreto N.º 044 de 13 de setembro de 2011.

DECRETO N.º 044 de 13 de setembro de 2011.

Determina Ponto Facultativo e dá Outras Providências.

EDSON TADEO GREGORINI, Prefeito Municipal de Ermo em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a legislação vigente;

DECRETA:

Art. 1º Ponto Facultativo em todas as Repartições Públicas Municipais, no dia 16 de setembro de 2011 (sexta-feira), em virtude da realização da VII Festa de Emancipação, V Festa do Agricultor, 1ª Ermo Fiorifest e 1ª FAFER nos dias 16, 17 e 18 de setembro de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 13 de setembro de 2011.
EDSON TADEO GREGORINI
Prefeito Municipal em Exercício

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO
Secretário de Administração e Finanças Interino

Aviso de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO (F.M.S)

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Ermo, torna público que encontra-se aberto o Processo de Licitação nº 03/2011 - Modalidade Pregão Presencial, objetivando a aquisição de medicamentos para o atendimento dos programas de saúde deste município, com prazo para a entrega de habilitação e proposta até as 08:45 hs do dia 26/09/2011 e abertura as 09:00 hs do mesmo dia. Cópia do Edital e outras informações poderão ser obtidas junto ao departamento de compras da Prefeitura Municipal de Ermo - SC, sito a Rod. SC 448, Km 06, nº 120, Centro, das 07:30 às 11:30 hs e das 13:00 às 17:00 hs.

MARCOS LEONE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

Decreto Nº 0272/2011

DECRETO Nº 0272, DE 13 DE SETEMBRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2084, de 09 de Dezembro de 2010;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2011 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

10.00 – Secretaria de infraestrutura		
10.01 – Secretaria de Infraestrutura		
15.452.0023.2.049 – Manutenção dos Serviços Urbanos		
4.4.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0200 (153)	R\$	5.000,00
Total	R\$	5.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrá à conta da anulação das seguintes dotações:

10.00 – Secretaria de infraestrutura		
10.01 – Secretaria de Infraestrutura		
15.452.0023.2.049 – Manutenção dos Serviços Urbanos		
3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0200 (151)	R\$	5.000,00
Total	R\$	5.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o decreto 0268/2011.

Gabinete do Prefeito.
Fraiburgo, 13 de Setembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Aviso de Revogação da TP 0004/2011-SF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0018/2011 - SANEFRAI

TOMADA DE PREÇOS Nº 0004/2011 - SANEFRAI

OBJETO - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS DE SANEAMENTO

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, nos termos da Decisão circunstanciada inserta no Processo Licitatório, torna público a REVOGAÇÃO do certame em epígrafe, considerando a supremacia da Administração Pública na condução e encerramento dos procedimentos licitatórios tramitantes em sua instância e ainda ante o interesse público preponderante e superveniente, face ao princípio da economicidade, com fulcro no item 17.4 do Edital, no art. 49, caput, da Lei Federal 8.666/93 e nos termos da Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal. Informações pelo fone: (49) 3256 3000 - ramais 3023/3039. E-mail: compras@fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 13 de setembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal de Fraiburgo

Aviso do Pregão Presencial Nº 0017/2011-FMS-RP 0008

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0017/2011 - FMS

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0008/2011

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras de materiais de consumo para uso nos consultórios odontológicos das Unidades Básicas de Saúde do Município, durante o período de outubro de 2011 a janeiro de 2012. Julgamento: Menor Preço por LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 30/09/2011. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 13 de setembro de 2011.

NILCE PINZ

Secretária Municipal de Saúde

Garopaba**PREFEITURA****Decreto N.º 124/2011**

DECRETO N.º 124, DE 12 DE SETEMBRO DE 2011.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 80.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.481 de 08/12/2010 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) no Orçamento vigente:

10.02 - SECRETARIA DE PLAN TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

80.000,00

FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO 80.000,00

17512311.045 - Func. E Manutenção do FMSB 80.000,00

3.3.90.0.1.24.001039 - Aplicações Diretas 80.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num total de \$ 80.000,00 (oitenta mil reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de Setembro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 14/09/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA

Secretária Municipal de Administração

Decreto N.º 125/2011

DECRETO N.º 125, DE 12 DE SETEMBRO DE 2011.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 150.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.481 de 08/12/2010 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) no Orçamento vigente:

14.02 - SECRETARIA DE PLAN TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE 150.000,00

FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO 150.000,00

17512311.044 - Const., Ref., e Amp. Sist. Saneamento Básico 150.000,00

4.4.90.0.3.65.000000 - Aplicações Diretas 150.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num total de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), correrão por conta do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de Setembro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 14/09/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA

Secretária Municipal de Administração

Decreto N.º 126/2011

DECRETO N.º 126, DE 12 DE SETEMBRO DE 2011.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 187.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica

Municipal, Lei n.º 1.481 de 08/12/2010 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 187.000,00 (cento e oitenta e sete mil reais) no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA 71.000,00
12361282.020 - Func. e Manutenção do Ensino Fundamental 69.000,00

3.1.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas 65.000,00
3.1.90.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas 4.000,00
12365282.023 - Manutenção da Educação Infantil 2.000,00
3.1.90.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas 2.000,00

12.02 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL 6.000,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL 6.000,00
08243562.058 - Apoio ao Conselho Tutelar 6.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 6.000,00

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 110.000,00
10301252.073 - Func. e Manut. do Setor Saúde 110.000,00
3.1.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas 100.000,00
3.3.90.0.2.14.000061 - Aplicações Diretas 10.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num total de R\$ 187.000,00 (cento e oitenta e sete mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do Orçamento vigente;

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA 71.000,00
12361282.020 - Func. e Manutenção do Ensino Fundamental 69.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 65.000,00
3.3.90.0.1.19.000000 - Aplicações Diretas 3.000,00
4.4.90.0.1.19.000000 - Aplicações Diretas 1.000,00
12365282.023 - Manutenção da Educação Infantil 2.000,00
3.3.90.0.1.19.000000 - Aplicações Diretas 1.000,00
4.4.90.0.1.19.000000 - Aplicações Diretas 1.000,00

12.02 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL 6.000,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL 6.000,00
08243562.058 - Apoio ao Conselho Tutelar 6.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 5.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 1.000,00

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 110.000,00
10301252.073 - Func. e Manut. do Setor Saúde 110.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 100.000,00
4.4.90.0.2.14.000061 - Aplicações Diretas 10.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de Setembro de 2011.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 14/09/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA
Secretária Municipal de Administração

Decreto N.º 127/2011

DECRETO N.º 127, DE 12 DE SETEMBRO DE 2011.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 80.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.481 de 08/12/2010 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 70.000,00
12361282.020 - Func. e Manutenção do Ensino Fundamental 60.000,00

3.1.91.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas 60.000,00
12361282.021 - Manutenção do Transporte Escolar 10.000,00
3.1.91.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas 10.000,00

09.01 - SECRETARIA DE TURISMO E ESPORTE 10.000,00
27812512.031 - Func. e Manut. do Setor de Esporte 10.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 10.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num total de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de Setembro de 2011.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 14/09/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA
Secretária Municipal de Administração

Aviso de Licitação PR93/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 93/2011

O Município de Garopaba torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para REGISTRO DE PREÇO do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, em conformidade com a Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, objetivando a contratação de empresa para confecção e instalação de estrutura para decoração natalina. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - "PROPOSTA" e nº. 2 - "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até às 13h25min do dia 26/09/2011. A sessão se dará a partir das 13h30min do dia 26/09/2011, no endereço acima especificado. O Edital encontra-se a disposição dos interessados no site www.garopaba.sc.gov.br.

Garopaba, 12 de setembro de 2011.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação PR94/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 94/2011

O Município de Garopaba torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para REGISTRO DE PREÇO do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, em conformidade com a Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, para serviço de colocação de grama, do tipo sempre verde ou nativa, com o fornecimento de grama e mão de obra. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - "PROPOSTA" e nº. 2 - "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até às 16h25min do dia 26/09/2011.

A sessão se dará a partir das 16h30min do dia 26/09/2011, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados no site www.garopaba.sc.gov.br.

Garopaba, 12 de setembro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação PR95/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 95/2011

O Município de Garopaba torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para REGISTRO DE PREÇO do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, em conformidade com a Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, para aquisição de meio fio de concreto. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - "PROPOSTA" e nº. 2 - "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até às 13h25min do dia 27/09/2011.

A sessão se dará a partir das 13h30min do dia 27/09/2011, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados no site www.garopaba.sc.gov.br.

Garopaba, 12 de setembro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação PR96/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 96/2011

O Município de Garopaba torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para REGISTRO DE PREÇO do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, em conformidade com a Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, para contratação de empresa especializada para serviço de manutenção de vias pavimentadas a base de lajota sextavada de concreto e paralelepípedos. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - "PROPOSTA" e nº. 2 - "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até às 16h25min do dia 27/09/2011.

A sessão se dará a partir das 16h30min do dia 27/09/2011, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados no site www.garopaba.sc.gov.br.

Garopaba, 12 de setembro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

REAviso de Licitação PR80/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

REAVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 80/2011

O Município de Garopaba torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para REGISTRO DE PREÇO do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, em conformidade com a Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, objetivando a aquisição de materiais e equipamentos odontológicos para atender a Unidade Básica de Saúde do bairro Palhocinha e Secretaria Municipal de Saúde deste Município. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - "PROPOSTA" e nº. 2 - "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até às 13h25min do dia 28/09/2011.

A sessão se dará a partir das 13h30min do dia 28/09/2011, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados no site www.garopaba.sc.gov.br.

Garopaba, 12 de agosto de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Gaspar**PREFEITURA****Aviso da Tomada de Preços Nº 133/2011**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Aviso da Tomada de Preços nº 133/2011

O OBJETO é a execução de serviços e obras de melhorias e ampliação da quadra de esportes da E.E.B. Ferandino Dagnoni com cobertura da quadra. A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e a Proposta Comercial deverá ocorrer até as 9h do dia 29/09/2011, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 29/09/2011 às 9h30min no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 13 de setembro de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Aviso do Convite Nº 132/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Aviso do Convite nº 132/2011

O OBJETO é a supervisão e subsídios à fiscalização da obra de

recuperação da Ponte Hercílio Deeke. A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e a Proposta Comercial deverá ocorrer até as 9h do dia 21/09/2011, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 21/09/2011 às 9h30min no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 13 de setembro de 2011.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Aviso do Pregão Presencial Nº 127/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
Aviso do Pregão Presencial nº 127/2011

O OBJETO é o Registro de Preços de placas e demais materiais para sinalização viária. A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e a Proposta Comercial deverá ocorrer até as 9h do dia 26/09/2011, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 26/09/2011 às 9h30min, no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 12 de setembro de 2011.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

SAMAE

Listagem Classificação - Processo Seletivo Emergencial 001/2011 - SAMAE Gaspar

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO EMERGENCIAL Nº 001/2011, PARA CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS III (OPERADOR DE MÁQUINA RETRO), PARA A EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, POR PRAZO DETERMINADO.

LISTAGEM DE CLASSIFICAÇÃO

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, do município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, através de Comissão Especial do Processo Seletivo de Caráter Temporário nomeada pela Portaria nº 86, de 17 de agosto de 2011 faz saber aos possíveis interessados que, em atendimento ao item 2.2.7 do edital inaugural, restaram preenchidos os requisitos exigidos e consequentemente foram classificados os seguintes candidatos:

Agente de Serviços Especializados III (Operador de Máquina-Retro)

Nome	Inscrição
Geovane Luiz de Souza	003
Fabício de Oliveira	002
Cristiano Poleza	001

IRODETE BARBIERI DA SILVA

Presidente da Comissão do Processo Seletivo de Caráter Temporário.

Herval do Oeste

PREFEITURA

Pregão Presencial Nº 0026/2011

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0083/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0026/2011

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

TIPO: Menor preço por item

OBJETO

Registro de Preços para eventual aquisição de Material de Higiene e Limpeza para uso das diversas Secretarias e Fundos Municipais pelo período de 12 meses

ENTREGA DOS ENVELOPES

Até às 13:30 horas do dia 27/09/2011.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006,

EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 13,15 (treze reais e quinze centavos), ou no site www.hervaldoeste.sc.gov.br onde poderão retirar-Io, mediante identificação, endereço, número de telefone, fac-símile e/ou e-mail e CNPJ ou CPF, sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 12 de setembro de 2011.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 877/2011

PORTARIA Nº 877/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora VIVIAN PUTTON ROVEA (Matr. 2748), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Fonoaudiólogo, Nível - 12/1, Referência "A", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 06 de maio de 2010 e 05 de maio de 2011, para serem gozadas a partir de 12 de setembro de 2011 a 11 de outubro de 2011, conforme o disposto no Artigo 94 da Lei Complementar Nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 12 de Setembro de 2011.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 869/2011
PORTARIA Nº 869/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR os efeitos da portaria nº 857/2010, a qual Concedeu Função Gratificada de Supervisor de Área - FG - 03 à Servidora IVONE ESQUINA (Matr. 659), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível/Referência - 8/F, 40 horas semanais;

E, DESIGNAR a Servidora supracitada, para responder pela função de Diretor de Saúde Pública, Nível - DAS-1, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto no art.13, § 1º da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 12 de Setembro de 2011.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 870/2011
PORTARIA Nº 870/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Ajuste de Enquadramento, à Servidora CIBELE TEREZINHA COPPI (Matr. 69), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Bioquímico, na forma das Leis Complementares 194/2006 e 214/2006, passando a mesma para o Nível 10/2, Referência "F", a partir desta data.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 12 de Setembro de 2011.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 871/2011
PORTARIA Nº 871/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Ajuste de Enquadramento, à Servidora CARMEN SOLLA

C. BOLDRINI (Matr. 544), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Bioquímico, na forma das Leis Complementares 194/2006 e 214/2006, passando a mesma para o Nível 10/2, Referência "F", a partir desta data.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 12 de Setembro de 2011.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 872/2011
PORTARIA Nº 872/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Ajuste de Enquadramento, à Servidora LIGIA BACAL-TCHUK (Matr. 774), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Bioquímico, na forma das Leis Complementares 194/2006 e 214/2006, passando a mesma para o Nível 10/2, Referência "D", a partir desta data.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 12 de Setembro de 2011.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 873/2011
PORTARIA Nº 873/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Ajuste de Enquadramento, à Servidora SILVANA PAGANI PEROTONI (Matr. 70), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Odontólogo, na forma das Leis Complementares 194/2006 e 214/2006, passando a mesma para o Nível 10/2, Referência "F", a partir desta data.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 12 de Setembro de 2011.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 874/2011
PORTARIA Nº 874/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei

Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Ajuste de Enquadramento, à Servidora BETINA CEC-CONELLO (Matr. 70), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Odontólogo, na forma das Leis Complementares 194/2006 e 214/2006, passando a mesma para o Nível 10/2, Referência "G", a partir desta data.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 12 de Setembro de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 875/2011

PORTARIA Nº 875/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Ajuste de Enquadramento, ao Servidor FLÁVIO FACENDA (Matr. 582), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Odontólogo, na forma das Leis Complementares 194/2006 e 214/2006, passando a mesma para o Nível 10/2, Referência "F", a partir desta data.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 12 de Setembro de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 876/2011

PORTARIA Nº 876/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº. 597/2011, do Servidor SILVIO ROGÉRIO TOZZINI (Matr. 3357), o qual exerce a função de Médico - ESF, Nível - 14, Referência "A", 40 horas semanais, por mais 90 (noventa) dias, a contar de 09 de Setembro de 2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 124/2001.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste - (SC), em 12 de Setembro de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

Edital SEAGP nº 095/2011

EDITAL SEAGP Nº 095/2011

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 001/2007.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2007, divulgado através do Edital nº 001/2007, de 04 de setembro de 2007, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2007, de 22 de janeiro de 2008, que homologou os resultados do referido concurso, e

Considerando que os demais candidatos aprovados constituem Cadastro de Reserva, na forma do item 8.4 do Edital nº 001/2007, de 04 de setembro de 2007,

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2007, para comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - DGP/SEAGP, situado na Av. Dr. João Rimsa, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 23 de Agosto a 22 de Setembro de 2011, no horário das 14h às 17h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a entrega dos documentos relacionados no Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 23 de Agosto de 2011.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

EDITAL SEAGP Nº 95/2011

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Auxiliar de Serviços

Valtenir Leal

Edital SEAGP nº 096/2011

EDITAL SEAGP Nº 096/2011

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 01/2010.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Público nº 01/2010, divulgado através do Edital nº 01/2010, de 12 de novembro de 2010, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 01/2010, de 07 de fevereiro de 2011, que homologou os resultados do referido concurso.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Público nº 01/2010, para comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - DGP/SEAGP, situado na Av. Dr. João Rimsa, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 31 de Agosto a 30 de Setembro de 2011, no horário das 14h às 17h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a entrega dos documentos relacionados no Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 31 de Agosto de 2011.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

EDITAL SEAGP Nº 096/2011

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Agente Comunitário de Saúde - área 04

Marilene Garcia

Edital SEAGP nº 097/2011

EDITAL SEAGP Nº 097/2011

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 002/2009.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 002/2009, divulgado através do Edital nº 002/2009, de 16 de novembro de 2009,

bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2009, de 10 de fevereiro de 2010, que homologou os resultados do referido concurso.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 002/2009, para comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - DGP/SEAGP, situado na Av. Dr. João Rimsa, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 31 de Agosto a 30 de Setembro de 2011, no horário das 14h às 17h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 31 de Agosto de 2011.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

EDITAL SEAGP Nº 097/2011

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Operador de Máquinas

André Matos Pacheco

Edital SEAGP nº 098/2011

EDITAL SEAGP Nº 098/2011

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 006/2009.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 006/2009, divulgado através do Edital nº 006/2009, de 16 de novembro de 2009, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 06/2009, de 10 de fevereiro de 2010, que homologou os resultados do referido Processo Seletivo Simplificado.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 006/2009, para comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de

Administração e Gestão Pública - DGP/SEAGP, situado na Av. Dr. João Rimsa, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 31 de Agosto a 30 de Setembro de 2011, no horário das 14h às 17h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 31 de Agosto de 2011.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

EDITAL SEAGP Nº 098/2011

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Servente Merendeira

Andréia Cardoso Flores

Marlize Ferreira Venâncio

Tânia Matias Borges Schmitt

Eliete do Nascimento Silva

Extrato PMI SDR NORTE 2011/175 - A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato PMI SDR NORTE 2011/175 - A00

Contratada: UNITÁ VEÍCULOS

C.NPJ: 01.956.015/0001-90

Objeto: Aquisição de um (01) veículo picape zero km, ano 2011, na cor branca para uso da Secretária Municipal de Desenvolvimento Regional Norte.

PRAZO: 31/12/2011 Valor: R\$ 46.000,00

Fundamento: Processo nº. 129/2011 Pregão Presencial nº.75/2011

Imbituba, 28 de julho de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Contratante

UNITÁ VEÍCULOS

Representante Legal

Contratada

Extrato PMI SDR - SUL 2011/177 A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato PMI SDR - SUL 2011/177 A/00

Contratada: ELETRONS MATERIAIS ELETRONICOS LTDA.

C.N.P.J: 85.392.074/0001-73

Objeto: Contratação de empresa para deslocamento de poste localizado na Rua Manoel Custódio Bernadino - Boa Vista.

PRAZO: 31/12/2011 Valor: R\$ 3.500,00

Fundamento: Processo nº. 149/2011 Dispensa nº. 42/2011.

Imbituba, 19 de Agosto de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Contratante

ELETRONS MATERIAIS ELETRONICOS LTDA.

Representante Legal

Contratada

Extrato PMI SEAD 2009/92 - A/05

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato PMI SEAD 2009/92 - A/05

Contratada: EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

C.NPJ: 00.456.865/0001-67

Objeto: É o reajuste de 8,35% (oito vírgula trinta e cinco por cento)

PRAZO: 31/12/2011 Valor: R\$ 15.964,10

Fundamento: Processo nº. 47/2009 Tomada de Preços nº. 03/2009

Imbituba, 05 de agosto de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Contratante

EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Representante Legal

Contratada

Extrato PMI SEDUCE 2011/169 - A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato PMI SEDUCE 2011/169 - A00

Contratada: EMPRESA LIBRINKE DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS DIDÁTICOS LTDA.

C.NPJ: 10.385.994/0001

Objeto É a aquisição de equipamentos para atividades recreativas pedagógicas para alunos da rede municipal

PRAZO: 31/12/2011 Valor: R\$ 47.661,60

Fundamento: Processo nº. 135/2011 Pregão Presencial nº.77/2011

Imbituba, 09 de agosto de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Contratante

EMPRESA LIBRINKE DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS DIDÁTICOS LTDA.

Representante Legal

Contratada

Extrato PMI SEINFRA 2011/175 - A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato PMI SEINFRA 2011/175 - A00

Contratada: JL CONSTRUTORA LTDA ME.
C.NPJ: 12.587.530/0001-67

Objeto Contratação de uma empresa para fornecimento de materiais e mão de obra para a construção de muros do cemitério da Vila Nova.

PRAZO: 16/10/2011 Valor: R\$ 6.319,20

Fundamento: Processo nº. 142/2011 Dispensa nº.39/2011

Imbituba, 16 de agosto de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Contratante

JL CONSTRUTORA LTDA ME

Representante Legal

Contratada

Publicação de Extrato de Errata de Concorrência 08/2011 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

ERRATA

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que fica alterado na publicação do Processo Licitatório 156/2011 Concorrência 08/2011, onde se lê "realizará às 15:00 horas do dia 10 de outubro de 2011" publicado no Diário Oficial dos Municípios, de 09/09/2011, Ler-se-á "realizará às 15:00 horas do dia 17 de outubro de 2011". Qualquer dúvida entrar em contato com o Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Imbituba.

Imbituba, 14 de setembro de 2011.

MICHELLE FRANCINE P. O. DE SOUZA

Presidente da Comissão de Licitação

Iomerê

PREFEITURA

Decreto 1180/2011

DECRETO Nº 1180 DE 09 DE SETEMBRO DE 2011.

Homologa inscrições para teste seletivo.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º Ficam homologadas as inscrições para o teste seletivo simplificado nº 003/2011:

PROFESSOR

Nº da Inscrição	Nome	CPF
2	FABIANA CARNIEL RIGO	053.500.289-01
4	FABIANE SOVRANI FERNANDES	049.016.529-07
6	RACHEL SIMONE MENEGUZZI MANENTI	006.829.979-90

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Nº da Inscrição	Nome	CPF
5	LOURDES SACCARO FANTINEL	023.176.149-00
1	JACIRA REGINA BECKER	047.188.769-23
3	TAINE GURZYNSKI	074.736.499-06

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Iomerê, 09 de setembro de 2011

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI

Secretario de Administração e Finanças

Edital de Leilão

Prefeitura Municipal de Iomerê

Fundo Municipal da Saúde de Iomerê

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público o Leilão de equipamentos e bens inservíveis a administração no estado em que se encontram de propriedade do município. A abertura dos lances se dará no dia 30/09/2011 às 09h00min.

Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos, pelo fone (49) 3539-6000 ou no site www.iomere.sc.gov.br

Iomerê, 13 de setembro de 2011.

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Itaiópolis

PREFEITURA

Extrato Termo Aditivo

Nº ADITIVO: 1º

Nº CONTRATO: 112/2010

CONTRATADA: Degrau Arquitetos Associados SS

OBJETO: o prazo deste aditivo será até 31/08/2011. Itaiópolis, 03/06/2011, Helio César Wendt Prefeito Municipal.

Joaçaba

PREFEITURA

Decreto Nº 3.875 de 12 de Setembro de 2011.

DECRETO Nº 3.875 DE 12 DE SETEMBRO DE 2011.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AUTORIZADO PELO ARTIGO 17 DA LEI MUNICIPAL Nº 4.070 DE 16/12/10 (LOA) AO ORÇAMENTO VIGENTE DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA - SC."

O Prefeito do Município de Joaçaba-SC, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao orçamento vigente, crédito adicional suplementar na importância de R\$ 141.145,86 (cento e quarenta e um mil, cento e quarenta e cinco reais e oitenta e seis centavos) por conta da anulação parcial de dotação orçamentária dos recursos próprios do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba,

Herval D' Oeste e Luzerna, na forma do disposto no Art. 43, Parágrafo 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, destinado a suplementar as dotações abaixo descritas:

17.122.0029.2.060 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - SIMAE

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0200.0 Outras Desp. Correntes - Aplic. Diretas R\$ 90.000,00

17.512.0029.2.061 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA - URBANO

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0200.0 Outras Desp. Correntes - Aplic. Diretas R\$ 50.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0200.0 Investimentos - Aplic. Diretas R\$ 1.145,86

Art. 2º O crédito aberto no art. 1º deste Decreto, será coberto com as anulações das dotações abaixo descritas:

28.843.0026.0.002 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA - SIMAE

3.3.91.00.00.00.00.00.0.1.0200.0 Outras Desp Correntes - Aplic. Diretas Dec Op Intra R\$ 90.121,20

17.122.0029.2.060 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - SIMAE

3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0200.0 Transf A Instituições Privadas sem Fins Lucrativos - Aplic. Diretas R\$ 446,92

3.3.91.00.00.00.00.00.0.1.0200.0 Outras Desp Correntes - Aplic. Diretas Dec Op Intra R\$ 577,74

17.512.0029.2.061 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA - URBANO

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0200.0 Outras Desp. Correntes - Aplic. Diretas R\$ 50.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA- SC, em 12 de setembro de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Extrato Alteração PP 29/2011/FMS - PL 35/2011/FMS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE RETIFICAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 35/2011/FMS

EDITAL PP Nº 29/2011/FMS

O Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba torna pública a ALTERAÇÃO efetuada no Edital de Pregão Presencial Nº 29/2011/FMS, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS EM 08/09/2011, cujo objeto é a "Contratação de serviços especializados para a realização de teste seletivo para contratação temporária - ACT, em conformidade com o ANEXO I do presente edital, incluindo a elaboração de editais, conteúdos programáticos, elaboração, aplicação e correção das provas objetivas, análise da titulação e dos eventuais recursos, conforme os cargos e vagas apresentadas":

1) Quanto à data e horário de abertura, ONDE SE LÊ: "Data da abertura: Dia 21/09/2011, a partir das 16h, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado", LEIA-SE: "Data da abertura: Dia 22/09/2011, a partir das 14h, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado".

2) Quanto à data e horário para credenciamento, ONDE SE LÊ: "Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 16h, do dia

21/09/2011", LEIA-SE: "Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h, do dia 22/09/2011".

O Edital na íntegra e devidamente alterado encontra-se disponível junto à Secretaria de Gestão Administrativa do Município, Setor de Licitações, à Avenida XV de Novembro, 378 - Telefones 0xx49 3527-8828 e 3527-8805, em dias úteis de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas, ou pelo site www.joacaba.sc.gov.br a partir da data de publicação deste aviso.

Joaçaba (SC), 12 de setembro de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

VILMAR ZÍLIO

Secretário de Saúde

Extrato PP 30/2011/FMS - PL 36/2011/FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/2011/FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2011/FMS

Objeto: Aquisição de material de expediente, de proteção e segurança, de limpeza e processamento de dados, de suprimentos de informática e de mobiliário em geral, para manutenção dos programas e serviços da Secretaria de Saúde, durante o exercício financeiro de 2011. Forma de Julgamento: Menor preço por item. Data da abertura: Dia 28/09/2011, a partir das 14 horas, na sala do Setor de Compras e Licitações, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14 horas do dia 28/09/2011, no Setor de Compras e Licitações. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@joacaba.sc.gov.br.

Joaçaba, 12 de setembro de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

VILMAR ZÍLIO

Gestor do FMS

SIMAE

Errata

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

ERRATA

Na portaria JHL 93/11, publicada em 26/08/11, edição 812, p. 116, fica retificado:

Onde lê-se de 20/08/11 retificar por 22/08/11

Joaçaba-SC 14 de Setembro de 2011.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente

Lages

CÂMARA MUNICIPAL

Extrato do Contrato Nº 19/2011

Extrato do Contrato Nº 19/2011

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGES/SC

Vigência: 29/08/2011, Vencido: 28/08/2012

Objeto: Contratação de Empresa para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS, conforme relação constante do Anexo I para a Câmara Municipal. Contratada: GRAPHEL GRÁFICA E EDITORA LAGES LTDA, - CNPJ: (04.484.195/0001-43). valor total: R\$ 241.687,50 (duzentos e quarenta e um mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

Lages/SC, 13 de setembro de 2011.

ADILSON RODRIGUES DE APPOLINÁRIO

Presidente

Lindóia do Sul

PREFEITURA

Extrato Pregão Registro de Preços Tubos de CONCRETO

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2011

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO - Prefeito Municipal, de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, sistema de registro de preços, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, para aquisição de tubos de concreto, no dia 27 de setembro de 2011, às 08:30 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até às 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 12 de setembro de 2011.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

Decreto 1368

DECRETO Nº 1368 de 12 de setembro de 2011.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AUTORIZADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 945 DE 30/11/10 (LOA) AO ORÇAMENTO VIGENTE DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA(SC)".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 945 de 30 de novembro de 2010,

DECRETA:

Art.1º- Fica aberto ao orçamento vigente, crédito adicional suplementar na importância de R\$ 141.145,86 (cento e quarenta e um mil, cento e quarenta e cinco reais e oitenta e seis centavos) por conta da anulação parcial de dotação orçamentária dos recursos próprios do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, na forma do disposto no art. 43, § 1º, inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, destinado a suplementar as dotações abaixo descritas:

17.122.0029.2.060 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - SIMAE

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0200.0 Outras Desp. Correntes - Aplic. Diretas..R\$ 90.000,00

17.512.0029.2.061 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA - URBANO

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0200.0 Outras Desp. Correntes - Aplic. Diretas..R\$ 50.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0200.0 Investimentos - Aplic. Diretas R\$ 1.145,86

Art.2º- O crédito aberto no art. 1º deste Decreto, será coberto com as anulações das dotações abaixo descritas:

28.843.0026.0.002 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA - SIMAE

3.3.91.00.00.00.00.00.0.1.0200.0 - Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas Decorrentes de Operação Intra R\$ 90.121,20

17.122.0029.2.060 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS -SIMAE

3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0200.0 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos - Aplicações Diretas R\$ 446,92

3.3.91.00.00.00.00.00.0.1.0200.0 - Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas Decorrentes Op Intra R\$ 577,74

17.512.0029.2.061 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA - URBANO

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0200.0 - Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art.3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação. Luzerna(SC), 12 de setembro de 2011.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Lei Nº 1002

LEI Nº 1002 de 13 de setembro de 2011.

"INSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/CMAS E CRIA O FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/FMAS DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte

L E I:

CAPÍTULO I

DA CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO

Seção I

DA NATUREZA E FINALIDADE

Art.1º- Fica instituído o CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, instância deliberativa do sistema descentralizado

e participativo da Assistência Social de Luzerna(SC),de caráter permanente e de composição paritária entre o governo e a sociedade civil, observado o disposto no art. 17, § 4º, da Lei n. 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

Parágrafo Único - O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS de Luzerna é vinculado à estrutura do órgão da Administração Pública Municipal responsável pela coordenação da Política Municipal de Assistência Social que lhe dará apoio administrativo, assegurando dotação orçamentária para seu funcionamento.

Art.2º- O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS tem a finalidade de deliberar, acompanhar, avaliar e exercer o controle sobre a Política de Assistência Social, em âmbito municipal.

§1º- As ações deliberativas/reguladoras são aquelas que estabelecem, por meio de Resoluções, as ações da assistência social, contribuindo para a continuação do processo de implantação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e da Política Nacional de Assistência Social - PNAS;

§2º- As ações de acompanhamento e avaliação devem ser direcionadas às atividades e aos serviços prestados pelas entidades e organizações de assistência social públicas e privadas, e advêm da competência de formular recomendações e orientações aos integrantes do sistema descentralizado de assistência social;

§3º- O controle social é o exercício democrático de acompanhamento da gestão e avaliação da Política de Assistência Social, do Plano Plurianual de Assistência Social e dos recursos financeiros destinados a sua implementação, sendo uma das formas de exercício desse controle zelar pela ampliação e qualidade da rede de serviços socioassistenciais para todos os destinatários da Política.

SEÇÃO II DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 3º- São atribuições do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS:

I - elaborar e aprovar seu Regimento Interno e o conjunto de normas administrativas definidos pelo Conselho, com o objetivo de orientar o seu funcionamento;

II- aprovar a Política Municipal de Assistência Social, elaborada em consonância com a Política Nacional e Estadual de Assistência Social na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e as diretrizes estabelecidas pelas Conferências de Assistência Social, podendo contribuir nos diferentes estágios de sua formulação;

III-convocar a Conferência Municipal de Assistência Social, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), bem como aprovar as normas de funcionamento das mesmas, constituir a comissão organizadora e o respectivo Regimento Interno;

IV- encaminhar as deliberações da conferência aos órgãos competentes e monitorar seus desdobramentos;

V - acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão de recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos benefícios, rendas, serviços socioassistenciais, programas e projetos aprovados nas Políticas de Assistência Social Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais;

VI - normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social, no âmbito do Município, exercendo essas funções num relacionamento ativo e dinâmico com os órgãos gestores, resguardando-se as respectivas competências;

VII - aprovar o plano integrado de capacitação de recursos humanos para a área de assistência social, de acordo com as Normas Operacionais Básicas do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS) Recursos Humanos (NOB RH/SUAS);

VIII - zelar pela implementação do SUAS, buscando suas especificidades no âmbito das três esferas de governo e efetiva participação

dos segmentos representativos dos Conselhos;

IX - aprovar a proposta orçamentária dos recursos destinados a todas as ações de assistência social, alocados no Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;

X - aprovar os critérios de partilha de recursos, respeitando os parâmetros adotados na LOAS e explicitar os indicadores de acompanhamento;

XI - propor ações que favoreçam a interface e superem a sobreposição de programas, projetos, benefícios, rendas e serviços;

XII - inscrever e fiscalizar as entidades e organizações de assistência social, bem como inscrever os programas, projetos e as ações da assistência social, no âmbito municipal;

XIII - informar ao CNAS sobre o cancelamento de inscrição das entidades e organizações de assistência social, a fim de que este adote as medidas cabíveis;

XIV- encaminhar a documentação ao Gestor Municipal das entidades e organizações de assistência social que compõem a rede socioassistencial no Município para inclusão no Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social de que trata a Lei 12.101, de 27 de novembro de 2009, e guarda;

XIV - acompanhar o processo do pacto de gestão entre as esferas nacional, estadual, do Distrito Federal e municipal, efetivadas na Comissão Intergestores Tripartite (CIT) e Comissão Intergestores Bipartite (CIB), estabelecido na NOB/SUAS e aprovar seu relatório;

XV - divulgar e promover a defesa dos direitos socioassistenciais;

XVI - estabelecer e fortalecer a interlocução com os demais Conselhos das políticas setoriais;

XVII - regulamentar a forma de concessão e valor para o pagamento dos auxílios natalidade e funeral e outros benefícios eventuais, conforme o disposto no § 2º do art. 22 da Lei n. 8.742 de 1993;

XVIII - na falta de conselho municipal do idoso, estabelecer a forma de participação do idoso no custeio de entidade de longa permanência, observando-se o limite definido em lei de qualquer benefício previdenciário ou de assistência social percebido pelo idoso;

XIX - acionar o Ministério Público como instância de defesa e garantia de suas prerrogativas legais;

XX - publicar no respectivo Diário Oficial todas as suas deliberações.

SEÇÃO II DO EXERCÍCIO DAS ATRIBUIÇÕES

Art.4º- Para o exercício de suas atribuições, o CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS solicitará os seguintes documentos e informações:

I - da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social:

a) a Política Municipal de Assistência Social;

b) o Plano Municipal de Assistência Social;

c) o Plano de Ação;

d) a proposta orçamentária da Assistência Social para apreciação e aprovação;

e) o plano de inserção e acompanhamento de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada - BPC, selecionados conforme indicadores de vulnerabilidade, contendo ações, prazos e metas a serem executadas, articulando-se as ofertas da assistência social e as demais políticas pertinentes;

f) o Plano de Aplicação do Fundo Municipal, Balancete Mensal e prestação de contas ao final do exercício;

g) as informações relativas ao volume de recursos transferidos para o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS e do Fundo Estadual de Assistência Social, quando for o caso;

h) as informações relativas aos recursos repassados pelo Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS às entidades e organizações de assistência social;

i) a relação das contas correntes que compõem o respectivo Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;

j) os demonstrativos das contas bancárias sob gestão do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;
k) o Relatório Anual da gestão e demonstrativo sintético execução física e financeira.

II - das entidades e organizações de assistência social:

- a) o Estatuto Social;
- b) o Plano de Trabalho;
- c) o Relatório Anual de Execução; e
- d) os documentos contábeis.

III - do Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS:

- a) para conhecimento, os documentos deliberados em Assembléia Geral, principalmente as Atas;
- b) quando necessário, o assessoramento na aplicação de normas e resoluções fixadas pelo CNAS.

IV - do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, a senha de acesso ao Sistema de Informação do Sistema Único de Assistência Social (Rede SUAS);

V - da Comissão Intergestores Bipartite - CIB, para conhecimento, os documentos de pactuações publicadas no Diário Oficial do Estado.

Parágrafo Único - Além dos documentos elencados nos incisos de I a V, o CMAS poderá requisitar outros que se fizerem necessários para o exercício de suas atribuições.

SEÇÃO III

DA COMPOSIÇÃO

Art.5º- O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS é composto de, no mínimo, 12 (doze) membros e respectivos suplentes, respeitados os seguintes critérios:

I - seis representantes de entidades governamentais do Município e respectivos suplentes, da seguinte forma:

- a) dois da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social;
- b) um da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;
- c) um da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;
- d) um da Assessoria de Planejamento e
- e) um da Secretaria Municipal da Fazenda e Administração.

II - seis representantes da sociedade civil e respectivos suplentes, eleitos em foro próprio, da seguinte forma:

- a) dois representantes dos usuários ou/e organizações e usuários da assistência social;
- b) dois representantes de entidades e organizações de assistência social, devidamente inscritas no CMAS; e
- c) dois representantes de entidades de trabalhadores do setor.

Parágrafo Único - No caso de não haver inicialmente representação de um dos segmentos do inciso II do presente artigo, a vaga poderá ser preenchida por um dos demais segmentos, conforme Regimento Interno.

Art.6º- Serão considerados representantes de usuários, pessoas vinculadas aos programas, projetos, serviços e benefícios da Política Municipal de Assistência Social, organizada nas seguintes formas:

I - grupos que têm como objetivo a luta por direitos, reconhecidos como legítimos;

II - movimentos sociais, as associações, fóruns, redes ou outras denominações, sob diferentes formas de constituição jurídica, política ou social.

Parágrafo Único - Os movimentos sociais deverão comprovar sua existência de, no mínimo, dois anos, por meio de:

- a) um instrumento de comunicação e informação de circulação regional;
- b) relatório de atividades ou de reuniões do movimento; e
- c) documento oficial de sua criação e existência.

Art.7º- Serão consideradas organizações de usuários aquelas juridicamente constituídas que tenham, estatutariamente, entre seus objetivos, a defesa dos direitos dos indivíduos e grupos vinculados à Política Municipal de Assistência Social, sendo caracterizado seu

protagonismo na organização mediante participação efetiva nos órgãos diretivos que os representam, por meio da sua própria participação ou de seu representante legal, quando for o caso.

Art.8º- Serão consideradas entidades de assistência social aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos pela LOAS, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos.

§1º- As entidades e organizações de assistência social podem ser consideradas isoladas ou cumulativamente:

a) de atendimento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de proteção social básica ou especial, dirigidos às famílias e aos indivíduos em situações de vulnerabilidades ou risco social e pessoal, nos termos da Lei nº 8.742 de 1993, e Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009.

b) de assessoramento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da Lei nº 8.742 de 1993 e respeitadas as deliberações do CMAS; e

c) de defesa e garantia de direitos: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socio-assistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da Lei nº 8.742 de 1993 e respeitadas as deliberações do CMAS.

§2º- As entidades e organizações de assistência social deverão estar inscritas no CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL para seu regular funcionamento, nos termos do art. 9º da Lei nº 8.742 de 1993, aos quais caberá a fiscalização destas entidades e organizações independentemente do recebimento ou não de recursos públicos, conforme Resolução do CNAS e regulamento pelos CMAS, sobre os parâmetros que definem sobre a inscrição de entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos Municipais;

§3º- Na hipótese de atuação em mais de um Município ou Estado, as entidades e organizações de Assistência Social deverão inscrever seus serviços, programas, projetos e benefícios no Conselho de Assistência Social do respectivo Município que se pretende atingir, apresentando, para tanto, o plano ou relatório de atividades, bem como o comprovante de inscrição no Conselho Municipal de sua sede ou de onde desenvolve suas principais atividades;

§4º- Somente poderão executar serviços, programas e projetos de assistência social vinculados à rede socioassistencial que integra o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) as entidades e organizações inscritas de acordo com este artigo.

Art.9º- Serão consideradas entidades de trabalhadores do setor as associações de trabalhadores, sindicatos, federações, confederações, centrais sindicais, conselhos federais de profissões regulamentadas que organizam, defendem e representam os interesses dos trabalhadores que atuam institucionalmente na Política de Assistência Social, conforme preconizado na Lei Orgânica de Assistência Social, na Política Nacional de Assistência Social e na Norma Operacional Básica, Recursos Humanos e no Sistema Único de Assistência Social, mediante os critérios estabelecidos no Regimento Interno do CMAS.

Art.10 - Os representantes do Governo de que trata o inciso I do art. 6º devem ser indicados e nomeados pelo respectivo Chefe do Poder Executivo.

Art.11 - A eleição da sociedade civil de que trata o inciso II do art.

6º ocorrerá em foro próprio, coordenado pela sociedade civil e sob a supervisão do Ministério Público.

§1º- Caberá a Presidência do Conselho Municipal de Assistência Social encaminhar ao órgão oficial do Município responsável pelas publicações, a convocação do foro de que trata o presente artigo, por meio de chamamento público em diário de grande circulação municipal.

§2º- Após a escolha dos representantes da sociedade civil, a Presidência do CMAS encaminhará ao Chefe do Poder Executivo a nominata para a respectiva nomeação em forma de Decreto.

§3º- O processo de eleição dos representantes da sociedade civil será fixado em Regimento Interno próprio para esta finalidade.

Art.12 - A função dos Conselheiros do CMAS não será remunerada, mas considerada como de serviço público relevante e seu exercício prioritário, justificadas as ausências a quaisquer outros serviços quando determinadas pelo comparecimento às sessões do Conselho, reuniões de Comissões ou Grupos de trabalho e participação em atividades afins.

Parágrafo Único - O ressarcimento de despesas e o adiantamento ou pagamento de diárias aos Conselheiros e pessoas a serviço do CMAS obedecerá às normas instituídas pelo Município aos servidores públicos em atos idênticos ou assemelhados.

Art.13 - Os Conselheiros Titulares e Suplentes terão mandato de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução.

Art.14 - A participação de representantes do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não cabe nos Conselhos de Assistência Social, por configurar incompatibilidade de poderes.

Art.15 - O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS será presidido por um de seus integrantes, eleito entre seus membros em reunião plenária, para mandato de um ano.

Art.16 - Junto ao CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS poderá atuar, com direito a voz, um representante do Ministério Público, indicado pelo Procurador Geral de Justiça, bem como representantes dos Conselhos Municipais afins e de todas as entidades da sociedade civil, inscritas no Conselho e representantes e ou organizações de usuários da assistência social.

Art.17 - Os membros referidos do art. 6º, incisos I e II, desta Lei poderão perder o mandato antes do prazo de 02 (dois) anos, nos seguintes casos:

I - por falecimento;

II - por renúncia;

III - pela ausência imotivada em três reuniões consecutivas do Conselho, ou cinco alternadas;

IV - pela prática de ato incompatível com a função de Conselheiro (a), por decisão da maioria dos membros do CMAS;

V - por requerimento da entidade da sociedade civil, da qual o Conselheiro representa; e

VI - por interesse do responsável do Chefe do Poder Executivo quando se tratar de Conselheiro por ele indicado.

Parágrafo Único - No caso de perda do mandato será designado novo Conselheiro para a titularidade da função, respeitando as respectivas suplências de que trata o art. 6º, incisos I e II, da presente Lei.

SEÇÃO IV

DA ORGANIZAÇÃO

Art.18 - O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS compor-se-á dos seguintes órgãos:

I - Assembléia Geral;

II - Mesa Diretora;

III - Comissões; e

IV - Secretaria Executiva.

§1º- A Assembléia Geral é órgão deliberativo e soberano do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS.

§2º- A Mesa Diretora do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, eleita pela maioria absoluta dos votos da Assembléia Geral para mandato de 01 (um) ano, permitida uma única recondução, é composta pelos seguintes cargos:

a) Presidente;

b) Vice-Presidente;

c) 1º Secretário; e

d) 2º Secretário.

§3º- A composição da Mesa Diretora deverá obedecer aos princípios da paridade e da alternância governamental e sociedade civil respeitadas as seguintes condições:

a) Quando houver vacância no cargo de Presidente não poderá o/a Vice-Presidente assumir para não interromper a alternância da presidência entre governo e sociedade civil, cabendo realizar nova eleição para finalizar o mandato, conforme previsão a constar no Regimento Interno do Conselho;

b) Sempre que houver vacância de um membro da Mesa Diretora ou similar, seja ele representante de um órgão governamental ou de uma entidade da sociedade civil, caberá ao plenário do Conselho decidir sobre a ocupação do cargo vago, seja por aclamação ou voto, devendo essa situação e a forma de sucessão estar contempladas no Regimento Interno;

§4º- As Comissões Temáticas serão criadas por Resoluções, aprovadas em Assembléia Geral, conforme a necessidade da demanda, integradas por Conselheiros Titulares e Suplentes e poderão participar como colaboradores, os representantes de outras entidades, outros representantes dos usuários ou de organizações de usuários, ou pessoas de notório saber, homologadas pelo CMAS, sem direito a voto, sendo obrigatória a designação das seguintes Comissões:

a) de Normas, Regulamentos e Inscrições;

b) de Financiamento e Orçamento;

c) de Políticas; e

d) de Divulgação e Comunicação.

§5º- O CMAS poderá instituir grupos de trabalho de caráter temporário, composto por Conselheiros Titulares e Suplentes, destinados ao estudo e elaboração de propostas sobre temas específicos, podendo, inclusive, convidar para participar destes grupos de trabalho representantes de órgãos ou entidades públicas e privadas e de outros poderes, sem direito a voto.

§6º- As ações de capacitação dos Conselheiros deverão ser programadas, visando o fortalecimento e a qualificação de seus espaços de articulação, negociação e deliberação, a ser previsto no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS.

§7º- A Secretaria Executiva, órgão de apoio técnico administrativo do Conselho, será composta de, no mínimo, por um Secretário Executivo de nível superior, sendo graduado em serviço social, além de 01 (um) Assistente Administrativo, designados para o assessoramento do CMAS, cuja competência será definida em Regimento Interno.

§8º A Secretaria Executiva deverá ser a unidade de apoio ao funcionamento do CMAS para assessorar suas reuniões e divulgar suas deliberações.

§9º A Secretaria Executiva subsidiará a Assembléia Geral com assessoria técnica e poderá se valer de consultoria e assessoramento de instituições, órgãos e entidades ligados à área da assistência social, para dar suporte e/ou prestar apoio técnico-logístico ao Conselho.

SEÇÃO V

DO FUNCIONAMENTO

Art.19- A Assembléia Geral reunir-se-á, obrigatoriamente, uma vez a cada 02 (dois) meses e, extraordinariamente, sempre que necessário, e funcionará de acordo com o Regimento Interno, que definirá, também, o quorum mínimo para o caráter deliberativo das reuniões e para as questões de suplência e perda de mandato por faltas.

Art.20- O CMAS tem autonomia de se autoconvocar, devendo esta previsão constar do Regimento Interno, e suas reuniões serão abertas ao público, com pauta e datas previamente divulgadas respeitando o mínimo, 10 (dez) dias.

Art.21- A cada nova gestão será realizado o Planejamento Estratégico do CMAS, com o objetivo de definir metas, ações e estratégias e prazos, envolvendo todos os Conselheiros, titulares e suplentes, e os técnicos do Conselho.

CAPÍTULO II DA COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO DA POLÍTICA E DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA

Art.22 - A coordenação e execução da Política e do Plano Municipal de Assistência Social ficam a cargo da Secretaria responsável pela Assistência Social no Município, competindo-lhe:

I - coordenar e executar as ações no campo da assistência social;
II - elaborar o diagnóstico social e propor o Plano de Assistência Social do Município;

III - propor ao Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS a Política Municipal de Assistência Social, suas normas gerais, bem como os critérios de prioridades e de elegibilidades, além de padrões de qualidade na prestação de benefícios, serviços, programas e projetos;

IV - elaborar a proposta orçamentária da assistência social, em conjunto com as demais áreas governamentais, especialmente a da seguridade social, encaminhando-a ao Chefe do Poder Executivo, depois de apreciada e aprovada pelo CMAS;

V - encaminhar para a apreciação do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, os relatórios trimestrais e anuais de atividade e de realização financeira dos recursos destinados à assistência social;

VI - prestar assessoramento técnico às entidades e organizações de assistência social;

VII - formular política para a qualificação sistemática e continuada de recursos humanos no campo da assistência social;

VIII-coordenar e manter atualizado o sistema de cadastro da rede socioassistencial Governamental e da sociedade civil do Município e encaminhar para o Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social de que trata a Lei 12.101, de 27 de novembro de 2009;

IX - articular-se com os órgãos responsáveis pelas políticas de saúde e previdência social, bem como os demais setores afins;

X - expedir atos normativos necessários à gestão do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS, observadas as diretrizes estabelecidas pelo CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS;

XI - submeter à deliberação do CMAS os planos anuais e plurianuais de aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;

XII - envidar esforços para a garantia de apoio técnico ao CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, bem como a órgãos municipais e entidades não-governamentais, no sentido de tornar efetivos os princípios, as diretrizes e os direitos estabelecidos na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS);

XIII - criar o Sistema de Informações Sociais;

XIV - destinar recursos financeiros do Município, a título de participação no custeio do pagamento dos auxílios natalidade e funeral, estabelecidos pelo CMAS.

CAPÍTULO III DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 23 - Fica criado o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS, instrumento de captação e aplicação de recursos e tem por objetivo proporcionar recursos e meios para financiar a execução da política de assistência social, apoiando serviços, programas e projetos específicos de assistência social.

Art.24 - No exercício da orientação e controle do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS, o CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS adotará as seguintes medidas:

I - orientar, controlar e fiscalizar a gestão do Fundo Municipal, por meio de resoluções relativas à elaboração da proposta orçamentária, que trata da destinação dos recursos; aos critérios de partilha; ao plano de aplicação e à execução orçamentária e financeira;

II- certificar se a Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social divulga amplamente, para a comunidade local, os benefícios, serviços, programas, projetos assistenciais, bem como os recursos disponibilizados pelo poder público;

III- assegurar que o orçamento do Município disponibilize recursos próprios destinados à assistência social, alocados no Fundo Municipal, o que constitui condição para os repasses de recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;

IV- apreciar e aprovar a proposta de Lei Orçamentária Municipal, na Função - Assistência Social, por ocasião de sua apreciação, considerando os seguintes aspectos:

a) se contempla a apresentação dos programas e das ações, em coerência com o Plano Municipal de Assistência Social, de acordo com os níveis de complexidade dos serviços, programas, projetos e benefícios, alocando-os como sendo de proteção social básica e proteção social especial de média e/ou de alta complexidade, conforme a Política Nacional de Assistência Social - PNAS e o Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS;

b) se os recursos destinados às despesas correntes e de capital relacionadas aos serviços, programas, projetos e benefícios governamentais e não-governamentais estão alocados no fundo municipal, constituído como unidade orçamentária; e se os recursos voltados às atividades meio, estão alocados no orçamento do órgão gestor desta política;

V - decidir sobre a regularidade do plano de ação anual, indicando se está regular, autorizando o repasse de recursos do FNAS, ou não regular, não autorizando referido repasse;

VI - analisar se foram cumpridas as metas físicas e financeiras constantes do plano de ação, mediante a emissão de parecer indicando se está regular, autorizando o repasse dos recursos do FNAS; ou não regular, não autorizando o repasse dos referidos recursos, fazendo-se constar, ainda, avaliação sobre os seguintes aspectos que envolvem o plano de ação, além de sugestões para melhoria do processo:

a) a análise da documentação recebida do órgão gestor da assistência social, bem como de sua capacidade de gestão;

b) relação com o Plano Municipal de Assistência Social;

c) a execução e a aplicação dos recursos financeiros recebidos na conta do respectivo Fundo de Assistência Social;

d) no alcance da previsão de atendimento;

e) a qualidade dos serviços prestados; e

f) articulação com as demais políticas sociais.

VII - verificar, mediante acesso à Rede de Sistema Único de Assistência Social - SUAS, se o plano de ação está em conformidade com o plano municipal de assistência social, aprovado pelo próprio Conselho;

VIII - analisar o plano de ação e verificar se as metas de atendimento de usuários estão de acordo com os dados da efetiva demanda local, para os serviços co-financiados pelos pisos de proteção social básica e de proteção social especial;

IX - convocar o Conselho para análise e deliberação das prestações de contas, do co-financiamento federal representada pelo demonstrativo sintético anual da execução físico-financeira do SUAS;

X - certificar se o Município recebe, com regularidade, recursos do FNAS e do Fundo Estadual de Assistência Social, e propor medidas saneadoras para solução do problema, previstas no Regime Interno;

XI - verificar as razões para os eventuais atrasos ou suspensão de repasse dos recursos às entidades de assistência social e propor medidas para solução do problema, previsto no Regime Interno; e
XII - aprovar o Regime Interno do FUNDO MUNICIPAL DE

ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS.**Art. 25 - Constituirão receitas do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS:**

- I - recursos provenientes da transferência dos Fundos Nacional e Estadual de Assistência Social e outros legalmente instituídos;
 - II - dotação consignada anualmente no Orçamento do Município e os outros recursos adicionais que lhe sejam destinados;
 - III- doações, auxílios, contribuições, subvenções e transferências de entidades nacionais e internacionais, organizações governamentais e não-governamentais;
 - IV - receitas de aplicações financeiras do Fundo, realizadas na forma da lei;
 - V - as parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias oriundas de financiamentos das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências por força da lei e de convênios;
 - VI - recursos de convênios firmados com outras entidades;
 - VII - doações em espécies;
 - VIII - recursos captados junto a organismos internacionais, para projetos autofinanciáveis e de interesse estratégico, visando a ampliação, cobertura e melhoria da qualidade de atendimento;
 - IX - rendimentos e juros provenientes de aplicações financeiras; e
 - X - outras receitas que venham a ser legalmente instituídas.
- §1º- Os recursos previstos no presente artigo serão automaticamente transferidos para a conta do FMAS, tão logo sejam realizadas as receitas correspondentes.
- §2º- Os recursos que compõem o FMAS serão depositados em instituições financeiras oficiais, em contas especiais, sob a denominação - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS.

Art.26 - O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS será gerido pela Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social em consonância com a Política Municipal de Assistência Social, sob orientação e controle do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, sendo seu Gestor preferencialmente o Secretário de Saúde e Bem Estar Social ou outro nomeado pelo Prefeito Municipal ou o próprio Prefeito.

Parágrafo Único - O Orçamento do FMAS integrará o Orçamento do Município em obediência ao princípio da unidade.

Art.27 - Os recursos do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS serão aplicados em:

- I - financiamento total ou parcial de programas, projetos e serviços de Assistência Social desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social ou por órgãos conveniados;
- II - pagamento pela prestação de serviços a entidades conveniadas de direito público e privado, para execução de programas e projetos específicos do setor de assistência social;
- III - aquisição de material permanente, de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas;
- IV - construção reforma ampliação, aquisição ou locação de imóveis para prestação de serviços de assistência social;
- V - desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos controle das ações de assistência social;
- VI - desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área de assistência social;
- VII - pagamento dos benefícios eventuais, conforme Resolução do CMAS e Lei Municipal;
- VIII - atendimento das ações sócioassistenciais de caráter emergencial;
- IX - provimento de recursos às entidades não-governamentais vinculadas aos objetivos da Política Municipal de Assistência Social e inscritas no CMAS competente, conforme disposto na Lei Orgânica de Assistência Social;
- X - custeio das despesas dos Conselheiros em representações e ou participações em seminários, cursos e eventos e outros relevantes à consecução da Política Municipal de Assistência Social e
- XI - despesas com a manutenção do FUNDO MUNICIPAL DE

ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS.

Parágrafo Único - Incluem-se neste artigo os recursos necessários ao atendimento de situações de vulnerabilidade, com prioridade para a criança, a família, o idoso, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e os casos de calamidade pública, conforme disposto no art. 22 e parágrafos da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS e, ainda, o dependente químico.

Art. 28 - O repasse de recursos para as entidades e organizações de assistência social, devidamente inscritas no CMAS, será efetivado por intermédio do FMAS, de acordo com critérios estabelecidos pelo CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS.

Parágrafo Único - As transferências de recursos para organizações governamentais e da sociedade civil de assistência social se processarão mediante convênios, contratos, acordos, ajustes e/ou similares obedecendo a legislação vigente sobre a matéria e de conformidade com os programas, projetos e serviços aprovados pelo CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS.

Art.29- As contas e os relatórios do Gestor do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL serão submetidos à apreciação do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, mensal e anualmente, de forma analítica que, por sua vez, se manifestará sobre a sua aprovação.

§1º- O FMAS deverá ter contabilidade própria capaz de tornar evidente suas operações e permitir o exercício das funções de controle e avaliação de resultados.

§2º- A escrituração contábil do FMAS far-se-á com base em documentos hábeis, segundo normas e padrões estabelecidos na legislação pertinente, com elaboração de balancetes mensais e balanços anuais.

CAPÍTULO IV**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art.30- Cumprido ao Poder Executivo Municipal prover a infra-estrutura necessária para o funcionamento do CMAS, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros.

Art.31- Será emitido certificado a todos os Conselheiros regularmente nomeados, no ato de sua posse e ao término do respectivo mandato, em reconhecimento aos serviços de relevante interesse público e social prestados.

§1º- Os Conselheiros admitidos anteriormente a esta Lei e que se encontram ativos quando da publicação desta, deverão receber o certificado ao término do seu mandato.

§2º- Será expedido pelo CMAS aos interessados, quando requerido, certificado de participação nas Comissões Temáticas e nos Grupos de Trabalho.

Art.32- Poderão ser convidados a participar das reuniões do CMAS, sem direito a voto, personalidades e representantes de órgãos e entidades públicas e privadas, bem como técnicos e usuários que da pauta constar temas de sua área de atuação e ou de seu interesse.

Art.33- O CMAS deverá estar atento à interface das políticas sociais, de forma a propiciar significativos avanços, tais como:

- I - ampliação do universo de atenção para os segmentos excluídos e vulnerabilizados;
- II - demanda e execução de ações próprias focadas nos destinatários em articulação com outras políticas públicas;
- III - articulação das ações e otimização dos recursos, evitando-se a superposição de ações e facilitando a interlocução com a sociedade;
- IV- racionalização dos eventos do CMAS, de maneira a garantir a participação dos Conselheiros, principalmente daqueles que fazem parte de outros Conselhos; e
- V - garantia da construção da Política Municipal de Assistência Social.

Art. 34 - As Assembléias Gerais do CMAS são abertas à participação de todos os cidadãos.

Art.35- O Regimento Interno do CMAS complementará a estruturação, competências e atribuições definidas nesta Lei para seus integrantes e estabelecerá as normas de funcionamento do CMAS, devendo ser submetido à Assembléia Geral que será especialmente convocada para este fim, submetendo-o ao Chefe do Poder Executivo para homologação mediante Decreto.

Parágrafo Único - Qualquer alteração posterior ao Regimento Interno dependerá da deliberação de 2/3 (dois terços) dos membros do CMAS e homologação, por Decreto, do Chefe do Poder Executivo.

Art. 36 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas a disposições da Lei nº 049 de 18 de junho de 1997 e suas alterações posteriores.

Luzerna(SC), 13 de setembro de 2011.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Lei Nº 1003

LEI Nº 1003 de 13 de setembro de 2011.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR DESPESAS QUE ESPECIFICA"

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a despender recursos financeiros até o valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais) para a realização do 8º ENCONTRO DE TODOS OS IDOSOS DO MUNICÍPIO DE LUZERNA.

Art.2º- As despesas provenientes da execução desta Lei correrão a conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art.3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 13 de setembro de 2011.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Macieira

PREFEITURA

Aviso de licitação

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0006/2011

TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0008/2011

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA, SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua José Augusto Royer, 133, Centro, na cidade de Macieira, SC, através do Fundo Municipal de Saúde e de seu Secretário Municipal o Sr. ROZALINO CAMUZZATTO, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas

alterações posteriores, torna público e leva ao conhecimento das empresas interessadas, devidamente cadastradas no Município no ramo pertinente, que se encontra aberto o Processo Licitatório nº 0008/2011, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 0006/2011, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, que até 09h00min, do dia 29 de setembro de 2011, na sede da Prefeitura Municipal localizada no endereço antes citado, a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 2304, de 03 de janeiro de 2011, estará recebendo propostas para a aquisição de 02 veículos automotores utilitários para uso na Secretaria Municipal de Saúde conforme especificações do Edital.

O início da abertura dos Envelopes dar-se-á às 09h00m horas do dia 29/09/2011, no endereço acima indicado.

Maiores esclarecimentos relativos à presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, bem como o Edital na íntegra poderão ser obtidas diretamente no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira no endereço citado no preâmbulo deste Convite, ou através do telefone (49) 3574-2000, de segunda à sexta-feira, das 08h30m às 12h00m e das 13h30m às 17h00m.

Macieira - SC, 13 de setembro de 2011.

ROZALINO CAMUZZATTO

Secretário Municipal de Saúde e Promoção Social

Maracajá

PREFEITURA

Regulamento da I Conferência Municipal de Cultura

Regulamento da I Conferência Municipal de Cultura de Maracajá - SC

Capítulo I

Da promoção, sede e data

Art. 1º - A I Conferência Municipal de Cultura, promovida pela Prefeitura Municipal de Maracajá/SC, por meio do Departamento Municipal Educação, Cultura e Esporte, com a participação de representantes de entidades e associações representativas da classe artístico-cultural e de agentes culturais locais que tem como sede a cidade de Maracajá/SC, acontecerá no Centro de Convivência da 3ª Idade, à Avenida Nossa Senhora da Conceição, nº 1055, Centro, no dia 15 de setembro de 2011, com início às 13h30min. e término previsto para as 17h30min.

Capítulo II

Dos objetivos e do temário

Art. 2º - A 1ª Conferência Municipal de Cultura, terá os seguintes objetivos:

I - Discutir a cultura municipal nos seus aspectos da memória, de produção simbólica, da gestão, da participação social e da plena cidadania;

II - Propor estratégias para o fortalecimento da cultura como centro dinâmico do desenvolvimento sustentável;

III - Promover o debate entre artistas, produtores, gestores, investidores e demais protagonistas da cultura, valorizando a diversidade das expressões e o pluralismo das opiniões;

IV - Propor estratégias para universalizar o acesso dos munícipes à produção e à fruição dos bens e serviços culturais;

V - Propor estratégias para a consolidação dos sistemas de participação e controle social na gestão das políticas públicas de cultura;

VI - Aprimorar e propor mecanismos de articulação e cooperação

institucional entre os entes federativos e destes com a sociedade civil;
VII - Fortalecer e facilitar a formação e funcionamento de fóruns e redes de artistas, agentes, gestores, investidores e ativistas culturais;
VIII - Propor estratégias para a implantação do Sistema Municipal de Cultura.
IX - Propor estratégias para a implementação, acompanhamento e avaliação do Plano Municipal de Cultura.
XI - Indicar os representantes dos segmentos artístico-culturais que irão compor o primeiro quadro de conselheiros do Conselho Municipal de Cultura.

Art. 3º - Constituirá o tema geral da I Conferência Municipal de Cultura: Fortalecendo a Identidade Cultural de Maracajá.

§1º O tema deverá ser desenvolvido de modo a articular e integrar as políticas de cultura e suas diretrizes em todos os âmbitos da federação de maneira transversal, de forma a orientar as discussões em todas as etapas.

Art. 4º - Constituirão eixos temáticos da I Conferência Municipal de Cultura:

- I. Gestão Pública da Cultura.
- II. Preservação do Patrimônio Cultural.
- III. Fomento ao Desenvolvimento Artístico-Cultural.
- IV. Economia, Cultura e Turismo.
- V. Comunicação e Cultura.

Capítulo III Da Organização e Funcionamento

Art. 5º - Poderão participar da Conferência Municipal de Cultura todo cidadão, devidamente inscrito, representantes do poder público, sociedade civil e entidades que residam ou atuem no município.

§1º - os participantes da referida conferência terão as seguintes atribuições:

- I. Insritos da Sociedade Civil maiores de 16 anos terão direito à voz, a priorizar propostas e indicar membros para o Conselho Municipal de Política Cultural.
- II. Representantes do Poder Público terão direito à voz, a priorizar as propostas e indicar membros para o Conselho Municipal de Política Cultural.
- III. Convidados terão direito à voz e não a voto.

Art. 6º - O funcionamento da I Conferência Municipal de Cultura de Maracajá ocorrerá da seguinte forma:

- I - Instalação da Plenária, instância máxima de decisão.
- II - Abertura dos trabalhos pela Comissão Organizadora.
- III - Leitura do regulamento.
- IV - Palestra com técnica da Fundação Catarinense de Cultura.
- V - Debate em grupo para elencar prioridades por eixos temáticos. Cada grupo de discussão terá um mediador e deverá eleger um relator, dentre seus membros.
- VI - Realiza-se a discussão do tema, elaborando-se, a seguir, as diretrizes de políticas públicas, buscando uma redação abrangente e sintética.
- VII - O relator apresenta uma proposta de redação ao grupo, que aprova ou realiza as devidas modificações pertinentes. Caso haja modificações ou propostas contraditórias, sobre as quais não se alcance consenso no grupo, deve ser votada a redação final e escolhida uma das posições em conflito.
- VIII - O relator elabora um relatório final das diretrizes definidas pelo grupo, bem como as moções.
- IX - Reinstala-se a Sessão Plenária, após o término das discussões

em cada grupo.

X - Realiza-se a leitura dos relatórios das diretrizes propostas.

XI - Durante a leitura de cada proposta a plenária levanta cartões com cores diferentes aprovando ou reprovando as propostas, poderá haver pedido de destaque, ao que será anotado o nome do solicitante e ao final da leitura voltar-se-á ao item com destaque para a manifestação.

XII - Se as propostas forem lidas e não houver manifestações em maioria contrárias, serão consideradas aprovadas pelos presentes.

XIII - A Comissão Organizadora abre inscrições para representantes dos segmentos artístico-culturais que desejam participar do Conselho Municipal de Cultura.

XIV - A comissão organizadora elabora um documento a ser enviado aos órgãos competentes, nas instâncias municipal, estadual e federal.

XV - Dá-se o encerramento da Conferência, pela Comissão Organizadora com coquetel de confraternização.

Art. 9º - Para que a Conferência Municipal seja válida será necessária a comprovação de quorum mínimo de 30 (trinta) participantes, com representação da sociedade civil e da área governamental.

Art. 10º - A plenária da Conferência Municipal será composta pelos participantes devidamente inscritos.

Capítulo IV Das disposições gerais e transitórias

Art. 10º - Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pela Comissão Organizadora da I Conferência Municipal de Cultura.

Maracajá, 08 de setembro de 2011.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal de Maracajá

Massaranduba

PREFEITURA

Decreto Nº. 2257 de 12 de Setembro de 2011

DECRETO Nº. 2257 DE 12 DE SETEMBRO DE 2011

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1256 de 07 de Dezembro de 2010, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 3.000,00 (Três mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

0505 - GERENCIA DE CULTURA

0505.013.392.0130.2062 - Apoio a Banda Marcial

0505 - 44900000 - Aplicações Diretas

0505- 10000 - Recursos Ordinários R\$ 3.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 3.000,00 (Três mil reais) do seguinte programa e verbas abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

0505 - GERENCIA DE CULTURA

0505.013.392.0130.2062 - Apoio a Banda Marcial

0505 - 33900000 - Aplicações Diretas
0505- 10000 - Recursos Ordinários R\$ 3.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 12 de Setembro de 2011

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI

Secretário de Adm. e Finanças

CÂMARA MUNICIPAL**Balancete Financeiro Agosto 2011**

CAMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
Balanço Financeiro
Anexo AN - 5
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Agosto /2011

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS		TÍTULOS	
ORÇAMENTÁRIA	0,00	ORÇAMENTÁRIA	90.894,26
Receitas Orçamentárias	0,00	Despesas Correntes	87.625,23
Receitas Correntes	0,00	31 - Pessoal e Encargos Sociais	58.984,08
Receita Tributária	0,00	32 - Juros e Encargos da Dívida	0,00
Receitas de Contribuições	0,00	33 - Outras Despesas Correntes	28.641,15
Receitas Patrimoniais	0,00	Despesas de Capital	3.269,03
Receitas Agropecuárias	0,00	44 - Investimentos	3.269,03
Receitas Industriais	0,00	45 - Inversões Financeiras	0,00
Receitas de Serviços	0,00	46 - Amortização	0,00
Transferências Correntes	0,00	Despesas Intra-Orçamentárias	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	Despesa Corrente Intra-Orçamentária	0,00
(-)Deduções da Receita Corrente	0,00	Despesa de Capital Intra-Orçamentária	0,00
Receita Intra-Orçamentária Correntes	0,00	Interferências Passivas	0,00
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Correntes	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
Receitas de Capital	0,00		
Operações de Crédito	0,00		
Alienação de Bens	0,00		
Amortização de Empréstimos	0,00		
Transferências de Capital	0,00		
Outras Receitas de Capital	0,00		
(-)Deduções da Receita de Capital	0,00		
Receita Intra-Orçamentária Capital	0,00		
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00		
Interferências Ativas	96.600,00		
Transferências Financeiras Recebidas	96.600,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	102.081,32	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	157.207,17
Interferências Ativas	0,00	Interferências Passivas	0,00
Realizável	0,00	Realizável	0,00
Créditos em Circulação	0,00	Créditos em Circulação	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00
Depósitos Realizáveis a longo Prazo	0,00	Depósitos Realizáveis a longo Prazo	0,00
Créditos Realizáveis a longo Prazo	0,00	Créditos Realizáveis a longo Prazo	0,00
Depósitos	11.187,06	Depósitos	10.183,46
Consignações	0,00	Consignações	0,00
Depósitos em Diversas Origens	11.187,06	Depósitos em Diversas Origens	10.183,46
Restos a Pagar	90.894,26	Restos a Pagar	147.023,71
Obrigações a Pagar	90.894,26	Obrigações a Pagar	147.023,71
Serviços da Dívida a Pagar	0,00	Serviços da Dívida a Pagar	0,00
Operações de Crédito em Liquidação	0,00	Operações de Crédito em Liquidação	0,00
Outras Operações	0,00	Outras Operações	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00
Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00	Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00
Outras Obrigações	0,00	Outras Obrigações	0,00
Acréscimos Patrimoniais	0,00	Decréscimos Patrimoniais	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	160.053,22	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	110.633,11
Caixa	0,00	Caixa	0,00
Bancos Conta Movimento	160.053,22	Bancos Conta Movimento	110.633,11
Bancos Conta Vinculada	0,00	Bancos Conta Vinculada	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	Investimentos do RPPS	0,00
TOTAL	358.734,54	TOTAL	358.734,54

Fonte:

Pier Gustavo Berri
Presidente em Exercício

Almir Trevisani
Diretor ADM

Dionísio Kemczynski
Contador
CPF: 683.469.309-25
CRC: 026042/O-2/SC



Meleiro

PREFEITURA

Aviso

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

AVISO

O Município de Meleiro/SC comunica que os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentários referente ao 4º bimestre de 2011, de que trata o Art. 52, 54 e 63 da Lei Complementar 101, de 05 de maio de 2000 (LRF), encontra-se publicado no MURAL PÚBLICO deste Município, localizado na Praça da Matriz e no Prédio da Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 849/2001, ou à disposição dos interessados junto a Secretaria de Administração e Finanças.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Notificação NOTIFICAÇÃO

Administração Municipal de Meleiro, atendendo à determinação contida na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA, a Câmara Municipal, aos Partidos Políticos, o Sindicato de Trabalhadores e Produtores e Entidades Empresariais com sede no Município, que recebeu no mês Agosto de 2011 recursos Federais e Estaduais relativos aos seguintes convênios e destinados aos seguintes Programas:

Data	Origem	Objeto	Valor (R\$)
08.2011	Federal	Fundo Especial do Petroleo – PEP	5.445,84
08.2011	Federal	DNPM – CEFEM	2.872,95
08.2011	Federal	SE – Salário Educação	14.656,73
08.2011	Federal	PNAE – Merenda Escolar	5.724,00
08.2011	Federal	PNATE – Transporte Escolar	8.465,24
08.2011	Federal	PETI – Manutenção	1.000,00
08.2011	Federal	PADF – Programa Apoio Deficiências Físicas	608,00
08.2011	Federal	PBT – Programa Apoio Criança	1.000,00
08.2011	Federal	PBF – Programa Bolsa Família	1.375,00
08.2011	Federal	PAB – Fixo - Programa Atenção Básica	12.250,00
08.2011	Federal	PSF – Programa Saúde da Família	20.100,00
08.2011	Federal	PACS – (Programa de Agente Comunitário de Saúde)	13.500,00
08.2011	Federal	SAMU - (Serviço Atendimento Móvel Urgente)	25.000,00
08.2011	Federal	PSB (Programa Saúde Bucal)	2.100,00
08.2011	Federal	OTS – Outras Transferências do SUS	349,16
08.2011	Estadual	PAFB (Assistência Farmacêutica)	2.625,75
08.2011	Estadual	OT (Outras Transferências)	7.000,00
08.2011	Estadual	TE – Transporte Escolar	25.415,43
		Total	149.488,10

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

ADAIR PASINI
Cont. CRC/SC 0022984/0-3

Portaria n.º 302/2011

PORTARIA n.º 302/2011

TRATA DO RETORNO DE LICENÇA SAÚDE DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, RESOLVE:

R E T O R N A R

Art. 1.º Da licença saúde, a servidora MARIA LUIZA ZANELATTO CÔRNEO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de término da licença saúde.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 12 de Setembro de 2011.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Nova Trento

PREFEITURA

Leilão Público N° 003/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 098/2011 - Leilão Público 003/2011

Objeto: É objeto da presente licitação a alienação de: 1 (um) veículo Kia Besta, marca Kia, ano 1996 (Lance mínimo: R\$ 5.000,00) e 1 (um) veículo Uno Mille, marca Fiat, ano 2004 (Lance Mínimo: R\$ 6.000,00), discriminados conforme o anexo I do Edital. Julgamento: Maior Lance ou Oferta. Data do Leilão: 05/10/2011 às 14:00 horas.

Retirada do Edital e Outras Informações: Praça Del Comune, 126, Centro, Fones: 48.32673211 - Fax: 48.32673230 e-mail: compras@novatrento.sc.gov.br.

ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Homologação PL 076/2011 - CC 001/2011

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 076/2011 - CC 001/2011

Prefeitura de Nova Trento

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 76/2011 - CONCORRENCIA 001/2011

O prefeito, ORIVAN JARBAS ORSI, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

1) HOMOLOGAR e ADJUDICAR o Processo Licitatório nº 076/2011, nos seguintes termos:

Modalidade: CONCORRENCIA PÚBLICA Nº 001/2011

Objeto: Contratação de Empresa especializada na execução de

Obras de Contenção de Encostas, Drenagem e Pavimentação da Estrada que leva ao Santuário Nossa Senhora do Bom Socorro (extensão de 1,89 Km), em Nova Trento-SC, incluindo o fornecimento de materiais, equipamentos necessários e Mão-de-obra para execução dos serviços objeto desta Licitação.

Empresa Vencedora: PLM CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA.

Valor: R\$ 1.572.226,04 (um milhão, quinhentos e setenta e dois mil, duzentos e vinte e seis reais e quatro centavos)

2) AUTORIZAR a emissão das Notas de Empenho correspondentes

Nova Trento/SC, 03 de agosto de 2011.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito

Novo Horizonte

PREFEITURA

Edital de Audiência Pública do 2º QUADRIMESTRE/2011

EDITAL DE AUDIENCIA PUBLICA

SANTOS ZILLI, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Artigo 9º Parágrafo 4º c/c com o Artigo 63 da Lei Complementar 101/2000, FAZ SABER a todos que fará AUDIÊNCIA PÚBLICA, para demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais do 2º quadrimestre do exercício financeiro de 2011, no dia 28 de setembro de 2011, às 08:00 horas no Anfiteatro da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, Santa Catarina.

Novo Horizonte - SC, em 09 de setembro de 2011

SANTOS ZILL

Prefeito Municipal

Registre-se e

Publique-se

Paial

PREFEITURA

Edital de Processo Seletivo Público Nº 05/2011

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 05/2011

Processo Seletivo para preenchimento de vagas, em caráter temporário, no Quadro de Pessoal na Administração Pública Municipal. O Prefeito Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal, e da lei complementar n.º 05/2002 e 24/2010, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário e dá outras providências, torna público, pelo presente Edital, as normas e procedimentos que nortearão o processo seletivo de pessoal a serem admitidos em caráter temporário para atuação na Administração Pública Municipal.

I - DAS INSCRIÇÕES

1. Serão realizadas no período 12 a 20 de setembro de 2011, das 08:00 h às 11:00 hs e das 13:00 h às 17:00 nas dependências da Prefeitura Municipal, nesta cidade e Município de Paial-SC.

2. Ao preencher e assinar a respectiva ficha de inscrição, o candidato receberá, no ato, o cartão de identificação com a indicação de seu número, sem o qual não terá ingresso no recinto onde se

realizarão as provas.

3. No ato da inscrição o candidato deverá apresentar cópia dos documentos abaixo especificados, acompanhados dos originais, para conferência:

1. Carteira de identidade;

2. Título de Eleitor;

3. CPF;

4. Comprovante de quitação eleitoral;

5. Comprovante de endereço na micro-área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital do processo seletivo público;

4. O candidato que apresentar documentação incompleta, terá sua inscrição indeferida.

5. O Município homologará as inscrições e fará a publicação em Edital a ser afixado no Mural Público Municipal, situado no átrio de acesso da Prefeitura Municipal de Paial, e no site do Município <http://www.paial.sc.gov.br/>.

6. Os candidatos que tiverem suas inscrições indeferidas poderão recorrer na forma estabelecida no inciso IX - Da reconsideração do presente Edital.

7. Após a data e horário fixado como termo final do prazo para recebimento de inscrição, não mais serão admitidas quaisquer outras inscrições, sob qualquer condição ou pretexto.

II - DO REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

1. O candidato requererá a inscrição preenchendo a respectiva ficha e assinando-a.

2. Não será admitida, sob qualquer pretexto, a inscrição condicional, bem como não será permitida a juntada posterior de documentos.

3. As informações prestadas na ficha de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, bem como os requisitos para inscrição.

4. Não será admitida inscrição por procuração.

III - DO NÚMERO DE VAGAS

1. As vagas a serem ocupadas são as seguintes:

1.1. Agente Comunitário de Saúde - 01 (uma) vaga - Habilitação: Alfabetizado - carga horária semanal de 40 horas, para atuar na micro-área 7, localizado em Linha Verde e parte de Linha Monte Carlo.

1.2 Agente Comunitário de Saúde - 01 (uma) vaga - Habilitação: Alfabetizado - carga horária semanal de 40 horas, para atuar na micro-área 08, localizado em Linha Pavão, como cadastro de reserva técnica.

IV - DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO

São requisitos para inscrição:

1.1 Ser brasileiro (nato ou naturalizado);

1.2 Idade de 18 anos completos, na data da inscrição;

1.3 Preencher requerimento que obedecerá a fórmula própria, fornecida no ato da inscrição;

1.4 Estar em dia com as obrigações eleitorais;

1.5 Haver cumprido as obrigações para com o serviço militar, para os candidatos do sexo masculino;

1.6 Residir na micro-área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital do processo seletivo público;

1.7 Haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada;

1.8 Haver concluído o ensino fundamental.

1. Para assinatura de contrato deverá apresentar:

a) Declaração negativa de acumulação de empregos/funções/opções no serviço público, nos termos do inciso XVI artigo 37 da Constituição;

b) Atestado de boa saúde física e mental;

c) Carteira de Identidade;

d) CPF;

e) Comprovante de quitação com as obrigações militares (homens);

f) Certidão de casamento/nascimento;

g) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 (quatorze)

- anos;
h) Inscrição no PIS/PASEP;
i) Título de Eleitor e comprovante da última votação;
j) 1 fotos 3x4 recente;
k) Número da conta corrente na Agência da Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Cresol;
l) Comprovante de escolaridade correspondente ao cargo pleiteado;
m) Comprovante de endereço, o qual deverá coincidir com a micro-área da região para a qual o candidato se inscreveu, nos termos do item 1.7, do capítulo IV do presente instrumento convocatório.
n) Comprovante do curso de Formação Inicial do Agente Comunitário de Saúde.

V - DO REGIME EMPREGATÍCIO

1. Os candidatos classificados no teste seletivo serão admitidos sob REGIME JURÍDICO ESTATUTÁRIO.

2. VI - DAS PROVAS - PROVA ESCRITA

1. A prova escrita, para o cargo constante no subitem 1.1 do inciso III - Do Número de Vagas do presente Edital conterá 20 (vinte) questões (de múltipla escolha e/ou dissertativa), sendo-lhes atribuído a pontuação equivalente a 0,5 para cada questão assinalada ou respondida corretamente, conforme conteúdo e complexidade compatível com o nível de escolaridade do cargo, sendo:

- 1.1 5 (cinco) questões de português;
1.2 5 (cinco) questões conhecimento geral e de atualidade.
1.3 10 (dez) questões específicas do cargo.

1.4. Recolhimento da taxa de inscrição:
(Tesouraria da Prefeitura Municipal)
Rua Goiás Nº 400 - (SC)
(Através de DAM - Documento de Arrecadação Municipal)

O valor da taxa de inscrição será de 20,00 reais .

2. A prova escrita será realizada 25 de setembro das 08:30 h às 11:30h, nas dependências Centro de Geração e Renda, sito a Rua Santa Catarina, centro-Paial-SC.

3. Durante a realização da prova não será admitida qualquer espécie de consulta, nem uso de máquina calculadora e/ou aparelhos de comunicação;

2.1 Não haverá segunda chamada, após a hora marcada para o início, seja qual for o motivo alegado.

2.2 Os candidatos deverão comparecer no local da prova, com meia hora de antecedência, munido do cartão de inscrição, carteira de identidade e caneta azul ou preta.

2.3 O candidato deverá apor no CARTÃO RESPOSTA, em local próprio, número de inscrição, seu nome legível, e assinatura.

2.4 O candidato deverá apor no CARTÃO-RESPOSTA as suas respostas por questão na ordem de 01 a 20, marcando a alternativa correta com um "X".

2.5 Será atribuída nota 0 (zero) à questão da prova escrita/objetiva:

2.5.1 Cuja(s) resposta(s) no Cartão-Resposta não corresponda(m) ao Gabarito Oficial do Teste Seletivo da Prefeitura Municipal de Paial (SC);

2.5.2 Quando a(s) resposta(s) no Cartão-Resposta contenha(m) emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível (is);

2.5.3 Que contenha(m) mais de uma opção de resposta assinalada ao Cartão-Resposta;

2.5.4 Que não estiver (em) assinalada(s) no Cartão-Resposta;

2.5.5 Cuja(s) resposta(s) for(em) preenchida(s) fora das especificações do Cartão-Resposta, ou seja, preenchida(s) com caneta não esferográfica ou com caneta esferográfica de cor diferente de azul ou preta, ou ainda, com marcação diferente da indicada;

2.5.6 O candidato deverá transcrever as respostas do caderno de

questões da prova escrito-objetiva para o Cartão-Resposta, que será o único documento válido para a correção das provas. O preenchimento do Cartão-Resposta será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder de conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital. Em hipótese alguma haverá substituição do Cartão-Resposta por erro do candidato.

2.5.7 Será de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no Cartão-Resposta. Serão consideradas marcações incorretas as que estiverem em desacordo com este Edital e com o Cartão-Resposta, tais como: dupla marcação, marcação rasurada ou emendada e campo de marcação não-preenchido integralmente cuja(s) resposta(s) for (em) preenchida(s) fora das especificações do cartão-resposta, ou seja, preenchida(s) com caneta não esferográfica ou com caneta esferográfica de cor diferente de azul ou preta, ou ainda, com marcação diferente da indicada;

4. Será excluído do processo seletivo o candidato que:

3.1 For surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outros candidatos;

3.2 For descortês para com qualquer dos fiscais executores e seus auxiliares ou autoridades presentes;

3.3 Não devolver o caderno de questões;

3.4 Estiver fazendo qualquer tipo de consulta ou uso de qualquer tipo de equipamento eletrônico, como calculadora, celular e similar.

5. Em hipótese alguma, o candidato poderá sair da sala de prova com qualquer material referente à prova. O candidato, ao terminar a prova escrito-objetiva, devolverá ao fiscal de sala o caderno de questões.

6. O candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala de provas, durante sua realização, acompanhado de um fiscal.

7. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento de candidato da sala de prova.

8. No dia de realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo das provas.

9. Os 03 (três) últimos candidatos, somente poderão entregar a respectiva prova e retirarem-se do local simultaneamente e após assinarem o lacre do envelope das provas, juntamente com os fiscais de sala.

VII - DA CLASSIFICAÇÃO E DO CRITÉRIO DE DESEMPATE

1.1 A classificação dar-se-á por ordem decrescente de notas obtidas pelos candidatos na prova escrita, devendo o candidato obter, no mínimo, nota 5.0 (cinco).

1.2 No caso de empate entre dois ou mais candidatos serão utilizados os seguintes critérios de desempate:

- a) Ao que possuir a maior idade;
b) Quem tiver maior número de filhos menores de 18 anos;
c) Persistindo o empate haverá sorteio em sessão pública.

VIII - DO RESULTADO

1. O resultado será divulgado pela Administração Pública Municipal na data de 27 de setembro de 2011, publicado no mural da Prefeitura ou através do site <http://www.paial.sc.gov.br>.

IX - DA RECONSIDERAÇÃO

1. Fica estabelecido o prazo de 2 (dois) dias úteis para os inscritos apresentarem pedido de reconsideração, no caso do indeferimento das inscrições, desprezando-se o dia da publicação e incluindo

o último dia.

2. A contar da divulgação da classificação o candidato terá 3 (três) dias úteis para apresentar pedido de reconsideração desprezando-se o dia da publicação e incluindo o último dia.

3. Os recursos interpostos por candidatos, contestando decisões inerentes à classificação deverão ser protocolados na sede da Administração Municipal.

4. O prazo para resposta ao candidato, do recurso protocolado, será de até 3 (três) dias úteis, contados do dia seguinte ao término do pedido de reconsideração.

5. Da classificação, o candidato poderá recorrer, ao Prefeito Municipal, em última instância, da decisão, que terá o prazo de 5 (cinco) dias para julgá-lo.

X - DO PREENCHIMENTO DAS VAGAS

1. O quadro de vagas será preenchido por ordem de classificação e os classificados serão convocados a partir da homologação do resultado do presente processo seletivo, conforme a necessidade da Administração, com exceção da vaga destinada ao cadastro de reserva técnica.

2. O candidato que não assumir no prazo de 5 (cinco) dias a partir da convocação, automaticamente será desclassificado, sendo chamado o próximo candidato da lista

3. Os candidatos classificados além do número de vagas ou não chamados permanecerão no cadastro de reserva técnica pelo período de vigência do presente edital.

XI - DA REMUNERAÇÃO E JORNADA DE TRABALHO

1. A remuneração mensal será o constante no anexo II da Lei Complementar nº 21/2010.

2. Agentes Comunitários de Saúde - Carga horária 40 horas - R\$ 583,20.

XII - DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

1. A ficha de inscrição estará disponibilizada para o candidato no local da inscrição.

2. O candidato deverá revisar a ficha de inscrição e verificar a exatidão das informações nela contida, tomando-se após a assinatura do mesmo.

3. Não será admitida a inscrição condicional, por correspondência e nem por procuração.

4. O candidato que no ato de inscrição prestar declarações falsas ou inexatas ou apresentar documentos adulterados terá sua inscrição cancelada e anulados todos os atos decorrentes.

5. O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente Edital e valerá como aceitação tácita das normas do presente processo seletivo.

6. O processo seletivo será conduzido e supervisionado pela Administração Municipal, que executará todas as fases do processo.

7. A Administração Municipal poderá contratar profissional ou entidade com idoneidade reconhecida para execução e realização das provas previstas neste Edital.

7.1 Não havendo terceirização para a execução e realização de provas previstas na forma o presente item, a Administração Municipal poderá requisitar servidores públicos municipais efetivos ou não para participarem do processo previsto neste edital.

8. A classificação no processo seletivo não assegura ao candidato o direito a admissão imediata, mas apenas a expectativa de ser admitido, segundo as vagas existentes e as necessidades da Administração.

8.1 O número de vagas excedentes ao número estabelecido no inciso III do presente Edital passa ser considerada como reserva técnica, podendo ser chamadas no período de vigência do presente edital, se necessário.

9. Os casos omissos serão resolvidos pela Administração Municipal.

10. A validade deste Processo Seletivo será de um ano, contado a partir da sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período.

11. Paial - SC, 08 de setembro de 2011

Aldair Antônio Rigo

Prefeito Municipal

ANEXO I - EDITAL DO PROCESSO SELETIVO 05/2011

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO NÍVEL - ALFABETIZADO

CARGOS: AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE

CONTEÚDO

Nº DE QUESTÕES

II. Português

- Acentuação de palavras
- Completar frases
- Interpretação de textos.

III. Conhecimento Gerais

- Conhecimentos Gerais sobre o Município de Paial, Estado e País.

IV. Conteúdo Específico.

- Conhecimentos geográficos da área/região/município de atuação;
- Cadastramento familiar e territorial: finalidade e instrumentos;
- Técnicas de levantamento das condições de vida e de saúde/doenças da população;
- Sistema de informação em saúde;
- Condições de risco social: violência, desemprego, infância desprotegida, processo migratórios, analfabetismo, ausência ou insuficiência de infra-estrutura básica, outros;
- Principais problemas de saúde da população e recursos existentes para o enfrentamento dos problemas;
- Formas de aprender e ensinar em educação popular;
- Pessoas portadoras de necessidades especiais; abordagem, medidas facilitadoras de inclusão social e direito legais;
- Noções de ética e cidadania.

05 (cinco)

05 (cinco)

10 (dez)

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL (SC)
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 05/2011

FICHA DE INSCRIÇÃO VIA PREFEITURA

Número de inscrição

Cargo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Nome do Candidato:

Endereço:

RG: CPF: Título Eleitor:

Escreva a área de atuação

Numero da área:

Eu, abaixo assinado, declaro conhecer e aceitar todas as normas do processo seletivo 05/2011 do Município de Paial, bem como a legislação pertinente sobre a Contratação.

Paial/SC, _____ de _____ de 2011.

Assinatura do Candidato



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL (SC)
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 05/2011

FICHA DE INSCRIÇÃO - VIA CANDIDATO

Número de inscrição
Cargo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
Nome do Candidato:
Endereço:
RG: CPF: Título Eleitor:

Nome do Candida

to: _____

RG: _____

Escreva a área de atuação

Numero da área:

Visto do Responsável

Obs.: Este comprovante de inscrição deverá ser apresentado juntamente com a cédula de identidade no dia da prova.

Palhoça

PREFEITURA

Extrato Ata Registro de Preço Nº070/2011

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º070/2011 do PREGÃO Nº190/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa AUTO POSTO PUEL LTDA. OBJETO: Aquisição de combustíveis. VALOR: R\$837.272,55. DATA: 02/08/2011 A 02/08/2012.

Extrato Ata Registro de Preço Nº071/2011

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

AUTARQUIA ÁGUAS DE PALHOÇA

ATA N.º071/2011 do PREGÃO Nº194/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa AUTO POSTO PUEL LTDA. OBJETO: Aquisição de combustíveis. VALOR: R\$28.786,70. DATA: 02/08/2011 A 02/08/2012.

Extrato Ata Registro de Preço Nº072/2011

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

ATA N.º072/2011 do PREGÃO Nº193/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa AUTO POSTO PUEL LTDA. OBJETO: Aquisição de combustíveis. VALOR: R\$6.073,90. DATA: 02/08/2011 A 02/08/2012.

Extrato Ata Registro de Preço Nº073/2011

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

ATA N.º073/2011 do PREGÃO Nº192/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa AUTO POSTO PUEL LTDA. OBJETO: Aquisição de combustíveis. VALOR: R\$5.893,90. DATA: 02/08/2011 A 02/08/2012.

Extrato Ata Registro de Preço Nº074/2011

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATA N.º074/2011 do PREGÃO Nº191/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa AUTO POSTO PUEL LTDA. OBJETO: Aquisição de combustíveis. VALOR: R\$74.730,70. DATA: 02/08/2011 A 02/08/2012.

Extrato Ata Registro de Preço Nº075/2011

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º075/2011 do PREGÃO Nº185/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ALEXSANDRO ÁVILA DE OLIVEIRA ME. OBJETO: Aquisição de sanitizantes para as escolas municipais. VALOR: R\$19.557,38. DATA: 08/08/2011 A 08/08/2012.

Extrato Ata Registro de Preço Nº076/2011

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º076/2011 do PREGÃO Nº152/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa RONALDO DA ROSA JR EPP. OBJETO: Aquisição de materiais para deck de madeira. VALOR: R\$236.940,00. DATA: 08/08/2011 A 08/08/2012.

Extrato Ata Registro de Preço Nº077/2011

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º077/2011 do PREGÃO Nº184/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ALEXSANDRO ÁVILA DE OLIVEIRA ME. OBJETO: Aquisição de material de pintura para manutenção de ruas. VALOR: R\$27.110,00. DATA: 09/08/2011 A 09/08/2012.

Extrato Ata Registro de Preço Nº078/2011

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º078/2011 do PREGÃO Nº184/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa AMD COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. OBJETO: Aquisição de material de pintura para manutenção de ruas. VALOR: R\$33.094,60. DATA: 09/08/2011 A 09/08/2012.

Extrato Ata Registro de Preço Nº079/2011

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º079/2011 do PREGÃO Nº184/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PEIXER REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA. OBJETO: Aquisição de material de pintura para manutenção de ruas. VALOR: R\$24.133,14. DATA: 09/08/2011 A 09/08/2012.

Extrato Ata Registro de Preço Nº080/2011

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º080/2011 do PREGÃO Nº183/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa AMD COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. OBJETO: Aquisição de material de construção.

VALOR: R\$399.570,00. DATA: 11/08/2011 A 11/08/2012.

Extrato Ata Registro de Preço Nº081/2011

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º081/2011 do PREGÃO Nº183/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa VALDELI CECILIO DOS SANTOS ME. OBJETO: Aquisição de material de construção. VALOR: R\$340.810,00. DATA: 11/08/2011 A 11/08/2012.

Extrato Ata Registro de Preço Nº082/2011

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º082/2011 do PREGÃO Nº201/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa JÓAO CARLOS CARDOSO JUNIOR TRANSPORTES ME. OBJETO: Aquisição de saibro. VALOR: R\$200.001,10. DATA: 12/08/2011 A 12/08/2012.

Extrato Ata Registro de Preço Nº083/2011

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º083/2011 do PREGÃO Nº203/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa BRUTHAN COMERCIAL LTDA. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis. VALOR: R\$816.199,73. DATA: 16/08/2011 A 16/08/2012.

Extrato Ata Registro de Preço Nº084/2011

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º084/2011 do PREGÃO Nº203/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa TAF DISTRIBUIDORA LTDA. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis. VALOR: R\$1.096.088,91. DATA: 16/08/2011 A 16/08/2012.

Extrato Ata Registro de Preço Nº085/2011

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º085/2011 do PREGÃO Nº203/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa NUTRIMENTAL S.A.INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS . OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis. VALOR: R\$35.319,70. DATA: 16/08/2011 A 16/08/2012.

Extrato Ata Registro de Preço Nº086/2011

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º086/2011 do PREGÃO Nº149/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ELÉTRO ARIRIÚ SOLUÇÕES AUTOMOTIVAS LTDA ME . OBJETO: Aquisição de peças para manutenção de veículos leves. VALOR: R\$295.000,00. DATA: 18/08/2011 A 18/08/2012.

Extrato Ata Registro de Preço Nº087/2011

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

AUTARQUIA ÁGUAS DE PALHOÇA

ATA N.º087/2011 do PREGÃO Nº220/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa TECNOART COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. OBJETO: Aquisição de copos de água mineral. VALOR: R\$26.050,00. DATA: 23/08/2011 A 23/08/2012.

Extrato Ata Registro de Preço Nº088/2011

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º088/2011 do PREGÃO Nº225/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa BRITAGEM VOGERLSANGER LTDA. OBJETO: Aquisição de bica corrida. VALOR: R\$700.500,00. DATA: 31/08/2011 A 31/08/2012.

Extrato Ata Registro de Preço Nº089/2011

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º089/2011 do PREGÃO Nº223/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa JOSUÉ FARIAS DAL DEGAN EPP. OBJETO: Confecção, fornecimento e instalação de adesivos, banners e lonas. VALOR: R\$300.600,00. DATA: 31/08/2011 A 31/08/2012.

Extrato de Ata N.º079/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATOS DE ATA N.º079/2011 - Pregão Presencial 034/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa BRUTHAN COMERCIAL LTDA. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para o CAPS II. DATA: 09/08/2011 a 09/08/2012.

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA	V. UNIT.	V. TOTAL
01	30	lata	Abacaxi em calda.	Olé	R\$5,75	172,50
02	150	kg	Açúcar refinado.	Alto alegre	2,48	372,00
04	300	pct	Biscoito doce tipo maria	Faville	2,90	870,00
05	300	pct	Biscoito salgado.	Faville	2,75	825,00
06	100	pct	Café em pó torrado e moido.	Paladar	5,30	530,00
09	20	emb	Canela em pó fina homogênea	Edimar	2,60	52,00
11	100	Cx	Chá sabores diversos.	Prenda	2,15	215,00
13	250	un	Crema de leite 300 gramas	Itambé	2,80	700,00
15	30	kg	Farinha de Milho	Sinha	2,00	60,00
16	150	Pcte	Farinha de trigo	Flor do oeste	8,40	1.260,00
17	50	Kg	Feijão preto comum.	Urbano	2,75	137,50
18	50	un	Fermento biológico seco 100g	Fleischmann	2,83	141,50
19	50	Frs	Fermento em pó químico 100 gramas	Dona Benta	1,83	91,50
20	250	un	Gelatina em pó 50 gr	Neilar	0,87	217,50
22	600	Um	Leite de vaca longa vida integral	Terra Viva	1,90	1.140,00
23	150	lata	Leite em pó integral, instantâneo 400 gramas	Itambé	6,80	1.020,00
24	50	kg	Macarrão tipo espagete	Ogliare	2,89	144,50
27	200	lata	Milho verde 300 gr.	Olé	1,45	290,00

29	200	Frs	Óleo de soja 900 ml	Soya	3,00	600,00
30	40	lata	Pêssego em calda 500 gr	Olé	5,30	212,00
32	30	kg	Sal refinado de mesa iodado	Marfin	0,90	27,00
33	50	kg	Banana Branca	In Natura	1,53	76,50
34	50	kg	Batata Inglesa	In Natura	1,55	77,50
35	50	Kg	Cebola de cabeça	In Natura	1,40	70,00
36	50	Kg	Cenoura	In Natura	2,40	120,00
37	100	Kg	Laranja Pêra	In Natura	1,29	129,00
38	50	kg	Maçã nacional, gala	In Natura	1,60	80,00
39	50	kg	Tomate	In Natura	3,00	150,00
40	50	un	Repolho verde	In Natura	2,00	100,00
43	100	dz	Ovos de galinha fresco tipo especial, vermelho.	In Natura	2,60	260,00
45	50	kg	Presunto cozido fatiado, sem gordura	JCW	11,00	550,00
46	50	kg	Queijo tipo mussarela fatiado.	Predileto	16,20	810,00
TOTAL R\$ 11.501,00						

Extratos de Ata N.º078/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATOS DE ATA N.º078/2011 - Pregão Presencial 034/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ALEXANDRO ÁVILA DE OLIVEIRA. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para o CAPS II. DATA: 09/08/2011 a 09/08/2012.

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA	V. UNIT.	V. TOTAL
07	10	kg	Caldo de carne em pó.	Qualimax	R\$6,50	R\$65,00
08	10	Kg	Caldo de Galinha em Pó.	Qualimax	R\$6,50	R\$65,00
10	30	kg	Canjica branca.	Sinha	R\$5,15	R\$154,50
12	40	pct	Coco ralado.	Sococo	R\$3,95	R\$158,00
14	200	Lata	Ervilha em lata c/ 300 gr.	Lar	R\$1,30	R\$260,00
21	250	un	Leite condensado 395 gramas	Itambe	R\$2,90	R\$725,00
25	50	un	Maionese 500 gr	Helmans	R\$4,50	R\$225,00
28	200	emb	Molho de tomate sachê	Fugini	R\$2,30	R\$460,00
31	300	un	Refresco - preparo sólido.	Gily	R\$0,67	R\$201,00
41	300	Molho	Colve manteiga em molho	In Natura	R\$1,05	R\$315,00

42	150	kg	Carne bovina fraldinha	CCS	R\$11,80	R\$1.770,00
44	100	Kg	Peito de frango, com osso	Anhambi	R\$5,95	R\$5.95,00
47	50	kg	Salsicha hot dog congelada	Rigor	R\$3,58	R\$179,00
TOTAL R\$ 5.172,50						

Paulo Lopes**PREFEITURA****Decreto 22-2011**

DECRETO Nº 022/2011

Revoga Decreto nº. 041/2010.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso I do artigo 85 da Lei Orgânica do Município de Paulo Lopes, e considerando o processo administrativo de nº 01/2011; DECRETA:

Art. 1º - Fica revogado o Decreto nº. 041/2010, que concedeu o direito real de uso de terreno correspondente à área A09, da Área Industrial do Município, criada pela Lei Municipal nº 1243/2007, e demais incentivos fiscais e econômicos à Empresa ATACADO FLO-RIPA LTDA EPP.

Art. 2º -Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Município de Paulo Lopes, 12 de setembro de 2011.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios no dia 14 de setembro de 2011.

ZENITA FELICIANO DA SILVA

Secretária Municipal de Administração

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Altera Edital de Contratação Temporária Edital Nº 008/2011

ALTERA EDITAL DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA
EDITAL Nº 008/2011
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
ESTADO DE SANTA CATARINA

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, torna público a alteração efetuada no edital n.º 008/2011, visando a admissão de professor e assistente social, a serem admitidos em caráter temporário, passando o item que segue, a ter a seguinte alteração:

[]

6.11. A nota mínima para o candidato ser aprovado é de 02 (dois) pontos.

Demais itens permanecem inalterados.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 10 de setembro de 2011.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Nº 015/2011

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 015/2011
MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, faz saber a todos, que realizará na data de 30 de setembro de 2011, licitação modalidade TP nº 015/2011. Objeto: contratação de empresa para a execução de pavimentação com pedras irregulares, localizado na Vila Bressan.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: 30/09/2011, até às 10:00 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 10:15hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-3562 2000, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 12 de Setembro de 2011
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Nº 039/2011

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 039/2011
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 26 de setembro de 2011, licitação modalidade Pregão Presencial nº 039/2011, visando a "AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA A SECRETARIA DE TRANSPORTE E URBANISMO"

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO

DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 26/09/2011, até às 09:45hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 10:00hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-35622000, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 12 de Setembro de 2011
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 220, de 12 de Setembro de 2011

PORTARIA Nº 220, DE 12 DE SETEMBRO DE 2011
APROVA PROJETO BÁSICO DE OBRA DE ENGENHARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO O disposto no inciso I do § 2º do art. 7º da Lei nº 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º É aprovado o projeto básico de engenharia referente pavimentação com pedras irregulares do trecho da Rua Reinaldo Antonio Bressan, na forma dos seguintes anexos:

I - ANEXO I: Projeto: Pavimentação pedras irregulares/altimétrico, estaqueamento/ situação/estatística/detalhes - Prancha 1;

II - ANEXO II: Projeto: Pavimentação pedras irregulares/ perfil longitudinal- Prancha 2;

III - ANEXO III: Memorial Descritivo;

IV - ANEXO IV: Planilha de Orçamento Global;

V - ANEXO IV: Anotação de Responsabilidade Técnica - ART;

VI - ANEXO VI: Cronograma físico- financeiro.

Art. 2º Determinar à comissão de licitação que lance o edital competente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 12 de setembro de 2011
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito

Portaria Nº 221, de 12 de Setembro de 2011

PORTARIA Nº 221, DE 12 DE SETEMBRO DE 2011
HOMOLOGA A ADJUDICAÇÃO REFERENTE LICITAÇÃO Nº 038/2011

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da pregoeira referente à licitação nº 038/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 009/2011, modalidade Pregão Presencial, e adjudica o objeto licitado as seguintes empresas:

I - Empresa DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA, inscrito no CNPJ sob nº 05.531.725/0001-20, pelo seguinte item e respectivo preço unitário: item nº 03 (R\$ 0,10), totalizando R\$ 400,00 (quatrocentos reais);

II - Empresa FUFA-SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA, inscrito no CNPJ sob nº 07.164.711/0001-40, pelos seguintes itens e respectivos preços unitários: item 01 (R\$ 68,00) e item 02 (R\$ 57,50), totalizando R\$ 6.590,00 (seis mil e quinhentos reais).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 12 de Setembro de 2011
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal
V'

Porto Belo

PREFEITURA

Decreto Nº 929/2011

DECRETO Nº 929/2011

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO."

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e autorizado conforme Lei Municipal n.º 1.929, de 08 de setembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Município de Porto Belo, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 3.200.000,00 (Três milhões e duzentos mil reais), para a suplementação do seguinte programa:

Órgão: 05 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos
Unidade: 01 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos
Função: 15 - Urbanismo
Subfunção: 451 - Infraestrutura urbana
Programa: 0021 - Obras e serviços públicos
Projeto: 1.004 - Pavimentação e Urbanização de Ruas
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos: 542 (0.1.0083) - Operação de Crédito
Valor: R\$ 3.200.000,00

Art. 2º De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serviram como recursos para abertura do crédito suplementar de que trata o presente Decreto as receitas provenientes da Operação de crédito autorizada pela Lei Municipal nº 1.903, de 06 de maio de 2011.

Parágrafo Único. Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
em Porto Belo - SC, aos 8 dias do mês de setembro de 2011.
ALBERT STADLER
Prefeito

Aviso Prg 24/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2010

OBJETO: AQUISICAO DE 01 ONIBUS TIPO URBANO ZERO KM ANO/MODELO 2011 OU SUPERIOR PARA O TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO
TIPO DE LICITAÇÃO - MENOR PREÇO POR ITEM
REGIMENTO - Lei Federal nº 8.666/1993 e 10520/2002 e demais alterações.

ABERTURA DAS PROPOSTAS - Às 10:00hs do dia 26/09/2010, na Secretaria de Administração, sito Avenida Governador Celso Ramos, nº 2500, centro de Porto Belo - SC.

MAIS INFORMAÇÕES - Pessoalmente no endereço acima citado ou pelo fone (47) 3369-4111, ramal 213

RETIRADA DO EDITAL - No endereço acima mencionado ou no site www.portobelo.sc.gov.br

Porto Belo-SC, 14 de setembro de 2011.

AOILTO MOTTA PORTO MARCO AURÉLIO PEREIRA
Secretário de Administração Pregoeiro

Rio do Sul

PREFEITURA

Decreto de Calamidade Pública

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 2.088, de 08 de setembro de 2011.

"DECLARA EM SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, AFETADO POR ENXURRADA, DESLIZAMENTOS E INUNDAÇÕES BRUSCAS"

Milton Hobus, Prefeito Municipal de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, pelo Art. 7º do Decreto Federal nº 7.257, de 4 de agosto de 2010, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil, RESOLVE:

CONSIDERANDO:

- A ocorrência de enxurrada e inundação brusca, nos dias 07 e 08 de setembro de 2011, atingindo todo o município de Rio do Sul, acompanhadas de números deslizamentos devido ao alto índice pluviométrico;

- o atual nível do rio Itajaí-Açú, com 9,13m (nove metros e treze centímetros), com tendência de ultrapassar os 12,50m (doze metros e cinquenta centímetros);

- como consequências deste desastre, resultaram os danos e prejuízos, constantes do Formulário de Avaliação de Danos, anexo a este Decreto;

- a recomendação da Comissão Municipal de Defesa Civil, que avaliou e quantificou o desastre em acordo com a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC;

- Serviços essenciais como abastecimento de água e energia elétrica foram comprometidos, deixando diversos bairros sem água, além de diversas localidades sem energia. As comunicações também foram atingidas, tanto telefonia como serviços de internet;

- Estruturas de apoio da prefeitura foram atingidas pela inundação, como a Secretaria de Assistência Social, a Secretaria de Obras, a Secretaria de Educação, inúmeros colégios públicos municipais e postos de Saúde, além da própria sede da prefeitura, comprometendo a capacidade de resposta do município;

- Concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário e da população, frente ao Desastre;

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada a existência de situação anormal provocada por desastre e caracterizada como Situação de Calamidade Pública.

Parágrafo Único. Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui da Área Afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º - Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado a situação real desse desastre.

Art. 3º - Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo Único. Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.

Art. 4º - De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes da defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente:

I - penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem consentimento do morador, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;

II - usar da propriedade, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos à mesma.

Parágrafo Único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º - De acordo com o estabelecido no artigo 5º do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se que se dê início a processos de desapropriação de utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastres.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem das edificações e de reconstrução das mesmas, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo Único. O prazo de vigência deste Decreto pode ser prorrogado até completar um período máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

Gabinete do Prefeito Municipal

08 de Setembro de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Dispensa de licitação Calamidade Pública

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

JUSTIFICATIVA PARA DISPENSA DE LICITAÇÃO COM VISTAS A CONTRATAÇÃO DIRETA EM FACE DO ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA QUE ATINGIU O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL-SC.

Considerando, os termos do Decreto nº 2.088 de 08 de setembro de 2011, o qual "DECLARA EM SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADO COMO ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA A ÁREA DO MUNICÍPIO AFETADA POR ENXURRADA E INUNDAÇÃO BRUSCAS", bem como,

Considerando os efeitos desastrosos advindos desta catástrofe natural, a qual atingiu todo o Município de Rio do Sul e região do Alto Vale do Itajaí, bem como,

Considerando que todo o sistema de locomoção terrestre foi afetado por quedas de barreiras, desmoronamentos e submergidos pelas águas dos rios Itajaí do Oeste, Itajaí do Sul e Itajaí Açu, afetando assim os serviços públicos essenciais (saúde, educação, transporte, assistência social, etc.), bem como,

Considerando os enormes prejuízos que a situação emergencial daí advinda provocou a toda a comunidade indistintamente, bem como,

Considerando, a inacessibilidade que perdurou por mais de 04 (quatro) dias, impossibilitando o acesso rodoviário e aéreo a esse Município, em função das intempéries referidas, bem como,

Considerando, o estado de desespero, pânico e de fragilidade a que submeteu-se toda a população deste Município, inclusive com impossibilidade de acesso a grande maioria dos bairros e área rural, bem como,

Considerando, que o prédio que abriga a sede da Prefeitura municipal, e também de diversas outras Unidades Administrativas, tais como Postos de Saúde, Centros Educacionais, Secretarias Municipais, etc., foram violentamente atingidos pelas forças d'água, em proporções quase que nunca atingidas, bem como,

Considerando, que o Município não dispõe em, número suficiente, de maquinários, equipamentos, e nem de servidores públicos para fazer frente a enorme demanda para o restabelecimento dos serviços públicos essenciais e o consequente atendimento mínimo à população, bem como,

Considerando a necessidade e urgência de uma resposta imediata por parte do Poder Público a toda esta situação emergencial e seus devastadores efeitos, bem como,

Considerando, os termos do Artigo 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, o qual prevê a dispensa de processo licitatório em casos dessa natureza, o Chefe do Poder Executivo do

município de Rio do Sul - Estado de Santa Catarina torna público, com fundamento nas presentes justificativas que promoverá doravante, enquanto perdurar a situação emergencial que motivou este ato, a contratação direta de bens e serviços, tais como maquinários, equipamentos, mão de obra terceirizada, medicamentos, combustíveis, lubrificantes, gêneros alimentícios, colchões, artigos do vestuário, materiais de construção, limpeza, higiene, revestimento e recuperação, de vias públicas, pontes pontilhões e tudo o mais que se fizer necessário para atender a demanda e restabelecer a normalidade das atividades na comunidade Riosulense e nos serviços públicos essenciais.

As contratações, aquisições, compras e demais atos a serem realizados com base nesta justificativa obedecerão e respeitarão no que couber, aos princípios administrativos elencados na Constituição Federal e na Lei das Licitações, notadamente os da legalidade, economicidade, publicidade, moralidade e impessoalidade, dentre outros.

As contratações, aquisições, compras e demais atos a serem realizados com base nesta justificativa, deverão ser efetivados através do competente processo de dispensa, acompanhado das razões e comprovantes de que o preço contratado corresponda efetivamente ao de mercado (pesquisas, orçamento, comparativos, etc.).

A presente Justificativa deverá ser devidamente publicada no diário oficial dos municípios e nos Jornais de circulação regional para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Rio do Sul, 12 de setembro de 2.011
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

JAISON FERNANDO DE SOUZA
Procurador Jurídico Geral

Salto Veloso

PREFEITURA

Portaria Nº. DP00367/2011
PORTARIA Nº. DP00367/2011

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,
Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 03 de Janeiro de 2010 a 02 de Fevereiro de 2010, totalizando 30 dias de férias a Servidora JOVILDE LAZZARI CONTE, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/02/2009 a 01/02/2010, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroativa do mês de Janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 12 de Setembro de 2011.
PEDRINHO ANSILIERO
Prefeito Municipal

LUCIANA HOELTGEBAUM
Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

Portaria Nº. DP00368/2011
PORTARIA Nº. DP00368/2011

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,
Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 12 de Setembro de 2011 a 12 de Outubro de 2011, totalizando 30 dias de férias a Servidora JOVILDE LAZZARI CONTE, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/02/2010 a 01/02/2011, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 12 de Setembro de 2011.
PEDRINHO ANSILIERO
Prefeito Municipal

LUCIANA HOELTGEBAUM
Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

Portaria Nº. DP00369/2011
PORTARIA Nº. DP00369/2011

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com a Lei 016/10 de 23/12/2010.

RESOLVE:
Artigo 1º. Admitir a Sra. MARISTELA DOS SANTOS, para prestar serviços em caráter temporário, na Secretaria de Educação na função de ATENDENTE DE CRECHE, 40 horas.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 13 de Setembro de 2011
PEDRINHO ANSILIERO
Prefeito Municipal

LUCIANA HOELTGEBAUM
Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

Edital de Convocação 003/2011

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2011
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA PREVISTA NO ARTIGO 48, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000 DE 04/05/2000 - REFERENTE À ELABORAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO) E LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA).

ITACIR DETOFOL, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em especial ao disposto no artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 101/2000 de 04/05/2000 - Lei

de Responsabilidade Fiscal - e Lei Municipal nº 322/2001 de 14/05/2001, TORNA PÚBLICO, para conhecimento de todos os Municípios que, no dia 14 de setembro de 2011, às 14:00 horas, nas dependências do Centro Administrativo Municipal será realizada AUDIÊNCIA PÚBLICA, como instrumento de transparência da gestão fiscal do Município, em atendimento as disposições legais, discutir a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2012 e a Lei Orçamentária anual para o exercício de 2012.

Maiores informações sobre a Audiência Pública e os instrumentos de planejamento, objeto desta convocação, poderão ser obtidas junto a Secretaria Municipal de Gestão e Desenvolvimento Econômico da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, em horário normal de expediente.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, SC, em 12 de setembro de 2011.

ITACIR DETOFOL

Prefeito Municipal

Edital de Convocação 004/2011

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2011

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA PREVISTA NO ARTIGO 48, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000 DE 04/05/2000 - REFERENTE À AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS DO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2011.

ITACIR DETOFOL, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em especial ao disposto no artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 101/2000 de 04/05/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - e Lei Municipal nº 322/2001 de 14/05/2001, TORNA PÚBLICO, para conhecimento de todos os Municípios que, no dia 14 de setembro de 2011, às 16:00 horas, nas dependências do Centro Administrativo Municipal, será realizada AUDIÊNCIA PÚBLICA, como instrumento de transparência da gestão fiscal do Município, em atendimento as disposições legais, apresentação da Avaliação das Metas Fiscais referente ao segundo quadrimestre de 2011.

Maiores informações sobre a Audiência Pública, objeto desta convocação, poderão ser obtidas junto a Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, em horário normal de expediente.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, SC, em 12 de setembro de 2011.

ITACIR DETOFOL

Prefeito Municipal

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Notificação de Recebimento de Recursos Federais de 08/09/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

Betha Sistemas

PREFEITURA MUNICIPAL SAO LOURENCO DO OESTE

Exercício de 2011

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de São Lourenço do Oeste/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Período de: 08/09/2011 até 08/09/2011

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		9.781,38
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	9.781,38
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	9.781,38
4.1.7.2.1.33.01.00.00	Programa de Assistência Farmacêutica Básica	9.781,38

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 12/09/2011

ROBERTO ZOLET

CONTADOR CRC 025778/O-9

NORIVAL JOÃO CENCI

DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Aviso de Licitação 115/2011

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 26/09/2011, às 09:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 115/2011, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 82/2011 - OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMPONENTES E PEÇAS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA DOS EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS. Informações licitacoes@saolourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Extrato Dispensa de Licitação 113/2011

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 113/2011
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2011

Contratada: BRASTELHA INDUSTRIAL LTDA
CNPJ nº 04.167.283/0001-11.
Contratante: MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE
CNPJ nº 83.021.873/0001-08
Fundamento Legal: Lei n.º 8.666/93, art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/1993.
Objeto: AQUISIÇÃO DE TELHAS ALUZINCO PARA MANUTENÇÃO DO TELhado DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL SANTA INÊS
Valor Total: R\$ 19.848,60 (dezenove mil, oitocentos e quarenta e oito reais e vinte e seis centavos).
Vigência: Da data da assinatura do contrato, até 31 de dezembro de 2011.

São Lourenço do Oeste - SC
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Retificação Numeração Processo Licitatório 113/2011

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, retifica a numeração do processo licitatório, que realizará Sessão de Licitação no dia 20/09/2011, às 09:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ORGANIZAÇÃO DO EVENTO EM COMEMORAÇÃO AO DIA DO IDOSO E AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS, publicado na DOM/SC edição nº820, página 190 leia-se Processo Licitatório 114/2011. Informações licitacoes@saolourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Contrato de Prestação de Serviço n.º 113/2011
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO n.º 113/2011

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN,

doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado PEDRO CLASEN, inscrito no CPF sob nº 222.822.899-00, RG 551.291, PIS/PASEP 116.78911.17-2 residente a Rua Victor Meireles, nº 567- AP. 102 - bloco D, Kobrasol, São José - SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:

1.1 Este contrato tem como objeto a filmagem e edição da 11ª Oktobertanz, que será realizada nos dias 17 e 18 de setembro de 2011, junto a Sede do município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:

2.1- A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 1.390,00 (um mil, trezentos e noventa reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:

3.1- O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1- O prazo de vigência deste contrato será nos dias 17 e 18/09/2011.

4.2- Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1- Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:

5.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 12 de setembro de 2011.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

PEDRO CLASEN
Contratado

Errata do Contrato Nº 112/2011

ERRATA DO CONTRATO Nº 112/2011

CONSIDERANDO o equívoco publicado no DOM/SC Edição nº 823, do dia 13/09/2011, ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, altera:

Onde se lê: CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

2.1 - A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais).

Leia-se: A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação

de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais).

Os demais termos e condições do Contrato 112/2011 permanecem inalterados, revogando-se aquilo que for conflitante com esta errata.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

São Pedro de Alcântara, 13 de setembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Avisa da abertura Edital de Credenciamento Nº08/2011

AVISO DE CREDENCIAMENTO

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA.

Avisa da abertura Edital de Credenciamento nº08/2011

OBJETO:

1 O presente edital de credenciamento tem como objeto o Credenciamento de Pessoas Jurídicas e/ou Físicas para prestação de serviços médicos especializados (Anexo I) de forma continuada em serviços de consultas, procedimentos cirúrgicos, exames de ultrassonografia simples e com doppler, exames de ecocardiograma, colonoscopia, endoscopia digestiva alta, espirometria, estudo urodinâmico e fisioterapia (pacote mínimo de 10 sessões), a fim de atender demanda reprimida deste Município, visando o atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS. por valores iguais aos definidos no Anexo I deste Edital do Município de São Pedro de Alcântara, e em conformidade com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

O CREDENCIAMENTO será realizado pela Secretaria da Administração, Setor de Licitações e será conferido a Pessoas Jurídicas e profissionais autônomos com capacidade técnica e regularidade jurídico-fiscal, que não estejam sofrendo os efeitos das penalidades de suspensão do direito de licitar ou declaração de inidoneidade por parte do Poder Público e que satisfaçam as condições fixadas no Edital e em seus Anexos, em especial as seguintes:

1 - Não incorra em qualquer das condições impeditivas discriminadas abaixo:

- a) Estar sob processo de falência e/ou concordata;
- b) Estar impedido de transacionar com a administração pública.

É vedado o credenciamento de profissionais pertencentes ao quadro permanente do Município Lei Federal nº 8.666/93, art. 9º, III);

DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

- A documentação de habilitação deverá ser entregue no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, no horário compreendido entre 13:00 às 17:00 horas. A partir do dia 13 de setembro de 2011

. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, das 08:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:00h, ou no site www.pmspa.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 ou 230.

São Pedro de Alcântara, 09/09/2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal.

Portaria n.º 307/2011

PORTARIA n.º 307/2011

EXONERA CRISTIANO CONTERATO BULSING DO CARGO DE MÉDICO CLÍNICO GERAL - PSF.

ERNEI JOSÉ STÁHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no art. 45, Inciso XVI, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar a pedido do servidor, CRISTIANO CONTERATO BULSING do cargo de Médico Clínico Geral - PSF.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 12 de setembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STÁHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria n.º 308/2011

PORTARIA n.º 308/2011

Exonera MARIANE APARECIDA PEREIRA do cargo de Professora I - Auxiliar de Sala.

ERNEI JOSÉ STÁHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar MARIANE APARECIDA PEREIRA do cargo de Professora I - Auxiliar de Sala, contrato de trabalho nº. 032/2011.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 13 de setembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STÁHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Schroeder

PREFEITURA

Decisão referente ao Contrato Administrativo n.º 150/2010-PMS e alterações.

GABINETE DO PREFEITO

Processo Administrativo Licitatório n.º 110/2010-PMS

Tomada de Preços n.º 006/2010-PMS

Contrato Administrativo n.º 150/2010-PMS e alterações.

Objeto: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), da ampliação da Estação de Tratamento de Água de Schroeder - ETA, localizada na Estada Schroeder III, Bracinho no município de Schroeder/SC, conforme projetos, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante no Instrumento convocatório.

Decisão

Vistos, etc

Considerando o teor do Parecer n.º 46/2011-PROJUR, que expor posicionamento pela aplicação das sanções previstas na Cláusula Sétima, Parágrafo Terceiro, do Contrato n.º 150/2010-PMS, garantindo-se a defesa prévia ao contratado, bem como pela rescisão do mesmo contrato, com a conseqüente apuração de indenizações por serviços pagos e não executados, assim DECIDO:

1. Não havendo motivos plausíveis, nem legalidade que embase a prorrogação do prazo de execução da obra e a vigência do contrato, nega-se autorização para tais prorrogações;

2. Tendo em vista a verificação de possível atraso na execução da respectiva obra, determina-se que seja conferido prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação de defesa prévia à empresa, de forma a justificar os fatos que ensejaram suposto atraso. Após a apresentação da respectiva defesa prévia, deverão os autos retornar a este Gabinete, para decisão terminativa;

Publique-se. Intimem-se os interessados. Cumpra-se.

Schroeder(SC), 13 de setembro de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº. 21/2011-FAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato n.º. 21/2011-FAS

Processo de licitação n.º. 26/2011 - FAS

Modalidade Pregão Presencial n.º. 12/2011-FAS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 80.666.159.0001-89, estabelecida na Rua Venâncio da Silva, nº. 353, Centro, na Cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89252-230.

Objeto: Constitui o objeto do presente a aquisição de armário para suprir as necessidades do CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNI-TÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Armário em aço construído com 02 (duas) portas de abrir dotadas de reforço interno com 03 dobradiças em cada uma delas. Com 04 (quatro) prateleiras reforçadas e reguláveis através de cremalheiras fixadas nas laterais estampadas em alto relevo com saliências para o encaixe das prateleiras, com regulagem de 50 em 50 mm., na altura desejada, totalizando 05 (cinco) vãos de acesso, com medidas interna útil de 860x390 mm. Dimensões (externas): 1980 x 1200 x 450 mm. Pintura em esmalte sintético na cor cinza. Base com sistema estabilizador que evita o contato do armário com o chão e protege dos riscos de oxidação por umidade. Espessura da chapa de 060mm. Capacidade de carga por prateleira: 50 Kg distribuídos uniformemente.	02	UNIDADE	746,00	1.492,00
TOTAL R\$					1.492,00

Valor do contrato: R\$ 1.492,00 (Um mil quatrocentos e noventa e dois reais).

Data da Assinatura: 13/09/2011 - Vigência: 31/12/2011

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Decreto Nº 2.309/2011, de 13 de setembro de 2011.

DECRETO Nº 2.309/2011, de 13 de setembro de 2011.

AUTORIZA CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL PARA ATENDER A NECESSIDADE DE ESPECIAL INTERESSE PÚBLICO, NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, e

Considerando o disposto no Art. 2º, I, da Lei Municipal nº 1.690/2008, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir necessidade de excepcional interesse público;

Considerando a informação de que a Professora Vanderléia Padilha Verbinem está desde 23 de agosto de 2011 afastada de suas atividades laborais, por 90 dias, em decorrência de atestado médico;

Considerando a informação de que Professora Adelaide Weidauer Mayer está desde 30 agosto de 2011 afastada de suas atividades laborais, por 90 dias, em decorrência de atestado médico;

Considerando a carga horária de 40 horas desempenhadas por cada uma das professoras afastadas;

Considerando que não há candidatos do Concurso Público n.º 001/2010 a serem chamados e todos os candidatos do Ensino Fundamental já foram convocados para as vagas em aberto,

porém a maioria desistiu das vagas;

Considerando que a Diretoria de Recursos Humanos informou que foram realizados remanejamentos de profissionais buscando solucionar a demanda verificada, e que mesmo assim não foi possível suprir a ausência das profissionais;

Considerando que as informações acima foram prestadas pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município, por meio do Pedido para Contratação Emergencial de Profissionais nº 011/2011 - Ofício nº 090/2011 - SECEL, de 09 de setembro de 2011, ratificadas pelo Memorando nº 051/2011-RH, de 12 de setembro de 2011, e que refletem a necessidade imediata de resolução da situação emergencial;

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu art. 6º, a educação e a saúde como direitos sociais pécios e inalienáveis, e que as demandas auxiliares à atividade de saúde são fundamentais para a garantia da qualidade do serviço prestado;

DECRETA:

Art. 1º Autoriza-se a contratação, em caráter emergencial, pelo Poder Executivo Municipal de profissionais para suprir a vacância nos cargos relacionados no Anexo I do presente Decreto.

Art. 2º Fica determinado que, no prazo consignado para a contratação, a respectiva Secretaria realize Concurso Público ou Processo Seletivo destinados a suprir as vagas referidas, nos termos da Lei Municipal nº 1.690/2008;

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 13 de setembro de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrado e publicado na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

ANEXO I

QUADRO DE CARGOS

QTDE.	PROFISSIONAL	CARGA HORÁRIA	PERÍODO MÁXIMO DE CONTRATAÇÃO*	UNIDADE DE ENSINO
01	Professor A ou B (Ensino Fundamental)	20h/s	100 dias	EM Rui Barbosa
01	Professor A ou B (Ensino Fundamental)	20h/s	100 dias	EM Prof. Vali Jorck Voigt
01	Professor A ou B (Educação Infantil)	20h/s	100 dias	EM Rui Barbosa
01	Professor A ou B (Educação Infantil)	20h/s	100 dias	JI Branca de Neve

* A contagem do período máximo de

Decreto Nº 2.308/2011, de 6 de Setembro de 2011

DECRETO Nº 2.308/2011, DE 6 DE SETEMBRO DE 2011

PRORROGA O DECRETO Nº 2.232/2011, DE 11 DE MARÇO DE 2011, QUE DECLAROU SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, A ÁREA DO MUNICÍPIO, AFETADA POR ENXURRADA.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, conferidas pelo artigo 71 da Lei Orgânica do Município, pelo Art. 7 do Decreto Federal nº 7.257, de 4 de agosto de 2010, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil.

CONSIDERANDO QUE:

- persistem os efeitos da enxurrada (assoreamento de rios), ocorrida no dia 10 de março de 2011, atingindo parte do município, resultando em danos e prejuízos, constantes do Formulário de Avaliação de Danos e Mapa das Áreas Afetadas pelo Desastre, anexos a este Decreto;

- a recomendação da Comissão Municipal de Defesa Civil, que reavaliou os efeitos do desastre e em razão da permanência do assoreamento dos rios recomendou a prorrogação da situação de Emergência, em acordo com a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC;

- a execução do projeto de desassoreamento dos rios Velho, Lontras, Braço do Sul e Bracinho dependia de autorização ambiental;

- as Autorizações Ambientais - AuA nº 009/GELUR/2011, 010/GELUR/2011, 011/GELUR/2011, 012/GELUR/2011 foram deferidas somente em 5 de agosto de 2011 com prazo de validade de 12 meses;

- a validade das referidas autorizações está condicionada à prorrogação do Estado de Emergência;

- a necessidade de implementação obras públicas (desassoreamento dos rios, recuperação de margens, etc.), com o fito de prevenir futuros e reparar os efeitos do desastre ocorrido

- o desassoreamento dos rios acima identificados é um trabalho de grande monta, porém superável, que demandará mais tempo para sua execução;

- concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário e da população afetada.

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado, pela segunda vez, o Decreto nº 2.232/2011, de 11 de março de 2011, que decretou Situação de Emergência por desastre.

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município que circundam os rios Velho, Lontras, Braço do Sul e Bracinho, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui da Área Afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se a manutenção da execução do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo único. Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art.2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/06/2008, devendo vigor por um prazo de 180 (cento e oitenta) dias, prorrogável por igual período.

Schroeder (SC), 6 de setembro de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Aviso de Licitação Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia Nº. 07/2011 - PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº. 07/2011 - PMS

PROCESSO LICITATORIO Nº. 109/2011-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada para prestação de Serviços de Consultoria em Engenharia Sanitária e Gestão Ambiental e de Qualidade, para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 29 de setembro de 2011 às 08h45min.

Abertura do Processo: 29 de setembro de 2011 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site da Prefeitura Municipal (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br.

Schroeder, 14 de setembro de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Dispensa Nº 47/2011-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA**
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDERCNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO**
Nr.: 47/2011 - DL**Processo Nr.: 123/2011**
Data: 13/09/2011

Folha: 1/2

Fornecedor: ESTOFADOS ZEM INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA

Código: 9248

Endereço: ROD BR 280, KM 58

Cidade: GUARAMIRIM - SC

CNPJ: 85.104.420/0001-70

Inscrição Estadual: 252 222 342

Objeto da Compra: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de reforma do assoalho e poltronas do veículo microonibus, placa MBX 0626, lotado na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
2	19,00	REFORMA E COLOCAÇÃO DE CAPA PARA POLTRONAS, MATERIAL A UTILIZAR SERÁ COURVIN COR ESCURA COM TRATAMENTO ANTI MOFO, E RECUPERAÇÃO DE ESPUMA	PC	187,00	3.553,00
3	1,00	REFORMA E COLOCAÇÃO DE SOBRE CAPA EM TECIDO ESPECIFICO PARA ASSENTO DE VEICULOS, E RECUPERAÇÃO DE ESPUMA.	PC	47,00	47,00

JUSTIFICATIVA:**Artigo 24 da Lei 8.666/93:**

É dispensável a licitação.

V - quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida : prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;

TEXTO

De acordo com o pedido da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer devido a necessidade de segurança e qualidade dos passageiros que através deste veículo realizam o transporte diário dos alunos da APAE, bem como alunos da rede Municipal em eventos ligados a Educação, Cultura e Esporte, ressalta -se que já houveram duas tentativas de contratação e ambas desertas.

SCHROEDER, 13 de Setembro de 2011

FELIPE VOIGT
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER****CNPJ:** 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO****Nr.: 47/2011 - DL****Processo Nr.: 123/2011****Data: 13/09/2011**

Folha: 2/2

DESPACHO FINAL:

Em vista das justificativas e fundamentações retro relatadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, aprovo a realização da despesa, independente de licitação.

SCHROEDER, 13 de Setembro de 2011

Valor da Despesa: 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)**Pagamento.....:** 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Inexigibilidade Nº 05/2011-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA**
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDERCNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

Nr.: 5/2011 - IL

Processo Nr.: 124/2011
Data: 13/09/2011

Folha: 1/2

Fornecedor: RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A.

Código: 10358

Endereço: RUA CAÇADOR, Nº 112

Cidade: JOINVILLE - SC

CNPJ: 92.821.701/0057-64

Inscrição Estadual: 255.313.543

Objeto da Compra: Contratação de uma assinatura diária do jornal A Notícia, jornal de circulação estadual para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	contratação de uma assinatura diária do jornal A Notícia, jornal de circulação estadual para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC	UN	536,54	536,54

JUSTIFICATIVA:**Artigo 25 da Lei 8.666/93 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:****CAPUT - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.****TEXTO**

Conforme setor solicitante tal assinatura se faz necessária por tratar-se um jornal de maior circulação no Sul do País, de extrema importancia para informação e conhecimento nos setores da política, economia, administração e cultura.

Jornal de maior circulação no Estado, imprescindível para a Administração Pública, em função da grande quantidade de informações nele contidas.

SCHROEDER, 13 de Setembro de 2011

FELIPE VOIGT
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER****CNPJ:** 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO****Nr.: 5/2011 - IL****Processo Nr.:** 124/2011**Data:** 13/09/2011

Folha: 2/2

DESPACHO FINAL:

Em vista das justificativas e fundamentações retro relatadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, aprovo a realização da despesa, independente de licitação.

SCHROEDER, 13 de Setembro de 2011

Valor da Despesa:

536,54 (quinhentos e trinta e seis reais e cinquenta e quatro centavos)

Pagamento.....:

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Portaria No4.167/2011, de 13 de setembro de 2011
PORTARIA No4.167/2011, de 13 de setembro de 2011
NOMEIA O CONSELHO GESTOR DO TELECENTRO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER - CGTC.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas no Art. 71, Inciso I, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990 e de acordo com o Art. 10, da Lei nº1.780/2010, de 2 de março de 2010,

R E S O L V E :

Art. 1º Nomear o Conselho Gestor do Telecentro Comunitário de Schroeder - CGTC, que será integrada pelos seguintes membros:

I - REPRESENTANTES DO GOVERNO:

Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças

- Titular: Sônia Sirlene Zoz

- Suplente: Rafaela Susan Kienen

Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer:

- Titular: Alessandro Martins Viana

- Suplente: Harildo Konell

II - REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA:

- Titular: Tânia Mara Jahn Lange - Representante da Associação de Serviços Sociais Voluntários de Schroeder

- Titular: Marlene Neumann - Entidade Amiga Solidária

- Titular: Geraldo Motta - Associação Rádio Comunitária Schroeder Strasse FM

- Suplente: José Luiz Sacoman - Representante da Associação de Serviços Sociais Voluntários de Schroeder

- Suplente: Anair Fritzke Jurck - Entidade Amiga Solidária

- Suplente: Osnildo Konell - Associação Rádio Comunitária Schroeder Strasse FM

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Schroeder, 13 de setembro de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 4.164/2011, de 08 de setembro de 2011.

PORTARIA Nº. 4.164/2011, de 08 de setembro de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de afastamento por Auxílio Doença da funcionária, Sra. Vanderleia Padilha Verbinen, adquirindo efeitos retroativos a partir de 07 de setembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 08 de setembro de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 4.165/2011, de 12 de setembro de 2011.

PORTARIA Nº. 4.165/2011, de 12 de setembro de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando o disposto no Art. 2º, I, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir necessidade de excepcional interesse público;

Considerando o pedido de demissão da senhora Elsinira Porath Borgmann;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº 001/2011/SE-CEL/PMS;

Considerando o Decreto nº. 2.275/2011, de 21/06/2011, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Nelci Rejane Nunes Bergmann, para exercer o cargo de Professora A, percebendo o nível salarial A-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, e contrato de trabalho assinado entre as partes, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 12 de setembro de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 4.166/2011, de 13 de setembro de 2011.

PORTARIA Nº. 4.166/2011, de 13 de setembro de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a Sra. Diane Dereti, para exercer o cargo de Assessora de Assistência Social, percebendo o nível salarial nº 001 - Comissionados, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 062/2008, de 02/12/2008, e suas alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 13 de setembro de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

INGRIT ELI ROWEDER EICHENBERGER

Secretária de Saúde e Assistência Social

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Timbó

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 406, de 14 de Setembro de 2011

LEI COMPLEMENTAR Nº 406, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011

Altera a Lei Complementar nº 138, de 02 de julho de 1998 e revoga a Lei Complementar nº 386, de 14 de julho de 2010.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º A carga horária semanal estabelecida para o cargo de provimento efetivo de Educador Infantil estabelecida na Lei Complementar nº 138, de 02 de Julho de 1.998 e demais alterações, fica modificada sem redução de vencimentos, para 30 horas/semanais, passando o caput do artigo 9º-A e o inciso II do artigo 31, a vigorar com a seguinte redação:

“

Art. 9º-A O vencimento dos cargos de Educador Infantil pertencentes ao Grupo Ocupacional Magistério, com regime de 30 horas semanais, é fixado em níveis e referências segundo os valores constantes do ANEXO III desta Lei Complementar”.

Art. 31. A jornada normal de trabalho dos profissionais em educação será de:

II - 30 (trinta) horas semanais, para os ocupantes do cargo de Educador Infantil.

”

Parágrafo único. Ficam mantidos o vencimento inicial e de carreira, atualmente devidos aos servidores ocupantes do cargo de Educador Infantil, nos termos disciplinados na Lei Complementar nº 138 de 02 de julho de 1998.

Art. 2º O anexo I da Lei Complementar nº 138, de 02 de julho de 1998 e alterações posteriores, passa a vigorar com a seguinte redação:

”

DENOMINAÇÃO	REFERÊNCIA INICIAL	QUANT DE CARGOS	JORNADA SEMANAL
EDUCADOR INFANTIL	30		

Art. 3º A Lei Complementar nº 138 de 02 de julho de 1998, fica acrescida do artigo 16-A e parágrafos 1º e 2º, com a seguinte redação:

“Art. 16-A. Respeitados os prazos e demais regras estabelecidas nos artigos 15 e 16 da presente lei, fica admitida aos servidores estáveis integrantes do quadro de carreira do magistério público, a realização da progressão funcional de forma direta, passando da letra “C” para a letra “E” ou “F”, conforme comprovada a habilitação necessária à progressão para estas letras.

§1º Para fins de aplicação do disposto neste artigo, bem como do disciplinado nos artigos 15 e 16 desta Lei, serão considerados os títulos obtidos antes do acesso ao cargo público, desde que tais títulos não constituam pré-requisito para acesso ao cargo ocupado pelo servidor.

§2º Exclui-se da exigência contida no parágrafo anterior, os servidores que, já integrem o quadro de servidores públicos efetivos e que não tiveram, quando do acesso ao cargo, a exigência da qualificação mínima hoje vigente para o ingresso no quadro.”

Art. 4º Esta Lei entra em vigor 30 (trinta) dias a partir de sua publicação.

Art. 5º Fica revogada a Lei Complementar nº 386, de 14 de julho de 2010.

Município de Timbó, em 14 de setembro de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Extrato de Inexigibilidade 100-2011

ESTADO DE SANTA CATARINA - PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: 100/2011

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Timbó

CONTRATADOS: Rádio Cultura de Timbó Ltda e Rádio Timbó Ltda.

OBJETO: Contratação de rádios locais AM e FM para divulgar a programação e atrações da 21ª Festa do Imigrante, que será realizada de 07 a 12 de outubro de 2011.

VALOR TOTAL: R\$ 11.000,00 (onze mil reais)

Timbó, 13 de setembro de 2011

LAÉRCIO D. SCHUSTER JÚNIOR

Prefeito de Timbó



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

SAMAE

Portaria No 434, de 29 de Agosto de 2011.

PORTARIA No 434, de 29 de Agosto de 2011.

Designa membros para comporem a Comissão de Acompanhamento dos trabalhos da Licitação nº 0044/2011, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO DE ADUTORIA DE ÁGUA TRATADA QUE INTERLIGARÁ OS BAIRROS DAS NAÇÕES E POMERANOS: IMPLANTAÇÃO DE TUBULAÇÃO NOVA DE DN 150MM E INTERLIGAÇÃO COM AS REDES EXISTENTES.

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 15, incisos IV, XV da Lei Complementar nº 212, de 21 de dezembro de 2001 alterada pela Lei Complementar nº 234, de 12/12/2002, RESOLVE:

DESIGNAR:

- a) GUSTAVO DUNCHATT ZETERMANN - Engenheiro Sanitarista
- b) LAERTES SCHUSTER - Agente de Manutenção
- c) MARCIANO DE BORBA - Pedreiro

Para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Acompanhamento dos trabalhos da Licitação nº 0044/2011, Contrato Firmado entre o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE do Município de Timbó/SC e:

Ecagel - Empresa Brasileira Catarinense de Administração, Gerenciamento e Empreendimentos Ltda, a contar de 26/08/2011.

Município de Timbó, em 29 de Agosto de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

Portaria Nº SAMAE - 430, de 01 de Agosto de 2011.

PORTARIA Nº SAMAE - 430, de 01 de Agosto de 2011.

Concede de Licença para Tratamento de Saúde a servidora GEMA VICENTE

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 212, de 21/12/2001, alterada pela Lei Complementar nº. 234, de 12/12/2002, com base nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, regulamentado pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02/07/1998 resolve,e

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A servidora GEMA VICENTE, ocupante do cargo de AUXILIAR OPERACIONAL I, sendo:

I. No período de 05 de Julho a 14 de Julho de 2011, a título de auxílio doença.

Município de Timbó, em 01 de Agosto de 2011.
WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

Portaria Nº SAMAE - 431, 01 de Agosto de 2011

PORTARIA Nº SAMAE - 431, 01 de Agosto de 2011.

Concede Auxílio Escolar para o servidor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto Timbó - SAMAE, referente ao 2º semestre de 2011.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 212, de 21/12/2001, alterada pela Lei Complementar nº. 234, de 12/12/2002, e

CONCEDER AUXÍLIO ESCOLAR

- Com base no artigo 66, § 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, alterada pelas Leis Complementares nº 110, de 16/04/97, e nº 139, de 02/07/98, regulamentado pelos Decretos nº 89, de 11/08/98, e nº 02, de 25/01/99,

Ao servidor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto Timbó - SAMAE, referente ao segundo semestre de 2011 - mensalidade conforme demonstrativo abaixo:

Nome	Curso/Semestre	% de Auxílio
CHARLES H SCHUSTER	GESTÃO PÚBLICA	80
JONATHAN MAURICENZ	CIENCIAS DA COMPUTAÇÃO	40
BEATRIS ZOBOLI	ADMINISTRAÇÃO	80
BENO ADAM NETO	GESTÃO AMBIENTAL	80

Município de Timbó, em 01 de Agosto de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

Portaria Nº SAMAE - 433, de 22 de Agosto de 2011.

PORTARIA Nº SAMAE - 433, de 22 de Agosto de 2011.

Concede de Licença para Tratamento de Saúde ao servidor ALTAIR SCHIRMER.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 212, de 21/12/2001, alterada pela Lei Complementar nº. 234, de 12/12/2002, com base nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, regulamentado pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02/07/1998 RESOLVE:
CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Ao servidor ALTAIR SCHIRMER, ocupante do cargo de MOTORISTA, sendo:

I. No período de 02 de Agosto a 05 de Setembro de 2011, a título de auxílio doença.

Município de Timbó, em 22 de Agosto de 2011.
WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

Portaria Nº SAMAE - 436, de 30 de Agosto de 2011.

PORTARIA Nº SAMAE - 436, de 30 de Agosto de 2011.

Concede de Licença para Tratamento de Saúde ao servidor OSNI MACHADO.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 212, de 21/12/2001, alterada pela Lei Complementar nº. 234, de 12/12/2002, com base nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, regulamentado pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02/07/1998 RESOLVE:
CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Ao servidor OSNI MACHADO, ocupante do cargo de OPERADOR DE MÁQUINA, sendo:

I. No período de 19 de Agosto a 02 de Outubro de 2011, a título

de auxílio doença.

Município de Timbó, em 30 de Agosto de 2011.

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

Portaria Nº. SAMAE- 432, de 18 de Agosto de 2011.

PORTARIA nº. SAMAE- 432, de 18 de Agosto de 2011.

Concede exoneração ao servidor abaixo nomeado para o cargo de FISCAL LEITURISTA, a contar da data abaixo mencionada.

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 15, inciso V, da LC nº 212/2001, e com fundamento no artigo 49 da Lei Complementar nº 01, de 22/10/1993; RESOLVE:
CONCEDER EXONERAÇÃO

Ao servidor Charles Henrique Schuster, nomeado para o cargo de Fiscal Leiturista, do Quadro de Servidores Públicos do SAMAE, o qual foi nomeado pela Portaria nº SAMAE 002, de 09/01/2006, a contar de 18/08/2011.

Município de Timbó, em 18 de Agosto de 2011; 141o ano de Fundação; 77o ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

Portaria Nº. SAMAE- 435, de 30 de Agosto de 2011

PORTARIA nº. SAMAE- 435, de 30 de Agosto de 2011.

Concede exoneração ao servidor abaixo contratado para o cargo de AUXILIAR OPERACIONAL, a contar da data abaixo mencionada.

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 15, inciso V, da LC nº 212/2001, e com fundamento no artigo 49 da Lei Complementar nº 01, de 22/10/1993; RESOLVE:
CONCEDER EXONERAÇÃO

A servidora RITA MARIA CARDOSO, contratado para o cargo de AUX. OPERACIONAL I, do Quadro de Servidores Públicos do SAMAE, o qual foi nomeado pela Portaria nº SAMAE 423, de 01/07/2011, a contar de 30/08/2011.

Município de Timbó, em 30 de Agosto de 2011; 141o ano de Fundação; 77o ano de Emancipação Política.

Três Barras

PREFEITURA

Ata Pregão 60/2011

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2011.

PROCEDIMENTO LICITATORIO Nº. 102/2011.

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 60/2011.

Interessado: SECRETARIA DE AGRICULTURA / SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO / SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE / SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS / ADMINISTRAÇÃO DISTRITAL SÃO CRISTOVÃO

Aos 09 dias do mês de setembro do ano de 2011, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na

Avenida Santa Catarina, 616 - Centro - Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa ABSOLUTO TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA ME, CNPJ nº. 11.505.537/0001-20, com sede e foro na Cidade de TRES BARRAS - SC, cito a Rua BOLES LAU POLANSKI, 420 - Bairro JOÃO PAULO II, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente ao item abaixo discriminado, com seu respectivo preço unitário.

ABSOLUTO TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA ME

Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Preço Total	Descrição
001	12,00000	MESE	6.700,0000	80.400,00	LOCACAO DE RETROES-CAVADEIRA COM TRACAO 4 X 4, COM PESO OPERACIONAL MINIMO DE 7 TONELADAS, MOTOR COM POTENCIA MINIMA DE 94 HP.

IDADE MAXIMA DE USO PERMITIDO: 05 (CINCO) ANOS.

Total ABSOLUTO TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA ME 80.400,00
Julgamento: MEN. PREÇO

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafo.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital nº. 60/2011 - Procedimento Administrativo nº. 102/2011, e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irrevogáveis. Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 09 de setembro de 2011.

ELOI JOSE QUEGE
Prefeito Municipal

ABSOLUTO TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA ME

CNPJ nº. 11.505.537/0001-20

CONTRATADA

Testemunhas:

1 _____

NILTON AVANIR HURMUS

2 _____

JACY DE FATIMA ABUDA

Ata Pregão 61/2011

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2011.

PROCEDIMENTO LICITATORIO Nº. 103/2011.

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 61/2011.

Interessado: SECRETARIA DE AGRICULTURA / SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO / SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE / SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS / ADMINISTRAÇÃO DISTRITAL SÃO CRISTOVÃO

Aos 12 dias do mês de setembro do ano de 2011, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 - Centro - Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa ABSOLUTO

TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA ME, CNPJ nº. 11.505.537/0001-20, com sede e foro na Cidade de TRES BARRAS - SC, cito a Rua BOLESIAU POLANSKI, 420 - Bairro JOÃO PAULO II, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:

Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Preço Total	Descrição
001	300,00000	DIAS	395,6000	118.680,00	SERVICOS DE TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE COM CAPACIDADE MINIMA DE 10 M3, 6 X 2. ANO DE FABRICACAO IGUAL OU SUPERIOR A 1990.
002	300,00000	DIAS	414,0000	124.200,00	SERVICOS DE TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE COM CAPACIDADE MINIMA DE 10 M3, 6 X 4. ANO DE FABRICACAO IGUAL OU SUPERIOR A 1990.

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital nº. 61/2011 - Procedimento Administrativo nº. 103/2011, e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irrevogáveis. Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 12 de setembro de 2011.

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

ABSOLUTO TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA ME
CNPJ nº. 11.505.537/0001-20
CONTRATADA

Testemunhas:

1 _____

NILTON AVANIR HURMUS

2 _____

JACY DE FATIMA ABUDA

Ata Pregão 62/2011

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2011.

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 104/2011.

EDITAL DE PREGÃO Nº. 62/2011.

Interessado: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO / SECRETARIA DE AGRICULTURA / SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE / SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Aos 12 dias do mês de setembro de 2011, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na

Avenida Santa Catarina, 616 - Centro - Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa PRESTADORA DE SERVIÇOS DUFFECK LTDA, CNPJ nº. 01.772.621/0001-56, com sede e foro na Cidade de TRES BARRAS - SC, cito a Rua ANTONIO SIMÕES DA MATA, 161 - Bairro ZILDA PACHECO, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente ao item abaixo discriminado, com seu respectivo preço unitário.

Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Preço Total	Descrição
001	300,00000	M3	80,0000	24.000,00	LIMPEZA E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS ACUMULADOS EM FOSSES SEPTICAS, CAIXAS DE GORDURA, SUMIDOUROS E FILTROS ANAEROBIOS E DESENTUPIMENTO DE TUBULAÇÃO.

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital nº. 104/2011 - Procedimento Administrativo nº. 62/2011, e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irrevogáveis. Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 12 de setembro de 2011.

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

PRESTADORA DE SERVIÇOS DUFFECK LTDA

CNPJ nº. 01.772.621/0001-56

CONTRATADA

Testemunhas:

1 _____

NITLON AVANIR HURMUS

2 _____

JACY DE FATIMA ABUDA

Tunápolis

PREFEITURA

Edital Processo Seletivo Simplificado Nº 006/2011

EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 006/2011

Prefeito Municipal DO MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais nos termos da Lei Orgânica Municipal, em seu Art. 63, combinado com a lei nº 977/2010 de 14 de abril de 2010, torna público aos interessados, que se acham abertas as inscrições para o Processo Seletivo simplificado para contratação/admissão, sob o regime Estatutário de servidores por prazo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, de acordo com o disposto no Artigo 37, inciso IX, da constituição da República Federativa do Brasil de 1988, para a função a seguir relacionada, o qual

reger-se-á pelas instruções deste Edital.

1- DA FUNÇÃO E DA QUANTIDADE DE VAGA

1.1.O processo Seletivo simplificado destina-se ao preenchimento de vaga temporária, destinada a prover função, na classe inicial das categorias funcionais, sendo a contratação pelo regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Tunápolis, a seguir especificado:

Função	Vencimento	Nº de vagas	Carga Horária	Escolaridade
Professor de Educação Infantil Habilitado	R\$ 823,84	01	20, h/ sem.	Nível superior completo em Pedagogia ou Normal superior na área da educação infantil.
Professor de Educação Infantil não Habilitado	R\$ 470,76	Reserva técnica	20, h/ sem.	Cursando pedagogia
Instrutor de Dança coreográfica	R\$ 638,82	01	20, h/ sem.	Ensino Fundamental completo

1.2 Os vencimentos que constam na tabela acima correspondem à 20 horas semanais.

1.3 Para os cargos de Professor de Educação Infantil habilitado e não habilitado, a contratação será de, 20, horas semanais, conforme a necessidade do Município, com vencimento proporcional à carga horária, conforme disposto no art. 33 da lei Complementar 002/2001. A vaga corresponde ao período de 50 dias, até o retorno da professora ocupante da função que esta em afastamento de saúde, podendo ser prorrogado por igual período.

2 - DAS INSCRIÇÕES

2.1- Estarão abertas nos dias 12, 13 e 14 Setembro de 2011, das 8h às 11 h e 30min e das 13h30min às 17h, junto a Secretaria da Educação - CIEC, sito a Rua João Castilho, 304, na cidade de Tunápolis (SC).

2.2 - A inscrição no presente Processo Seletivo, depende desde logo, no conhecimento e aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste Edital.

2.3 - São condições para inscrição:

2.3.1 - Ser brasileiro nato ou naturalizado.

2.3.2 - Encontrar-se em pleno exercício dos direitos políticos, nos termos da Constituição Federal.

2.3.3 - Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos, na data do provimento.

2.3.4 - Estar quites com as obrigações eleitorais.

2.3.5 - Ter certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, em caso de candidato do sexo masculino.

2.3.6 - Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício da função na data do provimento.

2.3.7 - Apresentar em cópia, os documentos necessários à inscrição descritos no item 2.4 abaixo.

2.3.8- Cumprir as determinações deste Edital.

2.4 - Documentos para inscrição:

2.4.1 - Cópia legível, recente e em bom estado de Documento de Identidade.

2.4.2 - Cópia do Título de Eleitor com comprovante da última eleição ou justificativa da Justiça Eleitoral.

2.4.3 - Cópia do CPF - Cadastro de Pessoa Física.

2.4.4 - Cópia da Prova de quitação com o Serviço Militar (sexo masculino).

3- DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

3.1 - As inscrições serão homologadas pelo Prefeito Municipal de Tunápolis (SC), no prazo de até 01 dias após o encerramento das inscrições e publicadas em documento afixado em mural próprio, na Prefeitura Municipal de Tunápolis (SC).

3.2 - Os candidatos que tiverem suas inscrições não homologadas, terão prazo 03 três dias, contados a partir da publicação, para querendo, impetrar recurso a ser endereçado à Prefeitura Municipal de Tunápolis (SC).

3.3 - Os recursos movidos pelos candidatos deverão obrigatoriamente dar entrada com protocolo na Prefeitura Municipal de Tunápolis (SC).

4. DA CLASSIFICAÇÃO

4.1 Maior titulação apresentada, seguindo a ordem nos candidatos habilitados Nível superior Completo em: Nível superior completo em Pedagogia ou Normal Superior na área da educação infantil.

4.2 Para a vaga dos não habilitados segue-se o critério de: Cursando Pedagogia, considerando para fins de classificação maior período cursado.

4.3 Para o cargo de instrutor de Dança Coreográfica considera-se maior grau de formação do candidato, em qualquer área de formação.

4.4- Ocorrendo empate no resultado final do processo, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que tiver:

4.5 - Maior idade

4.6 - Maior quantidade de filhos

4.7 - Sorteio público

5 - DOS RECURSOS

5.1 - É admitido recurso quanto a divergências:

a) a não homologação ou indeferimento da inscrição;

5.2 - O recurso interposto fora do respectivo prazo não será conhecido, considerando-se para tal a data e hora do respectivo protocolo.

6 - DA COMPETÊNCIA

6. 1 - É de competência da Prefeitura Municipal:

a) elaborar o Edital,

b) Divulgar o edital.

c) Realizar as inscrições dos candidatos.

d) Receber os recursos dos candidatos.

e) realizar o desempate (sorteio público) quando necessário.

f) Divulgar a classificação e os atos referente ao processo seletivo.

7- DO PROVIMENTO DOS CARGOS/FUNÇÕES

7.1 - O provimento dos cargos/funções obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos aprovados.

7.2 - O candidato obriga-se a manter atualizado seu endereço junto ao Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Tunápolis (SC).

8 - CRONOGRAMA

CRONOGRAMA	DATA	HORÁRIO
Recebimento das inscrições	12, 13 e 14/09/2011	08h às 11h30 min 13h30min às 17h
Resultado da homologação das inscrições	15/09/2011	09:00 horas

9 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 - A aprovação no Processo Seletivo não assegura ao candidato sua nomeação, mas apenas a expectativa de ser admitido segundo as vagas existentes, na ordem de classificação, ficando a nomeação condicionada às disposições pertinentes e à necessidade e conveniência da Prefeitura Municipal de Tunápolis (SC).

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis (SC), 09/09/ 2011.
VOLMIR PEDRO LAWISCH
Prefeito Municipal em exercício

Lei Nº 1047/2011 de 14 de setembro de 2011.

Lei nº 1047/2011 de 14 de setembro de 2011.

Institui o CODET - Conselho de Desenvolvimento de Tunápolis e contém outras providências.

O Prefeito em Exercício do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Conselho de Desenvolvimento Econômico de Tunápolis - CODET, com o caráter deliberativo e consultivo, para formular e fazer executar as políticas de desenvolvimento econômico, atuando nos termos desta Lei e do Regulamento a ser aprovado pelo plenário.

Art. 2º O Conselho de Desenvolvimento Econômico de Tunápolis - CODET terá ainda as seguintes atribuições:

I - Buscar o intercâmbio permanente com os demais órgãos municipais, estaduais e federais, organismos internacionais e instituições financeiras, visando a execução da política municipal de desenvolvimento econômico;

II - Estabelecer diretrizes com vistas à geração de empregos e desenvolvimento econômico do Município;

III - Realizar estudos visando a identificação das potencialidades e vocação da economia do Município;

IV - Identificar problemas e buscar soluções para a geração de emprego, fortalecimento da economia e atração de investimentos;

V - Instituir Câmaras técnicas e grupos temáticos, para a realização de estudos, pareceres e análises de matérias específicas, objetivando subsidiar suas decisões;

VI - Promover fóruns, seminários ou reuniões especializadas, com o intuito de ouvir a comunidade sobre os temas de sua competência, quando for necessário, a juízo do plenário;

VII - Identificar e divulgar as potencialidades econômicas de Tunápolis, bem como desenvolver diretrizes para a atração de investimentos;

VII - Formular diretrizes para o estabelecimento de uma política de incentivos fiscais, tributários e outros, visando a atração de novos investimentos, além da expansão, modernização e consolidação dos existentes;

IX - Divulgar as empresas e produtos de Tunápolis, objetivando a abertura e conquista de novos mercados;

X - Criar um sistema de informações, para orientar a tomada de decisões e a avaliação das políticas de desenvolvimento econômico do Município;

Parágrafo único. O Conselho, no exercício das atribuições previstas nesta Lei, poderá estender suas funções aos Municípios ou entidades da Região.

Art. 3º Integram o Plenário do CODET :

I. Um Secretário Municipal, representando os setores da Indústria,

Comércio, e Agricultura;

II. O Secretário Municipal de Administração;

III. Representante da Controladoria Interna do Município;

IV. Contadoria Geral do Município;

V. Um representante Sindicato dos Trabalhadores Rurais;

VI. Três representantes da Associação Comercial e Industrial de Tunápolis - AEST.

VII. Um representante dos veículos de comunicação;

VIII. Dois representantes do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina;

Art. 4º O Conselho será dirigido por mesa diretora composta de um Presidente, Vice-Presidente e Secretário, eleitos dentre os seus membros, com mandato de um ano, permitida a reeleição.

Art. 5º O Conselho reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente quando for necessário, por convocação de seu Presidente.

Parágrafo único. O Conselho, na ausência ou escusa de seu Presidente, poderá convocar-se, mediante assinatura de dois terços de seus membros, presidido pelo Conselheiro mais idoso.

Art. 6º Para a instalação de reunião e deliberação será exigido o quórum mínimo de metade mais um de seus membros.

Parágrafo único. As deliberações do Conselho serão tomadas em plenário, por maioria simples.

Art. 7º O Conselho de Desenvolvimento Econômico de Tunápolis - CODET elaborará o seu Regimento Interno no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação desta Lei.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Tunápolis, SC, aos 14 de setembro de 2011
VOLMIR PEDRO LAWISCH
Prefeito em Exercício.

Esta Lei foi publicada em data supra.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna

Turvo

PREFEITURA

Convenio FMS 005/2011

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
Fundo Municipal de Saúde
EXTRATO DE CONVENIO
CONVENIO No 005/2011

CONVENIADA: Hospital São Sebastião de Turvo
OBJETO: Ajuda financeira para custear despesas com a manutenção de suas atividades estatutárias
VALOR: R\$ 20.000,00
VIGÊNCIA: Outubro de 2011

Audiencia Publica LDO 2012

A Administração Municipal de Turvo, convida a todos os seus habitantes, para participarem da Audiência Pública, que acontecerá no

dia 16 de setembro de 2011 (sexta-feira), às 08:00 horas, na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Turvo, para apresentação e apreciação das prioridades e metas na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para o exercício de 2012.

Vargeão

PREFEITURA

Extrato de Contrato

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: L.F. CAMINHÕES LTDA
OBJETO: Aquisição de um caminhão novo.
VALOR: R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 0019/2011 e Contrato nº 116/2011.

Vargeão SC, 13 de setembro de 2011.
AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: CIRÚRGICA MASTER LTDA - EPP
OBJETO: Aquisição parcelada de leite em pó e complemento alimentar.
VALOR: R\$ 7.455,00 (sete mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 0003/2011-FMS e Contrato nº 115/2011.

Vargeão SC, 13 de setembro de 2011.
AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato

EXTRATOS DE CONTRATOS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: MEDIGRAM DISTR. DE MEDICAMENTOS LTDA
OBJETO: Aquisição parcelada de leite em pó.
VALOR: R\$ 8.325,00 (oito mil trezentos e vinte e cinco reais).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 0003/2011-FMS e Contrato nº 114/2011.

Vargeão SC, 13 de setembro de 2011.
AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

Extrato do Contrato n. 0576/2011

Extrato do Contrato n. 0576/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MAIRA ELISA VEDOIN
CPF: 899.655.150-34
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 15 de agosto de 2011 a 30 de dezembro de 2011
FUNÇÃO: Enfermeira - PSF
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 2.617,91 (Dois mil, seiscentos e dezessete reais e noventa e um centavos)

Extrato do Contrato n. 0583/2011

Extrato do Contrato n. 0583/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: DANIELA ZATTA
CPF: 006.144.961-01
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 17 de agosto de 2011 a 30 de dezembro de 2011
FUNÇÃO: Odontólogo - PSF
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 1.870,44 (Um mil, oitocentos e setenta reais e quarenta e quatro centavos)

Extrato do Contrato n. 0586/2011

Extrato do Contrato n. 0586/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: DIEGO RONSON
CPF: 048.979.409-23
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA JUCELI BALDISSERA FELCKILCKER
VIGÊNCIA: de 01 de agosto de 2011 a 24 de outubro de 2011
FUNÇÃO: Psicólogo
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 2.676,85 (Dois mil, seiscentos e setenta e seis reais e oitenta e cinco centavos)

Extrato do Contrato n. 0589/2011

Extrato do Contrato n. 0589/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: RICARDO GARBIN
CPF: 078.242.659-00
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 17 de agosto de 2011 a 23 de dezembro de 2011
FUNÇÃO: Agente de Serviços Gerais
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 622,28 (Seiscentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos)

Extrato do Termo Aditivo n. 0196/2010

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0196/2010

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ELISANGELA APARECIDA DOS SANTOS

CPF: 796.716.409-15

VIGÊNCIA: de 21 de agosto de 2011 a 20 de outubro de 2011

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Extrato do Termo Aditivo n. 0308/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0308/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CLEIVANIA PELIM

CPF: 004.742.479-61

VIGÊNCIA: de 10 de agosto de 2011 a 09 de outubro de 2011

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Decreto Nº 9.796/11

DECRETO Nº 9.796/11, DE 08 DE SETEMBRO DE 2011.

Declara de Utilidade Pública, para fins de Desapropriação, Total ou Parcial, Amigável ou Judicial, os bens imóveis que especifica, situados no Contorno Viário Sul de Videira.

WILMAR CARELLI, Prefeito Municipal de Videira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento nos art. 5º e 6º do Decreto-Lei 3.365/41,

DECRETA

Art. 1º Ficam declarados de utilidade pública, para fins de aquisição por doação ou desapropriação amigável ou judicial, de conformidade com o artigo 5º, "I", do Decreto-Lei nº 3.365/41, os imóveis constituídos de terras e benfeitorias, atingidos pelo Contorno Viário Sul de Videira, conforme abaixo discriminado:

"Trecho 01 – inicia no ponto situado na Av. Marginal Sul, com Coordenadas Geográficas: latitude 27°00' 02,50" e longitude -51° 10' 15,48", Coordenadas UTM (UNIVERSAL TRANVERSA DE MERCATOR), DATUM: SAD-69: N= 7.013.465,76 e E= 483.037,39 e termina no ponto situado na margem do Rio do Peixe, com Coordenadas Geográficas: latitude 27°00' 08,08" e longitude -51° 10' 16,49", Coordenadas UTM (UNIVERSAL TRANVERSA DE MERCATOR), DATUM: SAD 69 N= 7.013.294,19 e E= 483.009,85;

Trecho 02 – inicia no ponto situado na margem do Rio do Peixe, com Coordenadas Geográficas: latitude 27°00' 08,08 e longitude -51° 10' 13,897"; Coordenadas UTM (UNIVERSAL TRANVERSA DE MERCATOR), DATUM: SAD 69 N= 7.013.294,19 e E= 483.081,40, e termina no ponto situado na Rodovia SC-303, com coordenadas geográficas: latitude -27°01' 55,59" e longitude -51° 09' 16' 16,83", Coordenadas UTM, DATUM: SAD-69: N= 7009.988,56 e E= 484.658,09, em Videira SC, bem como as jazidas de material a serem utilizadas, embora situadas fora da faixa de domínio, necessários a implantação do Contorno Sul de Videira."

Rodovia	Trecho	Faixa Domínio
Contorno Viário Sul de Videira	Trecho 01 Av. Marginal Sul até o Rio do Peixe	Faixa total de 18 (dezoito) metros 9 (nove) metros para cada lado do eixo
Contorno Viário Sul de Videira	Trecho 02 Rio do Peixe até a Rodovia SC-303	Faixa total de 25 (vinte cinco) metros 12,50 (doze, cinquenta) metros para cada lado do eixo

Art. 2º O imóvel, de que trata o art. 1º deste Decreto, destina-se

a Rodovia Contorno Viário Sul de Videira.

Art. 3º As despesas com a desapropriação correrão à conta de dotação específica do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 08 de setembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 08 dias de setembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Decreto Nº 9.797/11

DECRETO Nº 9.797/11, DE 09 DE SETEMBRO DE 2011.

Declara em situação anormal, caracterizada como Situação de Emergência as áreas do Município afetadas por enxurradas ou inundações bruscas - NE.HEX 12.302.

WILMAR CARELLI, Prefeito Municipal de Videira, no uso das atribuições legais, conferidas pelo Art. 72, Lei Orgânica do Município, pelo Art. 17 do Decreto Federal no 5.376, de 17 de fevereiro de 2005; pela Lei Estadual nº. 10.925, de 22 de setembro de 1998; pelo Decreto Estadual nº. 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução No 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil;

CONSIDERANDO:

- a ocorrência de enxurradas bruscas, caracterizada por chuva intensa e concentrada, no dia 09 de setembro de 2011, atingindo parte do Município, conforme mapa das áreas afetadas, anexo ao presente Decreto;

- como consequências deste desastre, resultaram os danos e prejuízos, constantes do Formulário de Avaliação de Danos e da Notificação Preliminar de Desastre, anexo a este Decreto;

- a recomendação da Comissão Municipal de Defesa Civil, que avaliou e quantificou o desastre em acordo com a Resolução nº. 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC;

- que concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário, da população e o despreparo da Defesa Civil local, frente ao Desastre;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a existência de situação anormal provocada por desastre e caracterizada como Situação de Emergência.

Parágrafo Único - Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pela Notificação Preliminar de Desastre e pelo Croqui da Área Afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo Único - Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente:

I - penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;

II - usar da propriedade, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos à mesma.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo Único - O prazo de vigência deste Decreto pode ser prorrogado até completar um máximo de 180 dias.

Videira - SC, 09 de setembro de 2011.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de setembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Pregão Presencial Nº 133/2011 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 133/2011 - PMV

O Prefeito Municipal torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 133/2011. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA INSTALAÇÃO DA SALA DE COMANDO NO QUARTEL DA POLÍCIA MILITAR DE VIDEIRA, PARA O MONITORAMENTO DA CIDADE ATRAVÉS DE CÂMERAS. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 28 de Setembro de 2011, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 14:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9032/3566-9012/3566-9034.

Videira/SC, 12 de Setembro de 2011.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 65/2011 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 65/2011 - FMS
REGISTRO DE PREÇO

O Prefeito Municipal de Videira, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 65/2011 - FMS. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, COM O MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE A TABELA DE PREÇOS DIVULGADA PELA ABCFARMA, PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS NÃO DISPONÍVEIS NO ESTOQUE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DE ACORDO COM PRESCRIÇÃO MÉDICA. 2. TIPO: MAIOR DESCONTO TABELA. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 16:00 horas do dia 27 de Setembro de 2011, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 16:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 12 de Setembro de 2011.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Edital de Notificação Nº 0017/2011

SECRETARIA DE FINANÇAS
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 0017/2011

Alexandre Ganasini, Secretário de Finanças no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 100 da Lei Orgânica Municipal, de 05/04/1990, no art. 150, § 6º, do Código Tributário Municipal - Lei Municipal nº 69, de 05/12/1985, e, no item "c" do Requerimento de Parcelamento, NOTIFICA os Contribuintes abaixo relacionados do CANCELAMENTO DOS PARCELAMENTOS requeridos:

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROCESSO ADMINISTRATIVO	DATA CANCELAMENTO
Albano Hoffmann	065.678.199-87	1.455/2011	08/09/2011
Ady Ignácio da Silveira	195.745.259-53	4.819/2010	08/09/2011
Bar e Restaurante LDH Dantas Ltda	08.471.984/0001-09	3.311/2010	08/09/2011
Elzadir Ferreira do Nascimento	814.462.849-72	1.701/2011	08/09/2011
G2 Propaganda e Publicidade Ltda	10.713.028/0001-84	1.702/2011	08/09/2011
Ivanir Rubini	548.786.759-34	4.908/2010	08/09/2011
Ivanete de Fátima Urbaneski	687.480.439-15	158/2011	08/09/2011
Márcio Pedrosa Alves	875.034.849-34	5.950/2010	08/09/2011
Moacir José Ozelami	529.813.719-91	1.539/2011	08/09/2011
Nadir Costa	560.051.139-68	123/2011	08/09/2011
Nelson Thibes	094.217.939-00	1.083/2011	08/09/2011
Ricardo Antonio Drechmer	508.305.209-10	3.722/2009	08/09/2011
Vanildo Miguel dos Santos	486.488.339-49	903/2011	08/09/2011
Valmir Miguel Kramer	763.270.199-00	2.420/2009	08/09/2011
Vilmar Gaio	296.599.069-00	1.124/2011	08/09/2011

Para que produza os efeitos legais e de direito foi lavrado e publicado o presente Edital.

Videira, 08 de setembro de 2011.
ALEXANDRE GAVASINI
Secretário de Finanças

Portaria Nº 0660/11

PORTARIA nº 0660/11

Designa Eduardo Socha Frâncio para exercer Função Gratificada que especifica.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e suas alterações, e no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Designar EDUARDO SOCHA FRÂNCIO, Professor de Educação Física - Ensino Infantil e Fundamental, E-PE-MAG-I, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Secretária Escolar I, símbolo FG-3, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de setembro de 2011.

Videira, 06 de setembro de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de setembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0661/11

PORTARIA nº 0661/11

Torna sem efeito a Portaria nº 0445/09, que designou servidor para exercer Função Gratificada

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e suas alterações, e no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Tornar sem efeito, a partir de 1º de setembro de 2011, a Portaria nº 0445/09, que designou a servidora TÂNIA REGINA CESCO, para exercer a Função Gratificada de Assessor Nível II, símbolo FG-2.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de setembro de 2011.

Videira, 06 de setembro de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de setembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0662/11

PORTARIA nº 0662/11

Torna sem efeito a Portaria nº 0464/11, que concedeu licença-prêmio para servidor que especifica

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Tornar sem efeito a Portaria nº 0464/11, que concedeu licença-prêmio, pelo período de 1º de outubro de 2011 até 1º de janeiro de 2012, ao servidor EDUARDO SOCHA FRANCIO, Professor Educação Física - Ensino Infantil/Fundamental, E-PE-MAG-I.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 06 de setembro de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de setembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

Vitor Meireles**PREFEITURA****Portaria Nº 165/2011**

P O R T A R I A Nº 165/2011

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: ROSANGELA APARECIDA VIEIRA ROZA
Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - ACT

Do Quadro de Pessoal Admitido em Caráter Temporário - ACT da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, por término de contrato, contratada pela Portaria 053/2011, de 02 de março de 2011, 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 09 de setembro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 09 de setembro de 2011, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 12 de Setembro de 2011.
IVANOR BOING
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, 12/09/2011

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Portaria Nº 166/2011
P O R T A R I A Nº 166/2011

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONTRATAR:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009 e nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: VALCIR PEREIRA
Cargo: OPERADOR DE MÁQUINAS - ACT

Do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, em Regime de Admissão em Caráter Temporário - ACT, para exercer suas funções na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir do dia 13 de setembro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 13 de Setembro de 2011.

IVANOR BOING
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, 13/09/2011

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Consórcios

CIGA

Extrato Contrato 97 - Rateio PGT - Monte Carlo

Extrato de Contrato nº 97/2011

Contrato de Rateio - Programa de Gestão Tributária - Monte Carlo

CONTRATANTE: Município de Monte Carlo

CNPJ: 95.996.104/0001-04

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 51/2011

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, para gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN); gestão da nota fiscal eletrônica conjugada (NF-e conjugada); gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional; e gestão do imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI);

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 300,00 (trezentos reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2011.

Florianópolis, 02 de setembro de 2011.

EDINANDO BRUSTOLIN
Diretor Executivo do CIGA

Portaria Nº 03/2011

Portaria nº 03/2011

Concede demissão ao empregado Dantes Guilherme Figueiredo Fernandes.

O Diretor Executivo do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), considerando o disposto nos artigos 16 e 61, § 2º, do Regimento Interno do CIGA,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder demissão, por solicitação do interessado, ao empregado Dantes Guilherme Figueiredo Fernandes, CPF nº 057.416.429-42, ocupante do emprego público de Técnico em T.I. do quadro de pessoal do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor da data de sua assinatura, sendo condição de validade sua publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Florianópolis, 13 de setembro de 2011.

EDINANDO LUIZ BRUSTOLIN

Diretor Executivo do CIGA

CINCO

Extratos das Atas de Registro de Preços do PE 0004/2011

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

EXTRATOS DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0004/2011

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de Medicamentos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO: Municípios de Arroio Trinta, Caçador, Fraiburgo, Iomerê, Macieira, Rio das Antas, Tangará e Videira, durante o período de 10 de setembro de 2011 a 31 de janeiro de 2012.

FORNECEDORES:

A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT11CINCO29;

A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT11CINCO30;

A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT11CINCO31;

A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT11CINCO32;

A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT11CINCO33;

A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT11CINCO34;

A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT11CINCO35;

A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT11CINCO36;

CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT11CINCO37;

CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT11CINCO38;

CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT11CINCO39;

CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT11CINCO40;

CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT11CINCO41;

CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT11CINCO42;

CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT11CINCO43;

CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT11CINCO44;

COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT11CINCO45;

COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT11CINCO46;

COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº

AT11CINCO47;
 COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT11CINCO48;
 COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT11CINCO49;
 COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT11CINCO50;
 COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT11CINCO51;
 COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT11CINCO52;
 DIMASTER - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALRES LTDA - Ata nº AT11CINCO53;
 DIMASTER - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALRES LTDA - Ata nº AT11CINCO54;
 DIMASTER - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALRES LTDA - Ata nº AT11CINCO55;
 DIMASTER - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALRES LTDA - Ata nº AT11CINCO56;
 DIMASTER - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALRES LTDA - Ata nº AT11CINCO57;
 DIMASTER - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALRES LTDA - Ata nº AT11CINCO58;
 DIMASTER - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALRES LTDA - Ata nº AT11CINCO59;
 DIMASTER - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALRES LTDA - Ata nº AT11CINCO60;
 HOSPFAR INDÚSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT11CINCO61;
 HOSPFAR INDÚSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT11CINCO62;
 HOSPFAR INDÚSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT11CINCO63;
 HOSPFAR INDÚSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT11CINCO64;
 HOSPFAR INDÚSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT11CINCO65;
 HOSPFAR INDÚSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT11CINCO66;
 HOSPFAR INDÚSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT11CINCO67;
 HOSPFAR INDÚSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT11CINCO68;
 MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - Ata nº AT11CINCO69;
 MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - Ata nº AT11CINCO70;
 MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - Ata nº AT11CINCO71;
 MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - Ata nº AT11CINCO72;
 MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - Ata nº AT11CINCO73;
 MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - Ata nº AT11CINCO74;
 MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - Ata nº AT11CINCO75;
 MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - Ata nº AT11CINCO 76;
 MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - Ata nº AT11CINCO 77;
 MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - Ata nº AT11CINCO 78;
 MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - Ata nº AT11CINCO 79;
 MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - Ata nº AT11CINCO 80;
 MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - Ata nº AT11CINCO 81;
 MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - Ata nº AT11CINCO 82;
 MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT11CINCO 83;
 MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT11CINCO 84;
 MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº

AT11CINCO 85;
 MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT11CINCO 86;
 MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT11CINCO 87;
 MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT11CINCO 88;
 MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT11CINCO 89;
 MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT11CINCO 90;
 METROMED COMERCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT11CINCO 91;
 METROMED COMERCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT11CINCO 92;
 METROMED COMERCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT11CINCO 93;
 METROMED COMERCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT11CINCO 94;
 NUNESFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT11CINCO 95;
 NUNESFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT11CINCO 96;
 NUNESFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT11CINCO 97;
 NUNESFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT11CINCO 98;
 NUNESFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT11CINCO 99;
 NUNESFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT11CINCO 100;
 PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA - Ata nº AT11CINCO 101;
 PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA - Ata nº AT11CINCO 102;
 PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA - Ata nº AT11CINCO 103;
 PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA - Ata nº AT11CINCO 104;
 PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA - Ata nº AT11CINCO 105;
 PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA - Ata nº AT11CINCO 106;
 PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA - Ata nº AT11CINCO 107;
 PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA - Ata nº AT11CINCO 108;
 PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA - Ata nº AT11CINCO 109;
 PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA - Ata nº AT11CINCO 110;
 PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA - Ata nº AT11CINCO 111;
 PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA - Ata nº AT11CINCO 112;
 PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA - Ata nº AT11CINCO 113;
 PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA - Ata nº AT11CINCO 114;
 PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA - Ata nº AT11CINCO 115;
 PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA - Ata nº AT11CINCO 116;
 SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP - Ata nº AT11CINCO 117;
 SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP - Ata nº AT11CINCO 118;
 SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP - Ata nº AT11CINCO 119;
 SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP - Ata nº AT11CINCO 120;
 Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 13, de 08 de dezembro de 2010, Resolução nº 23, de 14 de abril de 2011 e suas alterações, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 05.09.2011 a 31.01.2012. PAL nº: 0008/2011 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0004. Registro de Preços nº: 0005.

Fraiburgo (SC), 13 de setembro de 2011
 NELMAR PINZ
 Presidente do CINCO
 Prefeito Municipal de Fraiburgo



CIS/AMREC**Edital de convocação**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2011

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMREC - CISAMREC, Sr. Helio Luiz Bunn, Prefeito Municipal de Lauro Muller, no uso de suas atribuições legais,

CONVOCA:

Os senhores prefeitos dos municípios consorciados do consórcio público denominado Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMREC - CISAMREC, para a ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a realizar-se na cidade de Criciúma no dia 19 de setembro de 2011, às 16h, tendo como local o Plenarinho do prédio sede da AMREC, com a seguinte ordem do dia:

- 1) Apresentação, discussão e aprovação da Proposta Orçamentária do exercício de 2011;
- 2) Apresentação, discussão e aprovação da Proposta Orçamentária para o exercício de 2012;
- 3) Assuntos diversos.

Criciúma, 12 de setembro de 2011.

HÉLIO LUIZ BUNN

Presidente

